



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

Instituto de Ciências Humanas

HUMANITAS

Revista do ICH

Revista Humanitas - Vol. II - Nº 2 - Agosto 1998

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Profª Juleusa Maria Theodoro Turra

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Profª Drª Dulce Maria Pompeo de Camargo

UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA SOBRE DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL: OS AKWEN XERENTE¹

Agenor José T. Pinto FARIAS*
DCS/ICH/Puc-Campinas

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresento parte da etnografia *Akwen Xerente*, pesquisa que teve início por ocasião do meu curso de Mestrado em Antropologia na Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, e que hoje está se desenvolvendo no Laboratório de Etnologia do ICH na Puc-Campinas. *Akwen Xerente* é uma população indígena que habita o atual estado do Tocantins, com área demarcada nos municípios de Tocantínia e Rio do Sono. Este artigo baseia-se nos dados recolhidos quando de uma das fases de minha pesquisa de campo, mais especificamente o período de 1987². Trata-se aqui de apresentar uma proposta de análise que venho desenvolvendo, que tem por base um entendimento antropológico da dinâmica sócio-cultural do grupo observado.

Até a década de 80 tinham sido dois os momentos etnográficos especificamente voltados para a sociedade *Akwen Xerente*. Nos anos 30, Curt Nimuendaju esteve entre eles e produziu

(¹) Prof. Dr. do Departamento de Ciências Sociais e Coordenador do Laboratório de Etnologia do Instituto de Ciências Humanas - PUC-Campinas.

a monografia **The Serente**, publicada em 1942. Depois, no final da década de 50, David Maybury - Lewis pesquisou nas aldeias Xerente. O principal resultado dessa pesquisa foi publicado no livro **Dialectical Societies**, 1979, mais especificamente no artigo "Cultural Categories of the Central Gê"³.

Os *Akwên* Xerente, Jê Centrais, estavam caracterizados por estes estudos em parte como um sociedade em colapso e mesmo como uma sociedade desintegrada. A apresentação dos dados etnográficos levantados por minha pesquisa, assim como sua análise, vem procurando mostrar que, ao contrário do que se supunha até então, essa sociedade mantém-se bastante ativa mediante uma prática ritual e, fundamentalmente, a partir de uma redistribuição de sua população por entre aldeias de seu território, seguindo parâmetros institucionais específicos⁴.

Em suas aldeias os indivíduos de todas as idades se comunicam usando a língua nativa. Considerando-se que estão com mais de dois séculos em contato permanente, evidencia-se também um fenômeno de resistência. Têm mantido sua identidade étnica diferenciada no interior do contexto pluriétnico que caracteriza a sociedade brasileira. A presença permanente de disputas políticas internas a sociedade *Akwên* Xerente, como é comum entre as sociedades Jê de um modo geral, provoca freqüentes cisões que, no mais das vezes, vão dar origem à formação de novas aldeias. Trata-se de um processo contínuo de realocação de grupos e/ou indivíduos pelo seu território. Da observação destes dois vetores - manutenção de uma identidade étnica diferenciada e uma permanente partição e distribuição das pessoas por entre aldeias no território, procurei estabelecer o resultado de sua combinação dinâmica. Tratava-se de perceber o conjunto das transformações internas que objetivam sua auto- construção, sua sobrevivência física e cultural.

Para descobrir esses fluxos sociais tive que buscar compreender os arranjos historicamente definidos que os *Akwên* Xerente têm realizado de modo a manter sua especificidade enquanto nação.

Para tanto foi preciso analisar a distribuição efetiva dos indivíduos que compunham a sociedade, naquele instante, tal como ela ocorria concretamente. Uma pesquisa dessa natureza necessariamente me levou a recorrer a alguns dados de natureza demográfica.⁵ Minha hipótese inicial foi de que a situação populacional de uma aldeia é fundamental e condição necessária para a composição dos mecanismos de manutenção de suas instituições sociais. Condição necessária mas não suficiente. A natureza, e o tipo das relações que se estabelecem entre os diferentes grupos sociais que compõem a aldeia é, também, de suma importância. Como é próprio das diferentes sociedades indígenas Jê, um indivíduo necessariamente participa de mais de um grupo sócio-institucional, além de estar ora em parceria, ora em oposição com outros indivíduos, dependendo do tipo de relação social que esteja prevalecendo no momento da observação.

A organização social *Akwen Xerente*, de acordo com minha interpretação, sugere que o seu sistema clânico é um sistema vital, e mais, esse sistema possui um andamento bastante dinâmico não apenas em decorrência de sua potencialidade política, como indicou Maybury-Lewis (1979:221). Destaco que o processo de recrutamento de todos os indivíduos apresenta-se a partir da captação destes respectivos clãs, que, como veremos, estão distribuídos entre duas metades exogâmicas. Isto dá ao sistema clânico um grande poder de articulação e de estruturação, o que o torna uma das bases da dinâmica social⁶.

Apresento a perspectiva de que no plano macro social formado pelo conjunto das aldeias dispersas pelo território, a distribuição da população por entre as metades exogâmicas e clãs patrilineares é um dos principais, senão o principal elemento ordenador das relações estabelecidas entre as aldeias. A aldeia, entre estes *Akwen*, não contém em si, de modo exaustivo os elementos básicos que compõem sua sociedade. Em outras palavras, a aldeia não corresponde a um micro cosmo do universo *Akwen Xerente*, tal como foi sugerido anteriormente por Maybury-Lewis (1990:424). A análise dessa sociedade deve passar pelo exame da composição das várias aldeias e pela

dinâmica das relações entre elas, para que os conceitos *Akwen* Xerente de relações sociais e sociedade possam ser efetivamente compreendidos. A dinâmica sócio-cultural *Akwen* Xerente contemporânea ensina que é no estudo conjunto das suas aldeias, dos padrões de suas articulações recíprocas, e dos modelos de distribuição da população total por entre grupos específicos, que estes Jê Centrais constroem seu universo social, viabilizam a operacionalidade de suas instituições e definem-se como sociedade e cultura com identidade própria.

As relações sociais e cerimoniais estabelecidas entre grupos de aldeias formam uma variável dependente da composição clânica das mesmas⁷. Tais relações são responsáveis por tornar a sociedade estruturada, constituindo-se na matéria prima elaborada pelos *Akwen* Xerente para a construção da unicidade de sua organização social. Daí o destaque para as metades exogâmicas e clãs patrilineares. Localizam o indivíduo na aldeia, e no plano mais amplo da sociedade como um todo.

Neste trabalho procuro observar os movimentos sócio-espaciais específicos que foram caracterizados como "fluxos sociais". Destaco quais agrupamentos clânicos dele participaram, assim como de que modo foi efetivamente distribuída a população ao fim do movimento observado. Explicando: entre os *Akwen* Xerente o ritual de nomeação masculina é um rito de reorganização, e revitalização da organização social. Sabendo que nesse ritual ocorre a reunião de aldeias, segui a hipótese de que a tendência registrada ao realizarem esta movimentação com esta finalidade, o fariam no sentido de recompor um modelo idealizado para sua sociedade, qual seja, uma população distribuída por entre clãs patrilineares, e metades exogâmicas, de forma homogênea. Ao observarmos os gráficos da distribuição populacional, por entre metades exogâmicas e clãs patrilineares destacando as aldeias que costumam realizar o ritual de nomeação masculina em conjunto, esta hipótese se comprova. Por outro lado, se observarmos a distribuição das pessoas por entre metades e clãs em uma só aldeia, isoladamente, notaremos que tal

distribuição é completamente irregular. Daí, talvez, a razão dos autores não terem encontrado nenhum significado simbólico na morfologia das aldeias, caracterizadas como sendo apenas um agregado de casas. O mesmo motivo, poderia tê-los levado a registrarem a sociedade *Akwen* Xerente como: “desagregada”, e em “colapso”.

Como estou sugerindo, a organização social dos *Akwen* Xerente deve ser compreendida como um todo formado pela reunião de um conjunto composto por grupos de aldeias, e não a partir de uma visão parcelar, tomada em um só aldeia. A concepção que têm de sua estrutura realiza-se na totalidade, e não se concebe nos limites de uma aldeia.

METADES EXOGÂMICAS E CLÃS PATRILINEARES

O modelo idealizado por Nimuendaju (1942) para representar a sociedade *Akwen* Xerente expressa uma localização fixa das casas no plano da aldeia. Segundo esse autor as duas metades exogâmicas devem estar precisamente localizadas: ao norte, a metade *Sdokrã*; ao sul a metade *Siptató*. Cada uma dessas metades é formada por três clãs patrilineares. A aldeia deveria possuir um formato semi circular, a exemplo de uma ferradura com a abertura voltada para o oeste.

A metade *Sdokrã* estaria composta pelos clãs patrilineares *Kreprehi*, *Isauré*, e *Isrurié*. A metade *Siptató* seria composta pelos clãs patrilineares *Kuze*, *Isibidu* e *Kbazipré*. Cada um desses clãs, como dito, deve possuir uma localização espacial fixa no plano semi circular da aldeia. De acordo com essa concepção a aldeia é como uma unidade social, em que todos os grupos sociais estão representados. A sociedade *Akwen* Xerente, seguindo com Nimuendaju (1942), pode estar contida em uma só aldeia. O universo social desses *Akwens* seria, desse modo, formado por um conjunto de unidades autônomas. A concepção que minha pesquisa constrói é bastante diversa.

Em sua pesquisa entre os *Akwen* Xerente Maybury-Lewis não encontrou uma localização espacial para os clãs e metades no

plano da aldeia. Argumentou, com muita razão, que na realidade o padrão residencial dominante era a uxoriilocalidade, o que resulta, portanto, na distribuição dos homens pelas diferentes casas da aldeia. Não é possível, deste modo, a rigidez formal proposta pelo modelo de Nimuendaju, tal como já vimos. O esquema proposto por Nimuendaju, com a localização fixa das casas no plano da aldeia, em meu ponto de vista, não deve ter sido construído a partir da observação empírica. Ao que parece foi fruto de depoimentos de informantes, onde o que se procurou destacar foi o caráter de oposição entre as metades, criando assim, como num recurso didático, uma aldeia idealizada hipoteticamente.

É preciso salientar o modo como os *Akwen* Xerente estavam trabalhando suas noções sobre as metades exogâmicas e os clãs patrilineares, na década de 50. Segundo Maybury-Lewis não havia clareza alguma sobre este sistema de metades. Havia, porém, um certo consenso sobre a exogâmia como sendo um princípio ordenador para o casamento. As metades exogâmicas apresentavam-se concretamente nas festas de nomes masculinos⁸. Chama a atenção que mantivessem um sistema de categorias de parentesco perfeitamente adequado a um sistema de metades "obsoleto". A análise desse autor acabou destacando um prisma político na organização social. A vitalidade do sistema clânico foi então explicada a partir da condição de que os clãs recrutariam os indivíduos para uma participação ativa nas funções políticas. Seriam vitalizados porque operando ativamente nesse contexto político.

Nessa análise sobre a terminologia de parentesco *Akwen* Xerente Maybury Lewis seguiu trajetória semelhante a utilizada em seu estudo sobre os *Akwen* Xavante. Chegou a definição, e a construção, de uma matriz binária para os *Akwen* Xerente que em nível estrutural expressa uma oposição fundamental. O par em oposição *Wanori/Wasimpkozé* (Nós/Eles), a exemplo das mesmas categorias *Akwen* Xavante *Waniwinha/Wasi'rewa*, seria o referente fundamental na construção desse entendimento. Mas, e quanto a aparente ignorância que os *Akwen* Xerente demonstravam sobre o sistema de metades

exogâmicas, tal como notado então pelo autor? Clãs patrilineares, como que em decorrência, acenavam a possibilidade de uma exogamia de linhagens. O pano de fundo dessa análise, permanece sendo a vitalidade do sistema político. Arranjos contextuais, seriam a garantia da continuidade de aspectos estruturais da sociedade *Akwen Xerente*.

Posteriormente (1988;1989) este mesmo autor analisou que o dualismo entre os Jê seria uma teoria social, cosmológica, sem vinculações com instituições específicas nessas sociedades. Sugeriu que o dualismo Jê passaria pela formulação de uma cosmologia, com profundos efeitos na vida cotidiana dos índios. Nimuendaju (1942), também atribui ao dualismo *Akwen Xerente* essa dimensão. Maybury-Lewis, no entanto, entendeu que a organização dualista Jê não teria vinculações com instituições específicas. Não concordo com essa formulação.

A pintura corporal, por exemplo, como referencial simbólico de pertença às metades exogâmicas, e às metades cerimoniais, vem demonstrar o contrário. A existência dessa comunicação visual, pública, deve ser considerada como um recurso de grande vitalidade simbólica, utilizada pelos *Akwen Xerente* como referente concreto de apresentação, e de pertencimento, a seus respectivos clãs e metades. Para ficarmos num único exemplo, temos as correspondências que as metades exogâmicas possuem com o sol e a lua, assim como suas vinculações generalizadas com os mitos de origem.

A ampla maioria das pessoas *Akwen Xerente*, para não dizer todos, se reconhece como pertencente a uma das metades exogâmicas, assim como a um dos seus clãs patrilineares. Tal pertencimento se expressa, preferencialmente, por meio da pintura corporal. Ao ser perguntado, o *Akwen Xerente* se apresenta como sendo um *Dóí* ou um *Wahirê*. Embora sejam raros os que hoje se reconheçam como *Sdokrã* ou *Siptató*, todos conhecem, ou terão a oportunidade de vir a conhecer, nos momentos rituais, a pintura corporal que devem usar. O referencial atualmente utilizado para o reconhecimento da filiação de um indivíduo a uma das metades

exogâmicas diz respeito ao **motivo-** entendido aqui como sendo elemento mínimo- da pintura corporal. Embora os termos *Sdokrã* e *Siptató* não sejam mais utilizados com freqüência, as pessoas *Akwen* Xerente se reconhecem como membros da metade que se pinta com o motivo *Whahirê*- traço, ou como membros da metade que se pinta com o motivo *Dói*- círculo. Cada clã patrilinear tem um padrão específico para a pintura corporal de seus membros. Esse padrão, na verdade, é uma variação dos motivos básicos- traço e círculo, que vai indicar à qual metade o clã pertence⁹.

	TRAÇO	CÍRCULO
METADES	WAHIRÊ/SADKRÃ	DÓI/SIPATÓ
CLÃS	KROZAKÉ 	KUZÃ  Dói miudo
	KREPREHÍ no lado do corpo	KBAZÍ  Dói médio
	WAHIRÊ na frente do tronco e nas costas	KRITÓ  Dói grande

As relações sociais e cerimoniais estabelecidas entre grupos de aldeias, formam variáveis dependentes da composição clânica das mesmas. Tais relações, serão responsáveis por tornar a sociedade em questão, estruturalmente coesa. Constituem-se na matéria prima elaborada pelos *Akwen* Xerente, para a construção da unicidade de sua organização social. Metades exogâmicas, e clãs patrilineares, são os referentes institucionais mais utilizados nos processos de revitalização e permanência dessa sociedade. Tomemos a morfologia

da aldeia. A localização espacial fixa das casas é, de fato, insustentável. O padrão uxorilocal de residência impede que isto ocorra. Há outros fatores ainda. Disputas cotidianas são comuns em uma aldeia *Akwen* Xerente. Frequentemente, provocam mudanças de moradia. Brigas entre mulheres, suspeita de que mexeram na tralha doméstica, e até mesmo causas naturais como incêndios, são motivos suficientes para que a disposição das casas seja alterada.



Foto 1: Note-se o padrão de pintura corporal clânica wahirê, metade sdakrã, (Foto Agenor Farias, 1987).



Foto 2: O instrumento na mão direita da mulher é utilizado para imprimir o padrão clânico kuzâ, metade siptató (Foto Agenor Farias, 1987).

Os *Akwen*Xerente possuem então diferentes níveis para o reconhecimento de sua organização: a) o conhecimento das relações genealógicas, onde prevalece a patrilinearidade clânica e a exogamia entre metades, b) a ciência de um modelo binário de sua sociedade, c) o recurso simbólico da pintura corporal, na medida em que as variações expressas nos dois motivos básicos- *Dói/Wahirê* - representam o pertencimento a um de seus clãs.

A título de sistematização apresento uma tabulação dos dados relativos às etnografias dos anos 30, 50 e 80, onde estão mostradas as metades exogâmicas com seus respectivos clãs patrilineares, tal como registrados pelas diferentes etnografias¹⁰.

Anos 30	Anos 50	Anos 80
Metade Sdakrã Clãs	Metade Wairi Clãs	Metade Wahirê Clãs
Kreprehi		Kreprehi
	Wairi	Wahirê
Isauré		
Isrurié		
Krozaké	Krozaké	Krozaké
Metade Siptató Clãs	Metade Dói Clãs	Metade Dói Clãs
Kuze	Kuze	Kuzâ
Isibidu		Isibidu
Kbasi	Kbasi	Kbasí
Prasé (Klitó)	Klitó	Kritó



Foto 3: Homens com o padrão clânico wahirê, metade sdakrã, (Foto Agenor Farias, 1987).



Foto 4: Crianças também se utilizam da pintura corporal, demonstrando a vitalidade desse sistema. (Foto Agenor Farias, 1987).

O RITUAL DE NOMINAÇÃO MASCULINA E A ARTICULAÇÃO DOS FLUXOS SOCIAIS

Os *Akwen* Xerente atendem as premissas para construção de sua sociedade através de relações cerimoniais articuladas entre grupos de aldeia¹¹. Para os fins deste artigo vou me ater ao ritual de nomeação masculina, pois trata-se de um dos momentos em que estas articulações aparecem de modo bastante flagrante. Esse ritual pressupõe e engloba diferentes níveis de organização, mas o que merece maior destaque nesta presente análise decorre do fato que, este ritual, possibilita as aldeias vizinhas agruparem-se temporariamente.

O ritual de nomeação masculina tem destacadamente um caráter de reafirmação do sistema clânico nesta sociedade. Durante esse ritual os *Akwen* Xerente operam o sistema de clãs patrilineares, assim como sua distribuição pelas metades exogâmicas, com muita clareza. Evidenciam estes parâmetros. O ritual promove uma distribuição de nomes pelas pessoas e, em decorrência progressiva, distribui as pessoas por entre os clãs patrilineares e respectivas metades exogâmicas. Os nomes masculinos *Akwen* Xerente pertencem aos clãs patrilineares que, por sua vez compõem as metades exogâmicas.

Ao término de um ritual de nomeação masculina, todas as pessoas que dele participaram têm bastante vivo seu pertencimento aos respectivos clãs patrilineares. Durante a prática deste ritual os homens são chamados a expressarem publicamente sua filiação a um dos clãs, uma vez que o nome masculino é uma marca desse pertencimento. A organização social estruturada sobre clãs patrilineares e metades exogâmicas é assim lembrada, revisada e confirmada.

Na organização desse ritual evidencia-se também a história recente das aldeias que dele participam. Frequentemente, as aldeias que se cindiram de um núcleo comum tendem a realizar o ritual de nomeação masculina conjuntamente. Isto decorre em razão de que ao realizar uma distribuição de nomes masculinos, que pertencem

aos clãs, é de se esperar que o maior número de interessados esteja presente. Trata-se aqui da distribuição de um bem comum a um grupo especificamente delimitado.

Explicando. A formação básica dos clãs *Akwen Xerente* dá-se a partir de suas patrilineagens (Maybury-Lewis, 1979:222; Farias 1990:144-145). São estas que, no plano político, formam o palco das disputas responsáveis pela cisão e, no mais das vezes, pela formação de novas aldeias. Esta ação política atua como uma força centrífuga em relação à regra da uxorilocalidade, que tende a manter um grupo de irmãs e seus grupos familiares reunidos e em aproximação. Em decorrência deste dinamismo, as novas aldeias tendem a não se formar muito afastadas entre si. A separação política provocada pelas patrilineagens é, de certo modo, atenuada, na medida em que as aldeias que se separam ainda mantêm vivos seus laços de afinidade. O cisma provocado pela ação das patrilineagens clânicas, quase sempre quebrando o padrão de resistência uxorilocal, encontram nesse ritual uma força centrípeta. A prática do ritual de nomeação masculina solicita a participação conjunta de aldeias que, num passado recente, romperam politicamente. Possibilita que através dessa prática cerimonial os *Akwen Xerente* representem simbolicamente sua sociedade tal como ela é idealmente pensada por seus membros. A ritualização da união impede o cisma completo, que levaria no tempo essa sociedade a sua auto destruição.

O ritual envolve vários dias de preparação. Tem o poder de provocar manifestações cerimoniais paralelas como a pintura corporal coletiva, as corridas de toras entre aldeias quando da chegada dos visitantes a aldeia sede e as corridas de toras entre as metades cerimoniais *Siteromkwa e Htamhá*¹². Durante as preparações em nível coletivo há que se escolher a aldeia que será a sede do ritual, sua data de realização e os recursos materiais disponíveis para tanto. Entre os *Akwen Xerente* é bastante expressiva a presença dos velhos-wawe - nas

decisões relativas à organização da vida ritual, assim como são eles os responsáveis por manter referenciado o corpo de suas tradições. É sempre aos *wawe* que se recorre quando estas são as questões e, nesses momentos, a sociedade *Akwen* Xerente se apresenta como uma verdadeira gerontocracia.

Por ocasião da organização desse ritual de nomeação, os *wawe* selecionam os nomes evitando homonímia, apesar de ser possível encontrar um pequeno número de pessoas com o mesmo nome. Frequentemente essas são as pessoas que receberam seus nomes em aldeias distantes entre si. Quanto mais diversificados os que receberam seus nomes masculinos, evitando-se a repetição portanto, mais amplo se mantém o acervo de um clã. Este fato acaba gerando uma prática de guardar nomes para futuros descendentes. Homens adultos já nomeados participam dos rituais de nomeação adquirindo novos nomes, buscando ampliar assim, cumulativamente, o número de possibilidades referenciais para um maior número de descendentes.

Enquanto os homens que receberão nomes no ritual devem estar armados com suas bordunas, *Kuiró*, dois casais cerimoniais - *Dàkumãhutukwá* e *Dáwaikukwá*, estarão com seus arcos e flechas. Também escolhidos a critério dos *wawe*, estes dois casais obedecem a divisão entre as metades exogâmicas. Estes cargos cerimoniais pertencem a estas metades e não à pessoas que o exercem durante a prática ritual. No dia principal da nomeação esses casais se retiram junto com todos os homens para uma clareira no mato, próxima a um riacho. As únicas mulheres presentes são as que ocupam estes cargos cerimoniais. Ao dirigirem-se para a aldeia, os participantes do ritual o fazem divididos em duas filas, uma para cada metade exogâmica. Uma vez no pátio praticam uma dança cerimonial, quando as duas filas de homens simulam com impressionante realismo um combate entre si, manuseando suas bordunas com vigor.

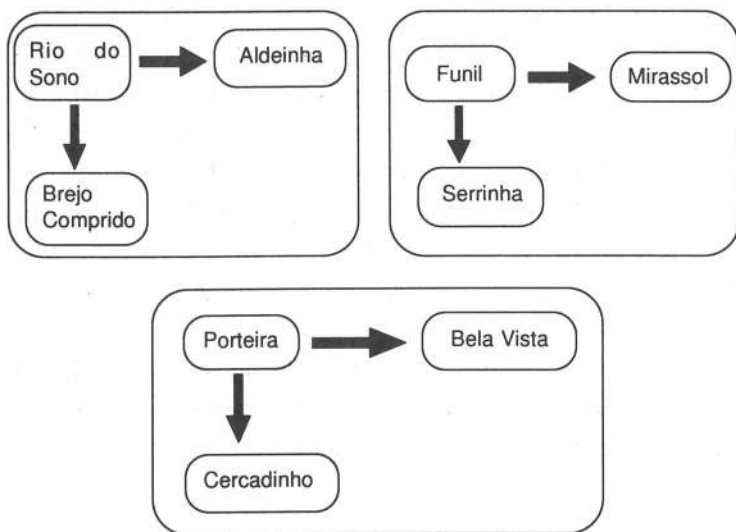
O ato de nomear homens entre os *Akwen* Xerente possui também um caráter de tornar público um nome e, em decorrência imediata, o pertencimento, daquele que está sendo nomeado, a um clã e à uma metade exogâmica. Os participantes do ritual devem ser encaminhados um a um até a frente do casal cerimonial que pertence a sua metade exogâmica. Seu nome então é grifado pelo casal e, ato contínuo, o outro casal cerimonial, da outra metade exogâmica, repete o grito anunciando a escolha e viabilização dos nomes masculinos tecendo a rede clânica das aldeias mediante um processo que lhe confere duradoura revitalização e permanência. Através dessa ação ritual os *Akwen* Xerente apresentam o nome masculino como um elemento definidor, e não só expressivo, da filiação clânica. Mantém, por essa via cerimonial, os conjuntos clânicos continuamente lembrados, acessíveis e em circulação.

DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL

Vejamos agora como se processa a articulação entre a organização ritual de nominação masculina, a distribuição populacional *Akwen* Xerente pelas parcelas de seu território e, principalmente, de que modo os fluxos sociais resultantes desta articulação formam a base da organização desta sociedade indígena, tal como pensada pelos seus componentes.

No ano de 1987 eram 9 aldeias *Akwen* Xerente. Entre estas, existiam aquelas que se aproximavam mais umas das outras. Como já vimos anteriormente, nesse procedimento não é só a distância física que conta. As informações indicam que há no interior desse universo conjuntos de aldeias que possuem laços cerimoniais, políticos e de parentesco em comum.

Esquematisando graficamente temos os seguintes conjunto de aldeias:



Existiu um processo comum na formação das aldeias Aldeinha e Brejo Comprido, a partir da aldeia Rio do Sono. Moradores dessa aldeia dirigiram-se primeiramente para uma região denominada Baixa Funda. De lá, nova cisão deu origem a outras duas aldeias: Sucupira e Aldeinha. Em 1987, apenas duas famílias continuavam morando na Baixa Funda, e os moradores de Sucupira haviam se dispersado, na maior parte indo formar a aldeia Brejo Comprido. As aldeias Cercadinho e Bela Vista, por sua vez, formaram-se a partir de um processo de cisão ocorrido na aldeia do Posto. Os líderes das facções nessa aldeia tomaram a iniciativa de formar grupos de roças coletivas. Desse processo surgiram duas novas aldeias. Na aldeia Mirassol, se reconhecem como antigos moradores da aldeia Serrinha. Esta aldeia, Serrinha, foi construída com o objetivo de abrigar um Posto Indígena da FUNAI. Os moradores da aldeia Funil são unânimes

em afirmar que, na verdade este posto foi criado com a única intenção, não declarada oficialmente pela Funai, de atrair os índios de sua aldeia para a então área demarcada Xerente¹³. Em 1991, na Serrinha existiam apenas as ruínas de alvenaria da Funai e uma pequena aldeia com número muito reduzido de moradores. Funil e Mirassol tornaram-se sedes de dois Postos indígenas da Funai.

O padrão de residência entre os *Akwen* Xerente é preferencialmente uxorilocal. A formação das facções políticas em uma aldeia, processo que é permanente contínuo, supõe alianças que em princípio podem ser definidas a partir de duas direções. Rumo ao fortalecimento de um segmento residencial- sogro, genros e cunhados solteiros, ou então ir em direção à formação de alianças no interior dos clãs, fortalecendo as patrilineagens- pais e filhos casados, envolvendo dessa forma mais um segmento residencial.

Este é um processo dinâmico que não obedece a determinações apriorísticas. Resulta de um conjunto de relações cotidianas que, via de regra, são imponderáveis e conjunturais. O resultado do processo de formação das facções, em dado momento histórico, sim, é possível determinar-se. Tal resultado, por exemplo, pode vir a direcionar a localização espacial de casas e, por decorrência, o formato da aldeia. Ao optarem pelo formato circular, onde se expressa com maior legibilidade a divisão das casas entre as metades exogâmicas, os *Akwen* Xerente criaram um referencial mais nítido para determinar a correlação de forças em sua aldeia. Se o processo faccionário caminha para o fortalecimento das patrilineagens no interior dos clãs, revela-se a filiação às metades exogâmicas. O formato circular da aldeia dá visibilidade espacial para este processo, na medida em que indica maior ou menor densidade populacional em um dos "lados".

Ao realizar um recenseamento sobre a filiação clânica dos indivíduos *Akwen* Xerente, procurei primeiro alcançar a localização e distribuição destes de acordo com as seguintes variáveis: sexo, clãs, metades, aldeia, descobrindo a partir destes recortes **nichos clânicos**,

entendidos como sendo as regiões onde existe uma maior prevalência de uma dado clã e metade. Essa informação permitiu notar a distribuição efetiva, concreta, da população *Akwen* Xerente em um dado momento histórico. A reatualização periódica destes dados, a exemplo de um censo, irá certamente trazer um maior conhecimento sobre os movimentos internos a esta população, possibilitando, inclusive, conhecer mais ainda suas estratégias de ocupação territorial e deslocamento sócio- espacial. Este é um projeto que temos em desenvolvimento junto ao Laboratório de Etnologia do ICH na PUC- Campinas, e que pretendemos inclusive estender a um número maior de sociedades indígenas

A população *Akwen* Xerente total era de 900 pessoas, segundo os dados recenseados pela equipe volante de saúde da Funai, em 1987. Desse total, 470, mais de 50% portanto, foram recenseados, neste mesmo ano, por minha pesquisa. A informação sobre filiação clânica das pessoas sempre se deu por viva voz e, quase sempre, com demonstração da pintura corporal respectiva.

Seguindo um caminho indicado pelos próprios índios, a organização do ritual de nomeação masculina, procurei mostrar graficamente esta análise, a partir dos dados demográficos de acordo com as variáveis recenseadas. As aldeias mostradas nessa demonstração são: Rio do Sono, Brejo Comprido e Aldeinha. Cabe destacar que: 1) os dados estatísticos destas aldeias formam um conjunto completo. 2) as aldeias em questão possuem um processo histórico de cisão política comum 3) estão em proximidade geográfica 4) realizam o ritual de nomeação masculina, em grande estilo, conjuntamente. O recenseamento de todas as aldeias foi de casa por casa, onde todos os moradores foram registrados de acordo com sua filiação clânica, metade exogâmica e sexo. O registro foi feito a partir de informação verbal e raramente pude notar algum desconhecimento, ou mesmo titubeios, dos informantes quanto a qual clã e metade pertenciam. Frequentemente eram adultos, homens e /ou mulheres. Mesmo entre os jovens, havia clareza a este respeito.

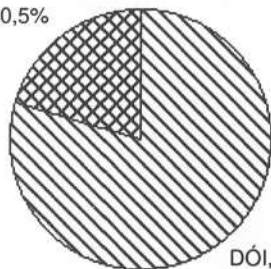
Para a notificação destes dados apliquei sempre a regra da patrilinearidade, como é norma tradicional entre os *Akwen* Xerente. Desse modo, se numa casa um homem se apresentava como sendo

Dói e *Kuzã*, com três filhos, foram anotadas 4 pessoas dessa metade e desse clã patrilinear. Tive o cuidado de separar filhos de casamentos anteriores, que porventura estivessem morando com a mãe. Se uma mulher apresentava seus 5 filhos como sendo 3 *Kuzã* e 2 *Kbazi*; o dado assim foi registrado, sob a consideração de que essa mulher teve 3 filhos com homem(s) *Kuzã* e dois filhos com homem(s) *Kbazi*. As informações relativas ao sexo, a filiação clânica e as metades exogâmicas, foram tabuladas de diferentes maneiras para melhor visualização e uso analítico. Conforme fica evidenciado, a distribuição populacional das aldeias por entre clãs patrilinares, mostra claramente que, ao se formarem, estas tendem a se aglutinar com maior incidência em torno de um dado clã. Esta tendência é observada em todas as aldeias *Akwen Xerente*.

Vejamos os gráficos. A aldeia Rio do Sono apresenta uma prevalência populacional da metade *Dói*: 79,5%. Isso indica que ao sofrer seu desmembramento houve um efeito de aglutinação no interior dessa metade registrando a presença de uma formação faccionária clânica. Esse caráter desigual na distribuição não possibilita uma ordenação adequada para a realização do ritual de nomeação. Também não indica sucesso para uma política de casamentos no âmbito de uma só aldeia.

ALDEIA RIO DO SONO

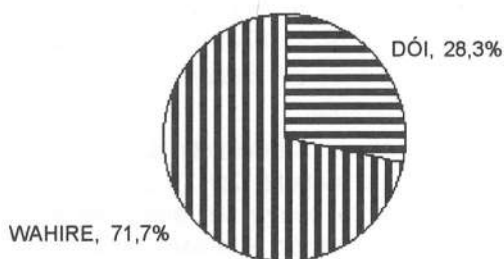
WAHIRE, 20,5%



DÓI, 79,5%

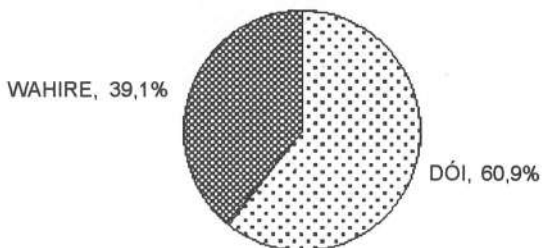
A observação da distribuição populacional da aldeia Aldeinha, seguindo este mesmo parâmetro- metades exogâmicas, apresenta-se de forma inversa e complementar a aldeia Rio do Sono. Na Aldeinha, a prevalência populacional encontra-se na metade *Wahiré*: 71,7%. O processo de cisão comum às duas aldeias, fez com que as pessoas se aglutinassem em torno da metade *Wahiré* na Aldeinha.

ALDEIA ALDEINHA



Já a distribuição populacional por entre metades exogâmicas na aldeia Brejo Comprido, aldeia que completa o conjunto e que também participa com as aldeias Rio do Sono e Aldeinha do ritual de nomeação masculina, dá uma maior incidência populacional para a metade *Dói*: 60,9%. Esse dado delimita o conjunto formado por estas três aldeias, como sendo um **nicho Dói**.

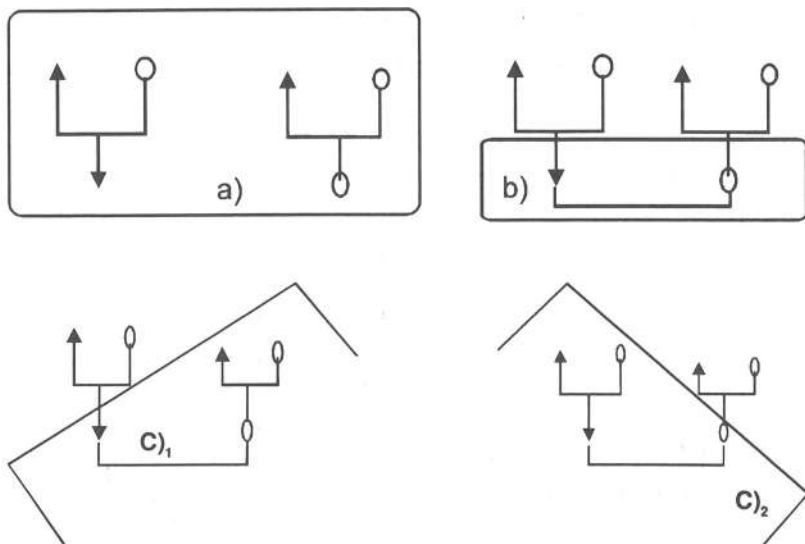
ALDEIA BREJO COMPRIDO



Um exemplo, bastante simples, de como se processa a metodologia adotada por esta pesquisa pode ser mostrado a partir do padrão de residência uxorilocal e, posteriormente, a formação de facções no interior de uma patrilinearidade. Estas são práticas muito comuns entre os *Akwẽ* Xerente.

O posto de observação deve estar localizado nos fluxos sociais realizados no interior da sociedade. É preciso detectá-los. Para se caracterizar um fluxo social há que se registrar a formação de pelo menos três grupos sociais distintos a saber; a) o grupo que fornece os indivíduos que estarão realizando o movimento. b) o grupo que se encontra no movimento propriamente dito. c1) ou c2) o grupo receptor, ou formado ao fim do movimento sócio-espacial observado.

Graficamente temos a seguinte situação:

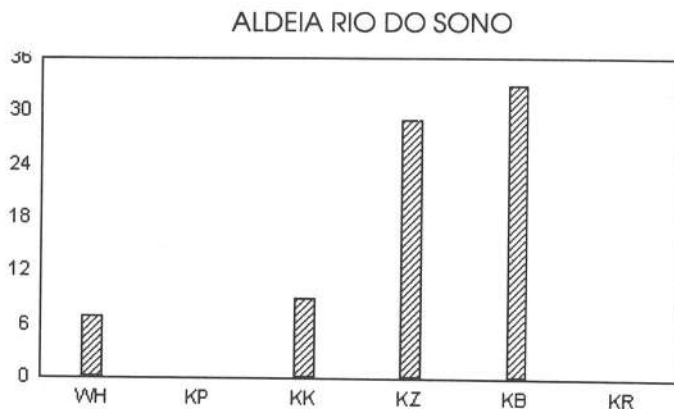


Para um observador atento, nas diferentes aldeias *Akwẽ* Xerente é possível observar esse processo contínuo de formação de

facções políticas, que as dividem quase sempre. Trata-se de um processo com lenta maturação e que, via de regra, se dá no interior das patrinhagens. Isto se deve em grande parte porque é a composição das patrinhagens que vai permitir, em sua maturação, um maior destaque de seus líderes. Estes, ao se sentirem suficientemente fortes, passam a motivar outros grupos de parentesco a acompanharem-nos, originando desse procedimento novas aldeias. Cumpre destacar que a partição se dá no plano político, sendo portanto um recorte independente de outras partições duais permanentes na sociedade *Akwen Xerente*.

O fato desse processo de cisão política ser, na maior parte das vezes, gerado no interior das patrinhagens evidencia-se ao observarmos a distribuição da população das aldeias por entre os clãs patrilineares. Dado que os clãs são compostos pelas patrinhagens, ao verificarmos a composição clânica das aldeias é de se esperar uma forte incidência populacional em um dado clã. Os gráficos da distribuição populacional das aldeias confirmam esta tese.

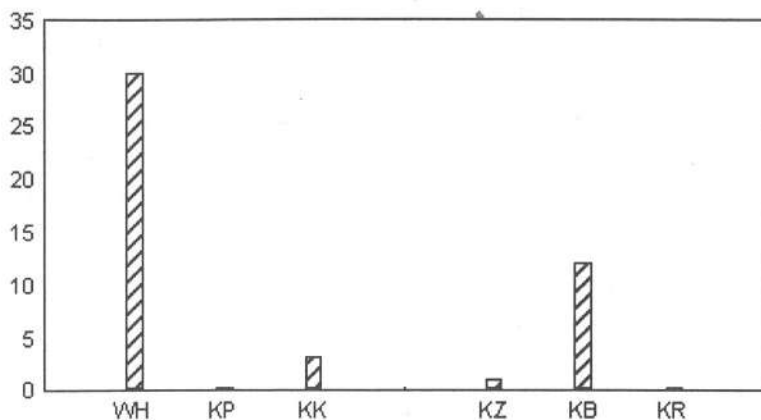
Vejamos como se dá essa distribuição clânica, por aldeia:



Legenda: WH = Wahirê; KP = Kreprehí; KK = Krozaké, clãs patrilineares da metade Wahirê

KZ = Kuzâ; KB = Kbazí; KR = krito; clãs patrilineares da metade Dói

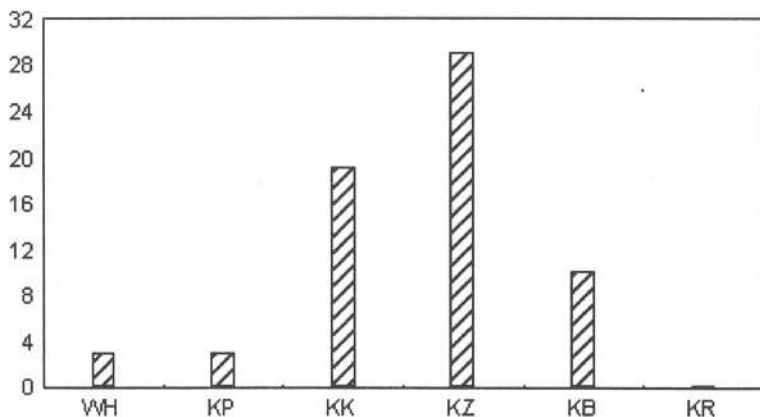
ALDEIA ALDEINHA



Legenda: WH = Wahirê; KP = Krepehí; KK = Krozaké; clãs patrilineares da metade Wahirê.

KZ = Kuzâ; KB = Kbazi; KR = kritó; clãs patrilineares da metade Dói.

ALDEIA BREJO COMPRIDO

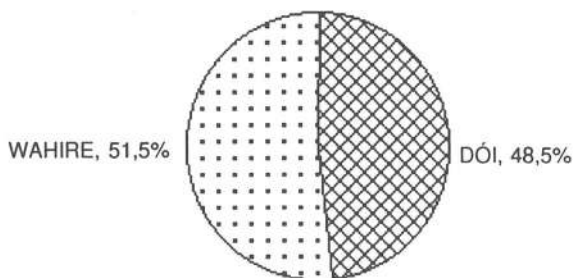


Legenda: WH = Wahirê; KP = Krepehí; KK = Krozaké; clãs patrilineares da metade Wahirê.

KZ = Kuzâ; kb = Kbazi; KR = Kritó, clãs patrilineares da metade Dói.

Uma leitura mais atenta nestes dados sobre a distribuição populacional deste grupo de aldeias nos, indica que este conjunto observado forma um **nicho Dói**. Trata-se de uma região territorial onde se verifica uma maior densidade populacional nesta metade exogâmica. Esta observação se sobressai ao notarmos a distribuição total da população recenseada, por entre as metades exogâmicas. Como se verifica, há um relevante equilíbrio nessa distribuição: *Dói*: 49,55%; *Wahirê*: 51,55%.

DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DA POPULAÇÃO
ENTRE AS METADES EXOGÂMICAS



Este equilíbrio está indicando que estes *Akwén* promovem uma ocupação territorial global que atende a uma divisão que passa ela também pelo critério do pertencimento às metades exogâmicas. As aldeias que estão localizadas na região do rio do Sono, porção mais oriental do território, são marcadas pela presença *Dói*, enquanto que a região das aldeias mais próximas ao rio Tocantins, se caracterizam por uma maior prevalência populacional na metade *Wahirê* caracterizando-se por sua vez como nicho *Wahirê*. Desse modo, o universo territorial global ocupado pelos *Akwén* Xerente hoje, a exemplo de suas aldeias idealizadas ritualmente, apresenta-se também ele partido, dual, seccionado por um recorte sócio - cultural que atinge a todos os indivíduos ao mesmo tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de censos que tenham levado em conta a multiplicidade das instituições sociais, atendendo desse modo às especificidades das sociedades indígenas brasileiras, não tem sido prática comum. Para que tenhamos uma idéia mais precisa a esse respeito, o censo Demográfico de 1991, realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) foi o primeiro Censo Nacional a ser realizado no Brasil considerando a categoria indígena. E mesmo assim, essa categoria foi apenas incluída como uma das variáveis no quesito "cor da pele", junto ao questionário da amostra utilizado pela Fundação.¹⁴

Os dados demográficos mais freqüentemente utilizados nos estudos junto as populações indígenas, dizem respeito aos fatos vitais: uniões, nascimentos e óbitos da população observada. A dificuldade para uma coleta precisa destes dados se acentua se atentarmos para as condições de trabalho e conseqüente registro, na maioria das aldeias indígenas brasileiras, sejam estas assistidas pela FUNAI ou por Missões Religiosas.

No caso de recenseamento de populações indígenas cabe ao antropólogo interpretar os dados demográficos de tal forma que a complexidade social não seja perdida. A ação do antropólogo deve aparecer tanto na delimitação das variáveis, quanto no equacionamento das mesmas. Não se trata, portanto, de um levantamento demográfico estatístico tradicional. A análise demográfica das sociedades indígenas deve também estimular a criação de parâmetros que sejam culturalmente significativos para a população recenseada. Assim, não de permitir um quadro referencial mais nítido ao pesquisador antropólogo. Uma prática de censos que tenham levado em conta a multiplicidade de instituições sociais específicas das sociedades indígenas, infelizmente, ainda está por se estabelecer.

Nessa análise antropológica da distribuição da população *Akwẽ* Xerente, tivemos como parâmetros seus clãs patrilineares e

metades exogâmicas. Este estudo vem demonstrar que é preciso rever uma certa indisposição existente quanto ao valor analítico e explicativo dos conceitos de descendência unilinear, e mesmo de grupos corporados, entre as sociedades Jê do Brasil central. Através da filiação aos clãs patrilineares, e da distribuição destes por entre as metades exogâmicas, foi possível compreender com que grau de clareza os *Akwen Xerente* tornam operante sua organização social e promovem uma ocupação espacial de seu território de acordo com critérios tradicionais.

A população das aldeias *Akwen Xerente* sofre uma decomposição na sua distribuição clânica ao se cindir. Assim, ao observarmos isoladamente uma aldeia encontraremos sua população distribuída de modo pulverizado, com mais pessoas em um dado clã, e menor ou mesmo nenhuma incidência populacional em outros. O mesmo ocorre com a distribuição da população de uma aldeia pelas metades exogâmicas. Como tais metades são formadas a partir dos conjuntos clânicos, os movimentos populacionais, decorrentes da formação de facções a partir das linhagens patrilineares, e a conseqüente cisão das aldeias, incide diretamente na distribuição populacional das pessoas. Por essa mesma razão, sempre que observarmos uma aldeia *Akwen Xerente* também encontraremos maior incidência populacional em uma das metades exogâmicas.

Os *Akwen Xerente* ao reorganizarem-se periodicamente através de sua prática ritual de nomeação masculina, estão demonstrando que seu nível de articulação global passa pela filiação dos seus membros aos clãs patrilineares e às metades exogâmicas. São estes os referenciais básicos aos quais estes Jê centrais se atêm quando da estruturação de sua organização social. Isto se dá mediante uma captação permanente e contínua de todos os indivíduos por estas instituições.

Os clãs patrilineares têm como sua "matéria orgânica" as diferentes patrilineagens. Em torno da composição destas é que se desenvolvem os níveis de articulação política, através da formação das facções. Estas serão responsáveis pela pulverização dos *Xerente* por

seu território e, acabam organizando também a prática da exploração econômica deste. O cerne deste processo são fluxos sociais contínuos. A reunião das patrilineagens se dá cerimonialmente, por meio das práticas rituais, quando então uma aldeia se reconstrói tal como idealmente deve ser representada a sociedade *Akwen Xerente*. A prática do ritual de nomeação masculina reúne as patrilineagens no interior dos clãs patrilineares, com estes nominando seus membros, e distribuindo-se pelas exogâmicas. Esta prática ritual dá legibilidade simbólica para a organização social.

É de se destacar que são os grupos que disputam entre si politicamente, dividindo-se em facções, que se reúnem durante a realização do ritual de nomeação masculina. A força deste ritual se mostra também aí. Na medida em que apresenta os homens divididos por entre metades exogâmicas produz uma reflexividade entre os *Akwen Xerente*, emoldurando seus indivíduos de modo a sugerir a prática da exogamia entre as metades como sendo a base de sua sociedade organizada.

Cabe destacar, por fim, os momentos que foram privilegiados por esta demonstração. A formação de facções políticas no interior das patrilineagens, que são o núcleo dos clãs *Akwen Xerente*. A referência a um padrão dual inclusivo, na distribuição e na ocupação das aldeias pelo território como um todo, indicado pela existência de dois grandes nichos populacionais aqui especificados. O processo de reordenamento dos clãs e metades exogâmicas, mediante um processo ritual onde se reestrutura simbolicamente a sociedade.

NOTAS

- (1) Uma versão básica deste artigo foi publicada na coletânea **Continuity, Collapse or Metamorphosis**. Vol 11 International Journal of Anthropology. Firenze. 1996. Yara S. Farias e Ana Alice Justo auxiliaram nessa transcrição.
- (2) Sou grato ao CNPq e a FAPESP pelos auxílios concedidos durante as diferentes fases de pesquisa de campo que tenho realizado.
- (3) Informações referentes a este período da pesquisa de Maybury-Lewis entre os Xerente, também podem ser encontradas no volume **The savage and the**

innocent, Beacon Press Boston. MA. USA. 1965. Existe uma edição brasileira, com tradução de Mariza Correa; **O Selvagem e o Inocente**, Editora da UNICAMP, Campinas. SP. 1990.

- (4) Para uma leitura atualizada sobre os *Akwen Xerente*, além dos trabalhos já mencionados, temos Farias 1990, 1992, 1994, 1996a 1996b
- (5) Os estudos de antropologia sobre as sociedades indígenas brasileiras, via de regra não têm privilegiado a análise demográfica. Quase sempre resumem-se a este aspecto: uma apresentação de estatísticas vitais, quantitativas. Excessões dignas de nota são Clastres, 1982; e Wagley, 1951. Cumpre destacar a vasta produção de Salzano, que tem se constituído na base referencial para análise demográfica das sociedades indígenas brasileiras, em especial no que se relaciona com o estudo da genética humana. Para uma leitura introdutória onde se pretende um acompanhamento mais antropológico nos estudos de demografia indígena ver Vidal, 1982.
- (6) A exemplo das categorias de idade Kayapó- *Xikrin* Vidal (1977:361) mostrou que a diferenciação por sexo, e a divisão em categorias de idade é o único critério que classifica de modo global e inequívoco a todos os indivíduos *Xikrin* do Cateté. Entre os *Akwen Xerente*, o mesmo se dá por meios dos clãs patrilineares.
- (7) A estrutura política das aldeias pesquisadas por Maybury- Lewis na década de 50, foi analisada a partir do pertencimento dos indivíduos ao que o autor denominou "façções". Estes eram agrupamentos sócio- políticos conjunturais que se assemelhavam aos clãs pelo indicativo de patrilinearidade, na medida em que eram dominados por linhagens. Os clãs, entretanto, possuem dimensão estrutural no universo sócio- cultural *Akwen Xerente*.
- (8) Maybury-Lewis, D. 1979:223.
- (9) Farias 1990. Lopes da Silva; e Farias, 1992.
- (10) Tabela construída em co-autoria em Lopes da Silva, A.
- (11) Esta articulação entre as relações sociais e cerimoniais e cosmológicas, característica destas sociedades é um dos temas que trato em minha tese de doutorado "Um cenário Jê- amazônico. Exercício de uma leitura configurativa" FFLCH- USP. 1996.
- (12) Para não fugir dos objetivos deste trabalho estarei apenas indicando sucintamente o sistema de metades cerimoniais. Proximamente voltarei ao tema.
- (13) O processo de demarcação do território *Akwen Xerente* foi muito arrastado. Em 1976, a FUNAI, depois de muita briga com os moradores de Tocantins, sede do município, conseguiu a "proeza" de demarcar um território para os Xerente deixando de fora uma de suas aldeias mais tradicionais, a aldeia do Funil. Desde então foram inúmeros os subterfúgios tentados, ora para atrair os índios do Funil para dentro do território demarcado, ora para demarcar uma área separada para essa aldeia. Como os moradores do Funil permaneceram irredutíveis em continuar ocupando uma das áreas mais tradicionais para os *Akwen Xerente*, finalmente em 1991, foi demarcada também a aldeia, compondo uma só área contígua ao território anteriormente demarcado.
- (14) Uma boa introdução para leitura dos dados obtidos pelo Censo 1991, com relação a população indígena brasileira, encontra-se no boletim da ABA, nº 29. 1998.

BIBLIOGRAFIA

- ABA. **Boletim da Associação Brasileira da Antropologia**. - n.º 29. Primeiro Semestre de 1998.
- CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**. - Editora Francisco Alves. 1982 Rio de Janeiro.
- FARIAS, Agenor. Um Cenário Jê -amazônico: exercício de uma leitura configurativa. Tese de Doutorado. FFLCH.USP. 1996 São Paulo.
- _____ "An anthropological approach to the demography of central Brazil Ge societies." **Continuity, Colapse or Metamorphosis**. - Boetsch, G; Sauvain-Dugerdil, C.; Roberts, D. (eds.) International Journal of Anthropology. vol 11, n.º 2-4. 1996. Firenze.
- _____ "Notícia Histórica sobre os Akwen Xerente." **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Serie Antropologia. 1995 vol 10. Belém.
- _____ "Ritual e parentesco na sociedade Xerente contemporânea." **Revista de Antropologia**. FFLCh. USP. vol 37. 1994 São Paulo.
- _____ Fluxos Sociais Xerente: organização social e dinâmica das relações entre as aldeias. Dissertação de Mestrado. FFLCH.USP. 1996 São Paulo.
- _____ "O mundo cromático Xerente." **Revista do Museu Municipal de Paulínia**. - n.º 29. 1985. Paulínia.
- LOPES da Silva, A. e FARIAS, Agenor. "Pintura corporal e sociedade: os partidos Xerente." **Grafismo Indígena. Estudo de antropologia estética**. - Vidal, L.(org.) Estúdio Nobel, EDUSP, FAPESP. 1992. São Paulo.
- MAYBURY-LEWIS, David. **Akwe-Shavante society**. Claredon Press. 1984 Oxford

- _____ "Cultural Categories of central Ge. **Dialectical Societies**. Maybury-Lewis, D.(org.) Harvard University Press. 1979. Cambridge.
- _____ "Estruturas e Estratégias." **Anuário Antropológico**. UNB. Tempo Brasileiro 1988. Rio de Janeiro.
- _____ "**O selvagem e o inocente.**" Editora da UNICAMP. 1990. Campinas.
- NIMUENDAJU, Curt. **The Serente**.-. 1942. Los Angeles.
- VIDAL, Lux. "Demografia de grupos minoritários: índios." Comunicação apresentada no II Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais,. ABEP. 1982. Vitoria.
- _____ "As categorias de idade como sistema de classificação e controle demográfico de grupos entre os Xikrin do Cateté e de como são manipuladas." **Actes du Congres International desd Americanistes**.-. vol II. 1976. Paris.
- Wagley, Charles. "Cultural influences on population: a comparison of two Tupi Tribes" **Revista do Museu Paulista**.-. vol V. 1951. São Paulo.

ÁGUA: O NOVO COMBUSTÍVEL DOS CONFLITOS?

Rui Ribeiro de CAMPOS*

APRESENTAÇÃO

Tales (Mileto, c.624-546), que já suspeitava da redondeza da Terra, afirmava que o primeiro elemento da natureza, que dá origem aos outros, é a água. Anaximandro (Mileto, c.610-547), discípulo de Tales, formulou uma rudimentar teoria da evolução orgânica, segundo a qual os primeiros animais viviam no mar que, no começo, cobria toda a superfície terrestre; quando as águas diminuíram, alguns foram capazes de se ajustar ao ambiente terrestre e o produto final deste processo foi o homem.

No último quarto do século XVIII, o químico e teólogo inglês Joseph Priestley (1733-1804), descobriu o oxigênio e demonstrou que, com a presença da luz, as plantas o produzem (fotossíntese). O francês Antoine Laurent de Lavoisier (1743-1794), que além de químico era coletor de impostos¹, foi o autor da lei da conservação da massa em química e demonstrou que a água se compunha de dois elementos químicos: o hidrogênio e o oxigênio. No início do século XIX, o físico francês Louis Joseph Gay-Lussac (1778-1850) e o botânico e geógrafo prussiano Alexander von Humboldt (1769-1859), verificaram que a proporção desses elementos na molécula de água era de 2 para 1, o que levou à fórmula H_2O .

(¹) Professor do Departamento de geografia do Instituto de Ciências Humanas - PUC-Campinas.

Verificar-se-á, mais tarde, que a composição não é tão simples assim, pois as moléculas da água tendem a se reunir entre si formando moléculas múltiplas (polímeros), possibilitando que, dependendo de alguns fatores — principalmente da temperatura — possam ser encontradas misturas em proporções diversas como H_4O_2 ou H_6O_3 . Daí a sugestão, de alguns, de que a molécula de água fosse assim representada: $(H_2O)_n$. Há autores que chamam a constituição molecular mais simples — H_2O — de **hidrol**, que só é encontrada na água em estado de vapor; em estado líquido predomina a forma H_4O_2 (**Di-hidrol**) e no estado sólido H_6O_3 (**tri-hidrol**).

Mas a água é mais complicada ainda. Normalmente, as substâncias, quando aquecidas, dilatam-se, aumentam de volume e têm sua densidade diminuída, pois o calor aumenta a movimentação das moléculas e a distância entre elas. Entretanto, a água tem seu volume diminuído até $4^\circ C$. Abaixo disso, ela se dilata até congelar, fazendo com que o gelo seja menos denso que a água líquida, o que explica porque os cubos de gelo flutuam no copo de refrigerante ou porque quando lagos e oceanos se congelam, a camada de gelo se forma na superfície e o fundo permanece com água líquida. Se o gelo fosse mais denso, ele ocuparia o fundo do lago.

A água, além de ser quimicamente neutra, tem a propriedade de dissolver outras substâncias. Por isso, principalmente em estado líquido, possui sempre vários elementos dissolvidos. As águas dos rios se diferem das oceânicas por conterem uma quantidade muito menor de sais; daí ser imprópria a denominação “água doce”. A presença de maior quantidade e variedade de sais é que faz com que a água do mar só se congele a temperaturas muito baixas; todavia, ao congelar, a água se separa dos sais, razão pela qual a banquisa ou **icefield** é menos salgada do que a água do mar ainda líquida. Os gelos continentais são mais “fáceis” de serem formados; os **icebergs**, originados dos *inlandsis* existentes nos continentes, ao serem derretidos, fornecem água potável. Já há estudos para o transporte de “icebergs” para áreas áridas.²

A água potável é uma necessidade cada vez maior do “*homo urbanus*”, assim como a umidade do ar é essencial à vida; e, para melhorar a umidade, muitas vezes se constroem lagos artificiais, como o Paranoá, em Brasília. O clima de uma cidade, este ambiente antrópico, começa a se alterar desde sua implantação. A presença da vegetação arbórea altera o regime dos ventos, tornando-os mais brandos e menos carregados de poeira. Hoje, o próprio calor já pode ser detectado por satélites, utilizando-se de filmes sensíveis ao infravermelho; como um objeto quente emite radiações infravermelhas, a foto pode mostrar a diferença entre um rio mais quente, poluído e um rio mais frio.

Desde a Antigüidade, o homem procura construir cidades próximas aos rios; também, desde a Antigüidade, grupos humanos brigam pela água e a pergunta “*A quem pertence a água?*” é antiga. Regato, ribeiro, em latim é “*rivus*” e o adjetivo “*rivalis*” refere-se a “de rio”. Para alguns filólogos, essa relação entre rival e ribeirinho ocorreu a partir do momento em que, “*nas estações secas ocorria a rivalidade, ou seja, a hostilidade contra aqueles que, instalados às margens do mesmo rio, roubavam água.*” (Conti, apud Turra 1994, 59). A disponibilidade de água inibe ou não a fixação da população; a necessidade de tornar produtivas as terras força a busca de água subterrânea ou da superfície através de canais; a urbanização e a industrialização intensificam, na quantidade e na forma, o uso da água. O homem cria limites territoriais e há rios que nascem em propriedades de outros, que separam países, que atravessam vários países. Quem tem direito a ser o “dono da água”? É justo alguém usar mais (ou mal) e afetar a todos os situados à jusante?

Se a água, assim como o ar, é essencial à vida, o acesso a ela não pode ser restrito, devendo ser considerado um bem comum, uma propriedade coletiva, e ser gerenciado pelo poder público. Pela constituição brasileira (de 05/10/1988), conforme seu artigo 20, são bens da União:

“III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banha mais de um Estado sirvam de limites com outros países, ou se

estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas, ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as áreas referidas no art. 26, II.³

V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VIII - os potenciais de energia hidráulica."

Diz ainda a Constituição que compete à União *"instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso"* (art.21,XIX) e que compete privativamente à União legislar sobre água e energia (art.22,IV).

No Brasil, como no mundo, terras férteis estão se perdendo, a urbanização e a demanda por água estão aumentando e a disponibilidade de recursos hídricos diminuindo. A demanda mundial por água dobrou nos últimos 20 anos. Estão prevendo que muitas guerras nas próximas décadas terão como causa a água. A escassez crônica de água já atinge 250 milhões de pessoas, espalhadas em 25 países. A urbanização está acelerada, inclusive no Terceiro Mundo. Os desequilíbrios ambientais devido desmatamento e uso incorreto do solo, poluição dos rios, etc. estão comprometendo grande parte dos recursos hídricos do planeta.

"..., a possibilidade de as estações do ano terem realmente mudado e de o ciclo da água estar mudando, deve ser levada à sério. Há oitenta anos, o nível do mar aumenta 1,2 milímetros por ano e a superfície oceânica é tão vasta que este—quase imperceptível—aumento de nível corresponde a um volume de 430 km³. Oitenta multiplicado por 430: verifiquem o resultado! Esta água 'a mais' no mar deve corresponder à mesma quantidade de água 'a menos' na terra, tanto sob a forma de geleiras e neves, de rios mais baixos e solos mais secos." (Conti 1991, 20)

Alguns já defendem a idéia de que a água seja considerada uma "commodity", um bem econômico que deve ser pago por quem a utiliza. Isso exigirá acordos quando as águas forem internacionais; e, para piorar, onde ocorre escassez de água, as relações entre os países vizinhos têm sido conflituosas. A água, fonte de vida, será também de mortes.

1. ÁGUA : CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA

Em estado líquido, somente a Terra a possui no Sistema Solar ; na forma sólida forma os anéis de Saturno e está presente nos cometas. A água predomina nos seres vivos pois constitui, em média, 70% das células. Foi nas águas que a vida surgiu. A composição química da água do mar e do sangue dos animais é muito semelhante, exceto quanto à maior proporção de magnésio no mar e de potássio no sangue.

Três quartos da superfície do nosso planeta estão cobertos pela água que, excetuando a que se encontra em estado gasoso, assim se distribui: 95% oceanos e mares (água salgada), 2,5% calotas polares e geleiras e 2,5% "água doce". Desta última, a maior parte se encontra no solo e no subsolo. Está continuamente se renovando graças a água que se evapora dos oceanos (100 trilhões de metros cúbicos por ano, o equivalente a água de todos os lagos e pântanos) e se precipita sobre as terras continentais. Um terço dessa água precipitada volta para o mar através dos rios. A todo o momento, há sempre uma entre quinze moléculas de água que está mudando de estado, de lugar ou de função. Mas, assim como ocorre com a distribuição de renda, as águas não se encontram distribuídas de modo uniforme, sendo a Ásia e a América do Sul as áreas quantitativamente mais favorecidas.

A água é o líquido que possui o maior **calor específico**; calor específico é o cociente da quantidade de calor que é necessária para aumentar a temperatura de uma substância em 1°C. Assim

sendo, a água necessita de grande quantidade de calor para se aquecer, o que significa que armazena calor e mantém sua temperatura por mais tempo que outras substâncias, sendo necessário que ceda uma grande quantidade de calor ao ambiente para que sua temperatura diminua. É por isso que a usamos para retirar o calor de um objeto e ela não se aquece na mesma proporção do “esfriamento” do objeto. A grande massa de água oceânica absorve boa parte da energia calorífica solar — que será cedida à atmosfera durante a noite — sem que sua temperatura aumente consideravelmente.

*“Outra propriedade da água responsável pela estabilidade do clima terrestre é seu alto **calor latente**, ou seja, a quantidade de calor que um corpo absorve para passar do estado sólido ao líquido ou do líquido ao gasoso. Inversamente, o gás cede calor ao passar para o estado líquido e do líquido ao sólido. Grandes quantidades do calor atmosférico são absorvidas, portanto, quando a água do mar, dos rios ou do solo é evaporada e isso ameniza o clima,...”*
(Branco, 1993, 14)

Somente 0,04% da água existente encontra-se em estado gasoso e grande parte das chuvas provém da evaporação da água oceânica, graças ao **ciclo hidrológico**.

Graças à energia solar, há um contínuo movimento das águas, caracterizado, esquematicamente, pela evaporação-transpiração⁵, condensação e precipitação. Ao precipitar-se, a água pode seguir três rumos: evaporação ou infiltração ou escoamento superficial. Para os rios escoam, diretamente, um percentual aproximado de 30% da totalidade das chuvas que caem na superfície. A maior parte infiltra-se nos solos, preenchendo os interstícios existentes, formando os depósitos de água subterrânea, que darão origem às nascentes e garantirão a água dos poços freáticos e a perenidade de muitos rios durante o período da estiagem. A infiltração da água depende da permeabilidade do solo; solos arenosos absorvem mais água que os

argilosos. Estes são mais permeáveis quando, devido a existência de cobertura florestal, o húmus aglutina partículas de argila formando grãos maiores (grumos), com mais espaço entre eles.⁶

Asfalto, cimento, construção, etc. diminuem a água de infiltração e aumentam a água de escoamento que, carregando o “lixo urbano”, provoca assoreamento e enchentes. Separaremos “cheia” de “enchente” pois ao usá-las como sinônimos deixamos indistinguíveis os fatos naturais e as ações provocadas pelo homem ou por alguns homens, colaborando assim para que Deus e a natureza sejam responsabilizados pelo uso inadequado dos recursos naturais. A “enchente” (ou a “inundação”) é o fenômeno provocado pelo assoreamento, impermeabilização do solo, urbanização desordenada, etc.; a “cheia” é um fenômeno natural, normal. Por isso, várzea é sinônimo de “leito secundário”, é o espaço do rio no período das chuvas; a ocupação humana do leito secundário é que é uma invasão do espaço alheio.

A sociedade destrói a mata-ciliar, joga seus pobres nas regiões ribeirinhas ou constrói avenidas marginais ao rio. Quando, inclusive em virtude do assoreamento, o rio ocupa essas áreas, tomam-se decisões que nem sempre atacam as causas. Uma delas é transformar os córregos em canais cimentados e retificados—eliminando seus meandros—o que altera a paisagem, aumenta a velocidade das águas, diminui a infiltração e a quantidade de água nas secas. Outra solução é canalizar em galerias subterrâneas; além de não se ter mais o rio para apreciar, se a impermeabilização das regiões próximas aumentar, a longo prazo se transforma em mais um problema. Outra técnica é tornar o talvegue mais profundo, para aumentar a capacidade de abrigar um volume maior de água. Os vales, por terem áreas mais planas, são lugares procurados para a construção de avenidas. A grande avenida ocupa também o lugar dos “campos de pelada”. A urbanização desenfreada e especulativa, em que o espaço do automóvel é mais importante que o do transporte coletivo, vai ocupar as várzeas. O “campo de várzea”, espaço público que também é dos rios nas suas cheias, vai ser destruído, acabando

com o "*celeiro de craques*" pobres. A inundação é a vingança do rio.

2. SUJANDO A ÁGUA

Na natureza não existe água pura; isso porque a água possui a capacidade de dissolver quase todos os elementos e compostos químicos. Mesmo a da fonte ou dos poços cont m substâncias dissolvidas; a da chuva — tida popularmente como pura — nunca foi⁷ e hoje ocorrem, inclusive, as "chuvas ácidas"⁸. As chuvas sempre tiveram um papel importante na limpeza da atmosfera; a água das chuvas possuem gases como oxigênio, gás carbônico, nitrogênio, etc. que são por ela absorvidos na atmosfera e gases ácidos que são sempre solúveis em  gua. A poeira presente no ar não prejudica a qualidade da água e constitui os "*núcleos de condensac o*", importantes para a formação de nuvens. A presença de sais, de determinados gases, etc. É que permite a vida aquática, pois os peixes e outros seres vivos não sobreviveriam na "* gua pura*". Até a água que bebemos necessita de algumas substâncias, de sais, para ter o "*sabor*" que possui (fervida, torna-se insípida por perder, por exemplo, o gás carbônico; se agitada, após estar fria, recupera os gases e o gosto).

Se o oxigênio livre, dissolvido na água, é fundamental para os seres aquáticos, sua ausência permite somente a sobrevivência das microscópicas espécies anaeróbicas. Contendo substâncias tóxicas — e quando estas ultrapassam os níveis mínimos de concentração — e organismos patog nicos — que causam doenças quando ingeridos — ela é nociva   saúde humana. Organismos patog nicos existem quando há a presença de matéria fecal⁹; se a água é usada na irrigação de hortaliças, ao ingerir uma hortaliça crua a pessoa pode estar enviando para o seu interior ovos de parasitas, amebas, gi rdias, etc. Aí sim, a água está poluída (*polluere* : molhar sujando). Lembrando ainda que as aparências enganam, a água turva pode ser mais limpa que a transparente.

Na maioria dos casos, a mortandade de peixes não é provocada por venenos ou patogênicos mas pela alteração do ambiente ou pela modificação da temperatura ou por excesso de alimento, o que leva ao esgotamento do oxigênio dissolvido e à asfixia dos peixes.¹⁰ O excesso de matéria orgânica, o qual torna o ambiente anaeróbico, não impede o processo de decomposição mas este passa a se realizar por processos fermentativos, que provocam a formação de metano e de gás sulfídrico. Por isso um rio poluído, além de "morto", cheira mal. Esse morto, porém, pode ressuscitar se a causa básica de seu falecimento for eliminada, através da autodepuração. A absorção de oxigênio será maior se as águas forem turbulentas (cachoeiras e corredeiras); se lento, será maior à medida que se tornar mais transparente e a luz penetrar mais, permitindo a realização da fotossíntese por algas microscópicas; estas fornecerão oxigênio e alimento aos seres aquáticos. Mas, com a água rica em substâncias derivadas da decomposição orgânica (eutrofização), pode ocorrer um crescimento desordenado da massa vegetal.

Se o esgoto doméstico provoca demanda bioquímica de oxigênio (DBO)¹¹, os resíduos industriais e as águas de drenagem das áreas agrícolas de uso intensivo de biocidas, contaminam com substâncias tóxicas. Estas podem ser minerais (por exemplo os metais pesados como estanho, cobre, mercúrio—o único metal líquido) ou orgânicas (e se orgânicas sintéticas, resistem à biodegradação). Muitas substâncias tóxicas têm sua concentração ampliada pois são absorvidas (bioacumulação) por microorganismos (algas e bactérias de vida livre) que são ingeridos por outros, chegando aos peixes e ao prato.

Quando, em meados do século XIX, a urbanização aumentava, descargas hidráulicas para sanitários foram inventadas e rede de esgotos construídas, epidemias de cólera, febre tifóide, etc. foram facilitadas. Os rios, recebendo então maior quantidade de matéria orgânica, foram perdendo seus peixes e ganhando um odor desagradável¹². Na Europa, o **Tâmisa**, o **Sena**, o **Reno**, o **Pó**, e o **Ródano** já não eram mais os mesmos. E quando o "sulfídrico cheiro" chegou às

narinas de integrantes de alguns parlamentos, solução legais começaram a ser tomadas. Nós também só tomamos consciência quando a praia está suja de petróleo. Este forma uma fina camada na superfície impedindo a troca de gases entre a água e o ar, e, se recobrir as folhas das plantas flutuantes, impede a respiração e a fotossíntese. É importante lembrarmos de que não há água limpa em sociedades degradadas.

3. LIMPANDO A ÁGUA

O rio Tâmis foi, durante séculos, um “esgoto a céu aberto”, com níveis de poluição próximos aos do **Tietê** (SP), **Capibaribe** (PE) ou **Guaíba** (RS), e hoje está quase despoluído. O que colaborou para a degradação ambiental destes rios foi o modelo de crescimento econômico adotado. Sem a mudança deste modelo e do pensar das pessoas, as soluções são difíceis, pois não são somente técnicas. As ciências têm apontado diversos caminhos, mas estes dependem inicialmente de soluções políticas.

O esgoto pode ser tratado através da autodepuração em estações de tratamento apropriadas. O esgoto passa por grades metálicas — que retêm latas, plásticos e outros objetos —, entra num reservatório em velocidade lenta — para possibilitar a precipitação da areia, partículas minerais, etc — e entra num tanque de decantação¹³ onde, por ação da gravidade, as partículas sólidas mais finas que a areia se depositam. Os tanques devem ser grandes e a passagem do esgoto deve ser lenta para que a decantação se realize; o líquido decantado só conterá matérias em solução. Para que a matéria orgânica seja eliminada, é importante a presença de oxigênio (através do espalhamento da água em camadas finas, que as deixa em contato com o oxigênio do ar, ou de lagoas rasas — até 2 metros — de estabilização com algas, etc.). O tratamento pode também ser anaeróbico, através dos biodigestores, onde se busca a obtenção de metano, um combustível quase inodoro e de emprego industrial.

Para obtermos água potável, faz-se um processo de decantação, seguido de filtração em areia. Para a decantação, notadamente da argila, não ser muito lenta, adicionam-se coagulantes químicos (sulfato de alumínio, sais de ferro) que provocam a aglutinação das partículas e sua sedimentação. Daí a água passa por filtros de areia (na verdade, uma estrutura formada, de baixo para cima, de uma camada de cascalho, uma de areia grossa e outra de areia fina) e, após isso, deve sofrer uma desinfecção para remover as bactérias patogênicas, normalmente com a adição de cloro.

Em regiões de pequenas e concentradas precipitações pluviométricas, enquanto não é viável a importação de *icebergs*, transformar a água do mar em água potável (dessalinização ou dessalgamento; este último é mais correto) é uma necessidade. O processo visa remover o excesso de sais e não tirar toda a salinidade, até porque os sais de sódio e cálcio são essenciais. O método mais comum consiste na construção, de alvenaria, de canaletas

“recobertas por um telhado baixo, de vidro, cujos beirais ultrapassam a largura da canaleta, com calhas coletoras como as dos telhados das casas. As radiações solares atravessam o vidro e aquecem a água salgada contida nas canaletas, produzindo sua evaporação. O vapor, ao subir, condensa-se na superfície interna da cobertura de vidro, escorrendo para as calhas, de onde escoam para recipientes colocados em suas extremidades.” (Branco 1993,61).

Isto nem sempre é adequado para grandes quantidades. Há outros métodos, e um deles é o congelamento da água do mar pois, nesse processo, há a separação dos núcleos salgados.

Para garantir a qualidade da água é importante que a agricultura busque alternativas menos agressivas (como o controle biológico) pois “praga” só ocorre quando há desequilíbrio ecológico, e desenvolva técnicas, como aspersão do vinhoto no solo, silos e esterqueiras¹⁴, para que substâncias eutrofizantes¹⁵ não atinjam as

águas. As águas industriais devem ser obrigatoriamente "recuperadas" antes de seu despejo ou até para serem reutilizadas. Deve também ser proibido o lançamento de águas com temperaturas bem diferentes à existente no rio ou no lago ou no mar. O aumento da temperatura não pode ser superior a 2,5°C pois, excetuando aves e mamíferos, os animais não são homeotermos (que possuem a capacidade de controlar a temperatura corpórea) mas pecilotermos¹⁶. Além disso, a água aquecida possui menos oxigênio, o que diminui o mesmo para os peixes e acelera o seu metabolismo — o que aumenta também a demanda por oxigênio — e diminui a capacidade de autodepuração dos rios.

Como já vimos, a água é um recurso renovável, sendo sua quantidade constante, embora sua distribuição no tempo e no espaço possa ser alterada. Fenômenos naturais e ações antropogênicas, como devastação florestal, desvio do leito fluvial e outras, podem alterar o ciclo hídrico. A regularização das vazões fluviais através de represas e açudes são obras importantes (energia, irrigação, diminuição de inundações, garantia de vazão na estiagem, etc.) mas que podem trazer efeitos negativos como a não renovação dos solos das várzeas e a salinização. Devem-se tomar medidas que abranjam toda a bacia hidrográfica pois as águas de todos os afluentes — e cada um reflete como é usado o solo na região que atravessa — convergem ao receptor final. Portanto, medidas como a preservação dos mananciais, manutenção de um mínimo de cobertura vegetal, regulamentação do uso dos agrotóxicos e de práticas de combate à erosão na atividade agropecuária, obrigatoriedade de tratamento de esgoto e de lixo, regulamentação das atividades mineradoras, etc, etc, etc., devem ser rapidamente tomadas.

4. SANGUE POR ÁGUA

Das mais de duzentas grandes e médias bacias hidrográficas do mundo, mais da metade ocupa dois países, e um

quarto, de três a dez países. Quando um país permite desmatamento e poluição, quando consome de modo excessivo ou quando desvia água para projetos de irrigação e construção de hidrelétricas, está fazendo mais do que isso: está provocando atritos internacionais. Por isso, o estudo dos rios, de seus problemas e das regiões que atravessam, torna-se cada vez mais importante. A seguir, destacaremos, de modo sucinto, algumas áreas onde o uso da água é, ou poderá ser, foco de tensão.¹⁷

O Egito depende totalmente (95% da água consumida) do **Nilo**; mas as águas desta bacia, antes de atingi-lo, foram formadas por águas provenientes de nove países: Burundi, Ruanda, Tanzânia, Quênia, Uganda, Congo, República Centro-Africana, Etiópia e Sudão. Se os países situados no alto curso passarem a utilizar maior volume de água para irrigação ou produção de energia, os países à jusante serão afetados. A África Negra, cuja partilha realizada pelos europeus, separou nações amigas em vários países e agrupou nações inimigas num mesmo país, tem vários rios internacionais que poderão gerar conflitos. Podemos destacar alguns como o **Níger** (Guiné, Mali, Níger, Níger/Benin e Nigéria); o **Zambeze** (Angola, Zâmbia, Zâmbia/Zimbabwe e Moçambique); o **Limpopo** (RSA, RSA/Botswana, Zimbabwe/RSA e sul de Moçambique) e o **Senegal** (Guiné, Mali e foz separando Senegal da Mauritânia).

Tigre e Eufrates nascem na Turquia e são a principal fonte de água da Síria (Eufrates) e do Iraque (os dois rios). A Turquia construiu uma série de barragens no Eufrates, sem pedir autorização para a Síria e o Iraque, irrigados pelo mesmo à jusante, reduzindo a vazão do rio nestes países. A Turquia já avisou a Síria para as conseqüências de um apoio aos curdos¹⁸ da Turquia quando, em 1990, interrompeu, por três semanas, o fluxo do Eufrates (embora, oficialmente, a razão tenha sido o enchimento da represa de Atatürk).

Um dos motivos da Guerra dos Seis Dias, em 1967, foi a ameaça árabe de desviar o fluxo do Jordão. Ele nasce nas montanhas do sul do Líbano — área atualmente ocupada por tropas

israelenses —, entra em Israel, forma a fronteira com a Síria — das colinas de Golan, ocupadas por Israel em 1967, descem alguns afluentes —, atravessa o lago Tiberíades (ou de Genesaré ou mar da Galiléia), separa Israel da Jordânia, Cisjordânia da Jordânia¹⁹ e tem sua foz na maior depressão absoluta do mundo: o Mar Morto. Apesar de pouco extenso, o trajeto desse rio, de drenagem endorréica, mostra a sua importância política. A bacia do Jordão é responsável por 60% da água utilizada em Israel²⁰ e 75% na Jordânia. Esses países não podem utilizar as águas do Mar Morto (em hebraico, lam Hamelach: mar de sal) pois são salgadas. Com 85km de comprimento e 17 km de largura em média (e profundidades que variam de 400m ao norte para 10m ao sul), situa-se a 394m. abaixo do nível do oceano; suas águas saturadas de cloreto de magnésio, de sódio, de potássio, de cálcio e outros, impedem o desenvolvimento dos seres vivos. Por isso, além da extração nos aquíferos profundos (lençóis confinados e, na escala humana, não renováveis), a bacia do Jordão é fundamental e a utilização de suas águas precisa figurar em qualquer acordo duradouro.

No acordo de paz entre Israel e Jordânia (Declaração de Washington, assinada em 25/07/94), que pôs fim ao estado de guerra entre os dois países, a divisão das águas do rio Jordão constituiu um dos eixos secretos do acordo. Este previu medidas como:

“Israel permitirá que a Jordânia absorva 50 milhões de metros cúbicos suplementares de água do rio Yarmouk (afluente jordaniano do rio Jordão) e fornecerá à Jordânia 10 milhões de metros cúbicos de água dessalinizada. A mais longo prazo, será construída uma barragem sobre o Yarmouk, em território jordaniano, para fornecer mais 50 milhões de metros cúbicos à Jordânia.” (Lapouge, 1994)

O rio Yarmouk nasce na Síria, separa Jordânia e Síria, Jordânia e Golan e desemboca no Jordão, à jusante do lago Tiberíades. Toda a região da Ásia Ocidental possui escassez de recursos hídricos. Grande parte dos poucos lençóis freáticos, da região chamada pelos europeus de Oriente Próximo, está sob o controle de Israel desde a

guerra de 1967; e, atualmente, grande parte da água de Israel é proveniente de lençóis subterrâneos situados em áreas que foram ocupadas em 1967, notadamente na Cisjordânia e em Golan. E esse é um dos principais motivos pelos quais Israel tem se recusado a deixar os territórios ocupados.

“Um terço da água consumida em Israel provém de um lençol freático que se estende para ambos os lados da linha verde que separa Israel da Cisjordânia. E Israel, que escavou vários poços em seu território, serviu-se dele generosamente.” (Idem)

Isto provocou, desde 1967, uma diminuição das áreas irrigadas na Cisjordânia e um aumento, em áreas israelenses, de implantações de novas áreas irrigadas, muitas com piscinas e gramados freqüentemente regados. Alguns autores calculam que o 1,8 milhão de palestinos na Cisjordânia, em 1994, não consumiu muito mais água que os 100 mil colonos israelenses instalados na mesma região. O próprio acordo de 1995, entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina (Washington, setembro de 1995), previa que os israelenses ficariam com 80% das reservas de água da região. Ao ocupar as colinas de Golan (que dominam o lago Tiberíades), Israel apropriou-se de dois afluentes do rio Jordão (os rios Hasbani e Banias); a devolução de Golan é um requisito essencial para a assinatura de um acordo de paz com a Síria mas pode comprometer o abastecimento do principal reservatório (o lago Genesaré) israelense.

O rio **Indo** nasce no Tibet e atravessa uma área de conflito (Cachemira) entre Índia e Paquistão, antes de atravessar o Paquistão de norte a sul. O **Ganges** (2700km) nasce na vertente sul do Himalaia e deságua no Golfo de Bengala ; rio sagrado do bramanismo – em cujas águas devem se purificar na cidade de Varanasi, ex-Benares –, é afetado pelo desmatamento em Nepal, de onde vêm afluentes da margem esquerda. Bangladesh, onde o Ganges forma um delta com o Bramaputra, acusa a Índia de usar cotas exageradas de água.

O rico **Mecong** (4180km) também nasce no Tibet, na China. Depois, separa Mianma do Laos, Tailândia do Laos (inclusive atravessando a capital, Vientiane); a seguir, "corta" Camboja de norte a sul (banhando Phnom-Penh) e termina em delta no sul do Vietnã, numa área fértil, povoada e intensamente utilizada para a rizicultura. Durante a fase estadunidense da Guerra do Vietnã (1955 - 1975), um outro rio foi objeto de um plano que visava a destruição da rede de diques que protegia as superpovoadas planícies do norte do país, onde se situa Hanói (nas proximidades do golfo de Tonkin). Denunciado, o plano do Pentágono de inundar as áreas do delta do **rio Vermelho** não foi posto em prática mas mostrou que sem Geografia não se faz guerra e que sem ela também fica difícil desmascarar estratégias militares.

Os grandes rios da China, que banham sua parte oriental (**Hoang-ho, lang-tse e Sikiang**), são totalmente chineses; se não causam problemas internacionais, tem seus cursos inferiores nas áreas das planícies orientais, onde atividade agrícola e ocupação humana são intensas. Os rios **Obi** (5500km), **lenissei** (4500km) e **Lena** (4200km), tributários do Ártico, são uma prova de que "*tamanho não é documento*". Possuem grandes hidrelétricas em seus altos cursos²¹ mas ficam imobilizados grande parte do ano. Por isso, apesar de atravessarem áreas planas, a cabotagem é inexpressiva.

Na Ásia encontramos também um dos maiores desastres ambientais do final deste século. Trata-se do **Mar de Aral**, que já possuiu 67.600km² e hoje está dividido em dois, com o volume reduzido em dois terços e a área em mais de 50%. A água, antes potável, está contaminada por produtos químicos, com um índice dez vezes superior ao máximo permitido. Mortalidade materna e infantil, defeitos congênitos, problemas respiratórios, anemia, etc. possuem altas taxas na região. A causa básica é o desvio das águas do **Amu-Darya** e do **Syr-Darya** para a irrigação de 7,5 milhões de hectares de algodão, que transformou o lago num "deserto" de sal e agrotóxicos. O efeito moderador do lago foi reduzido: os verões estão

mais quentes, os invernos mais frios e as tempestades—que espalham sal e agrotóxicos— mais frequentes. Pouco se tem feito para ressuscitar o morto e, se nada for feito, seu “corpo” desaparecerá, no máximo, em trinta anos.

Na Europa, onde os rios são de pequena extensão mas numerosos e possuem amplas possibilidades de navegação, o problema é agravado pela grande divisão política do continente (43 países, incluindo o Vaticano). Vários rios europeus são internacionais e, para alguns países, o rio é um meio importante de fazer seus produtos chegarem ao mar. Poucos rios conservam seu aspecto natural devido às modificações realizadas e, em muitos, a poluição por detritos industriais e esgotos é um problema, comprometendo o fornecimento de água potável, de alimento (peixes) e de oportunidades de lazer. Uma série fantástica de canais²² formou uma intrincada rede potâmica que facilita a navegação; esta também teve a colaboração de um relevo predominantemente plano. Muitas canalizações foram dificultadas em razão de países desejarem limitar a presença de tráfego estrangeiro.

O mais importante²³ rio europeu é o **Reno**, apesar de pouco extenso (1350km). Nasce nos Alpes Suíços, separa a França da Alemanha, atravessa o oeste alemão e tem foz em delta nos Países Baixos. Drena a área da importante região do Rhur, tem sua bacia ligada à do Ródano e termina junto ao mais movimentado porto europeu: Roterdã. Após grandes inundações, braços do delta foram fechados através da construção de diques (construindo os polders), exceto os que dão acesso a Roterdã e Antuérpia.

O rio **Ródano** (810km) também nasce na Suíça; sua foz é em delta, no golfo de Lyon, próximo a Marselha. Compõe uma grande rede de canais navegáveis e, através de seus afluentes na França, liga-se ao Reno. Mais internacional é o **Danúbio** (2900km), que nasce no Maciço da Floresta Negra (Alemanha) e termina no mar Negro; é a principal artéria fluvial da Europa Central e foi ligado à bacia do Reno em 1992. Atravessa sete países e quatro capitais federais: Alemanha,

Áustria (Viena), Eslováquia (Bratislava), Hungria (Budapeste), Iugoslávia (Belgrado), Bulgária e Romênia (com um braço do delta fazendo fronteira com a Ucrânia). A República Tcheca, sem saída para o mar, usa as águas do rio **Elba** — que atravessa a Alemanha — para levar seus produtos até Hamburgo, onde o Elba tem, em estuário, a sua foz.

A Ucrânia, tem como principal rio o **Dnieper** (que nasce na Rússia e atravessa o leste de Bielarus) e na cidade de Pripyat, junto ao rio do mesmo nome, na divisa com Bielarus, fica a usina nuclear de Chernobyl que, em abril de 1986, liberou altas doses de radioatividade. O Pripyat logo desemboca no Dnieper, que é a fonte de água potável para os quase três milhões de habitantes de Kiev, capital da Ucrânia.

O **rio Grande** ou **Bravo**, que separa o México dos EUA, não é só um local de entrada clandestina mas também um grande rio numa área onde a aridez está presente. A **Bacia Amazônica** tem suas águas provenientes da Bolívia, Peru (onde nasce o Amazonas), Equador, Colômbia, Venezuela e Brasil; é uma área ainda pouco povoada e não tem gerado conflitos importantes por causa da água. Entretanto, em janeiro de 1995, Peru e Equador tiveram alguns “choques” militares na Cordilheira do Condor. O Equador reivindica a região pois quer controlar a nascente do rio **Cenepa**²⁴, afluente do Marañon; ou seja, o rio lhe dá acesso ao Amazonas. Alguns dos afluentes do principal rio da Venezuela, o **Orinoco**, nascem na Colômbia; mas, por enquanto, atravessam uma área pouco povoada.

Os principais rios da **Bacia Platina** são internacionais: o rio **Uruguai** (1500km), após separar Santa Catarina do Rio Grande do Sul, separa o Brasil da Argentina e o Uruguai da Argentina. O rio **Paraguai** (2080km), que atravessa o Pantanal e o Chaco, separa o Brasil do Paraguai, atravessa Assunção e divide Paraguai e Argentina, antes de desembocar no rio Paraná.

O rio Paraguai era a porta de saída de muitos produtos paraguaios mas ele só é plenamente navegável durante três meses, sendo no restante do ano passível de ser usado somente por chatas. Não podendo usar navios de grande calado, seus produtos tinham que ser

transferidos para grandes navios em Buenos Aires e, por isto, tornavam-se mais caros. O Brasil, visando captar o país Paraguai para sua órbita de influência, transformou o porto de Paranaguá em área franca para o comércio paraguaio e construiu uma estrada (BR-277) ligando Assunção a Paranaguá. Para completar, construiu conjuntamente uma hidrelétrica no rio **Paraná**. Este rio separa SP/MS, PR/MS, Brasil e Paraguai, Paraguai e Argentina, atravessa a planície do Pampa e termina com o Uruguai no estuário do Prata. A construção de Itaipu, que fez a Argentina ser contra por razões ditas "técnicas", foi mais do que uma simples hidrelétrica: tirou o Paraguai da órbita de influência argentina.

Águas internas, principalmente em regiões carentes da mesma, podem ter uso político para a manutenção do poder. É o caso dos açudes do Polígono das Secas, usados para a manutenção da elite local no poder. Um exemplo significativo é o açude Serafim Dias, em Mombaça(CE); a obra começou a ser construída em 1910 e foi inaugurada em 1995.

*"Durante o período em que estive em construção, ajudou a eleger 33 prefeitos, centenas de vereadores e deputados e 37 governadores do Ceará. Ao todo, políticos de quatro gerações fizeram carreira prometendo terminar o açude."*²⁵

O departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que alegava não possuir dinheiro para terminá-lo, construiu, no mesmo período, 33 açudes em terras particulares, com dinheiro público, no mesmo município, garantindo o voto de cabresto: o fazendeiro permite o acesso à água em troca do voto no candidato por ele indicado. Esse é um dos métodos da chamada "indústria da seca".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, uma em cada cinco pessoas do mundo não dispõe de água realmente potável e metade da humanidade não

dispõe de um sistema de saneamento minimamente adequado. Um em cada três habitantes do planeta não dispõe de água potável em quantidade suficiente para as suas necessidades. A desigualdade existente no mundo também se manifesta no consumo de água; enquanto um estadunidense gasta, em média, 900 litros de água por dia, um africano precisa se contentar com apenas 30 litros. Jacarta, a capital do país que invadiu o lusofônico Timor Leste, gasta 1% de seu PIB para ferver sua água de má qualidade antes de distribuí-la à população. Já foi levantada a hipótese de que, na capital do Peru, a elevação do preço do gás de cozinha foi um dos fatores da disseminação do vírus da cólera, em virtude da população pobre não ter condições de gastar com o gás para ferver a água.

No século XX, a população do mundo triplicou, a demanda por água multiplicou por sete e a área de solos irrigados por seis. A rarefação da disponibilidade de água doce certamente afetará a produção de alimentos²⁶. Para piorar, na segunda metade do século XX, a poluição das águas — tanto as superficiais como as subterrâneas — fez sua disponibilidade ser reduzida em trinta por cento²⁷. Os atuais modelos de crescimento econômico são insustentáveis, não somente quanto à disponibilidade hídrica como para o equilíbrio dos ecossistemas, para a estabilidade social e para a convivência pacífica entre os Estados²⁸. Já se fala, inclusive, que uma das alternativas para as regiões áridas e semi-áridas é o completar suas necessidades hídricas através da importação do que chamam de *água virtual*, que é aquela contida nas frutas, legumes, leite, etc, produtos que devem ser importados.

A escassez de água pode, em curto intervalo de tempo, gerar novos conflitos. Na Ásia Ocidental, por causa das águas do Jordão, palestinos e israelenses podem ter dificuldades para realizar um acordo global; a Turquia e seus vizinhos Síria e Iraque podem entrar em conflito pelas águas do Tigre e do Eufrates. Na África, as águas do Nilo podem dificultar as relações entre Egito, Sudão e Etiópia. Na Guerra Civil do Líbano, o corte do abastecimento de água de bairros inteiros de Beirute foi usado como tática de guerra.

A produção agrícola mundial precisa ser ampliada e isto provocará um maior consumo de água. O Brasil ainda dispõe de terras que podem ser cultivadas sem irrigação artificial mas a China e a Índia, não. Menos de 30% da população pobre do mundo tem acesso à água tratada; o tratamento da água poderia evitar doenças que, a cada ano, matam dez milhões de pessoas, metade das quais com menos de dezoito anos.

A necessidade de água no mundo cresce de modo mais rápido que o crescimento demográfico, e os custos para a sua obtenção também. Na região do Sahel, a falta de água e de alimentos é crônica. Em alguns locais, a não renovação da água no solo, em virtude da impermeabilização, tem diminuído os espaços entre as partículas do solo; ou seja, está ocorrendo um afundamento²⁹. A excessiva retirada das reservas do solo em áreas próximas ao mar facilita a invasão da água salgada. Cada vez mais rara, será mais cara, e como sem ela não se vive, sem planejamento e acordos internacionais, sangue pode correr pela água.

NOTAS

- (1) Foi preso em 1793 quando a Convenção decretou a prisão dos coletores de impostos e guilhotinado em 08/05/1794 .
- (2) Desde 1975 estuda-se a possibilidade de transportar "icebergs" da Antártica para a Arábia Saudita. Com técnicas de antiderretimento, espera-se que um bloco de 100 milhões de toneladas de gelo, após viajar 10 mil km, a 2km/hora, durante nove meses, chegue ao destino com 80 milhões de toneladas.
- (3) O artigo 26 afirma, no item II, que são bens dos estados federados "as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros."
- (4) *Commodity*, em inglês, significa artigo ou objeto de utilidade, artigo de primeira necessidade. É usado significando um produto de primeira elaboração industrial como óleo de soja, alumina ou celulose; sua competitividade depende menos de conhecimentos tecnológicos e mais do acesso à matéria-prima. O suco de laranja concentrado — o Brasil é responsável por 70% das exportações — é outro exemplo; vendemos o suco, outras empresas adicionam água, embalam e vendem.
- (5) Usa-se o termo evapotranspiração para designar a água evaporada das superfícies úmidas somada ao vapor eliminado pelas folhas através da transpiração.

- (6) O húmus resulta de ações biológicas; constitui-se de matéria orgânica e possui uma consistência gelatinosa, o que faz com que retenha os nutrientes necessários às plantas (nitratos e fosfatos) ao impedir que as águas pluviais os dissolvam; aglutina os grãosinhos (formando os grumos) ampliando o espaço que permite às raízes absorver água e ar; assim, o humo permite o aumento da infiltração da água e maior resistência do solo em relação à erosão.
- (7) Discordamos da afirmação de Laura Conti : *"...: a água que devolvemos ao mar, cada dia mais poluída, cai do céu, tão limpa como no primeiro dia da criação."* (1991,19)
- (8) As águas das chuvas são normalmente ácidas (pH ao redor de 5,0); o fenômeno das chuvas ácidas se refere a pH 3,0, um grau de acidez inofensivo para o homem mas prejudicial às plantas e à vida aquática.
- (9) Detecta-se sua existência ao identificar a presença de bactérias que vivem normalmente – e que ajudam na digestão – nos intestinos das pessoas: os coliformes fecais. Estes só se reproduzem nos intestinos mas sua presença indica a possibilidade da existência de patogênicos. A matéria orgânica proveniente dos esgotos provoca demanda de oxigênio; os seres patogênicos são somente transportados, até morrer, pelas águas, não interferindo no equilíbrio ecológico.
- (10) Um aquário precisa de bomba de ar ou de plantas para a produção de oxigênio. Num aquário sem isso, se você trocar a água e colocar um pãozinho francês, o peixinho morrerá. Não só o peixe, mas também os decompositores aeróbicos que não se adaptarem.
- (11) Em inglês, BOD (*Biological Oxygen Demand*); refere-se ao *"número de miligramas de oxigênio por litro d'água necessários para transformar moléculas complexas em moléculas simples de gás carbônico, água e sais minerais. Existe, além disso, uma 'demanda química de oxigênio' que exprime a quantidade necessária de oxigênio para estabilizar, oxidando-os, os poluentes químicos (...). Na depuração são 'satisfeitas ambas as demandas : a química e a biológica. Assim, amiúde, o depurador nada mais é que um simples misturador de oxigênio: funciona como um riacho da montanha, com maior eficiência e menor beleza."* (Conti 1991,30)
- (12) Se quiser distinguir odores da putrefação, aqui vão duas dicas: o gás sulfídrico cheira a ovo podre e as mercaptanas – abreviação de "corpus mercurium captans", corpo que capta o mercúrio, nome genérico de compostos orgânicos sulfurados – cheiram a gambá. Esses dois compostos podem ser exalados da fabricação da celulose.
- (13) Decantação: processo usado para separar sólidos insolúveis por gravidade, geralmente os contidos num meio líquido. Na Antiguidade, os egípcios, antes de beber, deixavam as águas do Nilo em grandes potes de barro, durante um ano; as bactérias patogênicas – que não se reproduzem na água – morriam e as partículas se depositavam no fundo do pote.
- (14) Silos são construções para armazenamento de cereais ou forragem; os mais simples, são valas no solo onde se colocam vegetais compactados para a alimentação do gado no inverno. Esterqueira ou estrumeira é um lugar para se depositar o esterco que, após fermentação, é usado como adubo.

- (15) Potássio e cálcio não exercem tanta influência como os compostos nitrogenados e o fósforo, que favorecem a proliferação de algas e outros microorganismos.
- (16) Do grego "poikilos": diversificado, variado. Portanto, são animais, como os peixes, que não possuem a capacidade de regular sua temperatura corporal, que varia de acordo com o meio onde estes animais se encontram.
- (17) A ordem das citações não obedece a graus de importância. E para melhor compreensão, é indispensável a utilização de um atlas.
- (18) A nação curda vive, em sua maioria, nos planaltos e montanhas que, atualmente, integram as áreas dos Estados da Turquia (sudeste), do Iraque (norte) e do Irã (centro-oeste). Em 1970, a constituição do Iraque reconheceu que os curdos constituíam uma das duas nacionalidades do país — a outra, é a árabe; mesmo assim, em razão de sua luta separatista, já foram bombardeados com os gases *mostarda* e *neurotóxico* pelo governo do Iraque, como em 1988 na cidade de Halabja, a nordeste do Iraque. Em 1990, os curdos formavam uma nação de, aproximadamente, quatro milhões, sendo a maioria de islâmicos sunitas.
- (19) A área é parte da região conhecida como Ghor ou Ghur, uma extensa depressão ocupada pelo vale do Jordão, lago Tiberíades e Mar Morto. Continua ao norte pelo vale do Bekaa, no Líbano.
- (20) Isso apesar de Israel já reciclar mais de 60% de seu esgoto para a irrigação, processo no qual usa a microirrigação: rede de tubos perfurados que gotejam diretamente nas raízes dos vegetais.
- (21) Principalmente no lençol, com destaque para Krasnoïarsk, Bratsk e Irkutsk, sendo que as duas últimas situam-se no Angara, que nasce no Baikal — 1700m de profundidade — e é afluente do lençol.
- (22) As ligações entre bacias e rios por canais somente são aconselhadas quando há um gabarito suficiente para transportar produtos pesados, quando as reservas são suficientes para compensar os desvios de água pelo canal e os obstáculos a serem transpostos não são muito elevados.
- (23) O mais extenso é o **Volga** (3500km), importante rio russo, de drenagem endorréica (Mar Cáspio) mas graças a canais ligando-o ao **Don**, pode-se chegar ao Azov e ao Negro.
- (24) A região já foi palco de uma guerra em 1941, que terminou com a assinatura do Protocolo do Rio de Janeiro em 1942. Para o Equador, a descoberta da nascente do rio Cenepa em 1947 invalida o acordo de 1942. A região da Cordilheira do Condor, onde estão 78km de fronteira não demarcados, possui petróleo, ouro e urânio.
- (25) Fonte: Rev. Veja. São Paulo: Abril, 22/11/95, p.101.
- (26) Em 1995, o consumo mundial de água era assim dividido: agricultura 85%, indústria 10% e domicílios 5%.
- (27) A água poluída já pode ser considerada como co-responsável por 80% das doenças, nos países subdesenvolvidos.
- (28) Em 1995, a escassez de água atingia 40% da população mundial, a falta de água já era permanente em 22 países e, entre a população pobre, menos de 30% tinha acesso à água tratada e 20% à rede de esgoto.
- (29) O centro da capital do México já afundou e a catedral metropolitana está mais de um metro abaixo do nível da rua.

BIBLIOGRAFIA

- ARNT, Ricardo. Clara água, cara água. **Superinteressante**. São Paulo: Abril, maio de 1995, p.47-51.
- BRANCO, Samuel Murgel. **Água**: origem, uso e preservação. São Paulo: Moderna, 1993. (c.polêmica)
- _____. **Ecologia da cidade**. - São Paulo: Moderna, 1991. (c. desafios)
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. - São Paulo: Atlas, 1988.
- CONTI, Laura. **Ecologia, capital, trabalho e ambiente**. - São Paulo: HUCITEC, 1991.
- DIAS, Otávio. Terras Secas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 01/10/95, c.1, p.27-28.
- GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, 1972. v.8.
- LAPOUGE, Gilles. Água foi fator vital para a paz entre Israel e Jordânia. **Estado de São Paulo**. São Paulo, 23 de outubro de 1994.
- MAGNOLI, Demétrio e ARAUJO, Regina. **A Nova Geografia**: estudos de geografia geral. 1ª ed.- São Paulo: Moderna, 1991.
- MAGOSSI, Luiz Roberto e BONACELLA, Paulo Henrique. **Poluição das águas**. - São Paulo: Moderna, 1990. (c.desafios).
- TURRA, Juleusa M. Theodoro. **Água pra que te quero**: anotações sobre o ensino de geografia, a água e o meio ambiente em Campinas. - Campinas (SP): PUC-Campinas. 1994 (cadernos do ICH, 4).

QUALIDADE DE VIDA E NECESSIDADES SENTIDAS: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

Sônia Regina da Cal Seixas BARBOSA*

1. O DEBATE ATUAL: ALGUMAS POSSIBILIDADES

O tema qualidade de vida tem sido bastante debatido nos últimos anos e apresentado sobre diversas óticas. Neste artigo, procurarei apresentar ao leitor algumas possibilidades deste debate, bem como a opção teórico-metodológica que privilegio para a discussão deste tema. Apresentarei, também, alguns exemplos de pesquisas recentes procurando enfocar, claramente, o que entendo como qualidade de vida.

Alguns autores já assinalaram que esse conceito é, de uma certa forma, antigo, e se constitui em uma busca *utópica* do ser humano por progresso e desenvolvimento econômico (Buarque, 1993), ou seja, melhorar a qualidade de vida significaria viver melhor, tanto no sentido objetivo quanto subjetivo do ser. No entanto, o que se percebe é que muito mais do que uma busca individual, construir uma vida melhor deveria partir da consideração de que o mais importante seria *a diminuição da distância entre as necessidades e as possibilidades de sua satisfação* (Heller, 1996), ou seja, a necessidade de definição de um projeto político-social que permitiria construir qualidade de vida coletiva.

(*) Professora Doutora do Departamento de Ciências Sociais, ICH - PUC-Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) - UNICAMP.

É importante, antes de apresentar esse debate, reconhecer que o mesmo tem sido historicamente construído e que não existe um conceito único e definitivo sobre qualidade de vida. Assim, é bom lembrar que, embora esses aspectos não serão aqui tratados, a partir dos anos 70, o debate no Brasil, sobre as carências sociais começaram a ser identificados sobre o ponto de vista da saúde coletiva e posteriormente a partir do conceito de condições de vida, vários autores contribuíram para ampliar e fundamentar o debate¹.

Nos anos 90, começa a ficar presente, pelo menos para alguns autores, o conceito de qualidade de vida, apesar de que no início ainda tratado a partir de indicadores sociais clássicos, posteriormente, foram incorporados outros aspectos para o debate contemporâneo. Atualmente, é possível fornecer elementos para se pensar na qualidade de vida decorrente de indicadores *objetivos* (sociais) e de indicadores *subjetivos*, mediados, no caso das pesquisas por mim desenvolvidas (Barbosa, 1992 e 1996), a partir de condições concretas de saúde - física e mental - e da convivência em um ambiente minimamente saudável e politicamente construído. A percepção que os indivíduos possuem do seu viver cotidiano no ambiente urbano é fundamental e será através deste recorte que analiso algumas dimensões da saúde mental dos indivíduos que será possível refletir sobre esse tema.

2. QUALIDADE DE VIDA, AMBIENTE E SAÚDE: O DEBATE SOBRE NECESSIDADES BÁSICAS

A existência de uma relação entre qualidade de vida e questão ambiental é muito recente, sendo historicamente demarcada no debate contemporâneo a partir do ano de 1989. Os signos dessa relação se estabeleceram quando as questões sobre a degradação ambiental, começaram a se impor no cenário mundial e foram se aproximando gradativamente da temática sobre a qualidade de vida da população em geral. Os melhores exemplos para reforçar essa

afirmação foram a realização de Conferências na Inglaterra e França patrocinadas pelo governo desses países, um comunicado oficial sobre o tema emitido pelo grupo que participou do encontro econômico de cúpula do Grupo dos Sete, em julho do mesmo ano (Brown & Flavin, 1990: 11), a preparação do encontro mundial Rio 92 e os vários desdobramentos que esse encontro possibilitou.

A partir desta constatação, o tema passou a ser objeto de uma publicação mundial, fruto de pesquisas e debates organizados pelo Worldwatch Institute, onde qualidade de vida figura como força motriz e diversos aspectos desta temática são abordados a cada ano² Entre nós existem algumas publicações onde o tema figura como objeto central³, apresentando diversos trabalhos com discussões teóricas diferenciadas sobre o assunto, bem como, tem sido abordado de maneira genérica em alguns outros trabalhos⁴.

No entanto, o tema *qualidade de vida* e outras possíveis relações, como por exemplo a saúde, já foi amplamente debatido entre nós. Em 1981, ocorreu no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), um Seminário de Estudos Urbanos, onde ficou evidente a pertinência do tema. Souza, a partir desta experiência, apontou que a qualidade de vida, seja à qual realidade estiver orientada, é uma questão complexa e multifacetada, pois abrange *tanto a distribuição dos bens de cidadania - os bens e direitos que uma sociedade, em dado momento, julga serem essenciais - quanto a de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível e, nem por isso, menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social* (Souza, 1984: 15). Essa linha de análise é fundamental para a discussão da qualidade de vida enquanto um projeto a ser construído, pois, por ser um tema complexo passa, essencialmente, pela questão da cidadania.

Algumas outras contribuições tratam sistematicamente de estudos de caso onde vários aspectos da relação entre qualidade de vida, saúde e ambiente são tratados. Em Cordeiro (1984), encontra-se uma importante análise sobre a qualidade de vida e as

condições de saúde para o caso do Rio de Janeiro. O autor afirma que, a análise sobre as necessidades de saúde das populações urbanas é remetida ao conceito de qualidade de vida e, desta forma, relacionada aos determinantes sociais do processo saúde-doença. Para o autor, as necessidades de saúde como uma das vertentes da qualidade de vida não podem ser separadas dos movimentos sociais urbanos e nem da dimensão da cidadania.

Em outros estudos nesta mesma linha apontada anteriormente, pode-se observar uma análise interessante sobre uma realidade local (Paulínia, SP), onde o papel da industrialização e urbanização foram constituintes de um novo padrão de morbi-mortalidade, bem como, de transformações culturais que implicaram em mudanças significativas na qualidade de vida da população (Barbosa, 1990). Num outro, pode-se ter considerações teóricas com aportes de uma reflexão empírica sobre determinados aspectos da realidade observada em Paulínia (Barbosa, 1992). Estudos de casos que levaram em conta o papel das transformações populacionais recentes e as considerações que advêm desta realidade foram também objetos de algumas análises (Matavele, 1992; Carmo, 1995). E, ainda, pode-se encontrar pesquisa onde o foco principal de análise se deu através do ambiente e a urbanização em uma microbacia do município de Campinas onde a valorização dada à qualidade de vida se fez através do grau de satisfação das necessidades materiais e espirituais do indivíduo e da sociedade que pudessem ser satisfeitas (Leal, 1995). E ainda em um outro, onde a análise ficou centrada em usuários de Centros de Saúde e Unidades de Saúde Mental de quatro municípios da região das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba e Capivari: Bragança Paulista, Campinas, Piracicaba e Sumaré, e de que maneira as transformações sócio-ambientais são de fundamental importância para a saúde mental e comprometem a qualidade de vida dos moradores destes municípios (Barbosa, 1996).

Jacobi (1993) coordenou uma pesquisa sobre ambiente e qualidade de vida domiciliar na cidade de São Paulo, parte integrante

de um projeto de avaliação das condições ambientais urbanas em cidades do Terceiro Mundo, realizada simultaneamente nas cidades de Accra, em Ghana e em Jakarta, na Indonésia, o qual foi coordenado pelo Stockholm Environment Institute - SEI, Suécia. O principal objetivo da pesquisa foi abordar a questão ambiental na cidade de São Paulo, tanto a partir do universo domiciliar no contexto da problemática urbana, quanto na percepção dessa questão pela população diretamente atingida.

Esses poucos exemplos são importantes para podermos detalhar mais significativamente o aporte que interessa, primordialmente, à essa reflexão, ou seja, o viver urbano na modernidade tem alterado significativamente a qualidade da vida dos indivíduos. Essa alteração será avaliada através do *sentir-se doente*, observado atualmente nos centros urbano-industriais, e da inviabilidade da satisfação de necessidades básicas (subjetivas e objetivas), que comprometem a psique e provocam, no indivíduo, um estado de inquietação, insatisfação e depressão.

3. QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE MENTAL: TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS E CARÊNCIAS BÁSICAS

A ocorrência de significativas transformações na sociedade, produto de um modelo determinado de desenvolvimento, promove mudanças específicas do ponto de vista sócio-cultural, econômico, político e ambiental para a população e, em decorrência, traz consequências importantes para a psique individual. A expressão destas transformações na psique é possibilitada por um crescente estado de *anomia* que se abate nos indivíduos através da desordem, da insensibilidade e em efeitos mais graves, que são os transtornos mentais. O que se pode observar atualmente, em decurso desse processo, é que o indivíduo faz um enfrentamento cotidiano e procura fazer

escolhas, mais ou menos racionais, para lidar com a crescente complexidade da sociedade atual.

Para pensar sobre essas questões pode-se caminhar no sentido apontado por Morin (1973), onde o indivíduo é considerado o exemplo mais bem acabado de complexidade e, que esta impõe duas dimensões imediatas, que são *alteridade e autonomia*. No entanto, a partir desta consideração permanece uma questão: como o indivíduo se torna autônomo e individualizado em uma vivência cotidiana de enfrentamento com as transformações, a complexidade da própria sociedade e a produção crescente de um estado de anomia? É uma tarefa fácil? Não. Chega-se a essa conclusão porque estamos falando de algo que não está distante de nós. Está sendo falado de todos nós.

Essa dificuldade que reside na intimidade do indivíduo é acrescida por um quadro repleto de aspectos determinantes observáveis no padrão epidemiológico que se altera com a urbanização e industrialização, a crescente violência urbana, riscos ambientais, tanto no sistema produtivo quanto nas condições de habitação, e mesmo as significativas transformações da relação do homem com os recursos naturais. São essas características que têm comprometido a qualidade de vida dos moradores.

A qualidade de vida comprometida mostra, como na pesquisa já referida em Barbosa, 1996, um número significativo de moradores, principalmente aqueles em idade economicamente ativa, acometidos por uma variedade de *sinais* que podem ser observados através de um discurso que expressa pessimismo, apatia, depressão, falta de interesses variados, abandono de causas políticas e uma profusão de sintomas físicos sem causas clínicas diagnosticáveis.

Atualmente há uma série de questões e proposições que podem ser levantadas a partir da leitura dos mais destacados autores que defendem a relação temática entre ambiente e qualidade de vida⁵. Para eles, predominantemente, as condições do ambiente, tanto físicas como sociais, incidem na possibilidade de satisfação das necessidades, desejos e aspirações do ser humano, e portanto,

diretamente em seu cotidiano. Nesse sentido, o estado do ambiente, ou seja, a qualidade ambiental de uma sociedade e a organização interna do sistema societal são fatores principais que incidirão sobre a qualidade de vida (Gallopín, 1986).

O ambiente no qual está exposta uma pessoa não é o mesmo que o ambiente de uma sociedade, o qual, por sua vez, pode diferir do ambiente que rodeia a humanidade como um ente coletivo. Assim mesmo, as características ambientais em geral podem diferir entre pessoas ou grupos dentro de uma mesma sociedade e também entre sociedades (Gallopín, 1986).

Desta forma, pode-se visualizar duas grandes categorias no ambiente que um indivíduo ou um grupo social estão expostos: o *ambiente bio-geofísico-químico* (físico) e o *ambiente social*. O ambiente físico é composto por ar, água, clima, assim como a cidade, o campo, o ambiente de trabalho, as condições físicas, de vida, plantas, animais, etc. Muitos desses fatores, no entanto, estão relacionados aos condicionantes sociais, econômicos e culturais, que afetam a possibilidade de satisfação das necessidades humanas materiais.

Para Gallopín (1986), o ambiente social das pessoas ou grupos inclui fatores tais como o tipo e a qualidade das relações interpessoais; o acesso ao trabalho produtivo, à educação e à cultura, a participação política e a liberdade de expressão, as influências psicossociais, relacionadas, geralmente, com os fatores externos que incidem na probabilidade de satisfazer as necessidades humanas não materiais. Já o ambiente físico da sociedade inclui tanto o ambiente natural como o ambiente construído. O ambiente externo apresenta tanto componentes físicos como sociais. Por sua vez, o ambiente da humanidade como um todo (sociosfera) pode ser caracterizado pelo ambiente físico, que inclui a atmosfera, a hidrosfera, a litosfera, a biosfera e a tecnosfera - este último termo utilizado pelo autor para designar o ambiente total construído pelo homem. Essa complexidade exige uma abordagem interdisciplinar e diferentes olhares para que se possa analisar os aspectos físicos e sociais.

A inter-relação de todos esses fatores é um aspecto interessante, pois que o homem como entidade biológica é membro de uma só espécie e suas necessidades físico-químicas e biológicas variam relativamente pouco entre os diferentes grupos e sociedades. Por sua vez, os componentes econômicos, sociais e culturais mais importantes do ambiente podem variar amplamente entre os diferentes grupos humanos e organizações sociais. Os diversos sistemas humanos percebem diferentemente e atribuem valores distintos aos muitos aspectos específicos e presentes no ambiente (Gallopín, 1986).

Para Gilberto Gallopín, o conceito de qualidade de vida deveria ser referendado numa proposta da pessoa enquanto indivíduo, pois que, é importante assinalar, em sua opinião, que *as condições ambientais a que estão expostas as pessoas se relacionam intimamente à qualidade de vida*. Conceito este que é concebido a partir da resultante da *saúde psicossomática* de uma pessoa (avaliada objetiva e inter-subjetivamente) e o sentimento (subjetivo) de satisfação. A saúde individual e coletiva depende de variáveis biológicas e do grau de cobertura das necessidades dos seres humanos, e a satisfação depende da subjetividade e do grau de cobertura dos desejos e aspirações. As necessidades humanas são geralmente concebidas como requerimentos genéricos dos seres humanos para manterem-se saudáveis; os desejos e aspirações são as formas concretas em que uma pessoa busca cobrir suas necessidades, especificando os fatores de satisfação requeridos.

Os fatores de satisfação são os elementos cujo uso ou consumo determinam a concretização de uma necessidade, desejo ou aspiração. Alguns são provenientes da própria pessoa e outros provêm do seu ambiente e são obtidos através de suas atividades. As condições do ambiente das pessoas, tanto em seus aspectos físicos como sociais, incidem na possibilidade de satisfação de suas necessidades, desejos e aspirações e, por tanto, diretamente em sua qualidade de vida.

O estado do ambiente da sociedade, em outras palavras, também pode influir sobre a qualidade de vida das pessoas que pertencem a uma sociedade, mas, em geral, de um modo menos direto. As condições do ambiente de uma sociedade, somadas à organização interna do sistema humano societal, são os fatores principais que incidem sobre a qualidade de vida das pessoas. Desta forma, a qualidade de vida pode ser utilizada como conceito unificador que permite relacionar as necessidades humanas, os ambientes individuais e sociais e o desenvolvimento humano.

Neste sentido, o próprio conceito de qualidade ambiental é importante e deve, necessariamente, incluir aspectos tanto objetivos quanto subjetivos. Em termos gerais, entende-se por qualidade ambiental os juízos de valor relacionados ao estado ou condições do ambiente. O estado se refere aos valores (quantitativos ou qualitativos) adotados em uma situação e momentos dados, por variáveis ou componentes do ambiente que exerçam uma maior influência sobre a qualidade de vida presente e futura dos componentes de um sistema humano (Gallopín, 1986).

Para detalhar o conceito de qualidade de vida seria interessante observar o documento do Centro de Alternativas de Desenvolvimento (Cepaur, 1986), quando, ao questionar o modelo de desenvolvimento, acrescenta que o melhor será aquele que permitir elevar mais a qualidade de vida das pessoas. O texto propõe que a *"qualidade de vida dependerá das possibilidades que tenham as pessoas de satisfazer adequadamente suas necessidades humanas fundamentais"*. Como esse conceito coloca acentuadamente a dimensão subjetiva, o próprio documento faz um alerta importante a esse respeito: afinal, quais são essas necessidades fundamentais e quem, em última instância, decidirá quais são?

É importante fazer uma distinção entre necessidades e fatores de satisfação dessas necessidades. A pessoa é um ser de necessidades múltiplas e interdependentes. Assim, as necessidades humanas devem ser entendidas como um sistema em que as mesmas

se interrelacionam e interagem; podendo ser desagregadas conforme vários critérios. O documento propõe a combinação de alguns critérios importantes, porque permite operar com uma classificação que inclui: as necessidades de ser, ter, haver e estar; e as necessidades de subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade (Cepaur, 1986).

Um exemplo interessante, que permite analisar a diferença entre necessidades e fatores de satisfação, pode ser explicitado através da consideração em que abrigo e alimentação não podem ser considerados como necessidades, senão como fatores de satisfação da necessidade fundamental de subsistência. *A educação, o estudo, a pesquisa, a estimulação precoce e a meditação*, são fatores de satisfação da necessidade de entendimento; sem contar ainda um último exemplo que são os sistemas curativos, a prevenção e os esquemas de saúde, que são fatores de satisfação da necessidade de proteção (Cepaur, 1986).

A partir destes exemplos, o documento vai enfocar os diversos problemas que acreditam ser decorrência da não satisfação das necessidades fundamentais, principalmente no contexto da América Latina. É importante acrescentar que há dois agrupamentos básicos no texto: carências econômicas e as patologias decorrentes e carências políticas, associadas também a patologias específicas. Ao nível econômico, há os seguintes geradores: desemprego, dívida externa, hiperinflação; como a capacidade dos indivíduos de satisfazer tanto carências básicas do ser, ter, haver, estar; assim como de subsistência, proteção, etc., acabando por estabelecer patologias coletivas de frustração que repercutem tanto no psicológico quanto no social. No nível político, o documento se refere a um quadro muito comum na América Latina, fruto dos períodos intensos de exceção política e da constituição da cidadania, que acabou gerando um quadro coletivo de violência, marginalidade, exílio e medo.

Com isso, chega-se a uma reflexão importante relativa ao caráter das *novas calamidades sociais* que perdem o perfil de proble-

mas específicos e passam a se constituir em problemáticas complexas, exigindo diferentes disciplinas ou posturas para enfrentá-las. Assim, *a enfermidade de uma pessoa pode traduzir-se em um problema médico, mas se a mesma enfermidade transformar-se em epidemia, ultrapassará o campo estritamente médico* (Cepaur, 1986). O fato de analisar qualidade de vida a partir de pacientes que se dizem doentes, remete a essa constatação de estar lidando com algo que escapa ao saber médico, mas que requer uma nova dimensão de análise. É sob esse aspecto que residem as indagações maiores, ou seja, pensar na qualidade de vida a partir de um outro referencial.

A explicitação de qualidade de vida requer, desta forma, um outro olhar. Qualidade de vida para Buarque (1993) é um conceito muito antigo e embora não seja ainda bem definido, tem sido, recentemente, associado à capacidade de consumo e confundido com modernidade. Atualmente, nessa concepção, qualidade de vida passou a ser simbolizada mais pelo consumo exagerado de bens e tecnologia de última geração do que uma conquista decorrente do uso social de bens e da tecnologia.

Em função disso, o conceito de qualidade de vida passa a ser a busca de uma *utopia*, pois que ficou caracterizada pela crença de que todos, ao desejarem, teriam acesso a ela ou aos equipamentos que a simbolizam. Assim, ao final do século XX, a grande evidência é a "consciência da impossibilidade de realizar essa utopia", ou seja, a qualidade de vida como sinônimo de consumo passa a ser impossível (Buarque, 1993: 157). Essa constatação é a diluição dos grandes aportes teóricos e dos paradigmas estabelecidos no final do século XIX. As técnicas não eliminaram, de todo, a fome, a violência, a ignorância e ainda serviram para aumentar a desigualdade entre os homens e ameaçar o futuro pelas novas armas e pela degradação ambiental.

A percepção dos limites do crescimento e da consciência de que o progresso econômico serve de base para a qualidade de vida pelo consumo, passam a funcionar como um fator ameaçador para a

sociedade e não como uma promessa de salvação. O avanço técnico, em vez de reduzir, tem criado necessidades e diminuído a crença de que será capaz de oferecer respostas a toda essa problemática planetária. Apesar do pragmatismo e descrença do autor, procuro relativizar suas afirmações, pois tal descrença é resultado de inúmeras constatações da realidade, não se pode desprezar toda a democratização do acesso a bens e consumo que a modernidade impõe para um número cada vez maior de pessoas.

Contudo, a partir das afirmações de Buarque, pode-se afirmar que, os diversos objetivos da utopia de construir um projeto de qualidade de vida, mantendo-se os mesmos padrões de consumo, não serão possíveis, pois, algumas prioridades serão quebradas e se mostrando inviáveis, tais como: o crescimento econômico limitado; o desejo de igualdade entre os homens; o socialismo, a liberdade e as ameaças crescentes, decorrentes dos riscos tecnológicos e ambientais imputados a um número cada vez maior de indivíduos. A possibilidade de destruição da própria civilização por alguns detentores do poder; o internacionalismo submergido nas lutas nacionalistas e nas dimensões do processo migratório. Porém, os avanços colocados por esse mesmo estado de descrença e anomia não podem ser deixados de lado, pois algumas novas dimensões estão sendo incorporadas; o ecologismo, o debate sobre o crescimento zero, os direitos à opção sexual e o feminismo, são questões que auxiliam no debate sobre a democratização e um novo modelo de desenvolvimento e de qualidade de vida.

Assim, embora nem todos possam concordar com essas afirmações, muitos dos indicadores de qualidade de vida do sistema industrial estão sendo colocados em risco. A sociedade utópica em construção fica distante da observação da realidade de violência, de fome, de desigualdade, de medo que existe ao redor do mundo; a consciência dos limites do crescimento impede o consumismo em massa; a sociedade igualitária fica impossível quando se percebe a desigualdade crescente e a explicitação de um *apartheid* social; o fracasso das leis de mercado e do poder do planejamento impedem a

construção da qualidade de vida enquanto seu significado utópico, mas coloca a discussão de uma busca de qualidade de vida real e possível.

Buarque afirma que a centralidade desta discussão perpassa a noção de *apartheid* social que significa, em uma aproximação, *o sentido de separar e adaptar categorias sociais, em vez de categorias raciais*⁶. Ou seja, a base de uma concretização de qualidade de vida para todos passa pela eliminação do *apartheid* social e pela discussão de uma nova racionalidade econômica. Um novo projeto civilizatório para a sociedade pode ser contemplado por dois caminhos, visando a busca e o redimensionamento da nova utopia. Por um lado, pode-se abandonar os valores éticos da igualdade para continuar no rumo da utopia do consumo para poucos; ou por outro, pode-se redefinir o conceito de modernidade e de qualidade de vida (Buarque, 1993).

Esse projeto de uma nova racionalidade traduz-se na necessidade de se buscar uma nova ética, calcada na possibilidade que seria oferecida pela inovação técnica que estaria subordinada aos sonhos de igualdade e, de outro, os valores de igualdade de direitos seriam abandonados, a técnica seria liberada e os sonhos, ignorados. Tanto um caminho quanto o outro é difícil, pois a redescoberta da necessidade ética na condução das necessidades dos homens reflete, talvez, o maior dos fracassos da utopia materialista do consumo. O que fica evidente é que o processo civilizatório foi incapaz de construir a *utopia*, no entanto, trouxe um sentimento de fracasso na qualidade de vida. E esse sentimento não é algo teórico, pois que, vivenciado no cotidiano pelos indivíduos.

Em suma, Buarque alerta que restam duas opções sobre os caminhos a serem escolhidos. Uma, onde persiste a qualidade de vida que valorize o consumismo com *apartheid*; ou uma nova qualidade de vida, que elimine o *apartheid* e se baseie em uma nova ética. O que estão em jogo são os conceitos de igualdade, democracia e acesso possível de um número cada vez maior de pessoas a bens

básicos (moradia, emprego, alimentação, ambiente saudável, etc) tendo qualidade de vida como meta.

Com relação ao desenvolvimento brasileiro, o autor faz questão de frisar que o Brasil chega ao final do século XX com um saldo de realizações importantes em termos econômicos, pois atingiu-se um nível de desenvolvimento compatível aos países industrializados, via um número significativo de prioridades técnicas (estradas, indústrias, tecnologia de ponta, etc.), porém não construiu *utopia* que imaginava⁷, e regrediu no que se refere à qualidade de vida de toda sua população, inclusive daqueles que conseguiram elevar o padrão de consumo. A partir das últimas décadas, emergiu de um quadro agrícola monoexportador para um de industrialização, de uma sociedade rural para uma urbana; de pequeno para grande exportador agrícola; de uma população sem acesso a educação para uma situação onde aparecem grandes universidades, centros de pesquisa; presença de hidrelétricas; de importador total de petróleo para produtor em poços submarinos; sem contar com a presença de uma dinâmica indústria automobilística e alguns dos maiores aeroportos do mundo. Assim, o *Brasil nos anos 90 é um país com total realização de sua modernidade* (Buarque, 1993).

Apesar de todo esse quadro, o país apresenta alguns problemas importantes, os níveis de pobreza da população, em geral, aumentaram significativamente e os projetos sociais (como educação e saúde pública) mostram dados alarmantes. A média de escolaridade do brasileiro não passa de 3,5 anos e contamos com algumas das mais primitivas doenças endêmicas (malária, leishmaniose, etc.), além de convivemos com doenças dos países industrializados. Provavelmente, em função da qualidade de vida esperada com a modernidade, não foi possível *implantar uma sociedade com um mínimo de qualidade de vida* (Buarque, 1993: 161).

Desta forma, só será possível alguma saída para o país e também para a realidade planetária se o conceito de qualidade de vida e os rumos da sociedade forem repensados. A hierarquia criada pelo

processo de modernização, com a técnica como objetivo central de orientação da qualidade de vida e da racionalidade econômica, tem que ser subvertida. Qualidade de vida deverá ser definida por valores éticos determinantes. Os objetivos sociais partiriam desta nova hierarquia e determinariam a racionalidade econômica e as técnicas (Buarque, 1993: 162). Estaríamos de frente para uma modernização ética, onde o conceito de qualidade de vida possuiria seis dimensões: democracia; abolição do apartheid social; equilíbrio ecológico; descentralização, eficiência econômica e abertura internacional. As tradicionais utopias do século XX seriam respeitadas (igualdade e consumismo), mas a igualdade seria redefinida (igualdade de direitos) e o consumismo ficaria subordinado aos novos valores⁸.

Em outros autores, procurando respeitar essa abordagem, serão encontradas contribuições para o conceito de qualidade de vida. Crocker (1993) discute o conceito de qualidade de vida⁹, com base na elaboração de uma nova e importante ética para o desenvolvimento internacional. Ele acredita que temas como pobreza, degradação ambiental e fome são indicadores de deficiências científicas, técnicas, políticas, conceituais e éticas. Parte de sua análise é baseada em uma reflexão crítica de conceitos morais pressupostos na economia do desenvolvimento, no *policy making* e na ação pública que é desenvolvida por Sen, um economista indiano e teórico da escolha social, complementada pelo diálogo com a filósofa Nussbaum, uma das principais estudiosas do pensamento grego e da ética aristotélica. Ambos defendem uma "ética da capacidade" inovadora e promissora e uma ética internacional do desenvolvimento.

Crocker trabalha na perspectiva *teórico-prática do desenvolvimento*, enfatizando a presença de uma orientação moral para o modelo de desenvolvimento através do reconhecimento de bens, utilidades e da satisfação de necessidades básicas. Para tanto, é importante a compreensão do processo de desenvolvimento nacional e internacional como expansão de capacidades humanas básicas e como promoção de formas valiosas de existência e de atividades. As categorias morais fundamentais são preponderantes em sua

análise para a reformulação das noções de liberdade, direitos e justiça.

O conceito de desenvolvimento é sempre impregnado de valor, pois pode produzir critérios importantes na avaliação de uma mudança social significativa, ou seja, uma *mudança benéfica* é aquela que permite a “realização de uma vida melhor” para os seres humanos. O desenvolvimento tem por objetivo último melhorar a qualidade de vida que os seres humanos estão tendo. Tanto na teoria quanto na prática, em conseqüência, o desenvolvimento deve ser definido em relação ao que os seres humanos podem e devem ser e fazer. O conceito de desenvolvimento abrange a promoção de certas efetividades (functionings¹⁰) humanas e a expansão das capacidades humanas de realizar essas formas de existência e de atividade (Crocker, 1993).

Desta forma, percebe-se uma redefinição do conceito de desenvolvimento e a defesa de uma ética explícita para o desenvolvimento. Essa nova maneira de entender o processo e essa nova ética embutida na proposta recoloca uma nova ótica, ou seja, a possibilidade de solucionar algumas das mais exaustivas controvérsias às que opõem objetivismo a subjetivismo, absolutismo a relativismo, essencialismo a antiessencialismo e universalismo a particularismo. Ao mesmo tempo, ajuda-nos a entender como a investigação moral pode superar as fronteiras nacionais e culturais e contribuir para a criação de uma ética global.

Outro ponto importante é aquele que reconhece que uma ética do desenvolvimento precisa ser elaborada em relação dialética com a investigação empírica sobre o que causa e impede o bom desenvolvimento, assim como o que produz e evita a pobreza, a fome endêmica, a exploração, o sexismo e outras deficiências do desenvolvimento. As ciências sociais necessitam da ética para esclarecer o que devemos entender por *privação humana*, *bem-estar*, *padrão de vida*, *qualidade de vida e desenvolvimento*.

Assim, a preocupação com o desenvolvimento não está centrada somente num debate teórico e normativo, mas principalmen-

te, na prática e nas políticas de desenvolvimento. A ética situa-se em um contexto de interação dialética com outros elementos da teoria e da prática do desenvolvimento. Principalmente no que diz respeito à necessidade de definição de categorias fundamentais para identificar certos bens ou mercadorias como intrinsecamente valiosas ou como eticamente básicas para a qualidade de vida.

Para Crocker, é importante avançar na enumeração dos bens primários sociais. Esses bens são aqueles que todos os indivíduos desejam, independentemente de suas diferenças, e com os quais se lançam para sua obtenção. No entanto, o conceito de direito tem prioridade sobre o de bens, porque este último difere a partir das escolhas que cada indivíduo pode realizar a partir de sua própria concepção do que necessita. Os indivíduos para exercitarem suas capacidades morais, serem livres e iguais, precisam dispor de certos bens primários, pois as liberdades essenciais, como liberdade de consciência, liberdade política, de movimento e de escolha da ocupação são determinadas a partir de um *background de oportunidades diversas*, traduzido em responsabilidade que é fruto da origem, da estrutura econômica e das bases sociais de cada indivíduo (Crocker, 1993: 111).

A teoria dos bens primários¹¹ seria uma boa forma de avaliar a situação das pessoas e de fazer comparações interpessoais se as mesmas fossem semelhantes, entretanto, como não são, persistem as diferentes concepções de necessidades individuais. As variações inter-individuais como sexo, idade, dotes genéticos, interferem nas escolhas e capacidades desiguais de edificar a liberdade em nossas vidas, mesmo que tenhamos o mesmo complexo de bens. As pretensões individuais, os diferentes objetivos associados a diferenças individuais, devem ser considerados. O conceito de capacidades se define pelas oportunidades reais para se buscar a visão de necessidades básicas.

Se interpretamos as necessidades básicas como efetividades valiosas (e como capacidades de realização), encon-

traremos um conceito de bem-estar e de florescimento humanos que é moralmente apropriado, conceitualmente fundamental e operacionalmente prático. Ou seja, seremos capazes de cumprir o objetivo original da visão de necessidades básicas sem recair no fetichismo das mercadorias ou no subjetivismo utilitarista (Crocker, 1993: 128). E chegaremos a uma dimensão possível para analisar necessidades básicas, aquela denominada por Heller, como teoria das necessidades radicais, onde necessidade radical é aquela que é caracterizada por sua natureza qualitativa de satisfação (Granjo, 1996).

A abordagem e compreensão desta necessidade diz respeito a um conjunto de elementos objetivos e espirituais, que possuem uma grande dose de radicalidade para sua obtenção, pois representam a *singularidade e idiosincrasia de pessoas e comunidades*. Para Heller, a necessidade é indubitavelmente uma categoria social, embora sejam sempre individuais, pois, podemos compreender as necessidades de cada pessoa, porém a essência de cada uma destas necessidades diz respeito somente às diferenciações de cada indivíduo. Faz parte do entendimento de necessidades a compreensão de que as mesmas transitam entre carências e desejos. Os desejos são individualizados e podem permanecer no inconsciente do indivíduo e, por isso, não podem ser totalmente verbalizados. As carências, por sua vez, são abstrações. Assim, a necessidade é um conceito genérico, os desejos manifestam a relação psicológico-emocional e subjetiva com as necessidades e, as carências, descrevem um tipo de necessidades que a sociedade atribui aos seus membros em geral (Heller, 1996).

Nesse sentido, qualidade de vida, pela ótica da saúde mental, estará relacionada diretamente às necessidades, carências e aos desejos dos indivíduos. A capacidade de satisfazê-los e de lidar com a insatisfação de sua não realização contribuem fortemente para comprometer a psique do indivíduo. Essas possibilidades estarão vinculadas diretamente à forma como a sociedade e suas transformações na modernidade foram capazes de contribuir para a construção

do indivíduo enquanto um ser social. Assim, a expressão das frustrações relacionadas a não satisfação das necessidades está na base desta problemática.

Desta forma, Buarque e Crocker apontam em uma mesma direção com relação às possibilidades de conquistar uma melhor qualidade de vida, pois ambos autores chamam atenção para uma nova ética nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais e, paradoxalmente, para a busca de uma nova utopia. As dimensões de necessidades sentidas e satisfeitas estiveram presentes nessa análise para a qualidade de vida.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que se encontra imbricada na temática de toda essa discussão diz respeito à questão da cidadania, do direito a um ambiente saudável, das necessidades satisfeitas e conseqüentemente à uma qualidade de vida mais satisfatória, a uma nova ética que regularize todo esse sistema de valores, principalmente quando se trata de um ambiente transformado, uma estrutura sócio-cultural deteriorada, carências básicas e um panorama mundial pouco animador.

Qualidade de vida, portanto, deverá ser aqui entendida através de três eixos principais. Um primeiro, diz respeito à satisfação e o acesso a bens básicos como educação, transporte, emprego, alimentação, saneamento ambientalmente adequado, serviço de saúde, etc., e à qualidade do acesso a esses bens, como sistemas de educação e saúde eficientes e que atinjam seus objetivos; sistema de transportes coletivos satisfatórios; alimentação e salários condizentes com as necessidades do indivíduo e de sua família. O segundo eixo, diz respeito ao acesso aos bens fundamentais para complementação da vida dos indivíduos como cultura; lazer; relações afetivas e sexuais plenas; relações familiares fundamentais; relação com a natureza;

relações plenas com o trabalho. E, por último, o terceiro eixo, denominado de bens ético-políticos por compreender o acesso às informações que dizem respeito à vida do cidadão, colocadas de forma clara e objetiva, a participação política e o envolvimento nas causas coletivas, participação na gestão local da vida cidadina e a cidadania.

Só será possível entender qualidade de vida como o somatório das condições objetivas e subjetivas do ser, expressas no cotidiano dos indivíduos em decorrência das macro e micro transformações sócio-ambientais que a sociedade atravessa. O indivíduo, nesse enfrentamento cotidiano, encontra respostas para afirmar ou negar essas transformações. Poderá legitimar politicamente seu cotidiano ou alienar-se. Construir condições saudáveis de vida ou patologias. Por isso, no item subsequente, será analisada como a qualidade de vida pode se elucidada através da observação da *não satisfação* das carências mais imediatas da população.

As possibilidades teórico-metodológicas para se tratar qualidade de vida e ambiente na dinâmica da Sociologia contemporânea apresentam-se extremamente ricas e promissoras. No entanto, para que isso ocorra é fundamental apontar alguns caminhos a serem seguidos. Nesse sentido, acredita-se ser viável um investimento em pesquisas com abordagens que priorizem o cotidiano dos moradores de sociedades complexas, levando-se em conta a questão fundamental da cidadania, da ética e dos valores individuais que tenham compromisso com a lógica do coletivo. Essa lógica pressupõe pensar o coletivo a partir da transformação da sociedade em algo para além da constituição de massas anônimas, mas para um coletivo que valoriza os desejos e as necessidades dos indivíduos que o compõe. Para tanto, novos olhares precisarão ser lançados e considerados, visando ampliar o tema, mas sobretudo, para encontrar saídas plausíveis para os problemas sociais que desafiam à todos nós.

NOTAS

- (1) Reporto o leitor para análise sobre essa perspectiva histórica já discutida por mim em BARBOSA, 1990.
- (2) Esta publicação é composta por relatórios anuais, publicados a partir de 1990, pelo Worldwatch Intitute, com sede em Washington, USA, organizados por Lester Brown com o sugestivo título **Salve o Planeta! Qualidade de vida**, seguido do ano a que se refere a publicação 1990 a 1996. Em geral, o primeiro capítulo discute uma abordagem mais teórica sobre um tema específico e os capítulos precedentes discutem temas frutos de pesquisas realizadas em alguma parte do mundo sobre a relação do meio ambiente e o desenvolvimento. No Brasil, são publicados pela Editora Globo.
- (3) Reporto o leitor para SOUZA, 1984 e **LUA NOVA**, nº 31, 1993.
- (4) BARBOSA, 1990, 1992 e 1996. CARMO, 1993 e 1995. LEAL, 1995. MATAVELE, 1992; dentre alguns.
- (5) Reporto o leitor para GALTUNG (1979); MONTES & LEFF (1986); GALLOPÍN (1986), dentre os mais importantes.
- (6) Esse termo que faz uso Cristovam Buarque, foi por ele definido em BUARQUE, n.º 17, 1994.
- (7) A famosa frase *Brasil, país do Futuro!*, soa hoje e cada vez mais como de um profundo mau gosto.
- (8) Aqueles que o autor já fez referência: fim do *apartheid*, respeito ecológico, democracia, descentralização, e diversidade.
- (9) CROCKER procura rediscutir e reelaborar o conceito de qualidade de vida a partir de dois autores, Amartya Sen e Martha Nussbaum, em diferentes trabalhos dos dois autores e em diferentes épocas. A contribuição dos dois autores é muito importante para a abordagem do conceito como será visto no texto.
- (10) O termo efetividades - functionings é usado num sentido muito específico, pois "coisas como crescimento econômico ou o aumento do PIB per capita são somente meios para algo diverso. Esse algo diverso diz respeito ao bem estar, à qualidade de vida e ao padrão de vida humanos. O desenvolvimento deve ser definido em relação àquilo que seres humanos podem e devem ser e fazer" (Crocker, 1993: 101). Esse termo, então, serve para designar esses modos de ser e atividades.
- (11) Crocker desenvolve o conceito de teoria dos bens primários a partir de RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge-MA, Harvard University Press, 1971.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Industrialização, Ambiente e Condições de Vida em Paulínia, SP. As representações de Qualidade Ambiental e Saúde para Médicos e Pacientes.**

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Salud, Ambiente y Ciudadania: el caso de Paulinia, Sao Paulo, Brasil*. **Revista Interamericana de planificacion**. Volumen XXV, numero 98, abril-junio, 1992.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Ambiente, qualidade de vida e cidadania. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais*. In: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo (orgs.). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1992 (a): 193-210.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Qualidade de vida e suas metáforas. Uma reflexão sócio-ambiental**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

BROWN, Lester (org.)/ WORLDWATCH INSTITUTE. **Salve o Planeta! Qualidade de vida**. Rio de Janeiro: Globo, 1990 à 1995.

BROWN, Lester, FLAVIN, Christopher & POSTEL, Sandra. *O Planejamento de uma sociedade sustentável*. In: BROWN, Lester (org.). **Salve o Planeta! Qualidade de vida - 1990/ Worldwatch Institute**. Rio de Janeiro: Globo, 1990.

BUARQUE, Cristovam. *Qualidade de Vida: a modernização da utopia. Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, no. 31, São Paulo, 1993.

BUARQUE, Cristovam. *Apartação - Um dicionário - Subsídio*. Texto para Reflexão e Estudo. Brasília: INESC, ano II, nº 17, 1994.

CARMO, Roberto Luiz do . **O Conceito de Qualidade de Vida: uma primeira abordagem**. Campinas,. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Ano 3, nº 4, 1993 (Série Monografia).

CARMO, Roberto Luiz do. **População, Meio Ambiente e Qualidade de Vida: o caso de Campinas (1970 - 1991)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

- CENTRO DE ALTERNATIVAS DE DESARROLLO (CEPAUR). *Desarrollo a Escala Humana. Una opción para el futuro*. Artigo 1. América Latina: Crisis y perplejidad. **Development Dialogue**, Número especial. Santiago: CEPAUR/Fundación Dag Hammarskjöld, 1986.
- CORDEIRO, Hésio. *A Qualidade de Vida Urbana e as Condições de Saúde: o caso do Rio de Janeiro*. In: SOUZA, Amaury (org.). **Qualidade de vida urbana**. Série Debates Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- CROCKER, David. *Qualidade de Vida e Desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum*. **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política, São Paulo, nº. 31, 1993.
- GALLOPÍN, Gilberto. *Ecología y Ambiente*. In: LEFF, Enrique (coord.). **Los Problemas del conocimiento y a perspectiva ambiental del desarrollo**. Mexico: Siglo o Veintiuno, 1986.
- GALTUNG, Johan. *Development, environment and technology. Towards a technology for self-reliance*. **United Nations Conference on Trade and Development**. Geneva, 1979.
- GRANJO, Maria Helena Bittencourt. **Agnes Heller**. Filosofia, moral e educação. Petrópolis: VOZES, 1996.
- HELLER, Agnes. *Uma teoria das necessidades revista*. Petrópolis: VOZES, 1996. 18 p. Apêndice de GRANJO, Maria Helena B. **Agnes Heller**. Filosofia, moral e educação. Petrópolis: VOZES, 1996.
- JACOBI, Pedro. *A percepção de problemas ambientais urbanos em São Paulo*. **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, São Paulo, nº. 31, 1993.
- LEAL, Antonio Cezar. **Meio Ambiente e Urbanização na Microbacia do Areia Branca - Campinas, São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geociências/ Área de Geociências e Meio Ambiente) - Instituto de Geociências e Ciências Aplicadas, Universidade Estadual Paulista, 1995.

- LUA NOVA. **Qualidade de Vida**. São Paulo: Cedec, nº 31, 1993.
- MATAVELE, Joaquim. **Ecologia e qualidade de vida: o caso da favela Vila Nogueira (Campinas, SP)**. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- MONTES, José Maria & LEFF, Enrique. *Perspectivas Ambientais del Desarrollo del Conocimiento*. In: LEFF, Enrique (coord.). **Los Problemas del conocimiento y a perspectiva ambiental del desarrollo**. Mexico: Siglo o Veintiuno, 1986.
- MORIN, Edgar. **O Método**. Lisboa: Ed. Europa-América, 1980.
- MORIN, Edgar. **O Paradigma Perdido: a natureza humana**. 3ª ed. Lisboa: Ed. Europa-América, 1973.
- SOUZA, Amaury (org.). **Qualidade de vida urbana**. Série Debates Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

A PERCEPÇÃO DO MEIO AMBIENTE: CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DOS RISCOS AMBIENTAIS

Damaris Puga de MORAES*

Os estudos que abordam a percepção do meio ambiente e, mais especificamente, a percepção dos riscos ambientais são sempre muito pertinentes. Diariamente são noticiadas ocorrências tais como: inundações, desabamentos, ciclones, vazamento de produtos químicos, secas e muitos outros eventos que provocam uma gama variada de consequências sobre a vida humana.

Ao longo da vida, os indivíduos ou grupos humanos devem enfrentar inúmeros eventos que demandam respostas diversas.

O propósito deste trabalho foi destacar os estudos realizados e abordar o referencial teórico em percepção ambiental, com ênfase aos chamados riscos ambientais. Este contato com o tema, originou uma pesquisa de campo sobre a percepção do emprego de produtos químicos na agricultura.

INTRODUÇÃO

As interações do homem com o meio ambiente estão ligadas à percepção e ao comportamento que o mesmo tem diante do meio ambiente, de suas aspirações, de seus valores, tendo em vista a satisfação de suas necessidades e desejos. Com as técnicas das

(*) Professora do Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas - ICH - PUC-Campinas.

quais dispõe, o homem tem ampliado a extensão das alterações que ele pode provocar em seu meio: é o conhecimento e a percepção que orientam o comportamento humano em relação ao meio ambiente.

Os estudos das interações do homem com o meio ambiente reconhecem que para cada elemento objetivo e interações no meio ambiente, existem elementos e interações percebidas por diferentes povos, em diferentes lugares e tempos. Fica, portanto, evidenciado que ao estudarmos essas interações, nos defrontamos não somente com o mundo físico, mas também com o mundo psicológico.

Uma tentativa para definir o termo percepção ambiental foi feita por Whyte (1977): a percepção ambiental inclui a percepção sensorial mais a cognição. É o entendimento e o conhecimento que os seres humanos têm do meio em que vivem, com a influência dos fatores sociais e culturais. Para Tuan (1980), a percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica e para propiciar alguma satisfação que estão enraizadas na cultura. No que se refere às diferentes formas de perceber o meio ambiente, Tuan pondera que vivemos em um mundo extremamente variado e mais variadas ainda são as maneiras como as pessoas percebem e avaliam o seu mundo. Duas pessoas não vêem a mesma realidade. Nem mesmo dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. Porém, por mais diversas que sejam as nossas percepções, como membros da mesma espécie, estamos limitados a ver as coisas de uma certa maneira. Todos os seres humanos compartilham percepções comuns, um mundo comum, em virtude de possuírem órgãos similares.

Um grande número de estudos em percepção ambiental tem buscado esclarecimentos sobre as mais variadas formas que o homem tem encontrado para a sua interação com o meio ambiente. Estes estudos têm procurado considerar o nível de conhecimento e a

capacidade de organização, o valor atribuído ao meio ambiente, as preferências e as escolhas feitas pelos seres humanos nos mais diversos ambientes.

OS ESTUDOS EM PERCEPÇÃO AMBIENTAL

As pesquisas sobre percepção do meio ambiente fazem parte dos estudos das interações do homem com este mesmo meio. A organização do meio ambiente pelo homem, é realizada através das decisões, das escolhas, das atitudes, que por sua vez, estão na dependência da compreensão que os indivíduos ou que os grupos têm do mesmo.

Importante contribuição no campo da percepção ambiental foi dada pelos diversos grupos de pesquisadores que participaram do Programa Intergovernamental "On Man and the Biosphere", patrocinado pela UNESCO. Estes grupos de pesquisadores desenvolveram trabalhos visando a orientar um uso mais adequado dos recursos do meio ambiente, buscando soluções concretas para os problemas decorrentes da interação do homem com os mais diversos tipos de meio ambiente.

As interações do homem com o meio são complexas, pois envolvem os múltiplos elementos que o constituem. Por este motivo, como parte dos estudos das interações do homem com o meio ambiente, as pesquisas em percepção ambiental são multidisciplinares. Entre as disciplinas que têm oferecido contribuições neste campo destacam-se a Arquitetura, o Planejamento Urbano e Regional, a Geografia, a Psicologia, a Sociologia, a Ecologia e a Agronomia. Nestas várias disciplinas é destacada a importância da percepção individual e cultural do meio ambiente no comportamento humano.

Na Geografia, os estudos em percepção ambiental têm contribuído na busca das respostas às indagações do por que certas atividades humanas ocupam, preferencialmente, determinados locais

e quais modelos produzem no espaço. Além disso, estes estudos têm procurado esclarecer o papel que a percepção ambiental desempenha no arranjo espacial do meio ambiente. Merecem destaque as pesquisas realizadas por geógrafos que têm como foco principal de estudo, as respostas humanas aos riscos ambientais. Estes trabalhos têm proporcionado a compreensão básica de como as pessoas percebem e respondem aos riscos e às incertezas inerentes ao meio em que vivem.

Nas mais diferentes disciplinas, os estudos em percepção do meio ambiente passaram a ser desenvolvidos a partir dos anos setenta e têm aumentado em número nos últimos tempos.

Como obras gerais e que contribuíram para o embasamento teórico do tema, destacamos: Tuan (1980) cuja obra trouxe grandes contribuições em termos de atitudes, valores e percepção do meio ambiente; Brookfield (1969) com estudo específico sobre a percepção do meio ambiente; Burton, Kates e White (1978) cuja obra contribuiu, especificamente, ao embasamento teórico dos estudos dos riscos ambientais e Whyte (1977) com indicações das formas mais adequadas para a realização de pesquisas de campo em percepção do meio ambiente.

Apesar do relativo volume, as pesquisas no campo da percepção ambiental mostram-se muito concentradas em alguns aspectos, apenas muito recentemente tem havido uma maior diversificação nos temas abordados. A figura 1 mostra as principais pesquisas no campo da percepção ambiental.

Entre os estudos desenvolvidos merecem destaque autores como Gibson (1950) que traz contribuições importantes em relação à percepção do mundo visual; Lynch (1960) e Marchand (1974) no que se refere à percepção urbana e arquitetural, sendo que a obra de Lynch constitui em um trabalho clássico em termos de percepção urbana; Porter (1978) contribui no campo da percepção

arquitetural e estética, White (1974), Saarinen (1966), Heathcote (1969), Dworkin (1981) e Lutz (1974), são os autores que tratam, especificamente da percepção dos riscos ambientais. Deve-se destacar as publicações do Programa "On Man and the Biosphere", nas quais pesquisas interdisciplinares trazem grandes contribuições ao tema percepção ambiental.

No que se refere à percepção dos riscos ambientais na atividade agrícola, destacamos os trabalhos de Chapman (1974) que realizou interessante estudo sobre a percepção e as respostas dos agricultores aos riscos do meio ambiente e também (1978) sobre os efeitos da imagem que os agricultores têm da extensão da agricultura; Tait (1978) contribui ao tema das atitudes dos agricultores frente aos riscos financeiros, pessoais e ambientais ligados ao uso de pesticidas e também (1981) é importante a sua obra sobre a percepção e manejo de pragas e praguicidas; Wall (1978) com seu trabalho sobre a percepção das plantas daninhas na agricultura; Wilken (1978) trata da percepção dos riscos agroclimáticos e Bull em sua obra inédita, trata de toda a problemática da introdução dos praguicidas nos países menos desenvolvidos.

Merece destaque a contribuição brasileira aos estudos de percepção ambiental. A obra de Vicente del Rio e Livia de Oliveira (1996), resume os trabalhos desenvolvidos em nosso país e que compõem temas amplos tais como: Percepção Ambiental e Projeto, Percepção Ambiental e Interpretação da Realidade e Percepção e Educação Ambiental. Esta obra é importante na medida em que resume toda a recente produção brasileira neste campo.

Um dos pontos mais importantes de todas estas obras citadas, é considerar a percepção que as pessoas têm do meio ambiente, visando promover um uso mais racional dos recursos ambientais. Muitos trabalhos realizados com a finalidade de servir de base a planos de desenvolvimento, concluíram que a percepção que os estudiosos têm dos problemas do meio ambiente, não coincide com a percepção das pessoas comuns diretamente afetadas por eles.

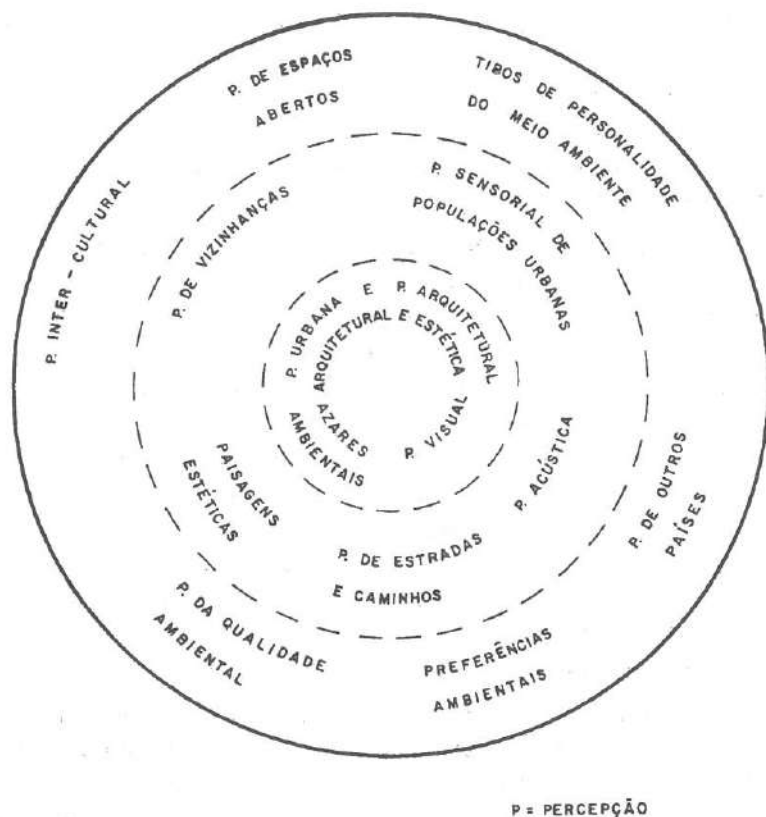


Figura 1 - Tendências das Pesquisas sobre percepção do meio ambiente (segundo Whyte, 1971, p. 16)

A PERCEÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS

Os riscos ambientais constituem um dos aspectos do complexo processo de interação do sistema de eventos naturais com o sistema de uso humano do meio ambiente. Este último não pode operar independentemente do primeiro, isto é, dos elementos atmosférico, hidrológico, geomorfológico, geológico, pedológico, biótico. Ambos os sistemas estão sujeitos a constantes flutuações. As flutuações anuais, sazonais ou seculares dos elementos da biosfera, passam a ser riscos na medida em que o homem deve ajustar-se sem ter um conhecimento preciso e completo das mesmas. Quando há meios de se prever estas flutuações, com a menor margem de erro, estes elementos não constituem riscos.

Conforme mostra a figura 2, da interação dos sistemas natural e de uso humano resultam tanto recursos, como riscos (recursos negativos) para os seres humanos. A ocorrência de riscos provoca respostas humanas aos mesmos, estas respostas originam alterações tanto no sistema de eventos naturais, como no sistema de uso humano. Estas alterações podem gerar novos recursos ou riscos ao homem.

O homem é reconhecido como um agente potencial de mudanças, através de suas ações ele pode acelerar a erosão do solo, possibilitar a ocorrência de enchentes, poluir o meio ambiente. Para que um evento seja considerado um risco, é necessário que ele tenha repercussões nas atividades humanas. Assim uma planície inundável passa a constituir um risco, na medida em que o homem estabelece aí as suas atividades; o emprego de defensivos agrícolas pode constituir um risco aos seres humanos a partir do momento em que começam a causar danos à saúde humana pela poluição do ar, das águas, dos solos e dos alimentos.

No estudo dos riscos ambientais nos defrontamos com o problema da distinção entre riscos naturais e riscos provocados pelo homem. Torna-se difícil estabelecer um limite preciso entre o risco natural e o risco provocado. Os riscos decorrem das interações do

homem com o meio ambiente, estas interações são tão estreitas que ambos parecem constituir as duas faces da mesma moeda. Nada ocorre no meio ambiente que não tenha repercussões ou sofra a influência das ações humanas. Os riscos não são naturais por si só, eles resultam da interação da natureza, sociedade e indivíduo, portanto, o mais conveniente é tratarmos os riscos no sentido amplo, como riscos ambientais, sem preocupação de distinguirmos os naturais dos provocados pelo homem.

A percepção dos riscos ambientais constitui um dos temas que vem sendo investigado no campo da percepção ambiental. Vários trabalhos já foram realizados neste campo, enfatizando a percepção dos riscos e as tomadas de decisão (respostas humanas aos riscos) nos níveis individual, comunitário e nacional.

Segundo Brookfield (1960), o ponto inicial da pesquisa sobre a percepção dos riscos ambientais na Geografia, foi o trabalho de Burton, Kates e White sobre o problema das inundações. Este trabalho introduziu a questão do ajustamento humano às inundações e do papel da percepção na definição do ajustamento ao risco. A partir deste estudo, muitos projetos foram iniciados em diversos países com diferentes níveis de desenvolvimento, para analisar as variações na percepção dos riscos ambientais, de acordo com a cultura e o meio ambiente.

Muitos estudos no campo da percepção dos riscos ambientais enfocam geograficamente eventos tais como: ciclones tropicais, terremotos, vulcanismo, secas e avalanches. Por outro lado, a percepção que os homens têm de riscos como poluição do ar e da água, presença de substâncias químicas nocivas ao meio ambiente e na cadeia alimentar, ainda é pouco conhecida. A ação dos produtos químicos lançados na natureza nem sempre pode ser percebida diretamente. A ameaça real e potencial destes produtos é pouco divulgada ao nível do público em geral, daí a importância dos estudos da percepção que os homens têm dos riscos que podem resultar do lançamento destes produtos ao meio ambiente. Estes estudos poderão vir a orientar um uso mais adequado destas substâncias químicas.

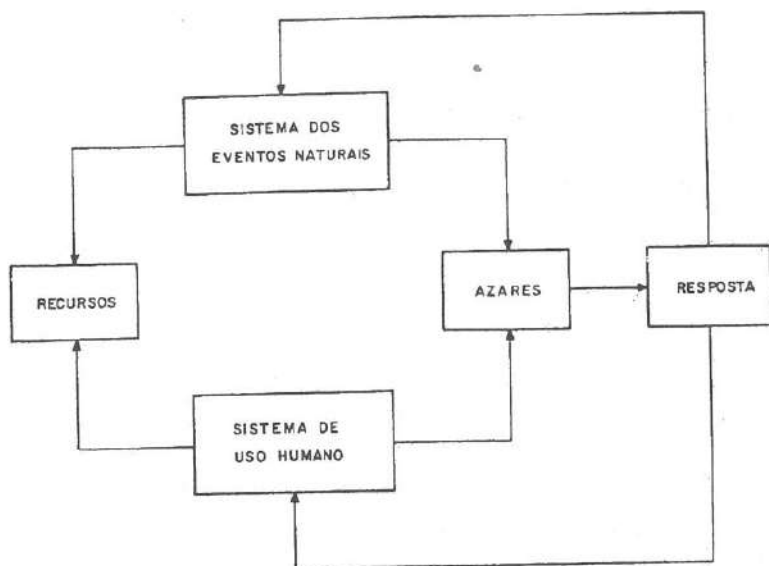


Figura 2 - Recursos e azares da natureza e do homem (segundo Burton, Kates e White, 1978, p. 20)

Ainda são Burton, Kates e White (1978), que chamam a atenção para o fato de que, nos mais diferentes países do mundo, com cultura e organização social diversas, as áreas submetidas aos riscos apresentam alguns fatores em comum. Estes fatores são: a) grande faixa da população fica exposta aos riscos; b) os riscos são vistos como produto da interação dos sistemas naturais e sistemas de uso humano; c) a escolha das ações a serem adotadas frente aos riscos do meio ambiente decorre da combinação de decisões individuais e comunitárias; d) os riscos do meio ambiente não são equitativos; e) o montante de danos materiais, perdas de vida e deslocamentos sociais, está relacionado com as medidas adotadas; e f) a repetição da ocorrência dos riscos geram medidas preventivas mais adequadas.

Apesar destes fatores comuns, existem algumas diferenças que devem ser destacadas, assim, a vulnerabilidade ao risco é mais marcante nos países menos desenvolvidos do que nos mais desenvolvidos. Em nações com cultura e nível de desenvolvimento totalmente diversos, uma ampla variedade de respostas é elaborada pelos indivíduos, visando minimizar os riscos e incertezas do meio ambiente.

As respostas dos indivíduos aos azares do meio ambiente, estão, fundamentalmente, ligadas às várias características apresentadas por estes eventos.

Baseamo-nos na obra de Burton, Kates e White (1978) para analisar as várias características dos riscos e as respostas humanas aos mesmos. Estes autores apresentam uma classificação dos riscos de acordo com as características destes eventos.

A **magnitude** é uma das características mais importantes para a definição de um risco ambiental. Somente ocorrências que excedam a um nível considerado comum é que são riscos. Esta característica define o vigor ou a força de um evento.

Além da magnitude, a maior ou menor significância de um risco em termos humanos, é determinada por outras características tais como: frequência, duração, extensão em área, velocidade de aparecimento, dispersão espacial e espaçamento temporal. São estas características que impulsionam as respostas que os seres humanos apresentam diante dos riscos. Exemplificando, podemos dizer que um terremoto apresenta características diferentes de uma seca, por isso, as respostas humanas a estes dois eventos são diferentes.

A **freqüência** refere-se a quantas vezes um evento de certa magnitude pode ocorrer em média, isto é, o quanto pode ser esperado. A **duração** corresponde ao período de tempo durante o qual o risco persiste. A maior ou menor duração de um risco determina a possibilidade de desenvolver ações visando a minimizar os seus efeitos negativos. A **extensão em área** diz respeito ao espaço coberto

por um risco, compreende a área sobre a qual ele ocorre. A **velocidade de aparecimento** refere-se ao espaço de tempo transcorrido entre a primeira aparição do risco e seu pico de ocorrência. Esta velocidade é importante para a adoção de medidas preventivas. A **dispersão espacial** refere-se ao modelo de distribuição do risco sobre o espaço no qual ele ocorre. O **espaçamento temporal** corresponde ao período de tempo que transcorre para que o risco volte a ocorrer. Para alguns eventos este período é imprevisível, ao acaso, outros ocorrem novamente após longo período de tempo. O espaçamento temporal tem implicações, especialmente, sobre o programa de atividades a ser desenvolvido nas áreas sujeitas aos riscos.

Mediante a análise destas várias características dos riscos, eles poderão ser reunidos em dois grandes grupos: riscos penetrantes e riscos intensivos.

Riscos penetrantes são eventos de baixa magnitude, baixa intensidade, grande duração e alta frequência. O impacto cumulativo destes riscos sobre as atividades humanas é muito grande. **Riscos intensivos** são eventos cuja magnitude excede a um nível considerado comum; apresentam grande energia, pequena duração e baixa frequência. Estes riscos são considerados extremos e suas consequências para os homens, podem ser catastróficas. Um terremoto é considerado um risco intensivo pois é pouco frequente, de pequena duração, relativamente concentrado em extensão, a velocidade de aparecimento é usualmente grande, as zonas sujeitas a terremotos são limitadas e eles ocorrem mais ou menos do mesmo modo. Em comparação com um terremoto, uma seca é de grande frequência, maior duração, maior dispersão pela superfície terrestre, é lenta para aparecer, mais difusa e sua distribuição é mais ao acaso, por estas características a seca é incluída entre os riscos penetrantes.

Torna-se importante destacar, no entanto, que os riscos intensivos e os riscos penetrantes não constituem categorias mutuamente exclusivas, mas formam um continuum ao longo do qual diferentes tipos de riscos podem ocorrer.

RESPOSTAS HUMANAS AOS RISCOS AMBIENTAIS

As respostas que o homem apresenta aos riscos ambientais estão relacionadas à percepção e ao conhecimento das possibilidades de ajustar-se aos mesmos.

O público em geral percebe os riscos de uma forma diferente dos técnicos, cientistas e administradores. A avaliação dos eventos pelos indivíduos submetidos aos riscos, não pode ser considerada incorreta, simplesmente suas respostas são elaboradas a partir de necessidades particulares e, não raramente, avaliam os riscos de um maneira mais prática que os demais. Ainda segundo Burton, Kates e White (1978), a acuidade da percepção dos riscos ambientais, é, em parte, uma função de um misto entre a necessidade por um recurso e os problemas sociais que as pessoas enfrentam no local em que vivem. Para estes autores é comum observarmos as pessoas declararem que são livres de riscos nas áreas em que vivem, elas podem conhecer as ameaças de um evento e não considerá-lo como um risco. Como exemplo, citam o fato dos residentes de uma zona visivelmente poluída darem pouca ênfase à poluição em comparação com outros problemas tais como: inflação, desemprego, trânsito e segurança nas ruas. Caso semelhante é encontrado nas áreas rurais, onde os agricultores deixam em segundo plano os problemas de saúde ligados à utilização dos defensivos químicos nas lavouras e enfatizam problemas tais como: custos, preços e mercado da produção agrícola.

São ainda estes autores citados que apresentam uma classificação para as respostas aos riscos, que compreendem adaptações e ajustamentos.

As adaptações e os ajustamentos são atividades desenvolvidas no sentido de enfrentar e superar os efeitos negativos dos riscos. Estas atividades são desenvolvidas por indivíduos das mais diferentes sociedades visando a minimizar a ação dos elementos adversos do meio ambiente.

Segundo Burton, Kates e White (1978) existem quatro modos principais de respostas ou caminhos que o homem segue para enfrentar os riscos ambientais. Como exemplo de ajustamento podemos citar as respostas das populações ribeirinhas às enchentes. Estas populações constroem suas casas em palafitas, evitando assim que as águas invadam seus lares. Por outro lado, quando estas populações localizam e organizam sua comunidade fora do alcance das enchentes, estaremos diante de um caso de adaptação.

A **adaptação** aos riscos ambientais é um processo, tanto biológico como cultural, que se desenvolve após um longo período de exposição aos mesmos riscos. A **adaptação biológica** é um processo lento e por isso mesmo não desempenha um papel importante nas respostas aos riscos em curto espaço de tempo. A exposição constante aos mesmos riscos ambientais, desenvolve nas pessoas uma maior capacidade de resistência aos efeitos dos mesmos. A adaptação biológica envolve também mecanismos de respostas psicológicas temporárias face aos riscos tais como: aumento rápido da capacidade de produzir adrenalina. O estudo da suscetibilidade do organismo humano aos efeitos dos riscos ambientais, constitui uma preocupação crescente no setor de saúde pública e da medicina preventiva. A **adaptação cultural** é um processo mais rápido que o da adaptação biológica e tem evoluído bastante nos últimos dois séculos. A adaptação cultural abrange os diversos caminhos pelos quais as atividades humanas são estruturadas com a finalidade de diminuir os prejuízos causados pelos riscos. Esta adaptação visa a reduzir a exposição da população aos riscos ambientais.

Por outro lado, os ajustamentos constituem respostas humanas que são adotadas em um prazo mais curto que aquele necessário para realizar uma adaptação. O ajustamento geralmente oferece um resultado mais eficaz na redução de perdas de vidas e materiais. Por ocasião da ocorrência dos riscos ambientais, os indivíduos podem elaborar uma grande variedade de ajustamentos, que podem ser: acidental e proposital. O **ajustamento acidental** corresponde às ações de emergência realizadas logo após a ocorrência de

um evento inesperado. As informações através dos meios de comunicação, a evacuação do local, a construção de acampamentos para desabrigados, constituem ajustamentos acidentais. O **ajustamento proposital** é elaborado através de um período de tempo maior, que se estende desde o período que antecede o aparecimento do risco, até após a sua ocorrência. A criação de um sistema de irrigação nas áreas sujeitas às secas, projetos de construção de edifícios resistentes a terremotos, são ajustamentos propositalis. Tanto o ajustamento acidental como o proposital podem ser, gradualmente, transformados em uma adaptação cultural.

Os indivíduos desenvolvem através do tempo, formas de adaptação e de ajustamentos aos riscos ambientais.

As escolhas humanas entre adaptações e ajustamentos são feitas através de níveis ou limiares. Os quatro modos principais do homem enfrentar os riscos envolvem absorção, a aceitação, a redução de perdas e as mudanças de uso ou de localização. Estes quatro modos são separados por três níveis ou limiares que conduzem os homens às ações diante dos riscos. A passagem de um modo para outro é feita pela transposição dos limiares: de conhecimento, da ação e da intolerância.

Quando da ocorrência de um risco ambiental, os indivíduos realizam adaptações (biológica e cultural) e ajustamentos (acidental e proposital), que englobam várias ações que visam a absorção, aceitação, redução de perdas ou a mudança, quer de uso, quer de localização.

A absorção de perdas corresponde ao modo de enfrentar os riscos no qual os indivíduos ou as sociedades buscam superar os problemas ligados àqueles, através da divisão das perdas entre os elementos do grupo diretamente afetado pelo risco. Cada sociedade apresenta características próprias com relação às preferências sociais, tecnologia disponível e formas de uso dos recursos naturais; por isso, a interação da sociedade com o seu meio ambiente resulta em um padrão único de exposição aos riscos e de capacidade de recupe-

ração. Cada sociedade possui uma capacidade própria de absorver os danos provocados pelos azares do meio ambiente. Advém deste aspecto o conceito de **capacidade de absorção** que corresponde à capacidade que uma sociedade tem de permanecer inalterada diante da ocorrência de riscos ambientais. A maior disponibilidade técnica faz com que as sociedades tenham aptidão em absorver os danos atribuídos aos riscos. Como exemplo, podemos citar o desenvolvimento de projetos de irrigação das áreas sujeitas a secas, as drenagens de áreas inundáveis e as plantações em curvas de nível nas áreas mais acidentadas e sujeitas à erosão.

Quando as pessoas conhecem os efeitos dos riscos e há portanto a transposição do limiar do conhecimento, elas podem aceitar as perdas.

A **aceitação de perdas** ocorre quando as perdas atribuídas aos riscos são reconhecidas e toleradas. Neste modo de enfrentar os riscos, os indivíduos preferem aceitar as perdas, do que agir de maneira incerta ou cometer um equívoco.

A atitude de aceitação de perdas passa para a de redução de perdas quando o limiar da ação é ultrapassado. As pessoas deixam de aceitar as perdas e passam a realizar ações que conduzem a uma redução das mesmas.

A **redução de perdas** é realizada através de ações mais efetivas no combate aos efeitos negativos dos riscos. Os indivíduos passam a agir, buscando ajustamentos mais efetivos aos riscos ambientais. As pessoas submetidas aos riscos procuram experienciar os efeitos dos mesmos, e prevenir nova ocorrência. Esta maneira de responder aos riscos é caracterizada por esforços para controlar o risco em si ou para reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos e grupos. As ações desenvolvidas com o objetivo de atingir estes esforços são obtidas através de atos que conduzem à redução de perdas e à prevenção contra novas ocorrências.

As **mudanças tanto de uso como de localização** ocorrem quando as perdas atribuídas aos riscos são percebidas como

intoleráveis (limiar da intolerância). Neste caso, as sociedades e indivíduos exploram todos os meios de redução de perdas. Porém, quando a capacidade de ação para um determinado uso ou localização se esgota, os mesmos escolhem uma mudança profunda no uso dos recursos, na localização ou mesmo na combinação dos dois. Neste modo de enfrentar os riscos, os indivíduos procuram mudar para uma atividade menos vulnerável ao risco ou mesmo transferem suas atividades para um local menos exposto ao risco.

Ainda que os quatro modos de enfrentar os riscos ambientais pareçam universais, não há uma maneira uniforme das pessoas progredirem através dos limiares. Uma sociedade pode optar por um dos modos, com relação à ocorrência de uma inundação, e, no entanto, ultrapassar mais limiares frente à seca. Os limiares não são níveis fixos, a variação das respostas humanas ao longo destes níveis, resultam de escolhas individuais, coletivas e nacionais.

PALAVRAS FINAIS

A conscientização de que é preciso preservar a Terra como a morada do Homem, tem sido uma preocupação de cientistas e técnicos. Atualmente, generalizou-se um consenso de que as relações do homem com o meio ambiente devem ser constantemente revistas. A vida humana é influenciada por fatores ambientais, porém, o homem é o dominante ecológico e seu comportamento deve ser compreendido em profundidade. Este trabalho procura dar bases para estudos que indiquem o modo como as pessoas comuns percebem os riscos a que estão sujeitas no meio ambiente em que vivem e avaliem as ações humanas diante dos mesmos. O nosso desejo é de que estes estudos frutifiquem e que possam, a partir da análise da percepção ambiental, sugerir formas mais adequadas de relacionamento do homem com o seu meio.

BIBLIOGRAFIA

Livros

- BURTON, Ian; KATES, Robert W. and WHITE, Gilbert F. **The Environment as Hazard**. New York: Oxford University Press, 1978.
- RIO Vicente del e OLIVEIRA, Lúvia de. **Percepção ambiental :a experiência brasileira**. São Carlos, SP, Editora da UFSCar, 1996.
- GEORGE, Pierre. **O Meio ambiente**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Coleção Saber Atual, 1973.
- GIBSON, James J. **The Perception of the Visual World**. Boston: Houghton Mifflin Co. 1950.
- GOULD, Peter and WHITE, Rodney. **Mental Maps**. London: Penguin Books Ltda, 1974.
- HARVEY, David. **Explanation in Geography**. New York : St. Martin's Press, 1970.
- TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.
- WHITE, Gilbert F. **Natural Hazards: Local, National, Global**. New York: Oxford University Press, 1974.

Artigos

- BROOKFIELD, Harold C. On Environment as Perceived.. Progress in Geography..Volume I, 1969, pp. 53-80.
- CHAPMAN, N. P. Perception and Regulation in Bihar. **Transations**, 62. London: Institute of British Geographers, 1974, pp. 71-93.
- HEATHCOTE, R.L. Drought in Australia: a Problem of Perception. **The Geographical Rewiew**, Volume LIX, april number 2, 1969, pp. 175-191.
- LUTZ, Jeffrey T. Climatic Perception. **The Journal of Geography**, december, 1974, pp. 21-29.
- MARCHAND, B. Pedestrian Traffic Planning and the Urban Environment: a French example **Environment and Planning**, volume 6, 1974, pp. 491-507.

- OLIVEIRA, Livia de. Contribuição aos Estudos Cognitivos à Percepção Geográfica. **Revista Geografia**, volume 2 (3), 1977, pp. 61-72.
- SAARIEN, T.F. Perception of Drought Hazard on the Great Plains, **Research Paper**, 106 University of Chicago: Department of Geography, 1966.
- WALL, G. Mc Boyle and MOCK T. Perception of Weeds as na Agricultural Hazard. **Ontario Geography**, 14. Canada: University of Western Ontario, 1979, pp. 5-19.

Publicações

- CHAPMAN, N. P. **A preliminary Study of the Effects of Agricultural Extension on Farmer's Images**. Calabar: Department of Geography: University of Calabar, 1978.
- DWORKIN, J.M. and PIJAWKA, K.D. in **Air Quality and Perception: Explaining Change Toronto, Ontario**. Environment Perception Research, Working Paper EPR - 9 Canada: University of Toronto, february, 1981.
- PORTER, Philip W. **The Ins and Outs of Environmental Hazards**. Environmental Perception Research, Working Paper Number 3, 1978.
- TAIT, E.J. **Farmer Attitudes to the Financial, Personal and Environmental Risks Associated with Pesticide Usage**. University of Cambridge, 1978.
- UNESCO, Programme on Man and the Biosphere (MAB). **Expert Panel on Project 13: Perception Environmental Quality**, MAB Report Series number 9, Paris, 1973.
- WILKEN, Gene C. **Agroclimatic Hazards and Risk Perception in Lesoto: a Preliminary Rewiew**. Mimeografado. Working Group on Perception of the Environment. Ibadan, july, 1978.
- WHYTE, Anne V.T. **Guidelines for Fields Studies in Environment Perception**. Technical Notes 5. UNESCO. França, 1977.

CASA, DESPEJO E CULTURA

Por uma discussão da ética do habitar de trabalhadores sem teto

Doraci Alves LOPES*

ÉTICA DO HABITAR: RESISTÊNCIAS E IMPUNIDADES

Palace II no chão.¹ O Brasil estarecido, comovido. O drama público de famílias de camadas médias desalojadas, da noite para o dia. Através do construtor e deputado cassado Sérgio Naya (PPB-MG), constatamos, mais uma vez, até que ponto podem chegar os interesses imobiliários deste país. O que dizer da Encol? Milhares de mutuários também viram 'desabar' anos de investimentos de suas vidas, em obras abandonadas.²

O que aconteceu aos desabrigados do Palace II, parece ter chocado muito mais a opinião pública. Pela repercussão na mídia, durante vários dias, tocou fundo imagens como as da implosão final dos apartamentos e as cenas de 'garimpos' dos ex-moradores do Palace II, em meio aos escombros do desabamento.³ A insistência no resgate de objetos pessoais, símbolos de identidades sociais e individuais, deixou visível, pelo menos naquele momento, o que a perda da moradia pode provocar de rupturas na história de vida dos indivíduos.

(*) Profª Drª do Departamento de Ciências Sociais e Coordenadora do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas

Muitos destes moradores continuam instalados, provisoriamente, em quartos de hotéis, aguardando indenizações através da justiça.

A casa, e tudo que está em seu interior, é parte intrínseca também da vida subjetiva de cada um. Isto quer dizer que existe na moradia um complexo universo de experiências existenciais, de construções e reconstruções de identidades - nascimento, casamento, filhos, mortes, separações, etc - que revelam buscas contínuas de realizações de nós mesmos, incluindo projetos de transcendência. Deixar marcas, produzir feitos, registros de nossas existências, depende de um teto para morar, espaço que também simboliza pertencer à sociedade em que vivemos.

A irresponsabilidade do construtor Naya provocou, na prática, algo muito semelhante aos resultados de um despejo coletivo. A cidadania dos moradores do Palace II foi atingida de forma radical, sem falar nas mortes provocadas pelo desabamento. Abolou brutalmente, em poucos instantes, as múltiplas relações e referências culturais que estes indivíduos estabeleciam, de forma particular, com suas moradias, a cidade e a sociedade.

A rápida organização destes moradores evitou que a impunidade fosse ainda maior. A decisiva cobrança na apuração das responsabilidades da construtora perante a justiça, a cassação sumária de Sérgio Naya, na Câmara Federal dos Deputados, bem como a pressão para o cálculo das indenizações, foi deixando a impressão de que a repentina condição de desabrigados está sendo ou será resolvida.

Também no caso Encol, os mutuários se organizaram em associações para processar os responsáveis pelas irregularidades e não perderem completamente seus direitos e investimentos de proprietários. Existem outros casos, bem menos conhecidos, chegando a soluções muito limitadas, mas não menos importantes.⁴

Trata-se de tentativas de reconstruções, individual e social, que reelabora o sentido da cidadania e projetos de vida, estreitamente vinculados a determinados valores culturais do habitar das camadas

sociais envolvidas. Uma visão comum e empobrecedora do problema seria a de limitarmos a análise de tais ações sociais apenas ao objetivo de recuperar economicamente a mercadoria-casa, o pecúlio familiar, dos desabrigados, ignorando as conseqüências sofridas quanto às suas referências culturais, simbólicas e subjetivas, que envolvem esta dimensão da realidade social.⁵

A ameaça ou mesmo a perda da casa, mesmo que temporária, é combatida tenazmente pelas famílias desabrigadas com certo poder aquisitivo, utilizando-se do recurso de diversos mecanismos institucionais. Esses procedimentos tem contribuído, inclusive, através do debate que se seguiu na mídia neste período, para a criação de novos dispositivos legais protegendo melhor os direitos dos cidadãos em relação às construtoras.

Por outro lado, não foram poucos os depoimentos que registramos, entre trabalhadores sem teto, sobre situações muito semelhantes às vividas pelos moradores do Palace II, especialmente em Campinas e região⁶. Mas, os despejos coletivos ou individuais destes moradores, embora também muito presentes na mídia, não provocam a mesma comoção pública, por se encontrarem, na maioria das vezes, em espaços ilegais.

Notícias a respeito de suas incessantes lutas pelo direito à habitação, nas ocupações precárias de sempre, tornaram-se banais. Não se questiona o uso de práticas profundamente autoritárias contra esta população, muito menos as conseqüências sociais, culturais e subjetivas em relação aos constantes processos de despejos, oportunamente ocultos pelas relações de informalidade predominante entre locatários e locadores.

Estatísticas e informações sobre este fenômeno social são freqüentemente atualizadas pelos agentes do mercado imobiliário, mas referem-se apenas aos moradores legais, munidos de contratos jurídicos. Vale lembrar que grande parte das capitais brasileiras e grandes centros urbanos possuem metade de sua população, ou mais, vivendo em espaços ilegais.

*O desprestígio da questão urbana no Brasil é evidente, apesar da situação dramática de nossas cidades. ... A cidade ilegal das favelas, dos cortiços, dos loteamentos clandestinos e das áreas de riscos se agiganta a ponto de praticamente igualar, em números de domicílios, a cidade legal em boa parte das metrópoles. A ilegalidade na ocupação do solo caminha para ser mais regra do que exceção. Precariedade e ilegalidade andam juntas. Nos cortiços, onde predomina a locação, a lei do inquilinato em geral não é cumprida.*⁷

Deste modo, nossa reflexão pretende problematizar o não reconhecimento da cidadania destes moradores, analisada a partir de suas histórias de vida, que explicitam um universo de experiências intensas, permeadas de situações rotineiras e dramáticas de despejos.

O objetivo é demonstrar a presença de uma ética do habitar, mesmo numa realidade de carências sociais, onde os despejos (individuais e coletivos) e o desemprego são tidos como os dois principais elementos geradores da insegurança e da pobreza que caracterizam o modo de vida provisório dos trabalhadores sem teto.⁸

A tentativa é quebrar o silêncio e a invisibilidade a que estão submetidos estes trabalhadores nos processos de despejos, para que se torne num elemento a mais discussão da luta pelo direito à habitação no país. Em grande medida, esta questão se traduz no alcance de um maior controle político e institucional da sociedade civil sobre certos interesses econômicos que atuam impunemente no mercado habitacional atingindo especialmente trabalhadores sem teto.

A relação entre ocupações urbanas e desemprego já faz parte das preocupações dos especialistas em habitação e em trabalho, porém a relação mútua e direta entre os despejos e a dinâmica das ocupações urbanas⁹, carece de um maior aprofundamento, uma vez que desorganiza a cultura do habitar destes moradores, violentando determinados princípios e valores das classes trabalhadoras urbanas. Falta privilegiar ainda um estudo sobre como esta relação provisória

com a moradia afeta outros direitos sociais, relativo a várias políticas públicas, como a saúde e educação.

Por isso procuraremos abordar algumas situações concretas para explicitar o que estamos entendendo como lacunas da investigação em habitação. Quer dizer, a idéia é resgatar alguns momentos representativos de certos desalojamentos sociais e individuais dos sem teto, situações existenciais profundas e radicais em termos de desrespeito à dignidade humana e cidadania destes indivíduos. São casos tão graves, ou mais, quanto aqueles que presenciamos na mídia contra moradores de projetos habitacionais como os do Palace II, Encol e outros semelhantes.

O fato dos trabalhadores sem teto não serem moradores legais ou proprietários, justifica a violência vivenciada com os despejos que enfrentam rotineiramente nas cidades?

HABITAÇÃO PROVISÓRIA E DESPEJO

Uma determinada visão de cidade emergiu indiretamente das entrevistas que realizamos com trabalhadores sem teto da Vila Lúcia (1994), a partir do convite para que privilegiassem as lembranças de casas que marcaram suas trajetórias de vida. As notícias da imprensa complementam e confirmam certos valores culturais presentes nas entrevistas. Ao descreverem histórias individuais ou de seu grupo social, em moradias provisórias, vemos que interpretam e representam o espaço urbano principalmente da perspectiva de uma luta constante contra os despejos, a violência moral e, muitas vezes, física, que acompanham estas práticas sociais de desalojamentos.

Desse modo, falam da falta de acesso, de direito a um abrigo físico, material, mas também de algo tão grave quanto o fato de não terem praticamente nenhum espaço de acolhimento nas cidades. Vivenciam uma espécie de proibição à atividade de imaginar livre e subjetivamente a si mesmo em uma ética de casa futura, que lutará por atingir nas ocupações urbanas.

As situações de despejos são vividas e representadas como impedimento para compartilhar do imaginário social do 'sonho da casa própria' de outras camadas sociais e desenvolver devaneios próprios, singulares, onde se percebe numa vida futura digna, num vir a ser de sujeito, de cidadania em histórias familiares e de pertencimento social, através de seus códigos morais.¹⁰

A casa vai permeando relatos orais difusos, onde ficção e realidade se confundem, persistindo, no entanto, fragmentos vivos de histórias de antigas e novas ocupações coletivas; distintas experiências em habitações provisórias e muitos relatos de despejos. A habitação provisória revela ainda as moradias de 'favor' ou de 'empréstimo', em casas de parentes, vividas como solidariedade, arranjos de sobrevivências, mas igualmente como sufocamento psíquico, opressão moral e situações em que se sentem despejados da família. Concomitantemente surgem muitas referências a exclusões sociais em vários outros níveis do cotidiano que atribuem à falta de moradia (trabalho, alimentação, educação, saúde, etc.).

A cidade, para João¹¹, como para outros sem teto da V. Lídia, é carregada de imagens de violência, injustiças, mas também de buscas de canais de participação, negociação e certos conhecimentos considerados estratégicos, que ele vai adquirindo a partir do resultado de conflitos com os poderes públicos locais e privados, nas ocupações que integrou.

Neste sentido, a associação entre cidade, ocupação e despejos é inevitável na vida de João, filho único, que morava um pouco na V. Lídia, outro tanto no barraco dos pais, num lote na periferia, que conseguiram também através de uma ocupação (Parque União da Vitória), legalizada por volta de 1992 ou 1993, pelo que ele recorda. Localiza este lugar da periferia citando bairros vizinhos: próximo do Jd. Campos Eliseos, Parque Universitário, Mauro Marcondes, etc..

É, a gente ocupou essa terra. Aí houve uma negociação do dono diretamente [terra particular] com a Prefeitura. ... Então, o dono dessa terra negociou outra terra e fez

questão daquela terra que ele tava. ... Houve até tiro dentro da Prefeitura, dentro do gabinete do prefeito. Hoje é um bairro ... toda a infra-estrutura. João*

Nessa vida errante pelos bairros da periferia destaca sempre a importância da imprensa escrita, uma das poucas maneiras de se protegerem da violência da polícia, caso seja acionada pelo proprietário, no momento da entrada coletiva na terra.

Outros relatos de ocupações e despejos vão sendo lembrados, enquanto conta sobre sua vida em Campinas, onde almeja ser uma liderança de sem teto. Sua maneira de representar a realidade urbana contribui para compreendermos, em grande medida nosso objetivo, a maneira como os sem teto se relacionam com a cidade a partir da necessidade de moradia, submetida à lógica da habitação provisória.

Quanto ao aluguel, distingue diversas moradias provisórias, estabelecendo comparações e atribuindo diferentes gradações e valores às mesmas, muitas vinculadas à região onde se situam na cidade. Convém notar como opõe a periferia à cidade, a casa acessível de pagar aluguel à casa 'boa de morar', tanto em seus aspectos físicos como em termos da legalidade. Algumas formas de moradia provisória são vistas mais do ponto de vista moral, inadequadas para o trabalhador e sua família, opinião partilhada pelos outros sem teto.

Bom, hoje em dia eles não estão mais procurando essas pensões, aluguel de quartos, porque hoje está muito bagunçado! Então a opção do morador ... eles estão procurando esses bairros distantes, onde tem casinha de fundo. Porque hoje, quem tem um terreno ... Vamos supor, dos lados dos DICs, a primeira coisa que ele [trabalhador proprietário] faz é construir dois cômodos no fundo, pra tá alugando e ter um pouco mais de dinheiro no fim do mês. Então, é um aluguel bem mais barato, porque na cidade ele [trabalhador inquilino] não tem opção nenhuma. Agora pra

*morar mesmo, ele vai ter que está procurando isso daí.
Uma casa boa hoje, ninguém tem condições de pagar.
João*

Certos conhecimentos, mesmo imprecisos, são fruto direto de movimentos sociais por habitação passados, como o dos favelados da 'Assembléia do Povo' (1979/1986), que lutaram pelo direito real de uso da terra urbana em Campinas. Para muitos deles, a cidade aparece marcada pelas histórias de resistência por permanência nas favelas. Convém sublinhar que o início destes movimentos pelo direito à habitação foram e continuam a ser uma reação contra os intensos processos de remoções forçadas, despejos coletivos, sem negociação com os moradores.

Mais recentemente, o resultado destas lutas sociais aparecem nos discursos distinguindo as favelas urbanizadas das não urbanizadas, e como deixaram de ser uma alternativa acessível para famílias de trabalhadores mais pauperizadas a partir dos anos 80, dada a valorização imobiliária destas áreas, que expulsa os que não podem auto-construir e pagar pelas melhorias da urbanização oficial.

A favela é mais difícil. Vamos supor, a pessoa é de uma cidade e fala: - 'Vou pra Campinas'. Tá. Ela vem pra Campinas. Se ela não tiver hoje no bolso uns quinhentos reais não entra em qualquer favela não! Pra você entrar numa favela hoje você tem que comprar um barraco, tá? É muito difícil você alugar um barraco em favela. Depende da favela. Tem favelas urbanizadas. Essas favelas existem nos próprios bairros. Onde eu moro, ao lado, tem uma favela. Mas são favelas de casa de tijolos. Chama 'favelas urbanizadas', que já tem água encanada, tem luz. Tá virando bairro. ... Agora, a linguagem, quando se diz 'favela', pra mim, 'favela' ainda é aquele lugar onde existe as vielas, só. A água é um cavalete, barracos é todos de madeira. Onde realmente ninguém tem condições de tá construindo. João

Quando foi convidado a pensar a diferença entre favelas e ocupações, João responsabilizou a prefeitura pela existência de favelas. Reproduz grande parte do discurso dominante, quando considera que as favelas foram 'doadas' pelo poder público aos seus moradores. Supõe que as favelas urbanizadas não foram áreas de disputas, conflitos, não reconhece a resistência e uma organização política específica desenvolvidas pelos favelados a partir do final dos anos 80. Ignora que foi a partir deste período de lutas populares nas periferias da cidade que se socializaram certas práticas de planejamento antecipado de ocupações urbanas mais recentes.

Complementa sua visão, a maneira como representa a ocupação, resultado de 'negociação' política e 'pagamento' do lote individual reivindicado pelos trabalhadores sem teto. Uma prática moralmente 'superior' à solução dos favelados que 'não pagam nada' pela terra ocupada. A ideologia dominante da propriedade privada, da compra da casa própria através dos critérios do mercado imobiliário convive em conflito direto com os argumentos que justificam as ocupações da terra urbana. Adiante veremos a ambigüidade de João em relação às favelas, quando recorda episódios em que esteve apoiando a luta dos favelados da 'Assembléia do Povo'.

Zaluar, analisando as relações entre violência, exclusão social e educação, questiona as diversas imagens conservadoras de pobreza no país e adverte a respeito de uma tendência que se tornou comum entre os próprios trabalhadores a partir dos anos 80. A crise social reduziu a concepção de cidadania mais a cumprimento de deveres do que acesso a direitos. Não basta nascer no território brasileiro e se submeter às "*leis da comunidade nacional*" para ser cidadão, é preciso, antes de tudo, contribuir de alguma forma com a renda nacional.¹²

Esta visão realmente está presente também nas questões da habitação popular e foi especialmente disseminada por certos interesses econômicos, nos meios de comunicação de massa, contra os movimentos sociais urbanos, especialmente os de favelados,

sendo incorporada imediatamente por vários segmentos sociais, que se sentiram usurpados diante do 'privilégio' conquistado por este tipo de moradores da cidade.¹³

Porém, quanto à formação e permanência de muitas favelas, a opinião de João tem razão de ser e coincide com a de outros moradores da ocupação Vila Lídia.

A ocupação também é um negócio improvisado. Não é moradia. É bem provisório, porque desde que você participa de uma ocupação, você não tem garantia nenhuma. A favela não é improvisada. Você não pode chamar favela de 'ocupação'. A diferença ... porque a favela é a própria prefeitura que constrói essa favela. Então, a prefeitura tem uma área, aqui é uma área de risco. Tá. O bairro de área de risco. Então, eles tira você daqui. A prefeitura corre todas essas áreas de Campinas onde existe áreas de risco pra tá tirando o pessoal. E coloca tudo em um lugar e vai amontoando aquele povo, que não vai pagar nada. É onde vai se formando uma favela. A favela quem faz é a própria prefeitura, a própria administração. João

Ao reproduzir a idéia do 'privilégio' contra trabalhadores favelados - 'não pagam' pela terra ocupada - demarca a superioridade da 'solução ocupação' de forma curiosa. Acredita numa garantia de continuidade da história familiar através da compra individual do lote popular, não podendo ocorrer o mesmo em favelas urbanizadas, uma vez que estas possuem certas restrições legais para a posse 'definitiva' da terra para seus descendentes.

A favela é uma área dada. A Prefeitura dá pra você morar. Só que se amanhã ou depois você morre ali, seus parentes não tem direito naquela área. Esse que é o problema. É uma área da Prefeitura. Ela é sua enquanto você morar. Enquanto você tiver tomando conta daquilo ali. Você constrói, você vive cem anos naquele lugar. Só que você

morreu, seu marido, seu filho, acabou. Seus parentes não tem direito mais não. João

Na verdade procura explicar o que diz a legislação que regulamenta o direito real de uso da terra conquistada por muitas favelas de Campinas. A polêmica política gerada na época, inclusive a nível jurídico, permanece muito confusa, especialmente entre os trabalhadores sem teto.¹⁴

Vamos supor. No Parque Ipiranga tem uma. Eles urbanizaram ela. Entrou a Prefeitura em conjunto com CPFL e a SANASA. Fizeram esgoto, ligações de água, luz. Eles pagam esses serviços. Mas esse papel que eles pegam não é bem uma escritura não. Então, você não pode tá negociando. A terra é pra você usar. É a mesma coisa que você arrendar, você arrendou uma terra. Outro parente não pode vim e tomar posse. João

A diferença entre as favelas públicas e particulares também não escapou às suas observações. Na falta de algum acordo, que nunca depende do envolvimento direto dos moradores, resta a certeza de sua irremediável subordinação à uma dinâmica de poder absolutamente exterior às suas aspirações e valores do habitar: as reiteradas desterritorializações objetivas e subjetivas do modo de vida provisório.

Existe lugares, vamos supor, favelas, que são áreas particulares. Então, a Prefeitura juntamente com a Cohab faz a negociação com o dono da terra. Se não, o caso é de despejo mesmo. João

José¹⁵, depois de se sentir despejado da casa da tia em Paulínia e antes de participar da ocupação da V. Lídia, ficou seis meses num barraco, nos fundos da casa da sogra no Jd. Itatiaia (Campinas). Conta que se trata de uma favela, uma antiga ocupação em terra pública. A história, ouvida de moradores mais velhos no período em que morou por lá, chamou sua atenção. Passou a pensar mais na sua situação de chefe de família sem teto, Por isso explicou o caso da sogra em detalhes, como quem aponta uma possibilidade

de vida, uma oportunidade para si mesmo. Migrante do Paraná, ela participou da ocupação onde construiu três cômodos num dos lotes divididos pelos próprios moradores, segundo ouviu falar. Quando a sogra chegou eram poucos os ocupantes, atualmente acredita ter mais de cinquenta famílias. Mesmo imprecisas, a busca por informações deste tipo atraem, principalmente, famílias em situações de moradia de empréstimos e despejados.

Lá foi ocupado há muito tempo atrás. Eu acho que faz mais de vinte anos. É bem dividido. Eles mesmos que se organizaram, à maneira deles. José

A partir do desejo de uma casa imaginada, onde pretende passar o 'resto de vida', Silvia¹⁶ comparou a cidade de Campinas com Ondas Verdes, próximo de São José do Rio Preto (SP). As descrições extravasaram os limites internos da casa e se estenderam para ruas, instituições, sociabilidades públicas esperadas numa cidade idealizada. Ao recordar Ondas Verdes, em seus aspectos reais e devaneios de intimidade com a cidade e a casa que deseja habitar, situou a falta do direito a um acolhimento humano em cidades como Campinas. Expressou indiretamente uma ética do habitar onde a vida social é mais comunitária, lugar em que não permanece tão anônima e impotente como na 'cidade grande'. Percebe a falta de possibilidades concretas para pagar um aluguel, modificar seu modo de vida provisório, cuidar da família, criar relações de permanência na cidade, reviver experiências de moradias passadas. Julga que tais impedimentos para o cultivo e expansão de sua identidade de 'mãe de família' são agravados pelas decisões do marido, que necessita privilegiar o mercado de trabalho de Campinas, em detrimento de uma cidade em que, inclusive a moradia, seria melhor para a família.

Não gosto de Campinas, mas o meu marido está aqui. Eu não tenho lugar para morar, então eu fico aqui mesmo. Eu gostaria de morar lá em Ondas Verdes, gosto muito do interior, adoro sítio, fazenda, chácara, mas desde que seja no interior. ... Ah, lá não tem ladrão. Lá você dorme com porta e janela aberta. Ninguém te assalta. Você sai durante

o dia, pode largar sua porta aberta. Ninguém carrega nada, nem uma colher. Tem praça, tem Câmara Municipal, tem Prefeitura. O prefeito é liberal, anda na rua. Você não precisa marcar audiência pra falar com ele. É bom demais, eu acho. Você quer um negócio do prefeito: - 'Oh, Fulano, Oh, Siclano, eu preciso disso, disso.' E ele: - 'Passa lá na Prefeitura que eu dou.' Respeita você. Sílvia¹⁷

Revela que costuma repetir sempre em voz alta, para o marido, filhos e para si mesma que não ficará toda a vida em um lugar que não a reconhece como parte da cidade.

Freqüentemente, quando não conseguem pagar aluguel, apelam, antes da ocupação, para algum membro da família ou amigo, para não ter que violar a legalidade da posse da terra urbana. Mas, passado algum tempo, esta solução pode se revelar inviável e os depoimentos de José e Mara¹⁸ são expressões de vivências extremamente comuns entre trabalhadores sem tetos. Praticamente todos os ocupantes da V. Lídia passaram pelas mesmas situações em casa de parentes. O modo de vida provisório impede a concretização de um valor cultural fortemente arraigado entre as classes trabalhadoras do país: habitar com a família nuclear.

Eu estava morando com a minha sogra, num cômodo no fundo. ... eu tenho a minha família e eu acho que eu preciso ter o meu canto para viver. Eu queria ter a minha casa e eu acho que trabalhando eu não vou conseguir, por causa do salário que a gente ganha. José

Mara, do mesmo modo, luta para deixar a casa dos familiares, mas isto não significa o desejo de viver longe deles. Por isso 'segura', na ocupação, o lote de cada membro da família, a ser negociado com a Cohab e prefeitura. Morava com uma irmã casada, mãe, mais dois irmãos. Mais cinco sobrinhos e um sexto que estava para nascer, todos da irmã. O problema desta família extensa portanto está em conquistar para cada família nuclear, um espaço íntimo de casa.

Na impossibilidade de vivenciar relação de permanência com o espaço de casa e com a família nuclear, até mesmo filhos podem ser adiados pelo casal. Um de seus irmãos, casado, vinha adiando filhos enquanto não conseguisse uma solução para o problema da moradia. Outro irmão, solteiro, mas noivo, mantinha pretensões de casar logo e morar no lote da Cohab¹⁹.

Mara, portanto, fala por ela, seu filho e representa todos membros de sua família extensa, que luta por desmembrar-se através da estratégia da ocupação urbana. É muito enfatizada a idéia de que cada um deve ter o seu 'canto'²⁰, comprovando que esta forma de coexistência para a sobrevivência, contraria princípios culturais e éticos entre eles. No entanto, é bastante disseminada pelas elites conservadoras a idéia de que estes trabalhadores têm a característica moral de querer viver em promiscuidade.

Eu acho que a gente já morou junto tempo demais. Ela [a irmã mais velha] tem 6 filhos e eu quero o meu canto, porque quem é que não sonha em ter sua casinha, seu lugar próprio? Eu quero a minha casa, porque ela cria os filhos dela de um jeito e eu crio de outro. Então, eu acho que ela tem que ter o canto dela e eu o meu. Meu irmão já tem uma família, ele também pretende ter filhos e só não tem, porque não tem casa para morar. ... Eu quero esquecer tudo o que eu passei, tudo o que for preocupação, tudo o que vi na casa de minha irmã. Eu quero começar a viver uma vida nova para mim e para o meu filho. Mara.

"Enquanto policiais militares acompanhavam a retirada dos móveis e materiais da área invadida, o ajudante geral J.N.G.da S., 49, procurava seus pertences deixados no meio das madeiras. S. é casado com M.T. e tem seis filhos - três meninos e três meninas. Com uma carroça, ele pretendia retirar as madeiras que antes formavam seu barraco. - 'Estou vendo se não ficou nada por aqui, pois quero levar estas madeiras para um terreno de um amigo. Os móveis não terão jeito, ficam por aqui mesmo.', afirmou.

Segundo S., no mês passado ele iniciou uma ampliação do barraco onde morava com os filhos. A nova construção iria medir 7,5 metros por 4 metros. "Eu queria fazer mais um quarto para as crianças poderem dormir separadas. A gente é pobre, mas procura deixar as coisa em ordem.", disse.²¹

Mara, em Campinas há poucos anos e, diferentemente de Silvia, pretende ficar e conquistar alguma relação de permanência com a cidade para criar seu filho de sete anos. Morava em Candeias (BA) e ficou desempregada. Foi aconselhada por um tio a vir para a casa de sua irmã mais velha, que está na cidade há mais de 20 anos. Partiu porque achou que não tinha mais nada a perder. Compara sua terra natal com Campinas e indica certos pontos positivos que pesaram em sua decisão de ficar. O filho está sempre no centro das razões de suas decisões de luta pela sobrevivência, de seu projeto vida.

Quando minha irmã veio, tinha uns onze anos e a gente ficou lá o tempo todo, sem conhecer ela. Nesse período ela teve cinco filhos. A gente não conhecia os sobrinhos, não conhecia ninguém. Ele (o tio) disse que era melhor eu vir parar aqui com um filho, do que minha irmã ir parar lá, com cinco filhos. (...) lá na Bahia também é difícil a gente sobreviver. Não tanto pelo emprego, porque exploração no emprego lá também é demais. A gente trabalha mais do que ganha. Pior ainda, porque a gente está trabalhando e não tem quem olhe os nossos filhos. Aqui ainda tem a creche. Então, se eu achar creche pra colocar ele e trabalhar, eu prefiro ficar aqui. Mara

Afirmando que a moradia é um problema muito grave 'em toda essa Campinas', considera o município como um lugar onde os pobres são forçados a morarem todos juntos, com parentes e, às vezes, amigos, sempre em situação de extremo desconforto, num mútuo sufocamento de individualidades.

... a maioria das pessoas mora sempre com parente, porque não tem um lugar para morar. Não tem condições de comprar um imóvel e não tem lugar para ir. Eu conheço várias que moram com parente. Acho que é esse o problema da grande maioria. Mara²²

"Cerca de 95 famílias do bairro União da Vitória, próxima ao conjunto habitacional Mauro Marcondes, invadiram uma área na entrada do bairro ... o terreno está abandonado há mais de 15 anos. ... O jardineiro, desempregado, N.F. mora com nove pessoas em um cômodo e meio no bairro União da Vitória: - 'Não é possível continuar assim. Preciso fazer alguma coisa', se desespera."²³

Desde a infância Mara dependeu de morar com parentes, 'moradia de pobre' aparece muito mais associada a 'viver na casa dos outros'. O aluguel aparece como uma expectativa ou possibilidade individual distante e, neste caso, uma vivência desconhecida. Trata-se de convivências forçadas de vida, espaços exíguos a serem divididos com muitas outras pessoas da família, modo de vida suportado por grandes contingentes de trabalhadores 'sem lugar definido' na cidade, lutando para evitar o despejo.

O aluguel é sempre provisório. Nunca pode dizer assim: - 'Estou tranquila'. Porque você sabe que vai ter que sair um dia. A gente espera nunca ficar desempregado, porque tem que ter aquele dinheiro ali, todo mês, para pagar aquele imóvel com todo mundo [com outros familiares da casa]. Se tem um terreno, um lote, mora ali até construir uma casa. Agora, se não tem mesmo, tem que ficar na alugada até arrumar uma solução melhor. Mas, eu acho que ninguém gostaria de pagar aluguel. Todo mundo gostaria de ter seu lugar definido. Mara

A ética do habitar das classes trabalhadoras faz esta clássica associação entre, constante esforço para 'parar um pouco', 'conseguir um canto' para obter a referência de pertencer à vida social

e, ao mesmo tempo, criar possibilidades de uma poupança popular para o lote, a casa futura da família. Este objetivo social é representado em geral como dois ou três cômodos iniciais e tem um significado cada vez mais intenso na história da habitação popular no Brasil, atestado por incontáveis estudos habitacionais²⁴.

"A desempregada I.M.M.H. e a ambulante L.S.M. foram as primeiras pessoas a se cadastrarem no 'Projeto Uruguai' [Projeto não oficial, denunciado meses depois na Justiça pelos sem teto contra o 'líder', foragido da polícia]. ... 'Tem que dar certo', confiava Íris, despejada há poucos dias de uma casa no Parque Itajaí 3. Sua expectativa faz sentido. Chegou a vagar por casas de amigos e por pouco não foi literalmente para a rua. Paga R\$50,00 de aluguel por um pequeno cômodo de fundos, também concessão de uma amiga, mas com prazo determinado para sair. A ambulante L.M. ... mora numa casa alugada na V. Nova, mas tem que sair de lá até novembro deste ano, por conta da denúncia vazia. 'Também não dá para continuar pagando aluguel o resto da vida', observa ela, de olho na casa própria"²⁵

Dona Ana²⁶ acha injusto ter lutado durante toda sua vida para manter o aluguel em dia e 'terminar' sua vida numa ocupação. Concorda com Mara sobre a dificuldade de manter uma moradia sozinha, devido à insegurança como modo de vida, mas a expectativa de conquistar um lugar - 'para sempre' - de transcendência individual e familiar se mantêm viva na ocupação, apesar de morar sozinha. O desamparo de idosos sem teto também permanece como um problema oculto, invisível, mesmo em termos estatísticos²⁷.

Se for só da gente mesmo, então é para sempre. Aluguel, ocupação, é tudo provisório, porque não é da gente. Vim parar aqui porque eu queria conseguir pra mim mesmo e meus filhos. Ana

Falar em diferentes tipos de moradia provisória na cidade, obriga a reproduzirem o discurso dominante do 'sonho da casa própria' como solução futura, e isto inclui apelar à ocupação urbana como

último recurso. O fim na crença deste imaginário social equivale a impedi-los de se sentirem capazes de fazerem frente às dificuldades cotidianas da vida, dar um sentido de autonomia para suas existências.

Imaginar²⁸ uma casa é uma poderosa força objetiva e subjetiva para a ação concreta dos sem teto, pois tanto podem construir imagens íntimas, como passam adiante o valor, a importância de se desenvolverem devaneios existenciais aos seus descendentes, uma das poucas maneiras que encontram para tentarem preservar alguma continuidade para as histórias familiares e enfrentarem o avassalador não reconhecimento a que estão socialmente submetidos pelo modo de vida provisório.

O despejo e o desemprego, ao contrário, seriam expressões máximas de interrupções do direito a ter projetos de vida e passar um sentido plausível de vida para os descendentes, que acontecem invariavelmente através de 'sonhos', devaneios²⁹ sobre o futuro. Por isso, a ocupação emerge como última tentativa para evitar novas desterritorializações, fragmentações de histórias familiares e de si mesmo. Os despejos são vividos, portanto, como símbolos de uma reprovação pública, condenação social e moral sobre sua capacidade de gerir e planejar a vida individual e social, portanto, como preconceito, discriminação.

"Mais de 300 sem teto que há nove meses ocupavam glebas de terra do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e da Fazenda Santa Bárbara, na Vila Boa Vista, tiveram seus barracos derrubados ontem por ordem da Justiça. Entre os invasores - 104 famílias, cuja maioria será obrigada a voltar para as ruas da cidade - encontram-se crianças de até quatro dias de idade, deficientes físicos e mulheres grávidas. ... Com rapidez, os dois oficiais de Justiça designados pela 5a. Vara, acompanhados por um contingente de 10 homens da Polícia Militar, acordaram

todos os moradores e anunciaram o despejo. Logo a seguir, vários carros com mais de 30 trabalhadores contratados para desmanchar os barracos chegaram, junto com sete caminhões alugados ... para transportar as tábuas dos barracos e os eletrodomésticos dos moradores. Os oficiais de Justiça, no entanto, não souberam informar com precisão para onde seriam levados os objetos e os próprios invasores, apesar de terem um ônibus colocado a seu dispor, não tinham para onde ir. 'Nossas instruções são apenas para reintegrar a posse'. ... Enquanto isso, a baiana I.S. procurava juntar os seis filhos em sua volta, enquanto implorava inutilmente que os peões não desmontassem sua casa com martelos e machadinhas ... 'Vocês vão quebrar tudo! Esperem meu marido que ele ajuda a desmontar com cuidado', dizia. ... Á.C., mãe de A., um deficiente físico de 20 anos, pensava em uma alternativa pessimista para sua família. 'Não posso ficar andando por aí com ele de muletas. Então acho que vou mesmo para debaixo de uma ponte. Em outra ocupação eu nunca mais boto o pé enquanto viver. É muita decepção morar nove meses em um lugar e ter sua vida destruída em um dia pela Justiça', desabafou.¹⁶⁰

Desta forma, a importância da metáfora do 'sonho da casa própria', que apesar de seu conhecido conteúdo ideológico conservador, nos proporciona, contraditoriamente, a possibilidade de conhecer determinados valores éticos do habitar dos trabalhadores sem teto. O desejo de casa estimula o sujeito a ter uma imaginação individual dinâmica, cambiante, motiva devaneios sobre perseguir sempre mais e melhores condições de vida, autonomia e transcendência individual e familiar.

Assim sendo, é preciso evitar o entendimento literal da prioridade da 'casa própria', apenas como aquisição do lote ou construção da casa material individual. O objetivo é ainda não circunscrever os estudos a denúncias sobre as razões e números de

déficits habitacionais do país, da pobreza, dificuldades de financiamentos, debilidades dos programas oficiais, etc. Análises indiscutivelmente indispensáveis, que contribuem decisivamente para conhecermos a histórica precariedade da habitação popular no Brasil, mas insuficientes para entender o significado social da simbologia da casa entre os trabalhadores sem teto.

A questão está em descobrir como problematizar a violência da habitação provisória que coloca em contradição valores de permanência do habitar do 'chefe provedor' e/ou da 'mãe-de-família' das classes trabalhadoras, afetando o direito de construir um sentido ético e moral de vida, que organiza histórias familiares junto aos seus descendentes.

"Duas famílias que foram despejadas por determinação da Justiça de Paulínia de um conjunto habitacional invadido em outubro do ano passado, estão ocupando a calçada em frente ao prédio da Prefeitura há dois dias. ... A situação mais crítica é a da doméstica R.A.dos S., de 32 anos. Ela e seus três filhos, de 8, 6 e 2 anos de idade, dividem um dos colchões e estão se alimentando do que conseguem arranjar com pessoas que passam pelo local. Rosane diz que invadiu a casa no conjunto popular porque a residência onde morava antes era cedida por um conhecido que precisou do imóvel e pediu para que ela saísse. 'Eu não tenho para onde ir com meus filhos e nem ir trabalhar mais eu posso, porque tenho medo de deixar as três crianças sozinhas na rua', conta. ... Segundo o diretor do Departamento de Habitação do município ..., 'O déficit habitacional da cidade é de 4 mil casas e a Prefeitura não tem como resolver o problema de toda essa gente. As famílias que estão sendo despejadas foram avisadas, desde o início de que teriam que sair', explica.(SM).³¹

Parece-nos que explorar a expressão genérica e ambígua de 'sonho da casa própria', que desconhece singularidades e a

complexidade histórica de seus significados culturais, simbólicos e subjetivos, é essencial para esta discussão.

Da mesma forma, termos como 'despejo', 'aluguel' e outras categorias, que envolvem reflexões em torno do mundo da moradia, devem perder seu caráter universal, abstrato ou consensual. Os sem teto especificamente entendem o despejo como uma experiência muito mais complexa do que seu sentido legal ou literal, que podemos resumir como:

*... desocupação compulsória de um imóvel alugado, por decisão judicial; ação judiciária para que o inquilino saia da casa alugada.*³²

Os relatos nos remetem para a idéia de expulsão social, mas também para um 'exílio' subjetivo, uma espécie de ausência de experiência existencial onde possa 'pousar', 'repousar', 'aquietar-se' no cotidiano e em seu mundo interior. O mesmo ocorre do ponto de vista da vida exterior, social, não pode pertencer à 'nação' ou cidade que nasceu ou escolheu para viver. Outros sentidos de despejo, desocupar, desabrigar, talvez ajudem a liberar imagens mais diretas sobre o sentimento de 'exílio' e 'expatriamento' interno. Indiretamente está associado também à idéia de 'separar' socialmente o corpo do despejado e de sua família dos demais; este deve se sentir 'marcado', 'condenado' diante do contexto social em que vive.

*...ato ou efeito de despejar; aquilo que se despeja; lixo; dejeção; livrar do estorvo; desocupar; evacuar; deixar a casa, o lugar.*³³ *Desabrigar: tirar o abrigo a; deixar exposto ao tempo ...Desamparar, desproteger, abandonar ...Desabrigado: que não tem abrigo. Exposto às intempéries.*³⁴

Basicamente encontramos entre os sem teto a distinção entre 'ser despejado' e 'se sentir despejado'. O primeiro tem um caráter social, institucional, seja através do proprietário particular, seja propriedade pública, neste caso conhecido mais como 'remoção', ou "reintegração de posse" com processo judicial e auxílio policial, em

geral. Os dois tipos são abundantes nas histórias de vida dos sem teto e possuem o mesmo efeito dramático. Simboliza uma degradação moral, um sofrimento de 'morte' social, de desumanização do sujeito. Uma violência social muito recorrente na dinâmica de funcionamento da habitação provisória, necessitando ser investigada de forma mais sistemática.³⁵

Em vez de me ajudarem, eles [funcionários da Prefeitura de Paulínia] queriam arrumar telhas ... pra me tirar da cidade. Isso me doeu muito. José

Sem ter para onde ir e sempre sofrendo de 'cansaço mental' nosso entrevistado José conta que foi expulso primeiro da casa da mãe (alcoólatra). Tentou uma outra saída de moradia em Paulínia, antes de ir para a casa da sogra em Campinas. Procurou a Secretaria da Habitação para fazer um 'cadastramento', órgãos que acabam reproduzindo inúmeras estratégias disciplinares para manter em funcionamento o modo de vida provisório de trabalhadores sem teto. No seu caso 'ganhou' telhas, mas não o espaço para viver onde nasceu. São critérios que impedem o acesso ao pertencimento social através de políticas habitacionais do Estado.

"... A família de F.D., 33 anos, enfrenta um drama. Ela foi transferida segunda-feira com mais cinco filhos para o abrigo provisório na Avenida John Boyd Dunlop. Já viveu em Campinas, mas voltou de Piracicaba somente há cinco meses, o que a impede de ser beneficiada com lote urbanizado no Vida Nova. - 'Eu tenho R\$30,00 para dar de entrada no terreno e não consigo comprar outro lote qualquer sem ajuda.', lamenta."³⁶

José, diz ter pedido, implorado e mesmo chorado de desespero, mas não adiantou. Sentiu que a situação era 'uma coisa muito grande' na vida dele, 'pensava demais' e não via saída. O despejo, desta vez, foi vivido como uma expulsão da cidade onde tinha nascido, da terra natal. É mais do que conhecida a 'solução' dos órgãos

públicos de recorrerem à expulsão dos 'estrangeiros', com o discurso de que devem voltar para seus lugares de origem por várias razões, como a da falta de qualificação profissional.³⁷

O que chama a atenção ainda é o fato de os órgãos públicos induzirem cada vez mais à prática de moradia em famílias extensas como 'solução' para os sem teto, quando recorrem a despejos coletivos (reintegrações de posse), por exemplo. A imprensa registra amplamente esta ocorrência, inclusive através de discursos oficiais, como se fosse um encaminhamento plausível para o problema.

Enquanto circula no caminhão da prefeitura como ajudante de serviços gerais, pensa em outros sem teto, que devem estar passando pela mesma situação que ele; e enfatiza sua opinião sobre os despejos, quando conta sobre seu incrível hábito de observar os grandes espaços vazios da cidade na carroceria do caminhão da prefeitura.

Acho o despejo um horror. É terrível! O próprio governo tem tanta terra aí, que não está sendo usada pra nada e tanta gente na rua de Campinas. Eu vejo o descaso do governo, do prefeito da cidade. José

Em relação ao aluguel, dona Ana contou uma história semelhante aos outros sem teto. Mudou várias vezes, mas não esquece do que passou com um dos locadores. Posicionou-se, como das outras vezes, de forma veemente contra os despejos em geral, antes de referir-se mais detalhadamente sobre sua experiência particular. Toca na questão central da habitação provisória: uma 'máquina de morar' que ignora por completo a individualidade, as condições de vida e a ética do habitar do sujeito que aloca uma moradia sem nenhum amparo jurídico e social.

Eu acho assim: quando é uma pessoa que é acostumada a morar num lugar e não paga o que deve aos outros, aí tudo bem. Mas, se a pessoa mora numa casa da senhora, num imóvel da senhora e chega naquele dia e não pode pagar, vai fazer um acordo. E se a senhora não aceita,

também é uma pessoa que não tem consideração com ninguém. Eu acho assim, porque se fosse eu mesmo e a pessoa conversasse comigo: - 'Olhá, está se passando assim, assim...' Eu tinha consideração com a pessoa, porque todo mundo é humano. Mas, não é todo mundo que é igual. Ana

Despejo e violência moral se equivalem, semelhante à situação de um mendigo que 'expulso' da sociedade onde vive, é visto como 'lixo', simbolizando que perdeu o direito de partilhar a cultura, quer dizer, o 'valor' humano, como uma volta ao mundo natural, completamente desamparado pelos referenciais de sua própria 'nação'. Revela ainda sua frustração em não poder ajudar, amparar os despejados, pois a maioria dos sem teto vive este desalojamento de forma absolutamente solitária e, comumente, mais de uma vez.

"... Arriscar a vida de duas crianças por alguns quilos de madeira e pregos pode parecer loucura, mas não é o que pensa M.J.. Despedida da casa em que trabalhava por ter engravidado de Angélica 'empregada doméstica grávida não presta' a paraibana de 28 anos investiu no pequeno barraco tudo que restou depois de, seis meses antes, ter sido despejada pela primeira vez, ironicamente, também pela Defesa Civil e pelo mesmo motivo: a chuva. 'Paguei R\$200,00 por um barraco no Jardim Londres que ficava em área de risco. Consegui o dinheiro de volta e comprei aqui no Satélite, e ninguém vai devolver nada. O que faço agora?', questiona. Hospedada em uma casa do bairro - alternativa que só aceitou para não ver Angélica e Ketlen encaminhadas para o Centro de Recepção e Triagem de Menores (CRTM) - M. J. deixou de lado o sonho de um dia ver as filhas transformadas em professoras para enfrentar o pesadelo causado pela chuva. ... A velha TV e o aparelho de som que trouxe da Paraíba ainda permanecem no barraco. 'Não temos onde colocar. E estamos hospedados aqui de favor, o dono já avisou que em quatro dias temos

*que ir embora', conta, tentando disfarçar as lágrimas que ameaçam cair olhando para as paredes de tijolo e o teto sem buracos da casa temporária. ... Emprestar R\$30,00 de alguém é a maior preocupação ... no momento. O dinheiro, explica, é para pagar uma taxa pedida pela Cohab de Campinas, necessária para participar do projeto Habitacional Vida Nova. A quantia corresponde exatamente à metade do salário que o marido, o faxineiro R.C., recebe por 15 dias de trabalho. ... É claro que, além dos R\$30,00, M.J. ainda precisará arrumar dinheiro para pagar o carro que levará a madeira do barraco e os poucos utensílios da família para a nova moradia. 'Mas isso eu vejo depois, agora preciso é de R\$ 30,00', diz, em desespero.*³⁸

Para o 'apoiador' de movimentos de ocupações, despejo significa ainda 'exílio', vergonha, sofrimento pela incapacidade de cuidar de si mesmo e da família 'na própria terra'. O despejo simbolicamente equivale a uma 'sentença de morte' moral, destruição de valores éticos do sujeito trabalhador.

Despejar você de um lugar é a mesma coisa que falar que você não tem condições de sobreviver. Sabe, é um negócio esquisito. Porque aquela linguagem 'a rua', você fala 'a rua é...' O despejo é a mesma coisa de uma pessoa pegar você e mandar você embora do país. A partir do momento que você é despejado... eu, no meu caso, me sentiria muito envergonhado. João

Depreendemos da sua visão que, enquanto o trabalhador de habitações provisórias não for 'um despejado', ele pode acreditar que um dia terá a 'sua casa'. Mas 'se o pior acontecer', a crença é a de que deixou de ser capaz de 'erguer a vida', de sonhar com a casa futura, que está intimamente associada ao desejo de um vir a ser de sujeito, tanto social como individualmente falando. O despejo funciona como uma espécie de 'divisor de águas' entre humanização e desumanização do indivíduo, entre 'ser brasileiro' e 'ser indesejável para a nação'.³⁹

É desse modo que o sujeito despejado se sente 'proibido' de partilhar do imaginário social e cultural da 'casa própria' na sociedade em que vive. Portanto, pagar aluguel⁴⁰ e não ter a 'propriedade privada' (em geral definido como um lote com três cômodos) não é o pior que pode acontecer a um sem teto. O que mais evitam é vivenciar despejos, numa luta cotidiana dramática para pagar aluguel e se manter num emprego, especialmente as mulheres, que se sentem mais responsáveis pela 'maternidade da casa', isto é pelo acolhimento físico e afetivo dos filhos e do casamento. Sofrem menos crises identificatórias com a perda do trabalho do que os homens. Estes, como chefes de família, representam a unidade doméstica diante do mundo exterior, devem ser provedores materiais e morais, impondo o respeito através de suas responsabilidade.⁴⁰

O discurso de querer 'pagar a terra' em ocupações não deve ser entendido apenas do ponto de vista de almejar as garantias legais de um contrato jurídico. Devemos reconhecer aí também a luta para escapar do '*fenômeno do estrangeiro*'⁴¹. Quando o sem teto declara querer tornar-se 'dono da terra', significa que deseja pagar para pertencer à 'nação', uma vez que, de outro modo, não será reconhecido em sua condição humana, em sua cidadania.

... H.S., foi despejada na quarta-feira por policiais militares, ainda em dieta pós-parto. - 'Eles pegaram o berço, com o meu bebê de 20 dias e colocaram na rua', frisou. Ela e o marido ficaram vagando pelo bairro durante três dias até acharem uma outra casa. Segundo Hélia, seu filho ficou doente e foi levado por sua irmã para ficar no DIC IV. - 'Tentei várias vezes falar com alguém na Cohab, mas eles não me recebem', desabafou.⁴²

LACUNAS DO SABER E DA CIDADANIA

Esperamos ter contribuído para um debate a respeito da importância da cultura e da ética do habitar para trabalhadores

sem teto, impedidos de perseguirem projetos de vida no espaço da moradia.

As políticas públicas sobre habitação popular no país ainda estão muito distantes de alcançar a complexidade do significado cultural do habitar que os grupos sociais elaboram no modo de vida provisório, quase sempre na chamada 'cidade ilegal', restritas ainda a entender a casa apenas na sua dimensão material, exterior, objetiva, mercadológica, enfim.

As dificuldades para se discutir soluções políticas e sociais oriundas das lutas pelo direito à moradia dos trabalhadores urbanos sem teto permanecem como um sério obstáculo para a democratização do país. Seus conteúdos devem ser entendidos como tendo tanta profundidade cultural, sentido existencial e simbólico quanto o de outros setores sociais do país.

Nas histórias de casas dos sem teto de Campinas e região, vamos encontrando insistentemente os valores do 'inquilino honesto' que gostariam de manter, sem possibilidades. As arbitrariedades, violências e impunidades permeiam as relações cotidianas entre inquilinos pobres e proprietários de imóveis, desfazendo a organização familiar que, por sua vez, tenta se reconstruir novamente em outra moradia, talvez de empréstimo ou numa ocupação.

Estudos mais detalhados sobre o tema "habitação provisória" poderiam problematizar melhor a impressão equivocada de que estes trabalhadores estão de alguma maneira 'fixos' na paisagem urbana. Habitamos a vê-los em sua generalidade, impessoalidade, em representações descritivas e estanques de favelas, cortiços e ocupações, veiculadas apressadamente pela mídia.

É muito mais corrente do que supomos a dificuldade em percebê-los em movimento, deslocando-se intensamente de lugar para sobreviver, especialmente no interior da mesma cidade, fenômeno provavelmente acelerado a partir de meados dos anos 80, quando grande parte das favelas vão se estabilizando, tanto política como

juridicamente falando, devido aos movimentos sociais por habitação, além dos problemas de recessão econômica, desemprego, entre outros que agravaram a situação de pobreza do país.

No caso, o obstáculo em reconhecer reiterados deslocamentos de famílias de sem teto é muito maior do que a circulação, igualmente intensa, de trabalhadores sem famílias, mais facilmente identificáveis na busca de serviços temporários no campo e na cidade, andando sozinhos ou em grupos, nas ruas, estradas, construção civil, pensões próximas de rodoviárias, albergues, etc.

A tendência dominante continua sendo a de supor que os deslocamentos de chefes de famílias, homens ou mesmo mulheres, se dá prioritamente por procura de emprego, enquanto os filhos são mantidos 'em casa'. A intensidade das ocupações urbanas e dos despejos na última década, pelo menos em Campinas e região, desmente esta visão do problema.

A repetição de promessas de políticas de emprego ou de políticas para aquisição de casa própria para a população de baixa renda, ainda que se tornem realidade num futuro próximo, deixariam intocadas algumas questões essenciais da reprodução e funcionamento do modo de vida provisório.⁴³

Enquanto não conquistarmos uma cultura de interesses públicos que defina uma política de reforma urbana democrática nas cidades do país em detrimento dos interesses privados, ficaremos à mercê daqueles que estipulam unilateralmente regras de aluguéis, estoque e concentração de terras urbanas, à margem da discussão de leis que preservam privilégios. Por esse motivo as ocupações acabam se tornando o caminho mais árduo e quase sempre extremamente frágil para se tentar a conquista da cidadania, o direito à habitação, com conseqüências e custos sociais a serem melhor desvendados, investigados com mais sistematicidade.

Nesse aspecto, nosso trabalho de pesquisa revelou que torna-se difícil ou insuficiente reconstituir a intensidade da provisoriedade habitacional destas famílias apenas através de entrevistas qualitativas. Seria preciso recorrer a outras estratégias de

pesquisas e instituições, como a constituição de equipes de trabalho que acompanhariam, passo a passo, as mudanças de espaço, as razões dos deslocamentos, diferentes tipos de moradias, investigando durante algum tempo, a trajetória de luta pela sobrevivência de diferentes tipos de famílias, gerações, gênero, etc.

A grande questão, portanto, é conhecer como se dão os deslocamentos dos indivíduos que vivem o modo de vida provisório, principalmente no interior de uma mesma cidade ou região, mais do que se especializar em um tipo específico de moradia (cortiço, favela, ocupação recente, loteamentos populares oficiais, etc.). Dos processos de perdas e de novas buscas por moradia que os trabalhadores sem teto vivenciam constantemente nos espaços urbanos, quase sempre ilegais, é que devemos interpretar a dimensão cultural, ética e subjetiva de seus projetos de vida.

Sobram dúvidas e indagações como estas: é possível calcular os custos sociais e econômicos, em termos da falta de uma referência de permanência para habitar? E para o atendimento à saúde, o acesso à educação e à cultura, especialmente para crianças e adolescentes que vivenciam a habitação provisória? Quem são realmente os invasores, na histórica lógica de exclusão social existente entre sujeito e espaço, desde o Brasil colonial?⁴⁴ A quem interessa continuar mantendo a tradicional dissociação entre ética e pobreza?

NOTAS

- (1) O edifício Palace II, Barra da Tijuca (RJ), desabou em 21/03/98, com 44 apartamentos, matando 8 pessoas. A maioria dos moradores saíram momentos antes, devido a um forte ruído. *Revista VEJA*. 4/3/98: 28-32
- (2) Pedro Paulo de Souza, dono da Encol, juntamente com dezesseis outros ex-diretores da empresa, estão sendo processados criminalmente pela venda de apartamentos que nunca chegaram a entregar para 42 mil famílias. *Revista VEJA*. 4/3/98:32
- (3) 'Nos escombros, famílias garimpam memória afetiva: moradores se emocionam ao encontrar fotos, cartas e brinquedos.' *Folha de São Paulo*. Caderno Cotidiano. 2/3/98: 3-6
- (4) No litoral do Paraná, Guaratuba, o edifício Atlântico desabou em janeiro de 1995, matando 29 pessoas. Foi feito um acordo com o responsável pela construção, Ney

Baptista Torres, e os moradores receberam apenas um terço do valor do imóvel. Torres teve seu registro de engenheiro cassado e está sendo acusado criminalmente pelo Ministério Público. *Folha de São Paulo*. Caderno Cotidiano. 2/3/98: 3-7

- (5) Edifício Itália, São José do Rio preto (SP), em acabamento. Dezesete andares desabaram em novembro de 1997, sem deixar vítimas. Parte de um condomínio de alto padrão, desabrigou as primeiras 12 famílias residentes no prédio. Os proprietários, incluindo os não residentes, foram à justiça contra a Construtora Raga, de Luiz Ragonha, mas estão denunciando a impunidade e o descaso das autoridades responsáveis. Em março de 1998, ainda não possuíam qualquer laudo técnico oficial com as causas do acidente. Mesmo assim, entraram na justiça com várias ações. Também neste caso, os moradores permaneceram quatro dias 'garimpando', nos escombros, fotos, cartas, objetos, documentos, etc. *Folha de São Paulo*. Caderno Cotidiano. 2/3/98: 3-7
- (6) O material de pesquisa do presente artigo é basicamente extraído de um levantamento de notícias em jornais e revistas, sistematizados para a tese de doutorado (1997), mas conta com matérias mais atualizadas sobre o tema habitação em Campinas e região. As entrevistas foram realizadas em Campinas (1994), numa ocupação urbana recente na época, Vila Lídia, logo depois transferida para um loteamento municipal, chamado Vida Nova. ver Lopes. 1997
- (7) Maricato. *Folha de São Paulo*. 1996: 1-3
ver ainda dados cidade São Paulo: Rolnik, R.; Kowarick, Lucio e Somekh, N. (editores). Prefeitura Municipal de São Paulo. Gestão Luiza Erundina
- (8) ver sobre modo de vida provisório, insegurança, trabalho e família na Grande São Paulo: Telles. 1992 e 1993
- (9) Dados oficiais do município de Campinas: entre 1988 e 1990 ocorreram 43 ocupações urbanas. Em maio de 1994, o número era de 57 áreas ocupadas, para além das 84 favelas da cidade, somando 100 mil pessoas ou cerca de 10% da população da cidade, em 3,5 milhões de metros quadrados. Até meados de 1996, o número oficial de ocupações subiu para cerca de 70 áreas. Em março de 1997, um levantamento da Defesa Civil da cidade, constatou que, só no ano de 1996, ocorreu um total de 180 ocupações, uma média de uma 'invasão' a cada dois dias. De janeiro a março de 1997, estes números aumentaram em 33,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. No início de 1996, a Prefeitura registrava 56 áreas desafetadas entre 1984 e 1995: áreas de favelas antigas que estão em processo de regularização jurídica e urbanização. São cerca de 80 mil pessoas vivendo em favelas. Em 1970, esta população somava 0,87% da população total. Hoje, continua a tendência dos últimos anos: aproximadamente 10% do total da população vivem em áreas ocupadas. Os despejos coletivos são constantes, mas os grupos reocupam outras áreas. Não há dados sobre este 'movimento migratório habitacional' interno à cidade.
- (10) Thompson afirma: "... histórias de famílias são uma forma de memória coletiva, cujas características específicas nas sociedades ocidentais raramente têm sido examinadas." *Ciências Sociais Hoje*, 1993:11 (A temática do despejo, além dos estudos sobre a migração interna, sugere que se trata de uma importante aliada

- para investigações sobre histórias familiares das classes trabalhadoras do país e seu modo de vida provisório)
- (11) Os nomes dos entrevistados foram trocados.
João, 32 anos, solteiro, declarou ter cursado o SENAI, ser 'autônomo', eletricista de automóvel. Nasceu em Dracena (SP). Mora com os pais no Pq. União da Vitória, uma ocupação negociada com a Cohab, que financiou lotes populares na própria área. Permaneceu na Ocupação do Jd. Lídia algumas vezes por semana com a companheira solteira grávida, uma das ocupantes, até se afastar definitivamente no período de negociação mais intensa do grupo com os órgãos oficiais.
- (12) Zaluar. 1992:45-47
- (13) "... Os únicos que se revelaram satisfeitos com a desocupação eram os moradores do bairro. A moradora M.M., 30 anos, e que mora no bairro há 8 anos, disse que a maioria não queria permanência dos sem teto. _'Por que nós que pagamos impostos temos que ser prejudicados por causa de quem tem tudo de graça?' *Correio Popular*. Campinas. Caderno Cidades. Antônio Fornazieri Jr. 'Tensão Marca desocupação na Vila Boa Vista:Famílias ficam desoladas, sem ter para onde ir'. 19.03.97:8
- (14) Promulgação da Lei da Terra (lei n. 5.079) e Decreto da Terra (decreto n. 6.449) em 30.03.81, pelo Prefeito Francisco Amaral, em Campinas. Esta lei é resultado do movimento da Assembléia do Povo (ASP) e acirrou definitivamente os embates jurídicos entre Executivo e Legislativo na época. Na prática o Projeto da ASP foi aprovado e vinha sendo apoiado por eminentes juristas, parlamentares, CNBB e inúmeras entidades de classe. Um dos pontos mais importantes e debatidos do Projeto pelo movimento, foi a defesa de que a terra deveria ser exclusivamente destinada à moradia (Impenhorabilidade e Inalienabilidade da terra), para evitar a especulação, que poderia provocar (e provocou) novas expulsões dos moradores de favela, considerando-se o processo de urbanização previsto na Lei da Terra. Meses antes, na tentativa de arrefecer a organização do movimento, sem sucesso, Francisco Amaral assina, em 29.09.80, o Decreto de Permissão da Terra por Dez Anos (n. 6.228). Lopes.1997: 73-128
- (15) José, 26 anos, solteiro, vive com a mulher e dois filhos menores, trabalhador temporário da Prefeitura de Campinas (serviços gerais).
- (16) Sílvia, 33 anos, casada, três filhos, dona de casa, antes dos filhos nascerem era faxineira, o marido é ajudante de pedreiro, estava desempregado.
- (17) "A casa natal é uma casa habitada. Os valores de intimidade aí se dispersam, estabilizam-se mal, sofrem dialéticas. ... Mas, para além das lembranças, a casa natal está fisicamente inserida em nós. Ela é um grupo de hábitos orgânicos. ... Todo o ser da casa se desdobraria, fiel ao nosso ser. ... Empurraríamos com o mesmo gesto a porta que range ... As sucessivas casas em que moramos mais tarde banalizaram os nossos gestos. Mas, se voltarmos à velha casa depois de décadas de omissões, ficaremos muito surpresos de que os gestos mais delicados, os gestos iniciais, subitamente estejam vivos, ainda perfeitos. Em suma, a casa natal gravou em nós a hierarquia das diversas funções de habitar. ... todas as outras não passam de variações de um tema fundamental. A palavra hábito

- está demasiado desgastada para exprimir essa ligação apaixonada entre o nosso corpo que não esquece a casa inolvidável." Bachelard. 1988: 33,34.
- (18) Mara, 27 anos, separada, faxineira, com um filho na casa da irmã casada (seis filhos) e em situação de despejo.
- (19) "... Hoje, às 9 horas, uma comissão formada por cinco integrantes do movimento pretende ir até a Prefeitura e tentar uma negociação. Os invasores justificam a ação afirmando que a situação econômica do país está acuando os brasileiros e forçando-os a tomarem medidas radicais. O programador de materiais químicos, M.N.B., mora com os pais no São Marcos e precisa de pelo menos dois lotes. _'Vou me casar em breve e não tenho condições de arcar com todas despesas', explica." *Correio Popular*. Campinas. Carolina Martins. 'Sem teto invadem terreno na Dom Pedro. 13.05.96:7
- (20) "A imagem de 'canto' aparentemente tão banal e repetitiva deve, por isso mesmo, ser reconsiderada: "O mais sórdido dos refúgios, o canto, merece um exame. Recolher-se ao seu canto é sem dúvida uma expressão pobre. Mas é pobre porque tem muitas imagens, imagens de grande antiguidade, talvez mesmo imagens psicologicamente primitivas. Por vezes, quanto mais simples é a imagem, maiores são os sonhos. Mas em primeiro lugar o canto é um refúgio que nos assegura um primeiro valor do ser: a imobilidade. Ele é o local seguro ... Um quarto imaginário se constrói ao redor do nosso corpo, que acreditamos estar bem escondido quando nos refugiamos num canto. ... Como dizer melhor que o canto é a casa do ser?" Bachelard.1988:146-7.
- (21) *Folha de São Paulo*. Caderno Campinas. 'Famílias retiradas ontem de área da Fepasa montaram novo acampamento a cem metros do local: Sem teto desocupam área em Paulínia.' 09.11.96:5-6
- (22) "... a importância da família põe em foco o frágil equilíbrio em que estão estruturadas as condições de vida familiar. Qualquer 'acaso', seja o desemprego ou a deterioração das condições de salário e trabalho, seja a doença, a invalidez ou a morte dos provedores principais, pode jogar as famílias nas fronteiras da miséria. Em outras palavras, se a sobrevivência cotidiana depende de um esforço coletivo, as condições vigentes no mercado (e na sociedade) terminam por desfazer - real ou virtualmente - a eficácia possível das estratégias familiares. É isso que permite dizer que a insegurança é o elemento definidor de formas de vida." Telles.1993:17
- (23) *Correio Popular*. Campinas. Caderno Cidades. Carolina Martins. 'Sem-teto invadem área em bairro'.13.05.96:3
- (24) Sader. 1988
- (25) *Correio Popular*. Campinas. Caderno Cidades. Marcelo Pereira. "Sem teto importam alternativa às invasões: Esperança na fila de inscrição". 06.01.95:1
- (26) Ana, 49 anos, viúva, está, às vezes, com um dos oito filhos adultos, devido à exigência da Cohab. Não existe acesso à compra de lote municipal para uma pessoa. Foi costureira 'autônoma'. Passou a trabalhar como doméstica, mas estava desempregada no momento da entrevista.

- (27) "A cobradora da VBTU, A. M. G. de A., de 60 anos, passou a noite encolhida em uma barraca, improvisada com galhos de madeira e plástico. _'Moro sozinha e já não consigo mais me manter com os preços do aluguel', afirma. Outro que reclama dos preços e do salário é o carpinteiro G. M. de C._'Moro com cinco pessoas em um barraco de quatro cômodos e pago R\$ 150,00 de aluguel. O problema é que eu ganho apenas R\$350,00 bruto', diz." *Correio Popular*. Campinas. 'Sem teto invadem terreno na Dom Pedro: as 45 famílias dos Jardins São Marcos e Campineiro, que formam grupo de 200 famílias, começaram a invasão ontem pela manhã.' 13.05.96:7
- (28) "... mediante a alternância entre razão e imaginação, é na vertente das sombras que se delineiam os projetos fundamentais. Eis uma afirmação constantemente reiterada e que percorre toda a obra de Bachelard. Assim, o autor enfatiza inúmeras vezes que nada é pensado sem antes ter sido sonhado, que o homem é mais produto do desejo do que da necessidade, que a ciência devem antes da 'revêrie' que da experiência ou, ainda, que os interesses cruciais para a vida humana não são os calculados mas aqueles de caráter quiméricos, que se desnudam em nossos sonhos. Proposições que vêm emblemar justamente a primazia que o filósofo atribui à imaginação cujo caráter psíquico fundamental e primitivo é por ele postulada. A capacidade de imaginar fundamenta a vida humana." Paiva.1997:116
- (29) "É imanente ao devaneio a capacidade de nos emancipar da funcionalidade do real e nos vincular ao irreal dinâmico, instância de ordem fundamental para a psique humana. Inclusive, porque ao imaginar o irreal, desejar o que não existe, ao invés de subsumir-se no âmbito do irreal, o homem desvenda as possibilidades de inaugurar no plano do real o inexistente." Paiva.1997: 148
- (30) *Correio Popular*. Campinas. Cadernos Cidades. Dario Carvalho Junior. "Justiça despeja 104 famílias sem teto" 22.11.95:1
- (31) *Correio Popular*. Campinas. Caderno Cidades. "Famílias se 'mudam' para a rua por falta de casa em Paulínia" 13.03.97:7
- (32) *Novo Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. 1995; *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 1979.
- (33) idem. 1995; 1979.
- (34) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1986.
- (35) "Como espetáculo, visível por todos os lados, a pobreza aparece, no entanto, no registro da patologia, seja nas evidências da destituição dos miseráveis, que clamam pela ação protetora e assistencial do Estado, seja nas imagens da violência associadas à pobreza desmesurada e que apelam para a intervenção estatal preventiva, mas sobretudo repressiva." Telles.1993: 9,10
- (36) *Correio Popular*. Campinas. Caderno Cidades. Marcelo Santos. 'Famílias correm risco, mas não deixam barracos' 12.01.96:4
- (37) "A idéia é tão simples quanto perversa: quem não tem qualificação suficiente para obter um emprego é remetido de volta para o lugar de onde veio. Por um lado, é

assim que muitos indigentes acabam conhecendo o país inteiro. Por outro, o estratagemma serve para um grande jogo de hipocrisia nacional, em que cada cidade se declara irresponsável pelos migrantes alheios. O programa não é exclusivo do DF - há semelhantes em São Paulo, Rio, Curitiba, Ribeirão Preto e Belo Horizonte." *O Estado de São Paulo*. Caderno Cidades. Marcos Emílio Gomes. "Povos de Rua. Prefeituras 'repatriam' migrantes: cidades mandam seus candidatos a indigentes de volta para locais de origem." 01.04.92:3;

- *Folha de São Paulo*. Caderno Cotidiano. "Favela Caiçara 3: São Sebastião dá passagem de ônibus para tentar convencer os favelados a voltar para o lugar de origem. Cidade 'devolve' dez famílias por semana" 20.10.96:3-3;

- "Dormiram ao relento na noite de ontem as 11 famílias de sem teto de Hortolândia que tiveram suas casas demolidas no dia anterior devido ao cumprimento de um mandado de reintegração de posse. A Prefeitura da cidade, proprietária da área invadida ... não arrumou abrigo para os moradores. ... à frente da Delegacia de Polícia do município, pernoitaram se queixando de frio, fome e do descaso da Prefeitura. O vigia R.C.dos S. disse que o grupo só procurou abrigo na polícia por sugestão do procurador da Prefeitura, F. G., que nega a suposta indicação: 'Estamos aconselhando o pessoal a voltar para seus Estados de origem ou para as casas e barracos que mantinham em Hortolândia', avisa o procurador. Segundo ele, a Prefeitura tentaria ainda ontem uma 'saída provisória' para os sem teto." *Correio Popular*. Campinas. Cadernos Cidades. "Desalojados de Hortolândia passam a noite ao relento" 09.06.94:4

(38) *Correio Popular*. Campinas. Caderno Cidades. Dario Carvalho Junior. "Família vive drama, mas fica unida" 11.01.96:4

(39) Calligaris homenageou um sem teto em seu livro *Hello Brasil*, no dia em que apresentou pela primeira vez suas *cogitações* sobre a alta frequência da frase *este país não presta*: "... o cotidiano de Porto Alegre, *Zero Hora*, publicava em destaque a fotografia e a história de Valdomiro Oliveira, que de repente homenageei: 'Sob o viaduto Imperatriz Dona Leopoldina, nas avenidas João Pessoa e Perimetral, estão instaladas várias pessoas que não tem outros locais para morar. Isso acontece em outros pontos da cidade, mas nenhum, como o mendigo Valdomiro Oliveira, tem uma bandeira brasileira para marcar sua residência.' Valdomiro faz certo: é na beira do horror que precisa plantar a bandeira, pois é só a partir daí, sem esconder, que talvez ela possa se tornar uma bandeira." Calligaris.1991.23,24

(40) Duarte 1986 e Telles. 1992

(41) Simmel in *Sociologia*. Evaristo de Moraes Filho (org).1983:183-4,187.

(42) *Correio Popular*. Campinas. Caderno Cidades. Carolina Martins. "Mutuários expulsam invasores da Cohab: Sem ter para onde ir, invasores de casas inabitadas e retirados por ação judicial reocupam outras do loteamento". 28.11.94:7

(43) "Num registro e no outro, a pobreza é transformada em natureza, resíduo que escapou à potência civilizadora da modernização e que ainda tem que ser capturado e transformado pelo progresso. Nas suas múltiplas evidências, é fixada como paisagem. Paisagem que rememora as origens e que projeta no futuro as

- possibilidades de sua redenção, a pobreza não se atualiza como presente, ou seja, nas imagens do atraso, aparece como sinal de uma ausência. E é esse o ponto: entre a imagem do atraso e o horizonte idealizado do progresso, a pobreza é encenada como algo externo a um mundo propriamente social, como algo que não diz respeito aos parâmetros que regem as relações sociais." Telles.1993:10
- (44) ver 'Notas para uma problematização das relações sociais excludentes entre espaço e sujeito no Brasil' Lopes.1997

BIBLIOGRAFIA

- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Tradução: Antônio de Padua Danesi; revisão/tradução: Rosemary Costhek Abílio. São Paulo, Ed. Martins Fontes. 1988
- CALLIGARIS, Contardo. **Hello Brasil!: notas de um psicanalista europeu Viajando ao Brasil**. São Paulo, Ed. Escuta. 1991
- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Francisco da Silveira Bueno. 11ª ed., FENAME, Rio de Janeiro. 1979.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Ed. Brasília, CNPq, 1986.
- LOPES, Doraci Alves. **Marginais da História? O Movimento da Assembléia do Povo (1979/1986)**. Campinas, Ed. Alínea. 1997.
- _____. **Trabalhador Sem Teto e Habitação Provisória: Vivências acerca dos processos de perda da moradia urbana**. Tese de Doutorado. FFLCH. Universidade de São Paulo. 1997.
- Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa Folha/ Aurélio**. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e J.E.M.M. Editores, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira. 1995.
- Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Aurélio B. de Holanda Ferreira e J.E.M.M., Editores, 2ª ed., revista e aumentada, 7ª impressão. 1986.
- PAIVA, Rita. **Uma Inserção no Universo Bachelardiano. O alargamento da imaginação e a obsolescência do objetivismo na ciência contemporânea e na sociologia**. Dissertação Mestrado. Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, São Paulo. 1997.

- ROLNIK, Raquel; KOWARICK, Lucio e SOMEKH, Nadia (ed.) **São Paulo: Crise e mudança. Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo.** Ed. Brasiliense. Gestão Luiza Erundina.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra. 1988.
- SIMMEL, Georg. **Sociologia.** Organizador [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho, Trad. Carlos A. Pavanelli, São Paulo, Ed. Ática. 1983.
- TELLES, Vera da Silva. **A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo.** Tese Doutorado. Sociologia. FFLCH-USP. 1992.
- _____. "Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo." **Caderno CRH**, Salvador, nº 19, pp. 8-21, jul/dez 1993.
- THOMPSON, Paul. "A Transmissão Cultural entre Gerações dentro das Famílias: uma Abordagem Centrada em Histórias de Vida." in **Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS. São Paulo, Ed. Hucitec, pp. 9-19. 1993.
- ZALUAR, A. "Exclusão Social e Violência." in **Violência e Educação.** Alba Zaluar (org.), São Paulo, Ed. Cortez. 1992.

LÍNGUA, CULTURA E TERRITORIALIDADE: FORMAÇÃO DE PROFESSORES ÍNDIOS NO BRASIL CENTRAL¹

Dulce Maria Pompêo de CAMARGO*
Judite Gonçalves de ALBUQUERQUE**

Dos seis milhões de índios que viviam no Brasil à época do descobrimento, cerca de 250.000 ainda habitam o território brasileiro. Embora se reconheça o português como única língua oficial no país, existem aproximadamente outras cento e setenta línguas faladas por cerca de duzentos povos distintos.

Desse total, trinta e três grupos estão espalhados no Estado de Mato Grosso, região centro-oeste do país, com uma população aproximada de 17.000 pessoas. As línguas faladas por esses grupos de Mato Grosso estão assim distribuídas: treze do tronco Tupi; oito do tronco Macro-Jê; seis da família Karib; cinco da família Aruák e três isoladas que não se enquadram em nenhum dos dois troncos, nem nas famílias (Fernandes, 1993).

A situação de contato desses índios com os não-índios que, sobretudo nos últimos anos, vêm ocupando a região, antes só habitada por aqueles povos indígenas, tem gerado conflitos muito

(¹) Prof^a Dr^a do Departamento de Ciências Sociais e Coordenadora do Laboratório Ensino, Sociedade e Cultura do Instituto de Ciências Humanas e Coordenadora do CEAP - Coordenadoria de Estudo e Apoio a Pesquisa da PUC-Campinas.

(²) Mestre em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso e Professora da Universidade do Estado do Mato Grosso. Coordenadora do Projeto Licenciaturas Plenas Parceladas - área de Letras e Coordenadora Pedagógica do Projeto Tucum - Formação de Professores Indígenas para o magistério.

sérios pela posse da terra, a expulsão dessas populações para cada vez mais longe, a exploração dos bens e recursos naturais, o contágio de doenças e vícios que debilitam essas populações não preparadas para enfrentar essa nova realidade.

Invasidas e expoliadas, as nações indígenas do Mato Grosso têm mostrado enorme capacidade de resistência, buscando em si mesmas uma força extraordinária para defender a sua dignidade, a sua cultura e a sua identidade. Uma das armas de que tais populações têm lançado mão, hoje, para se defender, é a busca do conhecimento da sociedade envolvente, de seus costumes, de sua maneira de pensar. Para ter acesso a essas informações, saber bem a Língua Portuguesa é a primeira necessidade. Assim, a cada dia que passa, cresce o volume de reivindicações por parte das comunidades indígenas, por educação escolar formal.

O Governo, através da Secretaria de Educação do Mato Grosso que, há anos, desenvolveu uma política educacional marcadamente integracionista, pressionado por organizações indígenas e outros setores da sociedade, tem atualmente assumido a formação de professores índios, e a realização de alguns projetos de educação escolar, com características bem diversas daquelas primeiras escolas coordenadas por professores que nada ou quase nada conhecendo da realidade desses povos, transmitiam conhecimentos técnicos e teóricos, sem nenhuma ligação direta com as culturas das Comunidades Indígenas.

Hoje, as reivindicações dos índios por escola têm sido consideradas com algum cuidado, e já se pensa muito mais em preparar o próprio índio para a função de professor do que enviar o 'branco'⁴ para as aldeias. O momento é bem delicado, porque não é fácil a tarefa de oferecer ao índio uma formação adequada para que ele, no trabalho escolar, saiba respeitar e valorizar a sabedoria já produzida por seu povo, contar com ela e ainda garantir o acesso e o aprofundamento contínuo do conhecimento acadêmico das ciências produzidas por outros povos. O professor indígena pode ainda ser o elo de ligação entre mundos diferentes de forma igualitária e respeitosa, sabendo utilizar as fontes de informação, a cultura, os livros, filmes

e a imprensa. Trata-se de estabelecer novas relações com o conhecimento, o que significa, também, novos conflitos, novas rupturas e uma grande capacidade de entender a nova realidade sócio-cultural e se mover nela, sem abrir mão da própria identidade lingüística, cultural e social.

Nesta comunicação, estamos nos referindo a dois Projetos de Formação de Professores Índios que vêm sendo desenvolvidos há dez anos na região centro-oeste do país. São os Projetos *Inajá* e *Tucum*⁶, trabalhando com treze nações e treze línguas diferentes. No *Inajá*, participam índios Karajá da Ilha do Bananal, falantes de uma língua do tronco Macro-Jê e índios Tapirapé, cuja língua pertence ao tronco Tupi. No *Tucum*, estão presentes onze etnias com onze línguas diferentes: Apiaká, Bakairi, Bororo, Irantxe, Kayabi, Munduruku, Nambikwara, Paresi, Rikbaktsa, Umutina e Xavante.⁶

Nas experiências aqui relatadas, um dos pontos comuns é o pedido insistente por escola e por aprender a Língua Portuguesa. Motivo? Entender a sociedade envolvente para defender-se dela. Em ambos os Projetos, um dos objetivos é o de ensinar para os índios o português, língua oficial e majoritária no país, sem contudo abafar o crescimento das línguas indígenas, levando-as, como a experiência tem mostrado em 500 anos de contato, ao seu gradativo desaparecimento. Com efeito, em nosso país, não é possível dissociar o ensino do português, nas comunidades indígenas, da preocupação com a preservação, o resgate e o desenvolvimento das línguas nativas; como segunda língua, o ensino do português se apresenta como necessidade de se ter uma língua de comunicação não só dos índios com a sociedade não indígena, mas também entre os diferentes povos indígenas, no sentido de estabelecer e fortalecer as relações interculturais. E ainda, como um direito de cidadania: compreender bem e poder usar fluentemente a Língua Portuguesa, significa poder tomar decisões mais acertadas, com mais liberdade e autonomia.

Os Projetos que ora relatamos, envolvem a participação de docentes de diferentes áreas e de diversas Universidades Brasileiras. Por se tratar de um complexo trabalho de elaboração coletiva, os

aspectos que selecionamos para enfocar neste artigo estão particularmente ligados às áreas das Ciências Sociais e da Linguagem, procurando:

1. refletir acerca das relações culturais que se estabelecem em decorrência do surgimento da escrita e do bilingüismo, tendo a preocupação de não descolar o ensino do português como segunda língua do ensino de línguas indígenas;
2. a contribuição das Ciências Sociais (espaço, tempo e relações sociais), para a relação entre o senso comum e a ciência;
3. a necessidade de um projeto político mais amplo de valorização cultural e étnica.

O que moveu educadores locais ligados à Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso a criar e desenvolver esses Projetos, buscando a assessoria de docentes de diferentes Universidades brasileiras, foi a crença de que a educação é um importante agente de transformação social. Apesar das inúmeras dificuldades, das grandes distâncias a percorrer e da falta de verbas, a luta cultural e educacional, em Mato Grosso, tem se mostrado tão importante e tão forte quanto a luta pela terra. Por isso, principalmente, é fundamental ressaltar a importância do *Inajá* e do *Tucum* para um Estado belicoso onde, ainda hoje, é travada uma dura disputa pela posse da terra entre índios, posseiros, grileiros, colonos, madeireiros, garimpeiros e latifundiários. Na última década, ainda que de formas diferenciadas, importantes rios da região, pertencentes tanto à bacia do Prata como à bacia Amazônica, têm sido palco de um dinamismo maior devido ao intenso fluxo de migrantes, especialmente do sul do país. Esse processo de crescimento de novas fronteiras agrícolas faz da região centro-oeste do Brasil uma nova área pioneira de colonização e, conseqüentemente, de transferência e 'circularidade cultural' (segundo expressão de Ginzburg, 1987).

Como os desafios que enfrentamos são bastante complexos, achamos importante não desfocá-los também da visão legal porque, de uma maneira ou de outra, a política indigenista adotada pelo Governo reflete diretamente sobre o nosso trabalho.

As conquistas alcançadas na última Constituição Brasileira, promulgada em 1988, foram o *reconhecimento do direito à diferença* (artigo 22), o *pluralismo de idéias e concepções pedagógicas* (artigo 206), a *utilização das línguas indígenas* e de uma *educação específica e diferenciada* (artigo 210), a *proteção do Estado às manifestações culturais indígenas* (artigo 215) e o *reconhecimento aos índios de sua organização social, línguas, crenças e tradições e direitos originários sobre terras tradicionalmente ocupadas* (artigo 231), que provocaram uma ruptura na antiga postura de que os índios deveriam ser paulatinamente 'incorporados' à sociedade nacional, até a sua extinção.

Com a vigência da nova Constituição Federal, muitos foram os esforços, em todo o país, para estender as conquistas obtidas diretamente às escolas indígenas. Em 1994, frente ao compromisso assumido pelo Brasil junto à **Conferência Mundial de Educação para Todos**, surgiu, por parte do Ministério de Educação, a proposta do Plano Decenal de Educação, da qual não ficou de fora a Educação Indígena.

Em agosto de 1994, tivemos a oportunidade de participar, em Brasília - DF, do *Seminário - Plano Decenal e a Educação Indígena*, cuja principal preocupação foi estudar e propor *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena*. Nesse *Seminário* foi enfatizada a importância do envolvimento da comunidade nas escolas indígenas sendo cada grupo indígena co-participante do processo, uma vez que só esse compromisso pode garantir a autonomia de cada povo através da reconstrução da memória histórica, da identidade cultural, da língua materna e do conhecimento científico, via educação.

Por fim, em dezembro de 1996, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), pela primeira vez na nossa história, dedica dois parágrafos à educação escolar indígena (artigo 32 § 3º e artigo 79 § 1º), assegurando o ensino em português e na língua materna, e processos próprios de aprendizagem. Esse movimento

oficial de 'apoio' às Comunidades Indígenas bastante divulgado pelo Governo, talvez explique, de certa maneira, essa grande procura por educação escolar que vem pressionando os Órgãos Governamentais a buscar formas de responder a essa demanda.

O *Projeto Inajá* - Formação e Habilitação de Professores Leigos para o Magistério (Camargo, 1997) a que nos referimos, nasceu de uma experiência de educação diferenciada desenvolvida nas décadas de 70 e 80 na aldeia dos índios Tapirapé, região nordeste do Estado de Mato Grosso, no médio rio Araguaia⁷.

Atraindo a atenção das comunidades vizinhas, esta experiência transformou-se em Curso de Formação de Professores para o exercício do Magistério, e tem hoje, a participação não só das comunidades indígenas locais, mas também de professores de zona rural.

O *Inajá*, através de dois cursos de formação para o Magistério (1987-1990 e 1993-1996), habilitou cerca de 300 professores leigos das quatro séries iniciais que atuavam especialmente nas escolas rurais multisseriadas e nas aldeias Tapirapé e Karajá. Esses alunos/professores leigos eram constituídos de diferentes sujeitos do mundo rural, cuja atuação envolve, principalmente, a luta pela educação e pela posse da terra. São, portanto, sujeitos das lutas sociais que acabaram por construir uma identidade coletiva reconhecida tanto localmente, como externamente, através daqueles que, de uma forma ou de outra, conheceram o seu trabalho.

Este Projeto pioneiro se desenvolveu a partir de um regime especial de funcionamento: aulas ministradas por docentes universitários nos períodos de férias e recesso escolar e atividades práticas nos períodos letivos, acompanhadas por monitores/supervisores vinculados às Secretarias Municipais de Educação.

A concepção de currículo que norteia a organização do curso é baseada fundamentalmente na ação/transformação (Albuquerque & Oliveira, 1993), uma vez que considera tudo o que

acontece na escola e que interfere no processo de apropriação e ampliação do saber. Implica, portanto, uma intenção, uma orientação metodológica e também um planejamento adequado, cuidadoso e crítico.

Tal perspectiva justificou a opção por uma metodologia de trabalho que permitisse uma abordagem integrada do mundo percebido pelo aluno, visando evitar a fragmentação do conhecimento e respeitar as diferentes formas de ver e ler o mundo dessas populações. Esta opção se apoia no uso de metodologias fundamentadas na etnografia, mas nem por isso tranqüilas, uma vez que essas são permeadas por uma grande variedade de correntes epistemológicas.

O *Inajá*, ao valorizar a observação e experimentação, permitiu romper com o ensino convencional ao insistir *na prática do ensino integrado, sem programas e conteúdos pré-fixados* (Relatório Final, 1990: 21). Além do mais, não só abriu um espaço enorme para a viabilização e valorização da educação no Estado, bem como serviu de inspiração para a criação de muitos outros Projetos educacionais na região, inclusive o *Tucum*.

A experiência vivenciada mostrou que a abordagem crítica e transformadora em educação é uma tarefa bem mais complexa do que imaginamos inicialmente, e mais ainda, em Projetos que envolvem minorias étnicas ou populações de alguma forma discriminadas, onde o preconceito supera a instância sócio-econômica e se estende mais fortemente para o campo cultural. Então, como articular as diferentes concepções de território entre colonos, posseiros e índios? Qual a função da língua e da escrita materna para as culturas diferentes do mundo rural e urbano? Que conteúdos trabalhar com uma população que sofreu e sofre tantos impactos culturais? Qual o papel da escola frente ao processo de exclusão e discriminação vivenciados pelas nações indígenas? Em que medida foram incorporados os resquícios provenientes da dominação a que são submetidas as populações rurais?

Hoje, um pouco mais distanciadas dos resultados imediatos do Projeto inicial e partícipes de outras iniciativas na região, percebemos os avanços teórico-metodológicos alcançados nos Projetos subseqüentes. Se no *Inajá* tínhamos como perspectiva o trabalho *interdisciplinar e bilíngüe*, no *Tucum* esse direcionamento foi transformado e renovado. Não foram, portanto, ignoradas as inquietações que nos acompanhavam, bem como as novas sensações, novos sentidos e novas interpretações que dávamos ao processo.

Desde o início tivemos consciência de que apenas fazer emergir os conhecimentos de nossos alunos/professores era pouco. Então como socializar a construção do conhecimento do índio, do posseiro e do colono? Nesse momento de transição, quando tivemos a oportunidade, nos anos 90, de vivenciar novas experiências em outros Projetos, já nos causava estranhamento a leitura dos documentos oficiais, apesar de reconhecer que eles significavam uma conquista depois de décadas de luta intensa. Por exemplo, o *Plano Decenal de Educação para Todos* (1994) proposto pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), na parte de *Educação Indígena* fala em 'transmissão de conhecimento' (p.14). Se assim é, como tornar significativo para o sertanejo e para o índio o conteúdo que desenvolvemos, se as interpretações desenvolvidas a partir de uma dada realidade não podem e não devem ser simplesmente 'transmitidas' para outros contextos? Como captar as indagações e problemas gerados por eles se privilegiarmos na escola, como o Plano propõe, o 'ensinar bem a ler e a escrever' e a 'apropriação sistemática e organizada dos conhecimentos necessários à formação do cidadão'? (p.14). Talvez isso explique porque se preocupam em 'proteger' as manifestações culturais indígenas (p.10). E ainda, por que temos que garantir e assumir a educação escolar indígena como sendo necessariamente bilíngüe? (p.11). Por que essa iniciativa nem sempre tem partido das próprias comunidades indígenas? Como trabalhar essa questão com as nações em que a maior parte não fala o português? E naquelas em que a língua materna está praticamente desaparecida?

Essas questões, em nosso entender, além de bastante complexas ainda não estavam sendo tratadas como mereciam. Afinal, esses povos só serão verdadeiramente sujeitos do processo histórico, quando passarem a ser mais diretamente co-participantes dele. Enfim, sabíamos que se quiséssemos superar as lacunas, teríamos que assumir 'o eu e o outro'. Na busca da alteridade, colocarmo-nos no lugar desse outro, para desvelar outros tantos elementos reprimidos e silenciados nas diferentes culturas.

Através da participação posterior no *Projeto Tucum*, que contou com profissionais que traziam outras experiências, que não as nossas, pudemos vivenciar momentos de ruptura e permanência com as práticas anteriores que geraram os diferentes questionamentos apresentados acima. Algumas das questões foram superadas e outras persistiram, mas o avanço ficou evidente.

O *Projeto Tucum* - Programa de Formação de Professores Índios para o Magistério (1996 a 2000) surgiu como uma resposta às expectativas das Comunidades Indígenas de dezessete municípios de Mato Grosso, que queriam ver implantada a Escola Pública diferenciada, específica, bilíngüe, intercultural e de boa qualidade, assegurada pela Constituição Brasileira de 1988.

Com uma estrutura organizacional e funcional muito próxima à do *Inajá*, este Projeto, pensado para atender exclusivamente à formação de professores índios, se desenvolve, no Estado, em quatro pólos de atuação, envolvendo cerca de duzentos professores índios das onze diferentes etnias citadas anteriormente. O Projeto procura garantir que a educação escolar indígena capacite para a *aquisição crítica de conhecimentos interculturais, através de duas ou mais línguas, a fim de contribuir para a formação integral do aluno como pessoa e sobretudo como membro do seu grupo social.* (Projeto Tucum, 1995: 31).

Para que se efetivem as ações propostas, o currículo sugerido pelo Projeto envolve conteúdos de culturas indígenas e não indígenas, conhecimentos universais, a serem trabalhados de manei-

ra integrada pelas disciplinas das diferentes áreas. Nessa perspectiva foram determinados três eixos temáticos de trabalho (Projeto Tucum, 1995: 30): *Língua, Cultura e Territorialidade*. A integração entre os eixos temáticos propostos permitiu um avanço teórico-metodológico em relação ao trabalho desenvolvido no *Inajá*, já que temos conseguido romper com o uso acrítico do *bilingüismo* e impreciso da *interdisciplinaridade*.

Ao tratarmos do ensino do português como segunda língua, no Curso de Formação de Professores, situamos essa questão no âmbito maior do funcionamento da linguagem nas diversas práticas dentro e fora da instância escolar, deslocando-a de seu caráter meramente formal.

Esse talvez tenha sido o avanço mais significativo do *Projeto Tucum* em relação ao *Inajá*. O assessor de Lingüística, Prof. Gilvan Müller de Oliveria⁹, provocou a desestabilização de conceitos pré-fixados a respeito não só do português como segunda língua, mas ainda da inclusão (ou não) de línguas indígenas no currículo escolar; questionou o pressuposto imposto pela lei de que a Escola Indígena deve necessariamente ser bilíngüe. Duas perguntas inquietantes, dois deslocamentos de sentido: Por que ensinar português em escola indígena? Porque ensinar língua indígena na escola?

Não se tratava mais de saber como ensinar a falar corretamente o português, a ter o domínio da escrita, aprender a normatização da língua, a estabelecer comunicação, questões de ordem pedagógica, sem nenhuma polêmica, mas era preciso ir muito além e pensar que a inadequação lingüística constatada nas comunidades indígenas, objeto de nossa preocupação, pode muito bem ter como causa mais profunda as relações de poder e dominação que caracterizam as relações entre índios e não-índios. Pelo menos é isso que nos ocorre, se entendermos a linguagem como sendo determinada historicamente, tomando a palavra como *um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades...* (Orlandi, 1988:18). Essa concepção de linguagem possibilita o aparecimento de questões mais polêmicas como o interesse

das minorias étnicas em conhecer a língua da sociedade envolvente como instrumento de defesa.

Mais do que ensinar Línguas Indígenas, coisa que, aliás, nem seria possível no decorrer do curso, por causa da diversidade de etnias que se juntam num mesmo pólo, o que nos propusemos a fazer foi a construção coletiva de uma pesquisa lingüística que tivesse a participação efetiva do professor indígena como figura pensante e estruturante do ensino.

Na verdade, o cerne da questão não era tanto o ensino da língua, mas a forte relação que a escola tem com a escrita: 'é preciso ensinar a língua porque as pessoas já não a dominam ou ensinar aqui significa apenas ensinar a escrevê-la? (...) Qual a função planejada para o futuro dessa língua como língua escrita? As pessoas aprenderão a ler e escrever para quê finalidade? O que elas lerão se não há escritos nessas línguas? Alguém produzirá esses escritos? Quem? Como? Ela passará a competir com o português como língua de ensino? Ou será veiculada na forma escrita em outro âmbito? Qual? Quem deve aprender a escrita primeiro: as crianças ou os adultos, que podem re-significar esse instrumento que é a escrita mais de acordo com suas necessidades culturais?'

Era um nunca terminar de perguntas, todas elas sem resposta, balançando profundamente algumas certezas e despertando no grupo de trabalho o espírito de investigação.

Pesquisas lingüísticas mostram que a fluência no falar, o domínio de uma língua não se aprende na escola: crianças, pessoas adultas não alfabetizadas dominam perfeitamente o sistema de regras de uma língua através de situações interacionais. O que nos faz concluir que a escola está ligada à escrita e que ensino da Língua Portuguesa e escrita vêm colados. O mesmo se dá com o ensino das Línguas Indígenas na escola. Não é a escrita de uma língua que garante a sua sobrevivência. A ansiedade pela escrita de uma língua nasce da idéia de que, para ser índio é preciso falar e escrever a língua.

Se isso fosse um critério de indianidade, muito 'branco' que aprende uma língua indígena seria índio, o que não é verdade.

O que decidimos como proposta foi de, no decorrer do curso que tem a duração de quatro anos, ir construindo uma política lingüística de longo prazo, que se estenderá, certamente, para além da finalização do Projeto. Nessa proposta, as aulas de Línguas Indígenas se deslocam de um eixo formal para um eixo funcional e o papel do lingüista acaba também por se desmistificar, alterando uma perspectiva tradicional segundo a qual este deveria ensinar as Línguas Indígenas. Nesta nova perspectiva favorecida por uma das práticas do Projeto, que é a pesquisa, os professores são instados a buscar respostas para as questões que surgem e que surgirão, a partir de dois pressupostos:

- 1) *de que eles são a intelectualidade (ou uma das vertentes intelectuais) do seu povo, e que portanto, cabe a eles pensar sobre a questão e formular soluções, ficando para o lingüista apenas a tarefa de encaminhar formas organizacionais adequadas e de colocar à disposição dos professores o conhecimento 'técnico'⁹ disponível;*
- 2) *de que não temos que propor um sistema pedagógico pronto e acabado durante os anos em que o Projeto Tucum estiver em funcionamento. (Relatório, 1996 - Anexo3)*

Consideramos ser essa a postura mais adequada possível quando temos que nos mover em um terreno tão rico de possibilidades quanto cheio de perigos. Qualquer atitude precipitada, qualquer decisão apressada ou definitiva pode comprometer os resultados de um trabalho que se pretende crítico e transformador e, sobretudo, construído passo a passo, pelos próprios sujeitos do processo, reservando aos assessores apenas a contribuição solicitada e necessária.

Voltando para a questão central deste texto, o ensino do português como segunda língua, que envolve a questão do bilingüismo, faz-se necessário desfazer ainda um outro pressuposto existente na maioria das escolas indígenas, o de que todos devem aprender igualmente as duas línguas. Seria perigoso fazer com que as Línguas

Índigenas concorressem com a Língua Portuguesa nas mesmas funções: *Os bilingüismos ditos estáveis sempre dependem de uma distribuição bem clara de funções, já que a competição aberta no mesmo habitat acarreta o esmagamento ou a retração de um dos sistemas. Dizemos isso apesar de termos claro, pelos vários exemplos históricos, que o bilingüismo se mantém somente se uma parte da população é monolíngüe na língua minoritária: se toda a população se torna bilíngüe, a tendência é do predomínio puro e simples da língua majoritária ou de cultura no espaço de algumas gerações.* (Relatório, 1997: 3)

Preservar, portanto, dentro de uma comunidade que se pretende bilíngüe, um grupo de falantes monolíngües, na língua minoritária, é garantir, de alguma forma, o não desaparecimento total da língua minoritária. *Se todas as crianças forem bilíngües*, alerta o Prof. Gilvan, *todos os velhos serão bilíngües e é possível estar-se destruindo a Língua Índigena no intuito de a ajudar a mantê-la.*

Daí o cuidado que o Projeto vem tendo no processo de não separar de maneira estanque a Língua Portuguesa e a Língua Índigena, uma vez que as duas disciplinas estão no campo da Lingüística. Foi com base nesse princípio que pensamos na elaboração de uma política lingüística adequada, a partir de uma pesquisa criteriosa no interior de cada comunidade indígena, uma vez que as situações de linguagem não são idênticas em todas elas. Tais pesquisas, envolvendo todos os participantes do Projeto (assessores, docentes, monitores, professores/cursistas, alunos indígenas) oferecerão elementos para se decidir, em cada comunidade lingüística o que fazer para garantir seja o resgate, a preservação ou o desenvolvimento das línguas nativas; o que vai ser implementado no cotidiano e no interior das famílias; o que vai ser desenvolvido no currículo escolar. A proposta do Projeto - de avaliação permanente - é a garantia para se ter um mínimo de clareza na elaboração de propostas para cada grupo étnico, ou até mesmo, para cada aldeia.

Simultaneamente à investigação realizada, o Projeto busca um equilíbrio no ensino do português - uma necessidade sempre

muito explicitada pelos professores índios. Assim, por um lado, admite as diferentes formas de expressão em português, ou seja, respeita as variações desenvolvidas nas diferentes etnias. Por outro, não se nega a introduzir o conhecimento sobre a forma padrão. Uma vez admitida e facilitada a fluência no que Terezinha Maher (1996) chama de *Português Índio*, haverá maiores possibilidades de se chegar ao português padrão, respondendo ao desejo comum a todos os grupos: conhecer o 'branco', suas formas de pensar, de se expressar. Ao criar a expressão *Português Índio* a lingüista tenta mostrar que o português, por ser a língua franca, a língua de comunicação, é também *o lugar onde esses professores elaboram e expressam uma faceta de suas identidades.* (Maher, 1996:1982).

Como afirmávamos no início, falar e escrever bem o português é, para as Comunidades Indígenas, um direito de cidadania, uma necessidade, pois a situação contrária pode contribuir para que o índio internalize uma visão negativa de si mesmo, reforçando a imagem do não-índio sobre ele, numa visão de desigualdade e não de diferença, na expressão da Prof^a. Maria de Lourdes Bandeira, assessora do *Projeto Tucum* na área de Antropologia.

No ensino da Língua Portuguesa enquanto disciplina, o Projeto sugere alguns princípios a serem seguidos. O primeiro, que o português seja colocado não com um conteúdo específico a ser dado, mas como um instrumental a serviço da resolução de problemas lingüísticos na elaboração de textos de toda ordem, cumprindo, na prática *o desiderato de integrar os conteúdos das diversas disciplinas e de evitar a sua dispersão temática.* (Relatório, 1996: 3)

Um outro princípio igualmente importante, propõe o estabelecimento de um eixo temático claro e definido para cada etapa, de preferência abrangendo todas as disciplinas, desenvolvendo ações de forma natural e orgânica, em substituição à seqüência de uma série de atividades sem muita ligação umas com as outras, não permitindo, por parte do aluno, a compreensão dos objetivos em jogo.

Como para as Sociedades Indígenas a terra tem uma dimensão natural e sócio-cultural, que passa pelo sistema de tradições

sociais e religiosas, crenças e conhecimentos (Ramos, 1994: 13), no nosso trabalho, em Ciências Sociais, a questão da *terra* não se desvincula da *língua* e da *cultura* indígena.

Nessa perspectiva consideramos que o trabalho desenvolvido nessa área do conhecimento¹⁰, muito tem contribuído para que os objetivos a que nos propusemos se tornem viáveis. Para isso, temos priorizado sempre o papel dos sujeitos em nosso trabalho, em parte, por influência de um novo perfil do pensamento contemporâneo e pelo surgimento de uma nova rede epistêmica¹¹ que trabalha com o aleatório, o incerto, o indeterminado, o complexo. A perspectiva bachelardiana, ainda que não considere a importância do senso comum, permite incorporar à prática científica que desenvolvemos a presença da crise, do risco, do inesperado, contribuindo, portanto, como instrumento de exercício constante de 'vigilância epistemológica' e de 'imaginação criadora' em nosso trabalho.

Acreditamos que a opção por uma abordagem de natureza sociológica não impede o desenvolvimento de um trabalho em sintonia com a perspectiva etnográfica que fundamenta os projetos educacionais em questão. A metodologia adotada, que se constrói no processo, exige intuição, criatividade dos sujeitos envolvidos. Assim, trabalhamos com história de vida, história da casa, história da luta pela terra e histórias locais, que implicam em relatos de existência individual e coletiva, reconstrução dos acontecimentos significativos e transmissão de experiências adquiridas. Geralmente as histórias relatadas são ricas em dados do real e do imaginário, que se misturam e se confundem nos inúmeros 'causos'¹² que são contados e recontados pela população. Esses relatos registram, além das experiências pessoais, a existência, no local onde vivem, de objetos e utensílios de cerâmica, ossos, antigos cemitérios indígenas, pedras de raio¹³, que foram a motivação que precisávamos para iniciar o trabalho de coleta de narrações de lendas e mitos regionais. Com a intenção de levá-los a preservar os seus referenciais culturais, reiteramos, com eles, a importância no momento atual, de cada povo registrar por escrito as

histórias que são passadas de geração para geração. Entrevistas foram realizadas com antigos moradores das cidades, os velhos das aldeias e políticos locais.

Algumas publicações¹⁴, que têm apresentado estudos relacionando 'educação e imaginário social', consideram que as 'representações sociais' têm um papel importante no processo educativo, uma vez que são formas de conhecer e classificar pessoas e grupos, e de interpretar os acontecimentos relacionados à vida cotidiana. Lembram, também, que na zona rural, o imaginário grupal é fortemente marcado pelos símbolos da natureza, e que as relações pessoais, dadas as grandes distâncias geográficas, se caracterizam mais pela intensidade do que pela frequência, o que garante uma coesão social maior entre eles.

Essa metodologia de ensino adotada nos cursos que ministramos permite captar as permanentes contradições entre o 'ser e o parecer'. Como o processo de identidade individual e coletiva decorre de contradições e transformações sociais e culturais intensas, a tensão vivenciada é contínua. Por exemplo: ao mesmo tempo que os índios Tapirapé faziam um trabalho de recuperação de sua cultura através da memória dos velhos da aldeia, registrando as informações em língua Tapirapé, foi implantado na aldeia um moderno sistema de perfuração do solo para obtenção de água, financiado por uma ONG.

Cientes das limitações do nosso trabalho, já expressadas neste texto, consideramos que conquistamos uma prática científica para além da consciência oficial e ingênua de que nos fala Santos (1989), e continuamos a busca pelo aprofundando e diálogo entre a prática científica que desenvolvemos com as demais práticas de conhecimento existentes, ou seja, o reencontro da ciência com o senso comum. Para isso, realizamos observações sistemáticas em inúmeras situações de sala de aula para fundamentar o quadro de categorias, básicas para a análise do material coletado através de pesquisas realizadas pelos cursistas, com vistas à compreensão das formas de ver e ler o mundo da população rural e dos índios das

diferentes etnias. Através do 'ir e vir' espaço-temporal, fomos relacionando acontecimentos, datas e lugares contidos nas informações, refletindo sobre os diferentes significados dos conteúdos relatados. Por exemplo: as histórias de posse e demarcação das terras acabaram por envolver as histórias dos municípios e do próprio Estado de Mato Grosso. Tendo em mãos as diversas formas de organização linear dos dados, realizada pelos cursistas, foi possível mostrar as características de cada povo e as diferenças culturais entre etnias e dentro da própria etnia.

*O **Tainahyky** (aumentativo de estrela grande - estrela Dalva) inventou o calendário. Ele falou para o seu povo Karajá: tempo de água cheia - **bèkóra**, depois quando a água abaixa - **behaxi**, depois quando a água está baixa é o tempo de **kymyra tymyra** ... (Sinval Karajá - Aldeia de Santa Terezinha - Projeto Inajá).*

A pesquisa permitiu entender a separação.¹⁵ Cada aldeia tem uma história e um costume e uma forma de sobrevivência. Agora é cada vez fazer um jornal e trocar entre as aldeias. (Genivaldo Tapirapé - Aldeia de Santa Terezinha - Projeto Inajá).

Nós professores índios devemos preocupar-nos para documentar nossas histórias para mostrar a realidade às nossas crianças e toda comunidade analisar a própria história. (Grupo de índios Xavante - Pólo de Água Boa - Projeto Tucum).

Cada vez mais, as reflexões realizadas com base no material coletado e na teoria que nos fundamenta, reiteram a pertinência dos eixos temáticos *língua, cultura e terra* adotados no *Projeto Tucum*. A avaliação da experiência que vivenciamos no *Projeto Inajá*, centrada, como dissemos, no bilingüismo e na interdisciplinaridade, foi fundamental para que percebêssemos as suas limitações e incongruências. Os novos eixos alargam as possibilidades de reflexão e efetivação de práticas educativas que aproximam o senso comum à ciência, e contribuem para reforçar não só a importância dos

referenciais do passado e do presente, mas também os sentimentos de continuidade e preservação e do sentido histórico que lhes é próprio.

Nesse processo, onde nada se perde, buscamos recolocar e repor questões antigas, só que de uma forma diferente. Por isso, procuramos sempre cuidar da ordenação e da releitura dos registros de memória, como também dos esquecimentos e silêncios, reveladores de mecanismos tanto de manipulação pelos poderes locais, como de resistência, demonstrados, por exemplo, pelo Movimento dos Sem Terra - MST da região.

O ganho maior deste trabalho, especialmente no *Projeto Tucum*, e que queremos socializar, parece ter sido a possibilidade de explicitar o caráter social e político do uso da linguagem e, no contexto do currículo, não desvincular esta área das outras áreas do conhecimento, como se pôde perceber no trabalho desenvolvido em Ciências Sociais. Pelo contrário, a linguagem tem o privilégio de fazer a unidade entre as disciplinas curriculares que compõem o processo de formação de professores índios, uma vez que ela trabalha com as representações simbólicas. A linguagem é uma forma de síntese do conhecimento, é o lugar onde se estabelece a relação do senso comum com a ciência. Possibilita identificar os processos de construção de sentido que são historicamente determinados. E ao tentar traçar uma política lingüística para e com as comunidades indígenas, coerente com uma política cultural mais ampla, estará certamente desvelando os processos institucionais mais escondidos que têm tratado o conhecimento e as línguas indígenas de maneira a considerá-las menores e menos importantes.

Por isso, consideramos que questionamos ainda muito pouco o elenco de disciplinas e mesmo o conteúdo/conhecimento trabalhado com eles. Por que não nos basta apenas enxergar os cursistas como diferentes? Por que ao trabalharmos com esses cursistas, construindo conhecimento juntos, não temos esponta-

neamente a preocupação com a preservação da nossa cultura? Na hipótese de nos limitarmos a reconhecer o conhecimento dos alunos como diferentes, estamos apenas concedendo a eles um lugar no processo de ensino e de aprendizagem. Esta nossa indagação confirma a *injunção política à transformação dos outros, quando se trata do confronto entre europeus e índios, em que, por definição, já se considera o europeu no desenvolvimento pleno de suas formas histórico-sociais e os índios, também já por definição, como em estado de natureza, sem história e que, portanto, devem ser mudados. Dessa forma, aí temos uma relação de embate político-lingüístico exemplar.* (Orlandi (org.), 1988a: 9).

O nosso maior desafio está posto. O que nos falta ainda é inserir esse conhecimento na perspectiva do jogo do poder que deriva dos diferentes conhecimentos. Tal questão só poderá ser resolvida quando tivermos condições de não só discutir, como também implantar uma política cultural que garanta o estabelecimento de relações *interculturais* equilibradas.

NOTAS

- (1) Trabalho apresentado no VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, realizado em abril de 98 em Macau - China.
- (2) Doutora em Educação, coordenadora do Laboratório de Ensino, Sociedade e Cultura, professora do Departamento de Ciências Sociais e da Pós-Graduação da F. de Educação - PUC-Campinas - S. P.
- (3) Mestre em Educação, professora do Departamento de Letras - Universidade Estadual de Mato Grosso - Cáceres - M.T.
- (4) Conforme expressão dos próprios índios professores.
- (5) Inajá e Tucum são palmeiras típicas do sertão, no centro-oeste brasileiro.
- (6) Não podemos deixar de chamar a atenção para a influência de lingüistas de origem anglo-saxônica que contribuíram para que a escrita dos povos indígenas do Brasil apresentasse grande quantidade de K, W e Y. Muitos povos estão hoje revendo as suas grafias de modo a melhor aproximá-las do português.
- (7) Os educadores Eunice Dias de Paula e Luiz Gouvêa de Paula, que durante 20 anos viveram na aldeia Tapirapé, foram os coordenadores desse primeiro trabalho.

- (8) Gilvan Müller é professor na *Universidade Federal de Santa Catarina*, com larga experiência na Formação de Professores Índios em Comunidade Kaingang, no Rio Grande do Sul. É assessor do *Projeto Tucum* na área de Lingüística. As propostas aqui discutidas nasceram no decorrer de seu trabalho de assessoria e estão registradas em diversos relatórios citados na bibliografia.
- (9) "Sabemos, evidentemente, que esse conhecimento técnico não é neutro e que acaba condicionando em alguma medida as soluções desejadas. Tornar o processo de reflexão mais longo - com idas e vindas - me parece útil para evitarmos esse perigo, no sentido de fazer emergir uma historicidade interna à própria reflexão, que ajuda a ver a inevitável parcialidade dos meios técnicos, permitindo, portanto, sua desmistificação e seu descarte, sempre que julgado oportuno" (Relatório, 1996).
- (10) Como já explicitamos estes Projetos envolvem profissionais das diferentes áreas do conhecimento, em uma atividade de construção coletiva. No entanto, nos limitaremos aqui a apresentar parte dos resultados decorrentes do trabalho em Ciências Sociais, desenvolvido nestes Projetos.
- (11) Bachelard (1988); Morin (1994); Santos (1996) e Paiva (1997).
- (12) Expressão regional.
- (13) Segundo uma lenda antiga, também difundida na região, a pedra trazida pelo raio, possui poderes especiais sendo, por isso, utilizada como um talismã.
- (14) Damos destaque: "Educação e Imaginário Social: revendo a escola", *Em Aberto*, nº 61, jan/mar 1994.
- (15) A promulgação da Constituição Brasileira, de 1988, gerou um processo de novas demarcações de terras indígenas. Após a demarcação efetivada em 1993, os Tapirapé se distribuíram em duas aldeias.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- ALBUQUERQUE, Judite & OLIVEIRA, Maynara, "Da experiência do saber ao saber da experiência: uma abordagem do Projeto Inajá", *Interdisciplinaridade - o pensado, o vivido*, Seminário Educação/92, Cuiabá, Mato Grosso: Universidade Federal de Mato Grosso, 1993: 136-174
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*, S. Paulo: Martins Fontes, 1988
- CAMARGO, Dulce M.P. *Mundos Entrecruzados: formação de professores leigos*, Campinas, S. Paulo: Editora Alínea, 1997
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, Brasília, Governo Federal, 1988

- EDUCAÇÃO E IMAGINÁRIO SOCIAL: revendo a escola, *Em Aberto*, Brasília, INEP, nº 61, jan/mar 1994
- FERNANDES, Joana. *Índio - Esse nosso Desconhecido*, Cuiabá, Mato Grosso: Universidade Federal de Mato Grosso, Editora Universitária, 1993
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*, S. Paulo: Cia. das Letras, 1987
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, Brasília, Ministério de Educação e Cultura, 1996
- MAHER, Terezinha J.M. *Ser Professor sendo Índio: questões de língua(gem) e identidade*, Tese de Doutorado, Campinas, S. Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1996
- MORIN, Edgar, *Ciência com Consciência Social*, Portugal: Publicações Europa-América, 1994
- ORLANDI, Eni (org.). *Política Lingüística na América Latina*, Campinas, S. Paulo: Pontes, 1988a
- ORLANDI, Eni. *Discurso e Leitura*, S. Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988b
- PAIVA, Rita, *Uma Inserção no Universo Bachelardiano: o alargamento da imaginação e a obsolescência do objetivismo na ciência contemporânea e na sociologia*, Tese de Doutorado, S. Paulo: Universidade de São Paulo, 1997
- PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS - *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena* Brasília, Ministério de Educação e Cultura, 1994
- PROJETO INAJÁ - Formação e Habilitação de Professores Leigos para o Magistério, Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, Relatório Final, 1990
- PROJETO TUCUM - Programa de Formação de Professores Indígenas para o Magistério, Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, Coordenadoria de Assuntos Indígenas, 1995

PROJETO TUCUM , Relatório - Etapa Intermediária, Chapada dos Guimaraes, Lingüista Gilvan Müller de Oliveira (Anexo 03), maio de 1996.

PROJETO TUCUM: Proposta para o encaminhamento das disciplinas de 'Língua Indígena'. Gilvan M. de Oliveira, Consultor/Lingüística, 1997

RAMOS, Alcida R. *Sociedades Indígenas*, S. Paulo, Editora Ática, 1994

SANTOS, Boaventura S. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Rio de Janeiro: Graal, 1989

UMA ABORDAGEM PRELIMINAR DOS CURRÍCULOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Profª Maria Salete Z. TRUJILLO*

INTRODUÇÃO

A PUC-Campinas, ao sediar e planejar o II Encontro Estadual de Coordenadores de Cursos de Ciências Sociais, estabeleceu, como um dos itens da pauta do Encontro, "Análise dos Currículos de Ciências Sociais". Para subsidiar essa discussão fui incumbida, enquanto membro do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Campinas, de realizar um estudo comparativo dos currículos enviados pelas Instituições participantes. Este estudo é resultado de uma abordagem preliminar, tendo em vista a documentação recebida, que compreendia, para a maioria dos cursos, apenas a grade curricular. Não existia um Projeto Pedagógico ou um currículo em que as várias atividades desenvolvidas, a concepção filosófica, o perfil do profissional a ser formado, assim como aspectos de integração, a interdisciplinaridade, relação teoria/prática e ensino/pesquisa tivessem sido contemplados. Portanto, esta análise se baseia sobretudo nas grades, procurando inferir alguns aspectos decorrentes. A relação da documentação recebida consta do anexo 1.

O não envio do Projeto Pedagógico por parte das Instituições participantes não significa necessariamente que ele não exista.

(*) Profª Titular de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Campinas.

Mas, se as nossas Instituições não o têm, creio que deveríamos colocar no papel os resultados de nossas experiências e reflexões que ocorrem no cotidiano, não só para atender às exigências da Portaria (641/MEC/97), mas até para facilitar o processo de socialização de nossos Projetos. Esse é um aspecto que tenho constatado na minha experiência universitária. Na PUC-Campinas, estamos sempre fazendo avaliações, discussões. Porém não de forma sistemática e com desdobramentos. As nossas reflexões acabam, com freqüência, sendo arquivadas nas Atas das reuniões departamentais ou de curso. A própria dinâmica da substituição da coordenação de curso não permite, muitas vezes, uma continuidade de trabalho, além da rotatividade dos professores, exigindo uma socialização do Projeto, principalmente nas Instituições particulares. A moderna concepção de ensino-aprendizagem, enquanto um processo de construção de conhecimento, está a exigir dos professores e colegiados a sistematização dessas experiências. Essa falha também tem sido constatada pela comissão de especialistas do MEC ao fazer suas considerações sobre os cursos de Ciências Sociais, quando afirmam que “os professores-pesquisadores não se dedicam a nenhuma reflexão sistemática sobre o ensino de graduação, seja o do bacharelado ou o da licenciatura.

Para fazer a análise procurei tomar como referencial o Roteiro elaborado pela Comissão de Especialistas do MEC-SESU “**Padrões de Qualidade para Avaliação dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais**” (versão Portarias no. 640 e 641/97) e a Portaria 181/96 que regulamenta os procedimentos de autorização para funcionamento de cursos superiores de graduação. Há, nessa Portaria, a exigência da existência de um Projeto que contemple: a) concepção, finalidades e objetivos do curso; b) perfil profissional pretendido; c) currículo pleno com ementário das disciplinas e indicação de bibliografia básica. Ainda na análise da qualidade do curso pretendem verificar a adequação do projeto pedagógico às inovações tecnológicas, às mudanças sociais contemporâneas e à realidade local.”

A Comissão de Especialistas ao detalhar a avaliação do Projeto de cada curso de Ciências Sociais elencam os itens que o Projeto deve contemplar, como: clareza e objetividade das finalidades e objetivos do curso; clareza da descrição dos perfis profissionais pretendidos, entre outros aspectos. O MEC, por sua vez, avaliará em termos da coerência da estrutura curricular com o perfil de profissional desejado; a coerência curricular evidenciada pelo ementário das disciplinas e adequação e atualização das bibliografias.

A análise que realizei refere-se a 10 cursos de Ciências Sociais: 4 pertencem às Universidades Públicas (3 estaduais - Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Marília e uma federal, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Seis cursos de Instituições particulares: duas são Universidades confessionais: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Três cursos não estão inseridos em Universidades, como é o caso das Faculdades Integradas São Camilo, do Instituto Superior de Ciências Aplicadas de Limeira (ISCA) e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (E.S.P.S.P.).

No estudo comparativo procurei focar os seguintes aspectos: perfil dos cursos, período de funcionamento, estrutura dos cursos, perfil das grades com caracterização das disciplinas básicas quanto à denominação, número de disciplinas, carga horária e conteúdo. Entre os aspectos pedagógicos, procurei detectar a pesquisa e a interdisciplinaridade e, por último, a licenciatura.

1. PERFIL DOS CURSOS

Nem todas as grades forneciam dados sobre a titulação conferida. Nas que não tinham essa informação utilizei a presença de disciplinas pedagógicas para inferir que eram cursos de licenciatura e as que tinham iniciação à pesquisa, com TCC, inferi que são de bacharelado.

Dos 10 cursos analisados, sete possibilitam obter os títulos de Bacharel e/ou Licenciado, concomitantemente ou não. Em um único caso, na PUC-Campinas, com uma única grade curricular os alunos recebem simultaneamente os dois títulos: de Bacharel e de Licenciado. No caso do ISCA, a grade curricular contempla 3 anos comuns e, no quarto, há a separação, possibilitando a habilitação em Licenciatura em Ciências Sociais ou o Bacharelado em Ciências Sociais com ênfase em Planejamento Sócio-Econômico. Na UNIVAP, São Camilo e UNESP, existe um currículo comum para o bacharelado e para a licenciatura, sendo que para esta são acrescentadas as disciplinas pedagógicas, o que significa que todo licenciado é também bacharel em Ciências Sociais. Na São Camilo, apesar de apresentar uma grade curricular única, as disciplinas específicas de Licenciatura são opcionais e não estão concentradas em uma única série, como era o antigo sistema 3 + 1, mas as disciplinas pedagógicas estão distribuídas desde a 2ª série e funcionam aos sábados. Na USP, a grade apresentada é do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, que compreende 148 créditos. O aluno interessado na Licenciatura, após ter cursado 50% dos créditos necessários ao Bacharelado (74 créditos) pode matricular-se nas disciplinas específicas ministradas pela Faculdade de Educação. Quanto à UNICAMP, verifica-se a existência de 4 bacharelados em Ciências Sociais, com habilitações em Antropologia, em Sociologia, em Política e uma Geral e mais 4 licenciaturas com essas mesmas habilitações, sugerindo 8 grades curriculares. Temos, na verdade, 4 bacharelados e as Licenciaturas contando com seis disciplinas pedagógicas a mais que os bacharelados. Pode-se verificar assim, não existir um padrão na relação bacharelado/licenciatura. Em alguns casos, a grade é única, em outras a Licenciatura compreende o bacharelado mais as disciplinas pedagógicas e, em outras, a metade das disciplinas ou créditos do Bacharelado são suficientes para a Licenciatura, acrescentando as disciplinas pedagógicas.

Outras três Instituições analisadas apresentam só bacharelado: a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a PUC-SP e a UFSCAR (segundo pode constatar da documentação).

1.1. Período de Funcionamento

Dos 10 cursos, o único que oferece o curso de Ciências Sociais em dois períodos de funcionamento é o da PUC/SP no período matutino e no noturno. Os alunos do noturno deverão cursar em 9 semestres (1 semestre a mais que os do matutino) embora a grade e carga horária sejam as mesmas. Seria interessante conhecer melhor essa experiência da PUC-SP a respeito de sua clientela já que a demanda pelos cursos de Ciências Sociais tem diminuído. O único curso em que há referência que funciona em período integral é o da UNICAMP. O da PUC-Campinas, o do ISCA e o da São Camilo funcionam no período noturno. Para os demais não há referências.

2. ESTRUTURA DOS CURSOS

Ao se analisar a estrutura das grades curriculares, podemos visualizar dois modelos de tais grades: 1) as grades fechadas, em que todas as disciplinas são obrigatórias, e 2) as que, além de um núcleo de disciplinas obrigatórias, contam também com disciplinas optativas. Em alguns casos, me parece que a opção pelas disciplinas é do aluno, em outros não há indicação clara, o que permite imaginar que a opção talvez seja do Departamento.

Os cursos que apresentam as "grades fechadas" são cinco: São Camilo, ISCA, E.S.P.S.P., PUC-Campinas e a UNIVAP. Nesses casos, as disciplinas deverão ser cursadas por todos os alunos, dependendo somente da opção, Bacharelado ou Licenciatura. As disciplinas, em geral, são anuais. São, portanto, grades seriadas. No caso da PUC-Campinas, predominam as disciplinas anuais, com exceção de 4 disciplinas que são semestrais. (Dessas, 3 são as Antropologias Teológicas, que são ministradas em toda a Universidade, devido o fato de ser uma Universidade confessional). No anexo 2 apresenta-se um quadro com o número de disciplinas por série e/ou semestre. Percebe-se uma relação entre Instituições Particulares e

estrutura seriada e fechada de curso. Provavelmente o regime de contratação dos professores, em geral horistas, exige um planejamento antecipado para a contratação de seus docentes, não permitindo a existência de disciplinas optativas, já que para essas o seu oferecimento depende de fatores aleatórios.

Por sua vez, encontramos 5 cursos em que há uma flexibilização das grades. Entre estes temos o da UNESP em que o aluno terá que cursar 28 créditos de disciplinas optativas. Das 13 disciplinas que são oferecidas, tanto para os do Bacharelado como para os da Licenciatura, deverão cursar 7 ou menos disciplinas, dependendo dos créditos, uma vez que algumas disciplinas correspondem a 8 créditos e outras a 4. No anexo 3 apresentam-se as disciplinas optativas com os créditos correspondentes da UNESP. Na PUC-SP o aluno terá que cursar 6 disciplinas optativas, sendo duas para cada área das Ciências Sociais: Antropologia, Política e Sociologia. O quadro dessas disciplinas optativas é fechado (são oferecidas 16 disciplinas de Antropologia, 8 de Política e 9 de Sociologia). No anexo 4 apresenta-se a listagem dessas disciplinas optativas oferecidas. Por sua vez, a grade da USP é mais flexível ainda, pois o aluno terá que cursar 80 créditos (20 disciplinas) de disciplinas obrigatórias e 68 créditos (17 disciplinas) de disciplinas optativas, sendo que 52 créditos (13 disciplinas) devem ser escolhidas entre as disciplinas de Ciências Sociais, enquanto 16 créditos (4 disciplinas) podem ser cursadas em outros departamentos da Faculdade de F.C.L. ou mesmo em outras Unidades da USP. No anexo 5 apresenta-se a listagem das disciplinas optativas oferecidas pelos Departamentos. Na UNICAMP, a flexibilização apresenta-se ainda mais acentuada. Os alunos têm liberdade de montarem suas grades curriculares de acordo com sua opção dentre as modalidades/habilitações oferecidas, observando a carga horária e o total de créditos. A Unidade oferece apenas "sugestão" para o cumprimento do currículo pleno. Existe a possibilidade de 8 grades curriculares, ou seja, uma para cada habilitação oferecida. É o único caso em que na graduação já se verifica a especialização de uma das áreas das Ciências Sociais e uma habili-

tação geral, tanto para o Bacharelado, como para a Licenciatura. Os currículos plenos contam com um núcleo comum formado por 17 disciplinas obrigatórias (68 créditos). Depois, cada habilitação tem outro número de disciplinas obrigatórias, assim 5 disciplinas para a habilitação em Antropologia, 4 para Sociologia e 3 para Política. Os que pretendem fazer licenciatura terão que cursar mais 6 disciplinas pedagógicas. No anexo 6 apresenta-se quadro com o número de disciplinas do núcleo comum, as específicas, as eletivas e pedagógicas, por habilitação e, no anexo 7, a indicação das disciplinas específicas e eletivas. Quanto à grade da UFSCAR, embora se possa pensar que exista flexibilização, já que no material enviado aparece um item com as disciplinas obrigatórias, o que permite visualizar que devem ter também as optativas, documentação a esse respeito não foi enviada. Nos cursos em que há flexibilização das disciplinas, essas são semestrais, com exceção da UNESP, da qual não há indicação a respeito, mas que pela carga horária das disciplinas sugere serem anuais. Na USP, e na UNICAMP todas as disciplinas se equiparam em número de créditos e horas (4 créditos ou 60 horas/aula). Entre os cursos que contam com grades fechadas e disciplinas anuais há uma diversidade de situações quanto ao número de créditos e carga horária entre as várias disciplinas que compõem a grade curricular.

Os cursos que apresentam flexibilidade quanto ao tipo de disciplinas trabalham com o sistema de créditos. Entre esses, encontramos diferenças. Assim, a PUC/SP, embora use esse critério, apresenta uma grade fechada, diferenciada segundo o período, mas que não possibilita a opção individual. É a partir do 7º semestre que aparece a possibilidade de cursar disciplinas opcionais. Por sua vez, a grade da USP permite opções a partir do 5º semestre e no 6º, 7º e 8º semestres as disciplinas são todas opcionais. Na UNESP-Marília também só trabalham com o sistema de créditos.

Não há um consenso entre as grades estudadas a respeito da relação créditos e carga horária. Na PUC-Campinas, USP e UNICAMP, a relação créditos e carga horária é comum, ou seja, 4 créditos correspondem a 60 horas/aula. Mas, na São Camilo, 4

créditos correspondem a 120 horas. A PUC-SP e a UNESP-Marília trabalham com créditos, e não há nenhuma referência às horas correspondentes. Para uniformizar a análise e até para efeitos comparativos, as grades que não faziam referência à carga horária (PUC-SP e UNESP), utilizei como critério 1 crédito correspondendo a 15 horas/aula. Outras grades, como a do ISCA, E.S.P.S.P. e UNIVAP, só apresentam carga horária.

Ao analisar as grades curriculares, tomando como indicador a carga horária, o fiz a partir da minha experiência universitária que, embora faça relação entre créditos/carga horária, o referencial no cotidiano é a carga horária, que por sua vez está relacionada as 15 semanas semestrais (para os cursos diurnos e 16 semanas para o noturno). Portanto, as grades são elaboradas tomando este teto, mas que correspondem a 180 dias letivos. Como a nova L.D.B. contempla também, para o ensino superior, 200 dias letivos, isso significa que as grades deverão sofrer alterações, ou se deverá trabalhar apenas com o sistema de créditos, como já o fazem muitas Instituições, principalmente as públicas.

3. PERFIL DAS GRADES

Os cursos de Bacharelado têm seguido mais ou menos os cursos de Licenciatura em Ciências Sociais, já que a única regulamentação que existe é o Currículo Mínimo de Licenciatura em Ciências Sociais (parecer 293/62), subtraindo as disciplinas pedagógicas. O currículo dos cursos de Ciências Sociais, em geral, procuram dar uma formação básica nas três disciplinas que compõem essa área do conhecimento, a saber: em Sociologia, Antropologia e Ciência Política, que tem sido chamado de "núcleo duro" pela comissão de especialistas do MEC, acrescentando-se as demais disciplinas do Currículo mínimo do curso, ou seja: História Social, Política e Econômica Geral e do Brasil, Geografia Humana e Econômica, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Economia e Estatística.

Além das disciplinas citadas, são incluídas disciplinas de Filosofia, Psicologia, Planejamento e Língua Portuguesa. Os únicos cursos que não contam com disciplinas filosóficas no núcleo comum são os da USP e o da UNICAMP. Os cursos inseridos em Universidades confessionais apresentam as específicas como Antropologia e Valores cristãos na São Camilo, Pensamento Teológico na PUC/SP e Antropologia Teológica na PUC-Campinas.

Foi possível observar que alguns cursos já inseriram modernas tecnologias em suas grades, como é o caso das disciplinas computacionais, recursos que não podemos mais ignorar no processo de aprendizagem. É o caso da São Camilo (Informática em Saúde) e do ISCA (Introdução à Informática).

Nenhum dos currículos de Bacharelado em Ciências Sociais analisados contempla o estágio profissional. O estágio somente consta nos cursos de Licenciatura. Entretanto, no detalhamento dos padrões de qualidade quanto à Estrutura Curricular, sugerido pela Comissão de Especialistas, as Instituições de Ensino Superior deverão apresentar informações tanto sobre o estágio didático-pedagógico como do profissional. A programação de eventos e atividades de contato com o mundo profissional e com a região ou comunidade local também devem ser contemplados. Decorre disso a avaliação em termos da eficácia e qualidade da supervisão dos estágios, assim como da relevância e adequação da programação extra-curricular.

Em alguns cursos, as três disciplinas básicas têm igual peso na formação do Cientista Social, como é o caso da PUC-Campinas, PUC-SP, USP, UNESP e UNICAMP (para o núcleo comum). Pode-se concluir que a prioridade é dar uma formação básica nas três áreas das Ciências Sociais. Na UNESP - Marília, verifica-se que equiparam às três básicas, Economia, tanto em número de disciplinas, como quanto em conteúdo ministrado, já que as quatro disciplinas têm como conteúdo: 1) Introdução à ... (Sociologia, Política, Antropologia ou Economia); 2) Fundamentos de teoria ... (Sociológica, Antropológica, Política, Econômica) e 3) Teoria ... (Sociológica, Antropológica,

Política ou Econômica), por exemplo. A única diferença é que a área da Economia compreende 16 créditos, enquanto as outras 3 disciplinas, 20 créditos cada área. Outros cursos enfatizam alguma área específica. Dessa forma, os cursos da São Camilo e da E.S.P.S.P. enfatizam a formação na área de Política, enquanto no ISCA e na UNIVAP a ênfase é colocada nas disciplinas sociológicas. Na UNIVAP, as questões urbanas parece que foram privilegiadas, já que ministram duas disciplinas de Planejamento urbano e também uma de Geografia da população e do transporte, além de uma Geopolítica. É possível observar que dois cursos apresentam um perfil voltado para a área de Planejamento. Dessa forma, a São Camilo tem um perfil voltado para o planejamento e assessoria na Área da Saúde, daí as diversas disciplinas voltadas para essa área como: Saúde coletiva, Epidemiologia, Pesquisa em Saúde, Saúde e Trabalho, Modelos de Assistência Médico-Sanitária, Informática em Saúde e Planejamento e Gerenciamento de Serviços de Saúde. Por sua vez, o ISCA habilita o bacharelado em Planejamento sócio-econômico e introduz disciplinas como: Modelos de Consultoria e Organização de Projetos, Planejamento social e regional, Elaboração e Análise de Projetos, Planejamento Urbano e Rural. No anexo 6 apresenta-se um quadro com as disciplinas que compõem as grades curriculares.

Ao se aglutinar a carga horária das três disciplinas básicas em relação ao total de horas/aula do curso constata-se que é o da USP (67,6%), seguido pela da E.S.P.S.P. (67,5%) que contam com os maiores percentuais de carga horária das 3 disciplinas, o que evidencia a ênfase dada a esse núcleo de formação. Nesses dois cursos, embora enfatizem o núcleo, no caso da USP, não há predominância de uma área sobre as demais, enquanto na E.S.P.S.P. a ênfase é maior na área da Ciência Política que compõe 40,8% da carga horária desse núcleo. É na E.S.P.S.P. que encontramos também a maior carga horária atribuída às 3 disciplinas (1.890 horas/aula). O curso cujo núcleo de disciplinas básicas apresenta o menor percentual é o da UNIVAP (34,3%). No quadro nº 1 apresenta-se a carga horária de cada disciplina do núcleo básico, comparado com a carga horária total, por curso.

Quadro 1. Comparação da carga horária das disciplinas básicas com a carga geral, do Bacharelado, por curso.

Cursos	Antropologia		Sociologia		Política		Subtotal		Total Geral Carga Horária
	Carga Horária	%	Carga Horária	%	Carga Horária	%	Carga Horária	%	
São Camilo	120	11,8	480	47,0	420	41,2	1.020	40,5	2.520
ISCA	288	28,6	504	50,0	216	21,4	1.008	35,0	2.880
E. S. P. S. P.	560	29,6	560	29,6	770	40,8	1.890	67,5	2.800
PUC-Campinas	420	33,3	420	33,3	420	33,3	1.260	43,7	2.880
PUC-SP	600	33,3	600	33,3	600	33,3	1.800	63,8	2.820
UNESP-Marília*	420	33,3	420	33,3	420	33,3	1.260	56,0	2.250
USP**	500	33,3	500	33,3	500	33,3	1.500	67,6	2.220
UNICAMP***	180	23,1	420	53,8	180	23,1	780	35,4	2.200
UNIVAP	192	25,0	384	50,0	192	25,0	768	34,3	2.240

* Acrescentei a carga horária das disciplinas optativas, partindo do pressuposto de que a opção seja igualitária.

** Tomei em consideração as obrigatórias e os 52 créditos optativos mas que têm que ser cumpridos em disciplinas de Ciências Sociais, e dividi igualmente, entre as 3 áreas.

*** Tomei para ilustrar a UNICAMP o Bacharelado em Ciências Sociais: Sociologia, levando em conta as disciplinas do núcleo comum e as específicas. Não foram computadas as eletivas, que implicam em opção do aluno.

O único curso de Ciências Sociais analisado que permite a especialização em uma das três áreas das Ciências Sociais em nível de graduação é o da UNICAMP: 8 habilitações são oferecidas, ou seja, 4 bacharelados e 4 licenciaturas, em Antropologia, em Sociologia, em Política e Geral. Estranha-se o fato de serem oferecidas 4 licenciaturas quando somente a disciplina Sociologia é contemplada no Ensino fundamental e médio. São as habilitações em Antropologia na UNICAMP que contam com o maior número de disciplinas/créditos e carga horária. Embora existam as habilitações, não se percebe que o perfil esteja direcionado a um campo de atuação específico.

Ao se computar o número de disciplinas dos cursos, verifica-se que, em alguns, esse número é muito grande, chegando a 43, sendo todas anuais. Outros também têm um número elevado, como a PUC/SP, que tem 49 disciplinas, com a diferença que essas são semestrais. Verifica-se que os cursos cujas disciplinas são anuais, apresentam maior número de disciplinas ministradas no semestre. Os cursos que apresentam uma estrutura de grade com disciplinas optativas estabelecem um teto de créditos a serem cumpridos. Assim, na USP, o teto máximo de créditos a ser cumprido é de 20 créditos (5 disciplinas) e o mínimo de 12 créditos (3 disciplinas), enquanto o teto na UNICAMP é de 28 créditos (7 disciplinas) por período letivo. Verifica-se, assim, que os cursos anuais que contam com todas as disciplinas obrigatórias têm maior número de disciplinas que os que contam com disciplinas optativas e semestrais. (Ver anexo 8)

A comissão de especialistas do MEC considera que o enorme número de disciplinas obrigatórias, mais as optativas, tornam os currículos muito pesados e acadêmicos, e o resultado é que "os alunos são forçados a aprender um número cada vez maior de conteúdos no mesmo tempo de curso previsto. Este padrão traz sérios problemas de fluxo dos alunos, quanto à promoção/retenção e mesmo evasão, assim como de qualidade do ensino e aprendizado. A carga excessiva de matérias obriga estudantes e professores a priorizar algumas e a se desembaraçar de outras. Reside aí uma das origens do teatro do ensino, onde professores fingem que seus alunos aprenderam e os alunos fingem que os professores ensinaram".

Dos cursos de Bacharelado, que contam com disciplinas anuais, o que tem menor número de disciplinas é o da UNIVAP (22

disciplinas), enquanto entre os semestrais, USP e UNICAMP se equiparam em número de disciplinas necessárias para compor o curso (37 disciplinas semestrais). Quanto às Licenciaturas, as que contam com o maior número de disciplinas (43 disciplinas) são o da São Camilo e o da UNICAMP (apesar de essas serem semestrais). O curso de Licenciatura com menor número de disciplinas é o da UNIVAP.

Verificam-se, também, diferenças quanto à carga horária das demais disciplinas que compõem o currículo pleno. No anexo 9, apresentam-se esses dados.

Ao se analisarem as cargas horárias totais, constata-se estar entre os cursos particulares a carga horária mais elevada. Tomamos como parâmetro as horas estipuladas para o currículo mínimo da licenciatura. Desse modo, é no curso da São Camilo que se encontra a maior carga horária, 37% acima do estabelecido, enquanto na USP e na UNICAMP eles contam com apenas 0,9% a mais de carga horária para os bacharelados. Não foram computadas na carga horária total as horas referentes à "Educação Física". No quadro nº 2 apresenta-se uma visão comparativa dos cursos em relação à carga horária estabelecida pelo currículo mínimo de Licenciatura.

Quadro 2. Carga Horária total e relação com o número de horas estabelecido pelo Currículo Mínimo (2.200)

Instituição	Carga Horária Total	Relação com o C. mínimo
F. I. São Camilo	3.030	+ 37,7%
ISCA-Limeira	2.880	+ 30,9%
PUC-Campinas	2.880	+ 30,9%
PUC-SP	2.820	+ 28,2%
E. S. P. S. P.	2.800	+ 27,3%
UNESP-Marília	2.250/2.850	+ 2,3%/+29,5%
UNIVAP	2.240/2.626	+ 1,8%/+19,4%
UNICAMP	2.220/2.520	+ 0,9%/+14,5%
USP	2.220	+ 0,9%

3.1. Caracterização das Disciplinas Básicas

Com relação às disciplinas básicas (Antropologia, Sociologia e Política) é possível identificar três situações quanto à indicação das mesmas na grade: 1) a situação mais freqüente é quando as disciplinas têm uma denominação genérica, seguida de numeração romana. Temos por exemplo Sociologia I, II, III e IV, etc, sendo que em alguns casos essa numeração vai até X, o mesmo acontecendo para Antropologia e Política. É o caso da São Camilo, E.S.P.S.P., PUC-Campinas, PUC-S.P. e UNIVAP. Na São Camilo, a disciplina Antropologia foge ao padrão já que especificam Antropologia Cultural I e II e não simplesmente Antropologia.

2) Uma segunda situação temos quando há uma mescla de indicação numérica e do conteúdo da disciplina. É o caso da USP que apresenta uma mescla de situações para as disciplinas obrigatórias. Algumas só têm a indicação numérica, e para outras já aparece a especificação. Assim, em Política II, entre parênteses aparece a especificação "Pensamento político moderno", e assim para todas as disciplinas de Política. Já em Antropologia, aparece só para algumas, como Antropologia III (Problemas de Antropologia Contemporânea) e Antropologia IV (Introdução à Etnologia Brasileira). Por sua vez, as disciplinas de Sociologia não têm nenhuma indicação. Isso sugere que a opção deve ter sido dos Departamentos.

3) A terceira situação é quando aparece na grade a especificidade da disciplina. É o caso do ISCA, UNICAMP e UFSCAR. Na UNICAMP, para as disciplinas do núcleo comum aparece a denominação específica, enquanto para as eletivas só há indicação do código, por exemplo, do tipo HH, HZ, LA, etc.. Quando aparece a indicação numérica, aparece ao lado também a indicação do conteúdo da disciplina.

Da documentação dos 10 cursos apenas 5 contavam com o ementário das disciplinas. Portanto, as tentativas de caracterizar o conteúdo irão basear-se na denominação ou nas ementas dos que as possuíam.

Verificam-se duas situações. Em alguns casos, a primeira disciplina é uma Introdução que procura abarcar o objeto da Ciência específica e seu surgimento, sendo que as demais procuram focar a disciplina a partir das correntes de pensamento, usando o aspecto cronológico, partindo dos clássicos e enfocando autores específicos. Assim, na PUC/SP, Antropologia I, por exemplo, trata da "Unidade/diversidade do homem e o surgimento da Antropologia no contexto das Ciências Humanas".

Uma outra situação é a que se parte de autores, como a UNICAMP, que começa com disciplinas como "Sociologia de Durkheim", "Sociologia de Marx" e "Sociologia de Weber", para a área da Sociologia, enquanto para a área da Antropologia começa com uma Introdução à Antropologia Social, começando, portanto, por um campo específico da Antropologia.

Quando os cursos trabalham com a indicação numérica, verifica-se que predomina o estudo das correntes ou paradigmas específicos. Portanto, uma abordagem teórica da ciência enquanto um todo e apenas um ou dois semestres sobre a produção do conhecimento no Brasil. Assim, na PUC/SP a 7ª disciplina de Sociologia (Sociologia VII) trata do "Pensamento sociológico brasileiro, ontem e hoje".

Verifica-se, em alguns casos, que os Departamentos têm linhas específicas e seguem orientações diversas na estruturação das disciplinas. Por sua vez, quando o curso apresenta uma estrutura fechada, percebe-se uma linha de organização no elenco e no conteúdo das disciplinas.

Quando a denominação não é numérica, verificam-se já algumas especificidades temáticas na indicação da disciplina. Na UFSCAR, para Sociologia, por exemplo, eles têm as seguintes disciplinas específicas: Introdução à Sociologia, Sociologia Clássica, Sociologia Contemporânea, Teoria das Classes Sociais, Sociologia

do Desenvolvimento e do Brasil e Estrutura e Dinâmica da Sociedade Contemporânea.

A comissão de especialistas do MEC, ao analisar os cursos de Ciências Sociais, considera que os currículos do bacharelado têm seguido um mesmo padrão ao longo de toda a sua história. Seguiu a lógica do geral para o particular e também a lógica cronológica, dos autores mais antigos para os mais recentes e afirmam que “conhece-se muito mais os pais fundadores do que os pensadores contemporâneos. Seguiu ainda uma lógica que dedicou muito pouca atenção aos autores nacionais, latino-americanos e do terceiro mundo, que até hoje continuam sendo grandes desconhecidos. Fazem ainda uma avaliação séria ao comentarem: “o mais grave é a acumulação de disciplinas, a desatualização da literatura e o viés teórico, centrado em autores/pensadores em detrimento da produção de conhecimentos sobre fenômenos sociais contemporâneos”.

Os cursos que contam com um grande número de disciplinas optativas passam a ter outra característica, ou seja, não trabalham autores, mas temas. Observa-se, no entanto, que na maioria são temas clássicos que as várias ciências têm trabalhado, como estudos de parentesco, religião, na área da Antropologia, ou campos específicos, como por exemplo, Sociologia do desenvolvimento, Sociologia do trabalho, para a área da Sociologia. O único curso que permite ter disciplinas mais atualizadas é o da UNICAMP, ao instituir disciplinas optativas como “Tópicos especiais em Antropologia, em Sociologia e Política”, cujo programa é definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas no conjunto”.

4. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

Entre os aspectos pedagógicos, tentarei enfocar a questão da pesquisa e da interdisciplinaridade.

4.1. A pesquisa nos cursos de Graduação

Os cursos de Bacharelado em Ciências Sociais permitem o exercício da profissão de sociólogo, já que é a única regulamentada por lei (lei no. 6.888 de 10 de Dezembro de 1980), o que não tem impedido os graduados em Ciências Sociais de exercerem profissões em vários campos devido a sua formação abrangente e versátil. É na pesquisa e na assessoria, além da docência em nível universitário que esse profissional tem encontrado o seu campo de atuação, mas que tem permitido também desempenhar outras ocupações. Mas é na pesquisa social que os egressos encontram a sua identidade.

Todas as grades curriculares analisadas contam com disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa, uma vez que essas fazem parte do currículo mínimo. De posse destes conhecimentos, os egressos da graduação estão aptos a ingressar na pós-graduação para se habilitarem enquanto pesquisadores. Essas disciplinas variam de 2 semestres a 3 anos (6 semestres) e procuram dar conta das diversas vertentes metodológicas das Ciências Sociais, com maior ênfase da área da Sociologia, daí que, em geral, estão departamentizadas no Departamento de Sociologia. Quando a grade é composta de disciplinas optativas, já se pode perceber metodologias específicas. Assim, na USP, o terceiro semestre de Métodos é direcionado para a Antropologia ou Política. Na UNICAMP, entre as disciplinas específicas obrigatórias, já aparece para a Área da Antropologia a disciplina Pesquisa Antropológica.

As Universidades têm privilegiado o estudo dos métodos qualitativos. Na PUC-Campinas, por exemplo, sempre houve muita resistência às pesquisas de mercado. A comissão de especialistas do MEC, justamente, considera que os currículos são fracos em metodologia e não estão suficientemente desenvolvidos para formar o pesquisador social aplicado, do assessor e consultor para políticas e programas sociais. Consideram "muito relevante para o país hoje disseminar, por exemplo, competência em técnicas de pesquisa empírica (amostrais e censitárias, de padrões de vida, consumo,

opinião, mercado e eleitorais), reforçando a insuficiente capacidade da sociedade brasileira de lidar com estatísticas, de produzir e disseminar informações atualizadas e confiáveis sobre a realidade social contemporânea". Entre os currículos analisados pude constatar que em dois deles tanto os métodos qualitativos como os quantitativos são contemplados. Assim, na UFSCAR apresentam na sua grade "Pesquisa quantitativa em Ciências Sociais" e "Pesquisa qualitativa em Ciências Sociais", enquanto na UNESP aparece a disciplina "Técnicas de Pesquisa Qualitativas e Quantitativas".

Além da instrumentação teórica, os cursos de Ciências Sociais têm introduzido a iniciação à pesquisa por parte dos alunos, através da disciplina T.C.C. (Trabalho de Conclusão de Curso). Dos 10 cursos analisados, em 7 aparece essa experiência. Na UNESP, no curso de Bacharelado, a monografia é opcional, já que os alunos deverão cursar 28 créditos optativos e/ou Monografia. Através dos T.C.C., os alunos são introduzidos em pesquisas nas áreas da Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Na PUC/SP, apesar da disciplina T.C.C. estar no sétimo semestre no curso matutino e no oitavo no noturno, a partir do 5º semestre para o matutino e do 6º período para o noturno, o aluno começa a elaborar o trabalho de conclusão de curso sob orientação de um professor e supervisão do coordenador de curso. Na PUC-Campinas, o T.C.C. é introduzido a partir da 2ª- série e se desenvolve por três anos consecutivos, quando as diversas etapas de uma pesquisa, desde a elaboração do projeto, deverão acontecer como resultado de um processo de aprendizagem e concretização prática do mesmo, pelas diversas séries, sob orientação de um professor da Área. O aluno pode optar por uma abordagem de uma das áreas das Ciências Sociais. Na Escola de Sociologia e Política, essa disciplina aparece com a denominação de "Seminário de Pesquisa" que visa à orientação para a execução de um trabalho acadêmico, visando preparar o aluno, tanto para futuras seleções em programas de pós-graduação, quanto para demandas do mercado de

trabalho do sociólogo. Embora não conste da grade da UNICAMP nenhuma disciplina obrigatória para a realização do T.C.C., entre as disciplinas optativas aparece "Monografia em Ciências Sociais". A comissão de especialistas informa que "alguns cursos utilizaram de forma criativa o sistema de orientação acadêmica implantado com o Programa de Iniciação Científica do CNPq e PET da CAPES, mas como não se integrou a tutoria e iniciação científica ao currículo, produziu-se um gap entre ensino e pesquisa na graduação". Não tive meios para checar quais dos cursos estudados estavam desenvolvendo esses programas de iniciação científica.

4.2. A Intedisciplinaridade nos Cursos de Graduação

A história das Ciências Sociais aponta para uma especialização desses campos, que tem levado a preocupações teóricas, epistemológicas e metodológicas diferenciadas. Entretanto, nas últimas décadas, cada vez mais os pontos de intercessão são mais freqüentes. Mas continuamos a ministrar as disciplinas isoladamente, departamentizadas em muitas Instituições em Departamentos distintos, onde impera o corporativismo.

A única grade que permitiu visualizar a preocupação com a interdisciplinaridade é a da PUC-SP, em que aparecem duas disciplinas com a denominação "Espaço Interdisciplinar". Não há, porém, muitas informações a respeito de como funcionam esses "Espaços". A única indicação é que os conteúdos programáticos variam de ano, para ano de acordo com o departamento responsável. O que parece indicar que também não é um espaço interdepartamental.

5. A LICENCIATURA

O desinteresse pelas Licenciaturas não é uma característica própria das Ciências Sociais, mas é um problema mais abrangente

e que tem atingido todas as Licenciaturas, sobretudo provocado pela desvalorização da categoria profissional.

Dos dez cursos analisados, sete possibilitam a formação de Professores para o ensino fundamental e médio. Os licenciados em Ciências Sociais estão habilitados ao ensino da Sociologia e ainda podem ministrar as disciplinas de Geografia e História, observando a portaria 399/89 que exige estágio supervisionado nessas matérias específicas.

Para a obtenção da Licenciatura existe a necessidade de se cumprir as disciplinas pedagógicas e realizar o estágio supervisionado. O número dessas disciplinas varia nas diversas Instituições. Embora o currículo mínimo contemple 4 disciplinas pedagógicas, em alguns cursos essas disciplinas chegam até 6. Em três casos são 6 as disciplinas a serem cursadas. Assim, na São Camilo, além de Psicologia da Educação, Didática, Prática de Ensino e Estágio Supervisionado e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1o e 2o Graus, contam também com "Instrumentação para o ensino das Ciências Sociais", o ISCA tem Sociologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Tecnologia de Ensino. A carga horária também difere. O que possui maior carga horária é o da São Camilo com 510 horas e a menor é a da PUC-Campinas, com 300 horas.

Em um único caso a grade é única e possibilita receber os dois títulos (Bacharel e Licenciado). É o caso do curso da PUC-Campinas. No ISCA, os alunos cursam 3 anos comuns e no 4o há separação que permite a habilitação em Licenciatura ou Bacharelado. Na UNIVAP e na UNESP acrescentam-se ao Bacharelado as disciplinas pedagógicas. Na USP, não há necessidade de cumprir todos os créditos do Bacharelado, apenas 50% e as disciplinas pedagógicas são cumpridas na Faculdade de Educação. A única licenciatura que possibilita especialização por área em nível de graduação é o da UNICAMP. Os que almejam fazer a Licenciatura na UNICAMP têm que cumprir todas as disciplinas do núcleo comum, todas as específicas, só o número de créditos das disciplinas eletivas a serem cursadas é menor, mais as pedagógicas. (Ver anexo 6).

Vários estudos têm mostrado que a polarização entre as disciplinas de conteúdo específico e as pedagógicas, alocadas em

Unidades diferentes e/ou departamentos tem provocado uma falta de relacionamento e integração na formação do professor. As habilitações que deslocam a formação pedagógica para outra Unidade acabam dando um caráter anexo à formação pedagógica.

A comissão de especialistas do MEC informa que “está em andamento uma iniciativa de fomentar a licenciatura através de um currículo muito mais curto, que está sendo no momento discutido e negociado com as Faculdades de Educação”. Em nenhum momento percebe-se a preocupação de conceber a formação do professor como algo integrado, em que as disciplinas de conteúdo específico, assim como as pedagógicas, e as demais de formação geral sejam responsáveis pela formação desse profissional. Como já disse Gatti¹ “o Licenciado é um pingente pendurado em duas canoas, com identidade problemática: especialista em área específica ou professor?”

Verifica-se, ainda, no documento dos especialistas que eles estão vendo a perspectiva da reintrodução da Sociologia no currículo do ensino médio. O artigo 36 da L.D.B., ao considerar que o educando deve demonstrar “domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”, não garante a reintrodução dessas disciplinas no currículo do ensino fundamental e médio. Cremos ser chegada a hora de as Universidades se mobilizarem no sentido de garantir que essa formação seja dada por profissionais específicos.

A resolução nº 2 de 26 de Junho de 1997, ao regulamentar os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental e médio, apresenta alguns parâmetros, que provavelmente deverão ser seguidos pelos cursos de Licenciatura, ao visar e incentivar a integração de conhecimentos e habilidades necessárias à formação de professores, integração essa articulada nos núcleos: a) contextual, visando à compreensão do contexto imediato geral na qual a instituição está inserida; b) estrutural, integração entre as disciplinas, bem como a adequação ao processo ensino-aprendizagem; c) integrador, centrado nos problemas concretos enfrentados pelos alunos.

Essas são algumas considerações que pude fazer a partir da documentação que recebi. Trata-se, pois, de uma primeira aborda-

gem e tentativa de conhecer a realidade vivenciada. A expectativa de novos parâmetros curriculares a serem elaborados pelo Conselho Nacional de Educação provavelmente exigirão novas reflexões.

NOTAS

- (1) GATTI, Bernadete A., A Formação dos Docentes: o confronto necessário professor x academia, In **Educação Brasileira**. Brasília: CRUB, nº 28, 1992.

Anexo 1 - Documentação recebida

1. Faculdades Integradas São Camilo - SP

- Grade curricular, por série, com as disciplinas, créditos e carga horária.

2. Instituto Superior de Ciências Aplicadas - Limeira (ISCA)

- Grade Curricular, por série, com carga horária.

3. Escola de Sociologia e Política de São Paulo (E.S.P.S.P.)

- Grade curricular, por série, com as disciplinas e carga horária.
- Ementário das disciplinas, por série

4. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP)

- Grade curricular do matutino e do noturno, por série, com os créditos correspondentes (não tem carga horária)
- Ementas das disciplinas ,por Departamento e das disciplinas complementares.
- Objetivos do curso.

5. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

- Grade Curricular, por série, com a carga horária, por disciplina.
- Ementário das disciplinas por série, com os objetivos de cada disciplina e da série
- Estratégias pedagógicas do Curso de Ciências Sociais

6. Universidade de São Paulo (USP)

- Grade horária, por semestre, até o 5º, com os créditos e carga horária.
- Elenco de disciplinas optativas, do 5º e 7º semestres e 6º e 8º, por Departamento, com créditos e carga horária.
- Instruções básicas sobre carga horária, disciplinas optativas, etc.

7. Universidade de Campinas (UNICAMP)

- Indicação das disciplinas que fazem parte do currículo pleno, das específicas e do tipo de onde as disciplinas eletivas podem ser escolhidas, com a indicação dos créditos. Há uma sugestão para o cumprimento do currículo pleno.
- Indicação, por habilitação, das disciplinas e dos créditos a serem cumpridos.
- Perfil do profissional de Ciências Sociais
- Ementário das disciplinas

8. Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)

- Elenco das disciplinas do currículo pleno, com carga horária (não há seriação).

9. Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

- Elenco das disciplinas obrigatórias do curso, agrupadas por área.

10. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP- Marília)

- Resolução da Reitoria que Estabelece a estrutura curricular dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências do Campus de Marília.
- Elenco das matérias e disciplinas de Formação Geral Básica e seus respectivos créditos.
- Elenco das matérias e disciplinas que compõem a formação específica da Licenciatura e respectivos créditos.
- Elenco das disciplinas optativas e respectivos créditos.

Anexo 2: Número de Disciplinas por série, anuais e semestrais, por Instituição

Instituições	Número de Disciplinas por Série														Total				
	1ª Série		2ª Série		3ª Série		4ª Série		5ª Série		6ª Série		7ª Série			8ª Série		9ª Série	
	A.	1º s	2º s	A.	3º s	4º s	A.	5º s	6º s	A.	7º s	8º s	A.	9º s		A.	10º s	A.	11º s
F. I. São Camilo	9			9/11			9/10				10/13								37/43
I. S. C. A. Limeira	8			9			10				9/8**								35/36**
Escola S. P. São Paulo	7			7			8				6								28
PUC-Campinas	7	1	1	9			8				7	1	1						36
PUC-SP		5/5	5/5		6/5	7/5		7/5	6/6			7/6	6/6		/6				49/49 ²
USP		4	3		5	5		3 ³	3 ³			3	3						20/17=37 ⁴
UNICAMP		5	4		3	5		5	5			5	5						375
UNESP-Marília ⁶																			27/33**
UNIVAP ⁶																			22/27
Un. F. São Carlos ⁶																			35

*Bacharelado

**Licenciatura

1 Curso Matutino

2 Curso Noturno

3 A partir do 5º semestre

4 Das 17 disciplinas (68 créditos)

5 Retire-se a sugestão de grade oferecida pela Unidade para o cumprimento do Currículo pleno do Bel. em Ciências Sociais: Sociologia

6 Não apresentaram modelo de seriação ou dos semestres.

Anexo 3: Disciplinas optativas para o curso de Ciências Sociais (UNESP - Marília)

Disciplina	Créditos
Sociologia Rural	4
Sociologia Urbana	4
Sociologia Industrial e do Trabalho	8
Sociologia da Educação	4
Economia Brasileira	8
Política do Estado Moderno	8
História das Idéias Políticas	8
História das Idéias Políticas e Sociais do Brasil	4
Etnologia Brasileira	4
Antropologia Contemporânea	4
Antropologia Econômica	4
Antropologia da Religião	4
Relações Raciais do Brasil	4

Anexo 4

Disciplinas Optativas oferecidas pela PUC-SP

1. Da Área de Antropologia:

- 1) Etnografia Indígena
- 2) Cultura Brasileira
- 3) Religião e Sociedade Contemporânea
- 4) Cultura e Psiquismo
- 5) Estado, Etnias e Identidade
- 6) Antropologia e Expressões Estéticas
- 7) Exotismo e Alteridade
- 8) Teoria Crítica e Modernidade
- 9) Cotidiano, Mentalidade e Historicidade
- 10) Antropologia dos Gêneros
- 11) Antropologia e Literatura
- 12) Antropologia da Saúde
- 13) Sociobiologia
- 14) Cultura popular, Cultura de Massa
- 15) Antropologia Política
- 16) História do Pensamento Antropológico Brasileiro

2. Da Área da Sociologia:

- 1) As Lutas Sociais no Brasil
- 2) Dinâmica Populacional e Trabalho no Brasil
- 3) A Cidade e sua Gestão no Contexto da Sociedade Brasileira.
- 4) Questões Agrária e do Meio Ambiente
- 5) Arte e Sociedade no Brasil
- 6) Planejamento Social no Brasil
- 7) Cultura, Comunicação de Massa e Educação no Brasil
- 8) Políticas Sociais e Instituições no Brasil
- 9) Sociologia Industrial e do Trabalho

3. Da Área de Política:

- 1) Política Internacional e Conflitos de Classes no Século XX
- 2) Arte, Comunicação e Política
- 3) Política Brasileira: do Golpe Militar aos Impasses
- 4) Política Geral do Brasil: Império
- 5) Temas Atuais de Política Contemporânea
- 6) Governamentalização do Estado e Políticas Públicas
- 7) Poder local e Democracia
- 8) Processos de Burocratização das Instituições e Movimentos Políticos.

Anexo 5

Disciplinas Optativas oferecidas pelos Departamentos de Ciências Sociais da USP

1. Departamento de Antropologia

- 1) Seminários de Antropologia I e II
- 2) Religião, Símbolo e Poder
- 3) Antropologia Visual
- 4) Introdução ao Estudo do Parentesco
- 5) Antropologia da Saúde e da Doença
- 6) Movimentos sociais rurais
- 7) Mitologia e Simbolismo
- 8) Arqueologia: Reflexão e Discurso
- 9) Introdução à Etnologia da África Sub-Saara

2. Departamento de Ciência Política

- 1) Instituições Políticas e Brasileiras II
- 2) Temas de Análises de Políticas Governamentais

- 3) Política comparada
- 4) Análises de Sistemas Internacionais
- 5) Seminários de Leitura e Pesquisa Dirigido em Ciência Política
- 6) Sistemas Partidários e Sistemas Eleitorais
- 7) Grandes Correntes e Tendências Políticas do Mundo Contemporâneo
- 8) Teoria Política Clássica

3. Departamento de Sociologia

- 1) Ecologia Humana e Sociologia Urbana
- 2) Formação do Pensamento Brasileiro
- 3) Métodos Qualitativos em Sociologia
- 4) Trabalho e Sindicalismo
- 5) Sociologia da Educação
- 6) Sociologia da Vida Cotidiana
- 7) Sociologia da Violência: Teoria e Pesquisa
- 8) Sociologia das Relações Internacionais: Relações Interafricanas e Políticas Externa Africana
- 9) Indivíduo, Razão e Liberdade
- 10) Introdução à Sociologia da Religião
- 11) Modo de vida: A Experiência e a Elaboração da Experiência
- 12) A Construção Social da Identidade
- 13) Introdução à Sociologia do Trabalho
- 14) Sociologia da Arte: Pintura e Cinema
- 15) Formação do Pensamento Sociológico
- 16) Sociologia da Comunicação de Massa
- 17) Metodologia das Ciências Sociais
- 18) Razão e Sociedade
- 19) Temas Clássicos da Sociologia

- 20) Pensamento Sociológico Contemporâneo
- 21) Estrutura de Classes e Estratificação Social
- 22) Sociologia da Tecnologia: Dinâmica do Desenvolvimento Tecnológico
- 23) Sociologia da Tecnologia IV: Riscos Tecnológicos
- 24) Religiões Populares no Brasil: Introdução Sociológica
- 25) Sociedade e Cidadania no Pensamento Brasileiro
- 26) Sociologia do Consumo: Processos de Massificação e Desmassificação
- 27) Sociologia dos Movimentos Camponeses
- 28) A Sociologia de Henri Léfèbvre
- 29) Etnicidade, Cultura e Imigração
- 30) Sociologia e o Processo do Moderno
- 31) Religiões Negras no Brasil: Indivíduo, Sociedade e Política
- 32) Sociologia das Relações Raciais no Brasil

Anexo 6: Número de Disciplinas e de Créditos, segundo as habilitações de Ciências Sociais - UNICAMP

Habilitações	Núcleo Comum		Discip. específicas		Discip. eletivas		Pedagógicas		Total		
	Nº Discip.	Créditos	Nº Discip.	Créditos	Nº Discip.	Créditos	Nº Discip.	Créditos	Nº Discip.	Créditos	Carga Horária
Bel. em C. S.: Antropologia	17	68	5	20	19	76	-	-	41	164	2.460
Bel. em C. S.: Sociologia	17	68	4	16	16	64	-	-	37	148	2.220
Bel. em C. S.: Política	17	68	3	12	17	68	-	-	37	148	2.220
Bel. em C. S.: Geral	17	68	-	-	20	80	-	-	37	148	2.220
Lic. em C. S.: Antropologia	17	68	5	20	15	60	6	24	43	172	2.580
Lic. em C. S.: Sociologia	17	68	4	16	15	60	6	24	42	168	2.520
Lic. em C. S.: Política	17	68	3	12	13	52	6	24	39	156	2.340
Lic. em C. S.: Geral	17	68	-	-	16	64	6	24	39	156	2.340

Anexo 7
Disciplinas Específicas e Eletivas por Área
segundo as habilitações, UNICAMP

1. Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais: Antropologia

a) Específicas

- 1) Pesquisa Antropológica
- 2) Antropologia no Brasil
- 3) Mito e Ritual
- 4) Antropologia e Estudos de Parentesco
- 5) Antropologia e Teoria Social Contemporânea

b) Eletivas:

- 1) Antropologia Econômica
- 2) Antropologia e Meio Ambiente
- 3) Antropologia e os Estudos de Gênero
- 4) Cidades: Espaços e Territórios
- 5) Cultura e Poder
- 6) Identidades
- 7) Mídia, Cultura e História
- 8) Etnologia das Populações Rurais
- 9) Etnologia Sul Americana
- 10) Introdução à Etnologia
- 11) Itin. Intelectuais e Etnog. do Saber
- 12) Nação e Globalização
- 13) Etnicidade e Racismo
- 14) Antropologia e Demografia
- 15) Antropologia e os Grupos de idade
- 16) Antropologia das Organizações

17) Soc. Indígenas no Brasil Contemporâneo

18) Estudos de Família

19) Antropologia Política

2. Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais: Sociologia

a) Específicas

1) Formação da Sociedade Brasileira

2) Estrutura e Estratificação Social

3) Pensamento Social do Brasil

4) Sociologia Contemporânea I

b) Eletivas: não especificam (HZ-5-)

3. Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais: Política

a) Específicas

1) Teoria dos Partidos e Sistemas Partidários

2) Teoria do Estado II

3) Política VI: Pensamento Político Liberal

Anexo 9: Carga Horária das Disciplinas

Instituições	Antropologia	Sociologia	Política	Metodologias	T. C. C.	Economia	História	Geografia	Estatística	Filosofia	Pedagógicas	Outras	Total
F. I. São Camilo	120	480	420	120	120	180	240	60	120	120	510	540	3030
ISCA-Limeira	288/216	504/360	216/144	216	144/	216	288/360	288	72	144/216	504	504/216	2880
E.S.P.S.P.	560	560	770	140	140	140	140	-	70	70	-	210	2800
PUC-Campinas	420	420	420	240	240	180	180	180	60	60	300	180	2880
PUC-São Paulo	600	600	600	210	90	120	120	60	90	120	-	210	2820
UNESP-Marília	300	300	300	150	(60)	240	240	60	120	120	600	420	2250/2850
USP	240	240	240	180	-	120	60	60	60	-	-	1.020	2220
UNICAMP	180	180	180	60	-	120	120	60	60	-	320	-	2200/2520
UNIVAP	192	384	192	256	192	192	128	192	64	128	384	320	2240/2626
U. F. São Carlos													

* As 1.020 horas deverão ser cursadas entre as disciplinas optativas oferecidas (no mínimo 13 deverão ser dos próprios departamentos: compreendendo 780 horas e 4 disciplinas poderão ser de outros Departamentos da Universidade, compreendendo 240 horas). Se as opções forem iguais, teríamos para cada área das Ciências Sociais mais 260 horas, totalizando 500 horas/aula para cada disciplina.

** No documento objeto de análise só consta o elenco das disciplinas, sem a seriação e a carga horária.

*** Essa carga horária refere-se somente às disciplinas do núcleo comum obrigatórias.

RESENHAS

Profª Drª Doraci Alves Lopes

Departamento de Ciências Sociais - Instituto de Ciências Humanas - PUC-Campinas

Mundos entrecruzados: formação de professores leigos

A primeira idéia que me ocorreu ao receber o convite para escrever esta resenha é a de que seria muito difícil me aventurar a pensar o livro "*Mundos Entrecruzados*", apenas com a docência de Ciências Sociais no ensino superior. Pensei, ao mesmo tempo, que seria gratificante a tarefa de transmitir alguma reflexão até certo ponto 'estrangeira', de alguém que observa à distância e com entusiasmo a experiência do *Projeto Inajá* - *Curso de Formação e Habilitação de Professores Leigos em exercício do Magistério*, MT (1987-1990).

Em 1990, ao visitar Santa Terezinha do Araguaia, município sede do *Projeto*, tive a oportunidade de dimensionar a riqueza da troca de conhecimento que estava ocorrendo em modestas salas de aulas, literalmente à beira do rio, um cenário natural fantástico reunindo pessoas com modos de vida tão diferentes entre si, alunos e professores.

Esses professores leigos vieram da roça, da cidade, dos patrimônios (distritos de municípios) e da aldeia Tapirapé e agora, após o Inajá ..., possuem habilitação em nível de 2º grau. A grande maioria é constituída de posseiros que complementam o orçamento doméstico como professores. ... vivem isolados, precariamente servidos pelos meios de comunicação e de transporte e que, ao longo do curso, ao buscarem a recuperação de sua identidade,

começaram a perceber o valor de sua história, Enfim essa experiência singular, ainda hoje ausente da História da Educação Brasileira, precisava, urgentemente, ser relatada, sistematizada e refletida ... Essa é, portanto, a principal preocupação e objeto deste trabalho, cuja importância está diretamente relacionada ao despontar de novos projetos no Brasil em tempos e espaços diferentes.²

Entre muitas, a questão que mais me entusiasmou para escrever sobre o livro, foi a riqueza de abordagens e discussões possíveis de serem feitas a partir da análise da Prof^a Dr^a Dulce M. P. de Camargo. Me flagrei perguntando qual delas seria a mais importante para demonstrar a relevância de sua interpretação acadêmica. Relendo o livro, admito que esta é uma falsa questão.

Poderão se reconhecer neste complexo universo de vivências culturais e educacionais, desenvolvidas no Médio Araguaia, para mencionar apenas algumas delas, muitos perfis de leitores, principalmente aqueles comprometidos com diferentes graus de ensino e áreas de conhecimento.

As múltiplas possibilidades de análise sobre o *Projeto Inajá* se deve, evidentemente, há vários fatores conjugados ou oportunamente reunidos. Podemos perceber alguns, como a formação intelectual da autora, que trabalha com competência e sensibilidade áreas como a da Educação, História, Geografia, Sociologia, Metodologia da Pesquisa Social, Metodologia da Pesquisa em Educação, compondo uma visão multi e interdisciplinar em seu caminho intelectual. A própria bibliografia chama a atenção, com distintas contribuições teóricas, permeadas por uma direção metodológica voltada, especialmente, para a etnografia.

Ao citar Elsie Rockwell, traduz o trabalho conjunto com outros professores do *Projeto Inajá*, das áreas de História, Geografia e Sociologia.

Pelo seu posicionamento, a autora não se coloca nem entre os empiristas radicais e nem entre os racionalistas.

Sua posição é a de que é possível ter uma outra forma de conceber a relação teoria e pesquisa. ... Assim, a descrição do particular é a consequência da elaboração teórica e não somente da observação empírica. Portanto, a experiência de campo não deve ocorrer em um vazio teórico. ... Quanto ao Projeto, este visa sobretudo atingir a realidade escolar no contexto rural e indígena, a partir da observação e da experimentação. Nesta perspectiva, ... rompe com o ensino convencional ... Esta prática teve como estratégia principal o Laboratório Vivencial - ou seja, a vizinhança do observador que percebe essa realidade a partir de seus referenciais ... Apesar de ser o mais "interdisciplinar" dos laboratórios, necessita de uma metodologia que permita a sistematização do conhecimento. Assim, tal metodologia teve como fundamentação básica a abordagem etnográfica para o tratamento do conteúdo observado.³

Outra razão pode ser apontada para compreendermos as características de seu livro. A seriedade com que trata de explicar ao leitor os inúmeros e inusitados desafios teórico-metodológicos enfrentados na prática, dada à sua capacidade de trabalho coletivo, mergulhando em trocas contínuas de idéias com muitos dos educadores, igualmente responsáveis pelo *Projeto Inajá*. Em companhia dos mesmos atuou, seja como sujeito da construção teórica de um processo educacional único, seja como aprendiz dos *Professores Leigos*, ou *Cursistas*, plenos de conhecimentos da vida local.

O senso de compromisso na condução deste projeto educacional emerge constantemente da leitura, uma vez que vamos sendo introduzidos na importância da história regional através de temas como *terra e trabalho* ou descobrindo os conflitos e a diversidade cultural dos grupos sociais existentes, por meio dos conteúdos e sentidos que os *Cursistas do Projeto Inajá* vão dando a conceitos como *espaço, tempo e relações sociais*. Sistematizando o conhecimento empírico, até então política e socialmente dispersos, funda-

mentalmente chegam à uma visão mais crítica e complexa do mundo, reelaborando suas respectivas histórias de vida ao passarem à condição de *Professores*, não mais leigos.

É interessante acompanhar, em muitos momentos do livro, como as reflexões sobre estas práticas de ensino do grupo de professores do *Projeto Inajá* vão emergindo tanto do calor da hora das salas de aula no Araguaia, como dos trabalhos acadêmicos em Campinas.

Finalmente, como socióloga, preocupada com temas relacionados com movimentos sociais, habitação, modos de vida, história e cultura da classe trabalhadora no Brasil, destaco ainda outra contribuição da obra.

O *Projeto Inajá* emergiu de aspirações de um movimento social com características acentuadamente políticas, devido aos anos de ditadura, que foi se firmando como movimento social mais cultural, com transformações irreversíveis para o processo educacional das populações locais, porém, sem deixar de afetar, ou mesmo contrariar velhos interesses políticos e econômicos, típicos da região.

Inajá! Realmente não poderia haver nome mais significativo para um Projeto que resistiu a tantas adversidades desde os primeiros minutos em que foi gestado. Sintetiza a história de 20 anos de lutas na região. ...se originou de iniciativas educacionais isoladas, lideradas por um grupo de pessoas provenientes não só da região, como também, do sul e sudeste do país. ... Dentre os problemas principais, destacavam-se: a não distribuição equitativa das escolas do ponto de vista geográfico; a precária formação do professor; o elevado índice de analfabetismo; o grande número de crianças que permanecia fora da escola e a significativa evasão escolar.⁴

Nos dois primeiros capítulos que compõem a obra, a autora contextualiza histórica e geograficamente o *Projeto* e a região do Médio Araguaia, onde este se desenvolve. Nos três últimos, aborda o processo de construção da metodologia, problematizando espaços e

tempos diferentes, o que ao final, possibilita ao leitor a percepção do significado do título do livro: *Mundos Entrecruzados ...*

Em tempos de nova LDB, este livro é absolutamente atual, pois permite problematizações abertas para pensarmos diferentes caminhos ou novas vivências educacionais também nos grandes centros urbanos. Para mim, reafirma nosso objetivo primeiro, que é formar um aluno ético, um cidadão que deve se construir sujeito de conhecimento, numa perspectiva de capacitação permanente, continuada, para atuar no mundo em que vive. Deste modo, não perderemos de vista o compromisso coletivo maior para com o contínuo aperfeiçoamento democrático de nossa sociedade.

*As sementes do Inajá foram espalhadas ... o Médio Araguaia que, no início dessa experiência educacional, me parecia um "horizonte utópico", ao final dela, se transformou em "lugar epistemológico", conforme expressões de René Girard. Nele, pude em co-autoria, desenvolver uma prática pedagógica que resultou na construção de uma metodologia de trabalho fundamentada na etnografia, na História Nova e na Geografia Crítica. ... um caminho de reflexão a posteriori. Ele tem como base uma síntese de conhecimento que perpassa mais de 20 anos de leitura.*⁵

Reconhecer a diversidade e discutir o papel dos movimentos sociais na (re)construção do conhecimento que se opera no desenvolvimento do pensamento científico e vice-versa é um desafio ainda pouco perseguido pela academia. Nesta perspectiva, me senti muito contemplada pela leitura de *Mundos Entrecruzados*, uma vez que os movimentos sociais não podem ser interpretados apenas conjuntural ou pontualmente, seja no tempo ou no espaço social em que costumam deixar suas marcas e desdobramentos.

NOTAS

- (1) Palmeira da região do Médio Araguaia. Morre e volta a nascer, mesmo depois de queimadas. Reiste ao clima adverso, sem água, em tempo de seca.
- (2) Camargo. 1997: 13, 14
- (3) Camargo. 1997: 32, 33, 34
- (4) Camargo. 1997: 17, 18
- (5) Camargo. 1997: 167, 168

Raquel Pereira Rocha

4º ano Ciências Sociais/Bolsista PIBIC/CNPq/Laboratório de Etnologia

Filmes etnográficos sobre etnias indígenas brasileiras e o "olhar sobre gênero"

O Laboratório de Etnologia do ICH da Puc-Campinas tem promovido como parte de suas atividades a apresentação de filmes etnográficos sobre etnias indígenas brasileiras, com o objetivo de contribuir para a difusão de conhecimento a respeito da diversidade étnica indígena existente no Brasil.

Faz parte também do trabalho do Laboratório de Etnologia a construção de um tema de pesquisa que investiga a questão do gênero, tal como se dá nas obras etnográficas pertencentes a etnologia brasileira, sobretudo com relação às etnias pertencentes a família linguística Jê. Sendo assim, buscamos dentre as possibilidades de estudos que um filme documentário pode oferecer, observar de que forma foram tratadas as questões de gênero e como homens e mulheres das aldeias focalizadas foram apresentados.

Os filmes de documentários etnográficos podem ser, em grande parte, responsáveis pela difusão do conhecimento sobre etnias indígenas, sobretudo para uma camada maior da população que não tem acesso às produções e publicações acadêmicas sobre o assunto. No entanto, a veracidade que se espera de um filme que retrata o cotidiano de uma sociedade indígena é na verdade filtrado pelo "olhar" das pessoas que o dirigem. Esse "olhar" carrega o conhecimento prévio que possui da cultura retratada, cuja pesquisa revela-se importante para a realização de um filme desse tipo, como também, toda a referência cultural dos próprios idealizadores do documentário. Consideramos assim que o documentário não pode ser "puro" filme da realidade, fato que torna possível a análise dos tipos de enfoques e informações transmitidas por um filme etnográfico.

É importante, no entanto, ressaltar que os objetivos dos(as) idealizadores(as) e diretores(as) dos filmes analisados, não se direcionaram para a questão de gênero. Esta constituiu-se enquanto uma preocupação que tem por meta, o atendimento de nossos interesses de pesquisa.

Realizamos essa resenha com enfoque sobre o tema proposto sobre quatro filmes, a saber: **“Yākwa - O banquete dos espíritos”**, dirigido por Virgínia Valadão, de 1995, que trata do grupo Enawenê Nawê; **“Eu já fui seu irmão”**, dirigido por Vicent Carelli, de 1993/94, cujos grupos tratados foram: os Krahó e os Parkatêjê; **“A Festa da Moça”**, também dirigido por Vicent Carelli, de 1986, sobre os Nambiquara, (ambos fazem parte do programa, “Vídeo nas Aldeias”, coordenados pelo CTI); e **“Wai’a - O segredos dos Homens”**, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que retrata uma prática ritual Xavante. Procuramos fornecer aqui uma sinopse de cada filme com o acréscimo de comentários pertinentes ao objetivo proposto, levando em conta três elementos, utilizados na transmissão das informações, que consideramos básicos, ou seja: as imagens, a fala narrativa e a fala dos nativos.

Filme 1 - “Yākwa - O Banquete do Espíritos”

Direção: Virgínia Valadão/ano: 1995/dur. 30'00.

Sinopse: Esse filme busca registrar a realização do Yākwa, ritual realizado entre os Enawenê Nawê que dura aproximadamente 7 meses. Durante esse período é oferecido aos espíritos, comidas, danças e músicas. Os homens revezam-se no papel de anfitriões dos espíritos; cuidam do fogo e das oferendas. Os homens encarregados da pesca representam os espíritos; estes entregam aos anfitriões os primeiros peixes, e em troca recebem enfeites e bebidas.

Em 1994, quando o ritual foi registrado os Enawenê, dividiam-se em 9 grupos rituais, sendo que cada grupo relacionava-se

com um conjunto de espíritos e de instrumentos musicais. Os grupos cantam e dançam em sequência até que todos os grupos sejam recebidos no pátio.

Comentário: Esse filme procura mostrar qual a contribuição dos homens e das mulheres, no preparo e realização do ritual. Porém, os registros tendem a se dar separadamente, e quando é a vez das mulheres fica muito difícil a coleta das imagens pois elas se mostram arredias. Um exemplo disso aparece em um momento em que se tenta filmar as moças preparando cestos em meio a uma plantação. Uma delas diz: *“olha ele está filmando a gente”*, e então uma outra imediatamente bate na câmera com uma folha para afastá-la. Outro flagrante é quando tentam filmá-las no início de um dia, após uma noite de ritual; mas, quando elas saem da casa e percebem que estão sendo filmadas, entram correndo novamente para dentro da casa. São poucos os momentos em que elas aparecem no convívio da aldeia, plantando com os homens, banhando-se no rio com as crianças ou preparando bebida dentro de uma casa.

Em geral, nas cenas onde as mulheres aparecem, os homens não estão, e onde os homens são predominantes as mulheres estão fora de cena. Uma cena significativa nesse sentido é quando no período inicial do ritual, o filme mostra os homens pegando cuias cheias de bebida e não aparece quem as prepara. No final do filme é que aparecem as mulheres preparando a bebida dentro de casa.

Para quem busca conhecer essa etnia através desse filme, sobre a questão de gênero pode ter então a impressão de que as mulheres são sempre arredias e de difíceis sociabilização, e de que a participação efetiva no ritual é menos significativa que a dos homens.

Filme 2: “Eu já fui seu irmão”

Direção: Vicent Carelli/ano 1993-94/dur. 32'00

Coordenação: Centro de Trabalho Indigenista

Programa: “Vídeo nas Aldeias”

Sinopse: O Chefe Parkatêjê, Kokrenum, preocupado com a falta de interesse dos jovens de sua aldeia em dar continuidade às atividades

tradicionais, e, com o distanciamento do seu grupo da cultura ancestral, fato provocado pela proximidade com os “brancos”, que poderia segundo ele resultar na descaracterização de seu povo enquanto um grupo indígena, decide visitar os Krahó, a fim de reaprender danças e atividades ritualizadas, que tinha por “esquecidas” do seu povo.

Os dois grupos então se visitam e participam juntos das atividades da aldeia, envolvendo os jovens de ambos os grupos e o chefe Kokrenum dá depoimentos acerca das mudanças culturais que a “mistura” com o branco está provocando entre seu povo. Os dois chefes selam amizade e o compromisso de unirem-se a fim de preservarem a cultura de seus povos.

Comentário: O objetivo desse filme foi documentar o encontro entre os dois grupos e trazer a tona a discussão da problemática cultural provocada pelo contato dos povos indígenas com a sociedade envolvente.

No decorrer do filme são os homens que aparecem contando as histórias de seus rituais, explicando o desenvolvimento das atividades ou preocupados com o resgate cultural. As mulheres em geral, quando esse é o enfoque principal, ou seja, homens falando sobre questões culturais, aparecem ao fundo das cenas, ou em atividades que retratam a narrativa. Raramente participam ou protagonizam esse tipo de fala.

O “olhar” nesse caso volta-se sobretudo para a fala e as atitudes dos homens sem preocupação com as relações de gênero, ou com a participação específica de homens e mulheres durante os encontros dos grupos em questão.

Uma cena que pode ilustrar esse comentário: o chefe Parkatêjê explicava ao chefe Krahó, como deveria se desenvolver uma determinada atividade, durante a conversa eles foram interrompidos por uma voz feminina que provavelmente acrescentava instruções, porém, a autora da fala não apareceu, os dois olharam em direção a voz, ouviram-na, Kokrenum concordou com ela e continuou com as instruções.

Filme 3: “A Festa da Moça”

Direção: Vicent Carelli / ano: 1986 / dur. 18'00

Coordenação: Centro de Trabalho Indigenista

Programa: “Vídeo nas Aldeias”

Sinopse: A festa da moça é uma cerimônia Nambiquara que marca o fim da reclusão das meninas, quando ela é então considerada apta ao casamento. A reclusão tem início após a primeira menstruação, e dura alguns meses.

O filme pretende também mostrar como a realização desse ritual é importante na revitalização cultural dos Nambiquara pois por ocasião dessa festa as várias aldeias que compõe essa etnia tem a oportunidade de se reunir na aldeia, onde o ritual acontece. O ritual encerra-se com a apropriação simbólica da moça pelo grupo visitante e a reafirmação dos laços de solidariedade.

Comentário: Mulheres e homens aparecem como parte do processo ritual, porém o enfoque não se detém na questão das moças que se preparam para o casamento, e não se aprofunda nas relações de gênero que estão envolvidas nesse fenômeno, e também não se preocupa em detalhar a participação de cada sexo na preparação do ritual. O objetivo na verdade, é através do registro do ritual demonstrar como esse evento promove a revitalização da cultura Nambiquara.

Essa preocupação aparece no registro do momento em que os Nambiquara assistem as imagens do ritual realizado por eles e constatarem que estão usando roupas demais e poucas pinturas e resolvem refazer a cerimônia. Além disso, o “olhar” também se direciona para questões que dizem respeito a luta para a conquista da demarcação do território desse grupo, e o aumento da população verificado na década de 80.

O registro da cerimônia, com flagrantes de como é tratado o casamento, a puberdade e os próprios elementos rituais que simbolizam a apropriação da moça pelo grupo visitante; a maneira

como meninas e rapazes participam das danças; bem como a lenda que um velho nativo conta, sobre o fundamento da festa da moça, podem constituir-se em dados interessantes para estudos de gênero entre os Nambiquara.

Filme 4: “Wai’a - O Segredo dos Homens”

Direção e Coordenação: Centro de Trabalho Indigenista/ano: 1988/dur. 15'00

Sinopse: O Wai’a é um ritual de iniciação masculina, que envolve homens divididos ao menos em duas metades cerimoniais e cujos preparativos e espaços onde se realizam o ritual são considerados “segredos masculinos”. O filme registra todo o desenvolvimento do ritual, e procura explicitar como essa prática é importante para a incorporação dos ideais masculinos, como a belicosidade e a coragem e para a preservação da cultura Xavante.

Comentário: As imagens e a narrativa que mostram as atitudes das mulheres durante a realização desse ritual, fazem jus ao caráter misterioso do Wai’a. Diante da realização das danças e das demais atividades ritualísticas, a expressão buscada é sempre de perplexidade, admiração e medo. A própria narrativa reforça essa colocação ao mostrar um grupo de mulheres olhando a dança dos homens, conservando uma certa distância, enquanto diz que *“elas (mulheres) ficam em casa curiosas e assustadas”*.

Em alguns momentos quando cabe a interferência das mulheres no ritual, as imagens mostram atitudes agressivas ritualizadas contra a participação delas, como no momento em que as meninas, irmãs dos meninos em iniciação, tentam dar-lhes água, são repelidas por outros adultos (os “guardas”) com empurrões e tapas: *“As meninas, as nossas irmãs ficam com dó da gente quando elas levam água, e os guardas não deixa, os guardas também sofre. As irmãs tem que entregar a cabaça com água, se o guarda pega pisa no pé delas”*.

Outro momento de interferência é no final, quando as mães correm em socorro dos filhos enfraquecidos pelo tempo que ficaram sem água e expostos ao sol. Elas os reanimam com água enquanto entoam um canto choroso.

O "olhar" sobre o gênero pode ficar por conta da rivalidade entre os sexos, que se revela quase como um jogo, onde um segredo deve ser mantido no mundo masculino. As mulheres caberia tentar "furar", todo o esquema que prova a coragem dos futuros guerreiros, com o pretexto de auxiliá-los em sua difícil tarefa de tornarem-se bravos e corajosos.

Até onde vai essa rivalidade, se ela existe na realidade ou se ela encontra eco no cotidiano, não é o que o filme se propõe a nos mostrar. Quem sabe num próximo capítulo...

O "OLHAR" SOBRE GÊNERO

De acordo com o objetivo proposto para a realização da presente resenha, procuramos analisar como o "olhar" que dirigiu cada filme direcionou-se para as relações de gênero, e como foram apresentados homens e mulheres, de cada grupo indígena estudado. Neste aspecto pensamos que embora a questão de gênero não tenha feito parte do objetivo maior ou explícito dos filmes, é possível inferir sobre características que perpassam todos eles, desenhando pontos comuns, que podem servir de base para um estudo que revele a tendência do olhar sobre gênero, dos filmes documentários de etnografia indígena brasileira. Poderíamos dizer que mesmo que as relações de gênero não se constituíam enfoque direto, elas aparecem no "campo de visão" das (os) idealizadoras (es) dos filmes, quer seja por conhecimento prévio da etnia registrada, ou sobretudo pela referência cultural que os (as) idealizadores (as) possuem.

Quanto aos pontos em comum, em primeiro lugar pensamos que perpassa pelos quatro filmes, sobretudo os três primeiros citados, a preocupação em registrar a consciência e a preocupação do

índio com a revitalização de sua própria cultura, sobretudo após a problemática do contato com segmentos da cultura nacional. O registro visual dos rituais, nesse sentido são utilizados como meio de atingir essa meta.

A respeito de como homens e mulheres são apresentados e da questões de gênero podemos dizer que:

- em geral as imagens do mundo masculino se sobressaem as do mundo feminino; as atividades e os cerimoniais masculinos são mais detalhadas; são eles que falam a respeito das questões culturais, que contam as histórias referentes ao seu povo; o que reforça a primeira vista o caráter público do papel masculino;
- as cenas com as mulheres contrastam com as masculinas, por sua falta de detalhes. Em alguns casos como relatamos nos filmes, por concentração no registro dos diálogos masculinos, a respeito da problemática cultural (filme 2), ou por elas revelarem-se arredias (filme 1);
- quando as imagens buscam a contribuição de ambos os sexos na realização de alguma atividade, a tendência é aparecerem separados;
- as imagens femininas são buscadas muitas vezes para a demonstração do "belo" que se tem como incorporado a cultura indígena e também como símbolo da harmonia existente entre vida indígena e natureza, (mesmo porque elas raramente "falam")
- as relações de gênero, conseqüentemente são muito pouco mostradas ou aprofundadas; imagens que mostrem homens e mulheres juntos em alguma atividade ou em algum outro tipo de relação cotidiana são raras, geralmente aparecem rapidamente como parte do "cenário";

A fim de ilustrar essa concepção relembramos aqui uma cena do filme "Eu já fui seu irmão": pessoas caminhavam em fila para o centro da aldeia a fim de participarem dos preparativos de uma

cerimônia, ao fundo aparece a silhueta de uma índia, que em pé sobre uma elevação de terra, olha para o horizonte, no sentido contrário à fila, quando então, o sol da tarde em contraste com a luz do filme, transforma sua imagem numa sombra.

Esse exemplo ilustra uma conclusão possível de que nestes filmes a mulher está "ao fundo", fazendo parte da "natureza" de sua cultura, envolta na incógnita da sombra, e as relações de gênero estão também na obscuridade, quem sabe encerrados com elas, na mesma sombra...

Não pretende-se aqui porém, criticar os enfoques dados pelos filmes etnográficos, cuja iniciativas são bastante louváveis, mesmo porque de forma geral, gênero x etnografia tem sido tema ainda pouco explorado na Antropologia brasileira, fato que os filmes acabaram refletindo. O que revela que para enfocarmos questões relativas as relações de gênero, quer na literatura científica ou não, ou em filmes documentários, requer um conhecimento construído previamente, que não nos deixe a mercê de nossas próprias referências culturais.

BIBLIOGRAFIA

ANN, Kaplan E. A Mulher e o Cinema. Rocco, RJ, 1983.

Conselho Editorial

Agenor José Teixeira Pinto Farias
Arnaldo Lemos Filho
Doraci Alves Lopes
Juleusa Maria Theodoro Turra
Lilia Inés Zanotti de Medrano
Paulo José de Andrade Pacheco
Pedro Rocha Lemos
Sonia Regina da Cal Seixas Barbosa

Comissão Editorial

Antonio Carlos Pinheiro
Lilia Inés Zanotti de Medrano
Vera Lúcia Graziano S. Rodrigues

O ASSOCIATIVISMO EM QUESTÃO: OS EMPRESÁRIOS DOS COMPLEXOS SUCRO-ALCOOLEIRO E CITRÍCOLA*

Vera Lúcia G. S. RODRIGUES**

I. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar os principais resultados de pesquisa desenvolvida sobre as organizações empresariais nos complexos citrícola e sucro-alcooleiro no Estado de São Paulo.

Num primeiro momento trabalhou-se com as organizações de empresários rurais relacionadas aos dois complexos agroindustriais mais significativas no Estado de São Paulo¹.

Posteriormente complementou-se as informações relativas às organizações dos produtores rurais com uma análise específica sobre os industriais dos dois complexos em tela. O objetivo era conseguir um quadro mais abrangente sobre o associativismo nestes dois setores.

Trabalhar com organizações empresariais significou trabalhar com a hipótese de que na atualidade os atores sociais mais importantes não são os cidadãos individualmente mas as corporações

(*) Este artigo foi publicado com pequenas alterações na revista *Informações Econômicas*, I. E. A., setembro de 1998.

(**) Professora Doutora do Departamento de Ciências Sociais e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas, da PUC-Campinas.

em que se envolvem e de cuja atuação passam a depender em grande medida os interesses individuais. Enfatizar as associações tornou-se relevante à medida que a lógica da ação coletiva acabou prevalecendo sobre a da ação individual.

Outra hipótese é que o associativismo deveria ser pensado no seu nível meso, ou seja, intermediário. Daí a importância de adotar os complexos como unidade de análise.

A suposição aqui é que houve um deslocamento tanto da dinâmica do capitalismo como da ação associativa para ramos, setores e indústrias². À medida que as estruturas da agricultura e da indústria se tornam mais complexas e diversificadas, as organizações de caráter geral perdem sua representatividade - que se torna cada vez mais formal - para as organizações especializadas por produto, as quais passam a deter o poder real. Fica cada vez mais difícil restringir o associativismo às organizações que se proponham a representar o conjunto dos empresários rurais ou industriais.

Em outras palavras, *"o setor passa a ser a unidade central na perspectiva comparada. Esse deslocamento analítico encontra sua justificativa nas mudanças ocorridas na tecnologia, nas estruturas de mercado e nas políticas públicas. O setor deixou de ser um simples critério de amostragem, tornando-se uma verdadeira variável explicativa. Basicamente este deslocamento teve origens na 'descoberta' das diferenças intra-setoriais - em termos de organização, consciência coletiva e de como as trocas entre os atores se estruturam"*.(Araújo e Tápia, 1991:22)

Neste referencial teórico abandonou-se a perspectiva de se trabalhar com um macro-complexo, já que a noção de complexo agroindustrial mostra-se muito genérica, e portanto incapaz de dar conta dos processos, especialmente ao nível da articulação de interesses nos vários complexos.

A questão central, portanto, é a especificidade dos modelos de associativismo no interior destes dois complexos bastante diferenciados.

II. OS ACHADOS DA PESQUISA

As "descobertas" apontam para um quadro bastante diversificado e dinâmico ao nível do associativismo nos complexos suco-alcooleiro e citrícola.

Se juntarmos os dados relativos aos dois complexos no que se refere a atuação das organizações empresariais pode-se detectar modelos distintos de corporativismo. Pode-se perceber diferenças importantes entre as organizações de empresários rurais e industriais. Pode-se perceber igualmente que estes modelos se alteram ao longo do tempo.

Ou seja, é possível afirmar que o corporativismo é um processo em mudança relativamente inacabado e parcial.

O processo de negociação se desenvolve de acordo com uma grande quantidade de variáveis assuntos a negociar, poder de negociação das organizações, estratégias de negociações seguidas, e a própria vontade das partes de alcançar um acordo em função dos resultados esperado. É claro que tudo isto depende do poder intraorganizativo de cada grupo.

Vejamos o que aconteceu nos dois complexos:

a) O SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO

Este vinha se caracterizando por aquilo que tem sido denominado corporativismo estatal. Neste o controle exercido pelas organizações de interesse é diretamente subscrito e garantido pela ação do Estado (Cawson, 1985:6). A ação coletiva é transformada e um direito outorgado pelo Estado. Em troca adquirem o direito de participar nas decisões relativas aos seus interesses.

De uma maneira geral apontava-se para a existência de associações fortemente dependentes do Estado, com uma atuação bastante formal, embora com grande influência junto aos órgãos que

regulamentavam a atuação do setor, como o Instituto do Açúcar e do Alcool. Isto fazia com que estas organizações tivessem pouca necessidade de relacionamento com a sociedade civil. Sua atuação limitava-se a reivindicar o cumprimento da legislação que regulamenta de forma bastante rígida a relação entre os vários agentes que integram o complexo sucroalcooleiro. Isto é feito basicamente através de ofícios e audiências com ministros e demais autoridades envolvidas com o setor.

A atuação da Comissão Técnica (CT) Cana-de-açúcar da FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), e mesmo a Organização dos Plantadores de Cana-de-açúcar (ORPLANA) tem estas características³.

Em grande medida a situação reproduz-se por parte da Associação vinculada ao setor industrial do complexo, comentado logo a seguir.

O que se pode observar no período recente foi uma flexibilização deste corporativismo estatal que caracteriza o complexo sucro-alcooleiro. Este passa a apresentar limites bastante sérios na situação de falência do Estado patrimonialista fator que se vivencia desde o início dos anos 90. O autoritarismo necessário para sua manutenção torna-se cada vez mais desgastante e os próprios subsídios financeiros especiais doados pelo Estado aos usineiros têm sido objeto de grande contestação pública.

Além disto, a própria crise fiscal, mais que motivos ideológicos, estão levando a mencionada desregulamentação que faz parte da "nova política neoliberal".

Paralelamente a isto, o setor sucro-alcooleiro vem buscando uma mudança de sua própria imagem. Basicamente o objetivo é se livrar do estigma de atraso vinculado à imagem do usineiro e implementar uma imagem de "modernidade". A própria Associação das Indústrias de Açúcar e de Alcool (AIAA) surge no início da década de 90 como uma reformulação da antiga Associação dos Usineiros do Estado de São Paulo. Entre outras coisas a mudança de nome indicava a

necessidade de se mostrar o usineiro paulista como industrial e não como proprietário fundiário.

A partir daí divulga-se a usina como uma indústria que vem passando por um intenso processo de modernização: reengenharia sendo implantada nos canaviais, treinamento de mão-de-obra para melhorar a relação entre fiscais e empregados, terceirização da frota, etc.

Várias usinas têm implementado programas de qualidade para aumentar o rendimento agrícola e industrial⁴.

Na busca de eficiência e da competitividade, as usinas, ou pelo menos parte delas têm inclusive realizado fusões ou alianças estratégicas importantes. Este esforço passa por novas formas de gestão, terceirização de algumas atividades como a manutenção de tratores e até a troca de terras distantes por terras mais próximas. Passa ainda pela mecanização da colheita, racionalização do transporte e melhor aproveitamento do potencial produtivo e diversidade produtiva da cana-de-açúcar. Como se vê, os dados indicam que uma verdadeira revolução sacode os canaviais paulistas. Revolução difícil de se imaginar alguns anos atrás.

O que levou a esta mudança ?

De maneira geral pode-se dizer que até a década de 80 não havia um estímulo para a modernização. A tendência era a construção de novas unidades produtivas com crédito subsidiado, que permitiam o aumento da capacidade instalada, levando as empresas a reduzirem os seus investimentos em produtividade.

Com a implementação de um processo gradual de desregulamentação do setor⁵ aparece a necessidade de "apostar tudo em nome da produtividade" numa tentativa de diminuir a distância entre o complexo sucro-alcooleiro e os demais setores, ou seja, tratá-lo como qualquer outro.

Do ponto de vista da organização, o período recente também traz alterações importantes no complexo sucro-alcooleiro. Até mesmo porque o próprio processo de des-regulamentação tem exigido uma atuação institucional mais intensa.

Em primeiro lugar, o apoio a desregulamentação não tem sido obviamente unânime e o setor a tem enfrentado bastante dividido. As posições variam de uma radical oposição pelos usineiros do nordeste, até uma defesa intransigente da desregulamentação pelo Estado de São Paulo através da Associação das Indústrias Sucro-Alcooleiras do Estado de São Paulo (SUCRESP) que vê na umbilical ligação governo/produtores o grande nó que amarra o álcool⁶.

A maior parte dos usineiros paulistas, é entretanto, filiadas à AIAA adota uma postura intermediária, defendendo um prazo para que o setor se adapte às mudanças.

Resumindo, o processo de desregulamentação mostra nitidamente que há uma divisão entre os que estão se preparando para assumir os riscos da autogestão e partiram agressivamente para as exportações no mercado de açúcar, os que preferem a manutenção do 'status quo' e a continuidade das pressões sobre o governo para amparar o setor e forçar a indústria automobilística a produzir pelo menos 30% dos carros a álcool e os que propõem uma saída intermediária.

Com relação as diferenças entre as associações de empresários rurais e industriais no setor sucro-alcooleiro percebe-se que as primeiras⁷ permanecem imobilizadas quando do início do processo de desregulamentação.

Pelo lado dos industriais entretanto, além da SUCRESP que já nasce com uma nova proposta de atuação, a própria AIAA tem no período recente sido forçada a deslocar o seu eixo de atuação do Estado para a sociedade civil.

Ou seja, as associações das indústrias têm demonstrado uma maior capacidade de adaptação, de se estruturar de uma forma

mais moderna, adquirindo inclusive uma estrutura profissional bastante ampla e eficiente. Esta estrutura permite que o setor tenha uma ligação maior com a sociedade civil, além do forte vínculo com o Estado que tem caracterizado o setor.

O contacto regular com a imprensa, e com as organizações, participação em eventos nacionais e internacionais são exemplos disto. A própria relação com a questão ambiental é colocada de forma diferenciada. Parte dos usineiros percebem a necessidade de deixar de simplesmente burlar a legislação e passar a vender a imagem de que o álcool é uma fonte de energia limpa e renovável.

A AIAA tem inclusive desenvolvido uma série de estudos visando avaliar o impacto ambiental da cultura da cana-de-açúcar.

Pode-se concluir ainda que as alterações recentes têm levado o setor sucro-alcooleiro, caracterizado pelo corporativismo estatal a um maior dinamismo e uma mudança em direção ao corporativismo societal.

Um dado interessante é que as duas associações anteriormente mencionadas - AIAA e SUCRESP - refundiram-se em maio de 1997 na sugestiva ÚNICA (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo)⁸.

A entidade nasce com o objetivo de conferir maior representatividade ao setor e transformar-se num canal único para a defesa dos seus interesses.

O que explica esta reunificação que já havia sido tentada em momentos históricos anteriores ?

A retomada da discussão do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) estimulou em grande medida esta necessidade de união.

Além disto, a ÚNICA conseguiu incorporar ao lado das reivindicações tradicionais do setor, bandeiras mais recentes. Uma das suas principais atividades tem sido garantir a liberação das exportações de açúcar, ainda com algumas amarras com o regime de cotas⁹.

De outro lado, a formação da ÚNICA foi um trabalho de costura política da qual faz parte a formação de um Conselho Deliberativo composto por representantes das seis entidades que passam a integrá-la.

Mais que isto, a reaglutinação em torno da ÚNICA está inserida neste contexto de modernização do setor.

Seu Diretor-presidente, Sérgio Ometto, também presidente da Usina da Barra, é visto como “sangue novo” no setor por suas idéias inovadoras. A Usina da Barra é considerada a maior unidade de processamento de cana-de-açúcar do mundo e passou por um programa de reestruturação de suas atividades com o objetivo de modernizar as áreas agrícola, industrial e administrativa.

O que se quer ressaltar é que o complexo sucro-alcooleiro tem tido que se iniciar no aprendizado dos mecanismos típicos da “concertação” ao invés do tradicional mecanismo de pressão direta junto aos órgãos do Estado responsáveis pela elaboração da política específica para o setor.

“Concertação” significa uma forma de tomada de decisão pública que implica em conciliar, fazer acordos, ou seja, atingir resultados que satisfaçam a todos.

Envolve:

- a) uma interação regular em contextos funcionalmente especializados;
- b) acesso privilegiado e até exclusivo a determinados grupos;
- c) consulta ao executivo preferível à deliberação legislativa;
- d) paridade na representação;
- e) responsabilidade desenvolvida como maneira usual de implementação de política (Schmitter in Soto, 1992:21).

É neste último item principalmente, ou seja, na idéia de parceria que o setor sucro-alcooleiro tem tido que avançar à medida que o Estado patrimonialista/fautor sai de cena.

Ou seja, o neocorporativismo diferentemente da situação anterior, pressupõe algum grau de organização prévio e autônomo dos interesses até torná-los capazes de levar a cabo ações coletivas organizadas, embora incapazes no extremo de manipular unilateralmente os poderes públicos para impor seus interesses.

Desta forma, neste novo cenário, as organizações, mesmo no setor sucro-alcooleiro são levados a um processo de "negociação obrigada" ao invés de terem uma atuação de pressão direta sobre um Estado patrimonialista, assistencialista e burocrático.

Alguns autores consideram que se a relação do setor com o Estado não for alterada, a modernização anteriormente mencionada significaria um processo de modernização sem mudança. Estas considerações valem inclusive para uma eventual reativação do PROÁLCOOL (Agroanalysis, vol.17, nº 11, novembro de 1997).

O importante desta retomada do que ocorreu no complexo sucro-alcooleiro no período mais recente é mostrar que tem diminuído a diferença entre os modelos de corporativismo que o caracterizava e os demais setores.

A participação no Fórum Nacional da Agricultura (FNA) tem contribuído nesta direção. A proposta deste Fórum é de constituir numa "modelagem inovadora de parceria entre o setor público e o privado para a formulação das políticas públicas a partir de uma visão sistêmica de cadeias agroprodutivas"(Agroanalysis, vol. 17, nº 10, outubro de 1997).

Roberto Rodrigues, coordenador do setor privado no Fórum, ressalta que *"este constitui-se num ambiente propício para romper com o modelo corporativista do passado, do Estado protetor e provedor, para buscar no mercado a nossa interação, a nossa atitude, de procura de novos paradigmas, formadores de uma nova consciência*

de parceria e cidadania para a construção compartilhada do futuro, do interesse de todos"; e também que, "*no Brasil, o setor canavieiro sempre foi tratado separadamente dos outros setores da agricultura, o que deve sofrer profunda modificação. Entende-se que o FNA tem também o importante papel de reduzir o distanciamento entre outros setores da agricultura e o da cana-de-açúcar*" (Agroanalysis, vol. 17, nº 10, outubro de 1997).

Mesmo considerando as dificuldades de se concretizar este discurso, há sinais de que está se caminhando nesta direção. A extensão da equalização do preço da cana-de-açúcar para a produção de álcool anidro, subsídio empregado para manter as condições de competitividade em relação ao produto de São Paulo, foi anunciado em meados de novembro de 1997 e deve representar uma economia para os cofres públicos de R\$ 90 milhões apenas no caso do Nordeste. (Gazeta Mercantil, 12/11/97:C-9).

Assim, o complexo sucro-alcooleiro caminha no período recente para arranjos de tipo neocorporativista a medida que o Estado passa a ter uma menor interferência no setor. Os dados referentes ao período mais recente mostram que já é possível perceber alterações na atuação das organizações refletindo o processo de desregulamentação.

A adaptação não tem sido relativamente lenta pela tradição do corporativismo estatal no complexo, mas é possível detectar uma modernização do complexo tanto ao nível tecnológico como organizacional.

Um dado interessante ao nível organizacional, além da reaglutinação em torno da ÚNICA, é a criação da Associação dos Municípios Canavieiros do Estado de São Paulo (AMCESP), em dezembro de 1997.

A entidade reúne representantes do poder público, plantadores de cana e usineiros de todo o Estado e tem como objetivo levar as reivindicações do setor sucro-alcooleiro aos governos federal e estadual.

A principal reivindicação é fazer com que o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre o álcool seja recolhido junto aos municípios e não junto aos centros de distribuição de combustíveis.

Outra reivindicação importante é a criação da chamada "frota verde" onde os automóveis dos governos, de táxis e de ônibus urbano seriam movidos a álcool. Uma medida efetiva neste sentido foi a aprovação pela Câmara Federal, no início de dezembro de 1997, do projeto-de-lei que substitui a frota oficial, de 30 mil veículos, por carros movidos a álcool no prazo de 5 (cinco) anos.

A negociação de incentivos para o consumo de álcool combustível, como a isenção do IPVA para taxis a álcool e a permissão para mistura de aditivo ao óleo diesel tem sido também um área de atuação importante da ÚNICA. Esta chega a contratar empresas de consultoria para realizar estudos visando comprovar a viabilidade da adição¹⁰.

Resumindo, pode-se dizer que houve um processo de flexibilização do corporativismo estatal que caracteriza o setor até meados dos anos 90. A desregulamentação do setor leva à reaglutinação das várias associações de industriais até então existentes no complexo.

Neste processo certamente a visão da SUCRESP com relação a intervenção do Estado no setor acaba adquirindo uma relevância maior do que vinha tendo até então.

A existência de uma associação única permite uma atuação mais ágil neste momento onde o setor está tendo uma maior relação com a sociedade civil.

As organizações dos empresários rurais por sua vez tem tido uma adaptação mais lenta, enfrentado, inclusive, o problema da sobrevivência financeira à medida que o Estado deixa de financiá-las.

b) E O SETOR CITRÍCOLA ?

No setor citrícola as associações possuem uma atuação que pode ser descrita como representativa do corporativismo societal, que se caracteriza por uma menor intervenção do Estado e uma dinâmica mais espontânea dos próprios atores envolvidos

É verdade que o setor citrícola passa por um momento até a implantação da indústria na década de 60, onde o corporativismo tinha ainda alguns traços do modelo estatal que caracterizou o início do corporativismo no Brasil. A medida que a citricultura amadurece, entretanto, o associativismo do setor vai adquirindo contornos do corporativismo societal que o caracterizará.

O aparecimento de várias associações vai se dando cada vez mais na direção deste neocorporativismo.

Na citricultura as organizações de empresários e de produtores se defrontam diretamente no estabelecimento de contratos.

Inicialmente tratava-se dos chamados contratos a preço fixo, onde os preços eram acertados e acordados antecipadamente com base na estimativa da produção de safra em negociação. Este período, que vai até meados da década de 80, é o período de maior intervenção do governo, com a Carteira de Exportação do Banco do Brasil (CACEX) intermediando a fixação de preços. Em grande medida tanto a Associação Brasileira da Indústria de Suco Cítrico (ABRASSUCOS), pelo lado das indústrias, como a Associação Paulista dos Citricultores (ASSOCITRUS), pelo lado dos citricultores, são criadas em meados dos anos 70 para participar desta negociação, onde o Estado funcionava como árbitro.

A partir da safra 85/86 teve início o contrato padrão/participação, no qual o preço da fruta passou a ser estabelecido em função da média anual do mercado cotada na Bolsa de Nova York¹¹. A Associação Nacional das Indústrias Cítricas (ANIC) surge com uma proposta mais clara de não intervenção do Estado no complexo, passando a ter uma atuação decisiva neste processo.

Se o contrato padrão significou a existência de um critério mais claro, significou também o início o processo de autogestão, com citricultores e indústrias negociando diretamente. Agora, sem a participação do governo, o setor dispõe sobre as condições gerais mínimas aplicáveis a todos os contratos individuais de compras de frutas negociado pelas respectivas associações e pela Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) com as Associações das Indústrias. O contrato estabelecia mecanismos de formação de preços, de colheita e de adiantamentos por conta de entregas futuras (Garcia, 1996:18).

Ou seja, trata-se de um período de passagem para o neocorporativismo, que passa a caracterizar o complexo e onde novas organizações são criadas. Do lado das indústrias surge a ANIC em 1985 e a ABECITRUS em 1988, e do lado dos citricultores a ACIESP, também em 1988.

Portanto, se o critério para a definição dos preços tornou-se mais claro, os vários interesses organizados também. Assim, as negociações continuam relativamente tensas e demoradas e nas reuniões estavam presentes a ASSOCITRUS, a ACIESP e a Comissão Técnica de Citricultura da FAESP¹² representando os citricultores; e ABRASSUCOS, ANIC e ABECITRUS as indústrias de suco de laranja.

O processo de negociação acabava por ocupar grande parte da atuação das entidades.

Este período que vai de meados dos anos 80 até a Safra 95/96 é um período de transição para o neocorporativismo no setor. Este se caracteriza por uma maior atuação das associações de caráter civil que tendem a um processo de concertação.

Isto não significa ausência de conflitos. Estes existiam entre as várias associações e entre estas e a representação formal da FAESP cada vez mais esvaziada.

A diferença no neocorporativismo é que os conflitos são concertados antes das reivindicações chegarem ao Estado. É nesta direção que o complexo citrícola caminha neste período.

Um terceiro momento importante na relação entre as organizações do setor citrícola constitui-se a partir da safra 95/96 quando é eliminado o contrato padrão, iniciando-se uma fase de maior desregulamentação¹³. O CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), em razão do processo movido pelos citricultores alegando cartelização pela agroindústria, determinou que os contratos fossem feitos diretamente entre citricultor e indústria, sem a intermediação das organizações. Ou seja, o processo terminou com a assinatura de um compromisso de cessação por parte da indústria, documento pelo qual se comprometeram a negociar a compra da laranja individualmente com cada produtor. As negociações, que tinham padrões mínimos, passaram a obedecer apenas as leis de mercado. Ressalte-se que, além das indústrias individualmente, a própria ABECITRUS foi acusada de "participação negociativa".

É importante ressaltar então que o compromisso do CADE pacifica o setor do ponto de vista legal, mas não interfere no preço. Ou seja, garante negociações mais transparentes, mas não garante preço.

Do ponto de vista da estrutura econômica o setor citrícola tem passado por mudanças significativas.

Setor voltado à exportação representando anualmente mais de US\$ 1 bilhão, ocupando uma área aproximada de 1 milhão de hectares, cerca de 20 mil propriedades agrícolas, com área de 140.000 famílias (60 mil apanhadores e 80 mil empregados e pequenos plantadores), têm se ressentido particularmente da redução do mercado norte americano.

Embora de maneira geral o mercado internacional seja um mercado em expansão, os Estados Unidos devem estar atingindo a sua auto-suficiência já no início do século XXI. Variedades mais adequadas e o plantio em regiões menos sujeitas a geadas na Flórida certamente colaboraram neste sentido.

Para se ter uma idéia, a Flórida deverá passar de uma produção de 167 milhões de caixas na safra 1993/94 para 238 milhões de caixas no próximo século, configurando uma expansão de 431%.

Assim, o setor que vinha desde a década de 70 passando por um período de crescimento e preços remuneradores, enfrenta nos últimos anos um excesso de oferta e conseqüente redução nos preços das frutas.

Reflexo importante, o setor de produção que vinha se caracterizando por um pequeno grau de concentração¹⁴, passa por um processo de aumento do tamanho médio nos pomares por propriedade (+15% no período 1980/95), sendo mais acentuado nas consideradas grandes e médias propriedades.

Observa-se que embora os pequenos estabelecimentos representam uma proporção significativa das propriedades (93,5% em 1981 segundo levantamento do IEA/CATI, e 92% em 1996 segundo o cadastro da Fundo Paulista da Defesa da Citricultura - FUNDECITRUS), eles representam uma proporção cada vez menor do total de árvores (57% em 1981 e 46% em 1996).

Por outro lado, as grandes propriedades que representavam apenas 0,5% em 1981, representando 13% das árvores, passam a representar 1% em 1995 com 23% das plantas¹⁵ (Amaro e Maia, 1997:8).

Este momento pode ser visto como conseqüência dos requerimentos da produção colocados pela indústria de suco, já que se criou um processo de seleção que favorecia médios e grandes estabelecimentos, tendo em vista que estes apresentam menores custos operacionais, em função de ganhos de escala decorrentes da tecnologia adotada, bem como possuem maior capacidade de resistência nos períodos de preços deprimidos (Siffert Filho, 1992:14).

Esta tendência vem se acentuando no período recente. Levantamento do jornal Folha de São Paulo junto a sindicatos de produtores mostra que pelo menos 2.500 citricultores abandonaram a laranja ou reduziram seus pomares, optando por novos produtos¹⁶.

Este abandono no período recente deveu-se não só a já mencionada queda de preços¹⁷ como ao aumento de doenças nos pomares, como o "amarelinho"¹⁸. O controle da doença exige um investimento que o pequeno produtor não tem condições de realizar.

O próprio presidente da ABECITRUS admite que *"a tendência é de profissionalização, com alta produtividade e custo reduzido"* (Folha de São Paulo, 10/06/97:5-3).

Isto permite concluir que a indústria tem conseguido impor especificações técnicas, comprando dos produtores mais eficientes. Este é um dado importante para confirmar que a atividade industrial é o pólo dinâmico do complexo, não apenas por ser capaz de reter para si a maior parte do excedente gerado mas também porque foi o principal agente a garantir a ampliação da participação do suco nacional no mercado exterior.¹⁹

O setor industrial no período recente tem mantido o grau de concentração elevado que o tem caracterizado.

A situação de oligopólio competitivo mantém-se praticamente inalterada. Os indicadores de concentração CR2 (participação no mercado dos dois maiores) são de 63.15% em 1970 e 61.53% em 1990 e o CR4 de 86.83% em 1970 e 86.75% em 1990, ou seja, permanecem praticamente constantes (Neves, 1995:75).

A manutenção da concentração no setor fica ainda evidente quando se constata que nos últimos 20 anos tem havido a eliminação de diversas pequenas empresas, principalmente devido a problemas econômicos financeiros, de recursos humanos, de fornecimento de fruta comercialização dos produtos etc.²⁰

É verdade que há alguns momentos em que ocorrem tentativas de pulverização²¹ ou seja aparecimento de unidades menores, mas elas têm tido dificuldades para se manter. Exemplo recente deste movimento de pulverização é o aparecimento da FRUCAMP, SUCORRICO em setembro de 1996 e da Frutax em 1994.²² Esta última encerrou suas operações no início de 1996 e a própria

SUCORRICO já havia sido fundada em 1973 e desativada na década de 80.²³

Resultados da safra 1996/97 indicam que as empresas líderes do setor continuam sendo a CUTRALE (23,2%), CITROSUCO (20,9%), COINBRA/FRUTESP (14,4%) e CARGILL (13,8%).

Além da manutenção da concentração industrial em si é importante considerar que uma das estratégias na obtenção de matéria-prima tem sido a integração vertical para trás, ou seja, o plantio de pomares próprios. Esta integração tem acontecido numa proporção de 20 a 30% na maioria dos casos, mas chegando a até 50% em algumas situações (Neves, 1995:75).

Só a título de exemplo, o Grupo Dreyfus comprou no início de 1997 três fazendas de 5.400 hectares ao todo no interior de São Paulo, que vão abrigar um pomar de aproximadamente dois milhões de pés e que deverão garantir um investimento adicional equivalente a 7 milhões de caixas dentro de quatro ou cinco anos.

No período recente o complexo citrícola mantém-se portanto como um setor com fortes barreiras a entrada.

Isto significa que ocorre simultaneamente aumento de produtividade e crescimento dos pomares de médios e grandes produtores.

Após um período onde a citricultura mostrava-se um setor em expansão suficientemente acentuada para abrigar grande número de integrantes, a redução deste ritmo levou a uma seleção.

Para se ter uma idéia deste movimento de "apertar o cinto" em busca de eficiência, a partir de 1990 as esmagadoras reduziram o número de funcionários de 13.000 para 8.000. Já o número de propriedades que produzem a fruta deverá cair dos atuais 29 mil para cerca de 18.000 (Gazeta Mercantil, 23/10/96:B-18).

Levou também a uma maior integração vertical. De um lado as indústrias expandindo os seus pomares próprios e de outro alguns grandes produtores fazendo pools e instalando suas próprias fábricas.

Este segundo movimento é menos comum, mas as fábricas instaladas parecem ter maiores chances de sobrevivência do que na década de 70, quando ocorreu um movimento parecido. "Elas terão um importante desafio pela frente, o de competir com as grandes na comercialização do suco. De qualquer forma, trata-se de uma estratégia encontrada pelos citricultores para permanecer enquanto produtores de laranja²⁴.

Provavelmente "o caminho para estas novas fábricas será o mercado interno ou a comercialização de suco via as grandes indústrias" (Gazeta Mercantil, 28/05/96:B-20).

Sintetizando, o setor citrícola que vinha num processo de expansão bastante vinculado à expansão do mercado norte-americano, está tendo que buscar novos mercados para superar a crise advinda da auto-suficiência dos Estados Unidos.

A conquista do mercado asiático é grande desafio para a indústria brasileira de suco de laranja no período recente. Enquanto isto, a União Européia (UE) lidera as exportações brasileiras de suco, com uma participação, conforme a ABECITRUS, ao redor de 69% nas safras 95/96 e 96/97.

Uma outra modificação importante ocorrida paralelamente à diminuição da importação de suco para o mercado americano foi a ampliação do mercado interno.

A própria ABECITRUS aponta dados interessantes. Segundo ela o consumo de laranja "in natura" no Brasil cresceu 72% de novembro de 1994 a fevereiro de 95. Na safra 95/96 foram destinados entre 80 e 100 milhões de caixas para este mercado. Em 1997 foram vendidas 142 milhões de caixas de 40.8 quilos de laranja para o mercado interno. Estima-se que o segmento faturou R\$ 1.9 bilhão.

Além da laranja "in natura" o consumo de suco de laranja, tanto fresco como pronto, embalado tem tido uma grande expansão²⁵.

Toda a movimentação apontada anteriormente tem obviamente repercussões ao nível das organizações.

Com relação aos citricultores ocorre um desmobilização das duas associações existentes: ACIESP - ASSOCITRUS²⁶.

Por várias razões as duas associações sofrem uma acentuada perda de representatividade e surge uma terceira com características bastante diversas. Trata-se da Associação Brasileira de Citricultores (ABRACITRUS), cujo presidente, Antônio Fiorezi, pertenceu por vários anos a Comissão de Citricultura da FAESP e representa o Sindicato Rural de Monte Azul Paulista.

Basicamente, os representantes da ASSOCITRUS e da ACIESP são acusados de terem sido favorecidos pelas indústrias com preços melhores para conduzir de forma negligente as negociações de preço do setor (Gazeta Mercantil, 11/07/96:B-20)²⁷.

A ABRACITRUS tem tido uma atuação bastante distinta daquela adotada pela ASSOCITRUS e ACIESP. Enquanto estas duas tem basicamente se preocupado em dar Assessoria jurídico/econômica para os citricultores principalmente visando um bom desempenho nas negociações, a ABRACITRUS tem uma postura muito menor presa a esta representação formal e tem tomado atitudes bastante radicalizadas. Por exemplo, tem obstruído os portões das fábricas e fechado rodovias em sinal de protesto. Além disto, não cultivam uma relação mais intensa com os políticos como suas antecessoras por não acreditar nos resultados de sua atuação.

Com relação aos industriais, após um movimento de consolidação de organizações representativas de interesses cada vez mais específicos dos grandes grupos econômicos, no período recente há um movimento no sentido inverso de reaglutinação em torno de uma única associação.

A primeira organização que surge, conforme já mencionado, é a ABRASSUCOS, em 10/12/1978.

Pode-se dizer que a ABRASSUCOS teve uma atuação importante no período em que houve um maior controle por parte do governo no setor. É bom lembrar que por 11 anos (1974-85) a Carteira

de Comércio Exterior (CACEX) determinou as próprias quotas de exportação.

A atuação da ABRASSUCOS favorável à interferência do governo no setor acabou provocando divergências que levaram ao aparecimento de uma segunda Associação, a ANIC (Associação Nacional das Indústrias Cítricas).

A ANIC considerava necessária uma maior autonomia do setor a medida que este cresceu. O fim do regime militar acabou criando um clima propício a uma maior liberalização.

A ANIC foi inclusive contra o regime de cotas de exportação. Este regime foi estabelecido pelo comunicado 34 de 11/11/82 da CACEX sendo as cotas determinadas com base na capacidade instalada e na capacidade comercial de cada indústria.

Este foi exatamente um dos pontos em que não houve consenso entre as indústrias que compunham a ABRASSUCOS levando ao aparecimento da ANIC.

Resumindo, a ANIC defende a posição de que a medida que o setor amadureceu era possível e desejável uma menor intervenção do Estado. A ANIC foi inclusive grande estimuladora do contrato padrão, que como colocado anteriormente, flexibilizou bastante as relações entre os citricultores e a indústria.

A ANIC representa, portanto, do ponto de vista dos industriais do complexo citrícola a transição do corporativismo estatal para aquilo que temos denominado corporativismo societal. Só lembrando, este se caracteriza por uma maior dinâmica da sociedade civil na constituição das organizações. Trata-se de uma situação típica onde empresários freqüentemente fortalecem sua capacidade de organização através da criação de canais adicionais que funcionam em moldes menos corporativizados. O objetivo é complementar as associações de caráter corporativo, já que este modelo se pauta numa lógica de abrangência e implica em limitações a livre criação de novos espaços onde interesses de âmbitos restritos podem ser aglutinados de maneira mais autônoma (Diniz e Boschi in Boschi, 1991:16).

Mostra uma certa dinâmica pela qual a medida que organizações são corporativizadas, outras tendem a surgir, mais ativas e menos dependentes do Estado.

Em outubro de 1988 é criada uma terceira associação, a ABECITRUS. Esta surge novamente a partir de um "racha" dentro da ABRASSUCOS. Desta vez é o grupo CUTRALE quem sai, constituindo uma associação com vocação mais comercial e com uma estrutura bastante profissionalizada²⁸.

Pode-se perceber que "a divisão da representação da indústria em três associações deve-se principalmente ao alto grau de concentração na indústria cítrica uma vez que os grupos mais fortes podem conseguir maiores vantagens agindo em separado por congregar interesses mais homogêneos. A disposição do governo em negociar apenas com associações faz com que esses grupos se organizem formalmente"(Figueiredo, 1992:12).

À medida que os grupos vão se constituindo enquanto atores sociais e vai se fazendo a passagem do corporativismo estatal para o neocorporativismo no setor, as várias associações vão sendo criadas, indicando o fortalecimento da sociedade civil e mais especificamente uma maior autonomia do complexo citrícola frente ao Estado.

Neste período os presidentes das associações falam por ela e por sua empresa específica.

A existência de 3 associações de um único segmento de um complexo não era isenta de problemas. Os maiores deles advindos de rivalidades e até vaidades surgidas de interesses comerciais fortes.

Assim, a partir de fevereiro de 1994 a ABECITRUS torna-se a única representante das indústrias de suco de laranja.

Este processo de reunificação pode ser explicado em parte pela crise que afetou o setor e a conseqüente queda dos preços do suco no mercado internacional. Este novo cenário levou as indústrias a buscarem, além de defender seus interesses específicos, a defesa

do complexo de uma forma mais genérica. Ou seja, a crise, o fechamento do mercado norte-americano levaram à necessidade de compatibilizar os interesses específicos de cada indústria com interesses mais globais. O setor havia gerado uma receita de exportação de US\$ 910 milhões em 93 (suco e subprodutos) o que significou uma queda de 22% em relação a safra anterior. Precisava portanto se fortalecer.

Além da crise, o próprio confronto junto ao CADE leva à necessidade de uma organização única. Há algum tempo o setor não se defrontava com um órgão do Estado. Nessas situações um interlocutor único facilita em muito a negociação.

O que permite esta transformação ? Ou seja, o que faz com que uma Associação que foi estruturada para defender os interesses de um grupo específico, o grupo CUTRALE, tivesse condições de se transformar no único porta-voz das indústrias de suco ?

Segundo Ademerval Garcia, o problema, mais que organizar o seu setor era impor uma outra visão de associação, que deveria ser profissionalizada.

A profissionalização das entidades empresariais é uma questão relativamente nova que se coloca a partir da diversidade de problemas a serem respondidos aos associados, especialmente mediante negociações cada vez mais freqüentes com os diversos órgãos de governo ou do Congresso.

"O fato é que as entidades de classe empresariais perceberam que as relações com o Estado ficaram mais complexas após a transição que o país passou para a democracia. Se anteriormente o foco das conversas se davam 100% com o poder executivo entre os generais presidentes e seus assessores diretos, agora há uma série de ministérios envolvidos na solução de cada questão" (Gazeta Mercantil, 04/06/94:5).

A nova postura profissional significa colocar-se como uma associação que atua como prestadora de serviços, como um escritório

de assuntos corporativos. O fornecimento de dados atualizados é um dos primeiros itens desta prestação de serviços.

Esta nova visão significa que mais que **associados**, as empresas são **clientes**.

A existência de três associações dentro desta nova visão "*contrária aos preceitos da administração moderna, inadequada e ineficiente para enfrentar os desafios atuais e os que se enfrentarão daqui para a frente*" (Mendes, 1994:81).

A reunificação em torno da ABECITRUS significou que a indústria conseguiu o que há de mais importante em qualquer gestão: comunhão de objetivos. Isto permitiria uma série de vantagens, conjugação de esforços, representatividade, unidade e velocidade de informação, economia de custo, respostas rápidas a situações adversas entre outras (Mendes, 1994:82).

Embora não se tenha condições de avaliar em que medida este discurso seja absolutamente compatível com a prática, ele permitiu que a ABECITRUS se fortalecesse enquanto porta-voz das indústrias.

A ABECITRUS passa a ter uma única missão: "*Buscar a excelência na prestação de serviços destinados ao desenvolvimento das indústrias cítricas e do setor citrícola como um todo*" (Mendes, 1994:81, grifo VLGSR).

Além desta proposta de atuação que enfatiza os interesses macro do complexo e não os interesses específicos de uma determinada empresa ou grupo de empresas, a transformação da ABECITRUS no único porta-voz das indústrias de suco de laranja foi viável a partir de um processo de articulação entre as três Associações existentes até então.

Esta reaglutinação não significa que os interesses comerciais específicos dos principais grupos tenham desaparecido. Ao contrário, a ABECITRUS neste novo momento em que se tornou o único porta-voz dos industriais se viabiliza a partir de uma grande

composição entre os principais grupos. A diferença é que ela conseguiu definir uma pauta de reivindicações que são de interesse comum ao conjunto do complexo, principalmente em torno do custo Brasil.

A presença de representantes das outras duas antigas associações na direção da ABECITRUS de alguma forma garante o equilíbrio entre os vários interesses.

Isto naturalmente indica um amadurecimento do setor e dá a ASSOCITRUS uma força superior à das outras organizações.

Percebe-se portanto no setor citrícola um movimento de reaglutinação das organizações do setor industrial semelhante ao que ocorreu no setor sucro-alcooleiro.

Pode-se afirmar que uma ABECITRUS cada vez mais fortalecida assume o controle dos mecanismos de regulação, privilegiando o atendimento de seus interesses específicos.²⁹

Pode-se observar claramente no discurso da ABECITRUS a idéia de auto-suficiência, ou seja, de que sua própria atuação permitia a regulação do setor, sem qualquer interferência do Estado. O próprio funcionamento da Câmara Setorial, considerada até pouco tempo como um espaço importante para possibilitar a regulação do setor, hoje é considerada dispensável.

A necessidade da intervenção do Estado estaria basicamente resumida a uma parceria na pesquisa e nas relações internacionais.

Mesmo na área da pesquisa a atuação do setor privado tem aumentado consideravelmente. Além da atuação da FUNDECITRUS, constitui-se em 1997 o grupo de Consultores em Citrus (GCONCI), com os seguintes objetivos: promover o aperfeiçoamento técnico dos membros do grupo, impulsionar a aproximação nacional e internacional de técnicos, e desenvolver a citricultura nacional. O grupo promove parcerias com os setores de pesquisa e de empresas privadas o que ajuda a arrecadar recursos, além das anuidades dos membros. E, ainda, publica a revista "Citricultura Atual".

Como se vê, mais um segmento do complexo que se organiza com eficiência sem depender da regulação do Estado.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, é importante ressaltar que está se admitindo a existência de uma série de fatores que favorecem o aparecimento e a persistência do corporativismo nas sociedades modernas.

Esta tendência, entretanto, não necessariamente abrange toda a sociedade e todos os seus setores, podendo, inclusive, aparecer com maior ou menor intensidade em momentos históricos distintos.

"Em suma são tendências que não se manifestam de forma unívoca e que possam ser generalizadas sem dificuldades e, inclusive, sua emergência não é uma necessidade imperativa"(Soto, 1992: 47).

Nesta pesquisa específica foi possível detectar nos dois complexos em tela modelos distintos de associativismo. No período recente estes modelos se alteram. O Corporativismo estatal do complexo sucro-alcooleiro vai, lentamente é verdade, se transformando num padrão de característica mais neocorporativista.

O setor citrícola por seu lado, que já vinha adotando o padrão de neocorporativismo tem no período recente tendido a uma desregulamentação ou descorporativização.

Em grande parte isto pode ser explicado pela grande presença de empresas multinacionais no setor e pelo seu alto grau de competitividade internacional. Ambos seriam fatores que desestimulariam os acordos corporatistas.

Foi possível detectar ainda em ambos os complexos um maior dinamismo das organizações no setor industrial.

Estas têm tido uma atuação mais eficiente e tem se adaptado melhor as necessidades de mudança se comparadas as organizações dos empresários rurais.

NOTAS

- (1) A pesquisa deu origem a tese de doutorado "Organizações Empresariais na Agricultura: os casos da cana-de-açúcar e da laranja em São Paulo", defendida na FFLCH da USP em dezembro de 1995.
- (2) Ver por exemplo Cawson 1985 e Schmitter, 1990.
- (3) Embora a OPLANA seja uma associação de caráter civil, ela basicamente complementa a atuação lenta da CT Cana-de-açúcar, atrelada ao sindicalismo oficial.
- (4) "*A análise atenta dos resultados de várias pesquisas feitas por técnicos de grandes universidades brasileiras como Ufscar, UFRJ, Unesp e ÚNICAMP permite perceber que parte do setor sucro-alcooleiro nacional está passando por um processo de mecanização cujo vetor principal é a utilização da informática e de controladores automáticos do processo produtivo, conjugados com a crescente mecanização da colheita de cana*" (Agroanalysis, vol. 17, nº 1, nov/97).
- (5) Um primeiro passo foi a liberalização do preço do açúcar com maiores facilidades no mercado externo. O álcool anidro foi liberado em maio de 1997 e vive um período de adaptação. Em meados de novembro de 1997 foi extinta a equalização do preço da cana-de-açúcar para a produção de álcool anidro, subsídio empregado para manter as condições de competitividade em relação ao produto de São Paulo.
- (6) A SUCRESP é uma dissidência da própria AIAA surgida no início dos anos 90: "Defendemos uma postura mais moderna para a associação, com menos dependência do setor junto ao governo e livre mercado. Como até agora não conseguimos esse objetivo decidimos sair e colocar em prática nossa filosofia" declara o até então vice-presidente da AIAA.
- (7) Estamos nos referindo basicamente à Comissão Técnica de Cana-de-açúcar da FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo) e à ORPLANA (Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo).
- (8) A ÚNICA passa a abrigar além da AIAA e da SUCRESP, a de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Copersucar); a Sociedade dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Sopral); Associação das Destilarias Autônomas (ADA); Cooperativa dos Produtores de Aguardente do Estado de São Paulo (COPAESP); e União das Destilarias do Oeste Paulista (UDOP).
- (9) É interessante notar que a medida que a exportação passa a ser um item importante na pauta de reivindicações, a ÚNICA reivindica junto com a (ABECITRUS), que representa os industriais de suco de laranja, a redução das barreiras tarifárias. Assim, a ÚNICA está junto com a Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos ABECITRUS presente no encontro de empresários com o presidente Bill Clinton em 14 de outubro de 1997. Na ocasião defendia a posição de que o "*açúcar é o produto com maior perspectiva de ganho com a abertura de mercado norte-americano*" (Gazeta Mercantil, 13/10/97:C-9).

- (10) A empresa é a Environ-Mentality, pertencente a um ex-diretor da GETESB e os estudos visando uma comprovação técnico-científica dos benefícios desta iniciativa significaram um investimento de US\$ 1 milhão.
- (11) A média é feita por um período de 12 meses, de 01 de julho a 30 de junho subsequente, definido como "ano exportação". Mais detalhadamente, a fórmula apresentada no contrato considera a cotação da Bolsa de Nova York, a remuneração do custo de produção e comercialização do suco e uma taxa de rendimento industrial da fruta pré-estabelecida ao início da safra.
- (12) As Cts da FAESP surgem em meados dos anos 70 para tentar dar conta da representação específica por produto, cada vez mais necessária à medida que a política agrícola passou a ser elaborada por produto. O caráter "oficial" da FAESP e sua atuação lenta impediram que as Cts adquirissem a representatividade esperada e os citricultores optaram por fundar associações de caráter civil. Detalhes deste processo podem ser encontrados em Rodrigues (1995).
- (13) A desregulamentação está sendo entendida como uma política que implica na redução de atividades reguladoras e disciplinares do Estado na economia e nas relações de trabalho.
- (14) Em meados dos anos 80 por exemplo, era composto por cerca de 40.000 citricultores.
- (15) Os dois levantamentos consideram as propriedades comerciais (acima de 200 plantas no caso da FUNDECITRUS e acima de 500 plantas nos dados do IEA/CATI).
- (16) A opção geralmente tem sido pelo gado confinado de corte e de leite; nos últimos 3 anos vem ocorrendo ainda a expansão de goiaba, manga, tangerina, limão e cana em áreas antes destinadas a laranja no interior de São Paulo.
- (17) O preço da laranja que nos anos 80 chegou a US\$ 3,00 a caixa despencou para US\$ 0,70/caixa no início dos anos 90.
- (18) O "amarelinho" é uma doença provocada por uma bactéria transmitida por pelo menos 3 tipos de cigarrinhas. Deixa a fruta pequena, sem valor comercial. O Instituto de Economia Agrícola (IEA) avalia que "o estado perde de 6 a 8 milhões de pés de laranja por ano, ou US\$ 80 milhões, principalmente por causa da clorose variegada dos citrus (CVC) mais conhecido por amarelinho" (Gazeta Mercantil, 12/06/97:C-7).
- (19) Esta posição encontrada em vários autores, inclusive Siffert Filho, baseia-se na constatação de que no período recente há uma consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), cuja dinâmica é determinada pela indústria.
- (20) Os trabalhos de Maia (1992), Neves (1995) e Siffert Filho (1992) evidenciam esta tendência.
- (21) A década de 70 é um exemplo.
- (22) Trata-se de unidades de 15 a 20 extratoras e capacidade para moer entre 4 e 8 milhões de caixas de laranja.
- (23) Ressalte-se que a SUCORRICO foi na ocasião comprada em conjunto pela CUTRALE e CITROSSUCO.
- (24) "Minha vontade era continuar sendo apenas produtor. Nós nunca tivemos o interesse de entrar no mercado de suco mas foi o único jeito que encontramos de

sobreviver...Ou fazíamos alguma coisa para manter a atividade ou não iríamos resistir por muito mais tempo", afirma Eurídes Fachini um dos sócios da FRUCAMP (Gazeta Mercantil, 23/04/96:B-20).

- (25) Em 1996 o consumo de suco de laranja caseiro foi de 2.4 bilhões de litros e o consumo de suco pasteurizado pulou de 15 milhões de litros na safra 95/96 para 65 milhões na safra 96/97, significando um aumento de 333%.
- (26) A atuação destas duas associações é detalhada em Rodrigues (1995) e não é nosso objetivo retomá-las aqui.
- (27) "O produtor não aceita mais essas associações ACIESP e ASSOCITRUS não representam mais os produtores", afirmava Darli Alves, da região de Taquaritinga por ocasião da fundação da ABRACITRUS (Gazeta Mercantil, 11/07/96:B-20).
- (28) A ABECITRUS tem inclusive um Diretor Presidente remunerado.
- (29) A ênfase na redução de custos por exemplo permitiu um repasse para trás das perdas, que vai terminar no elo mais fraco da corrente, que são os trabalhadores. A terceirização da contratação da mão-de-obra para a colheita da laranja significou a perda das conquistas salariais e trabalhistas obtidos pelos trabalhadores volantes nas década de 80.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, F., PAULILLO, L e SILVA, E. **A Flexibilização dos Direitos Trabalhistas Chega ao Campo: O Caso do Setor Citrícola - O Ouro que Virou Suco**, Revista Legislação Trabalhista, S.Paulo 60(2), p. 220-27, (fev.), 1996.
- AMARO, Antonio Ambrósio e MAIA, Maria Lúcia. **Produção e Comercio de Laranja e de Suco no Brasil. Laranja**, Centro de Citricultura Sylvio Moreira, v. 18, nº 1, Cordeirópolis, 1997.
- ARAÚJO, Jorge e TÁPIA, Ângela M. C. **Corporativismo e Neorporativismo: Exame de duas Trajetórias**, Bib, Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, nº 32, Rio de Janeiro, 1991.
- ARBIX, Glauco. **A Dinastia Corporativista** in Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, Vol. 8, nº 1, maio de 1996.
- BOTEON, Margarete. **Laranja para Indústria – Análise da Safra Encerrada em Março** in Preços Agrícolas, ano VI, nº 126, abril de 1997.

- BOSCHI, Renato R. (org.). **Corporativismo e Desigualdade – a Constituição do Espaço Público no Brasil**, IUPERJ, Rio Fundo Editora, Rio de Janeiro, 1991.
- CAWSON, Alan. **Organized Interests and the State Studies in Meso-Corporatism**, Sage Publications, London, 1985.
- DINIZ, Eli. **Articulação dos atores na implementação da política industrial. A experiência das Câmaras Setoriais - retrocesso ou avanço na transição para um novo modelo** in COUTINHO, Luciano (coord.). **Estudo da Competitividade na Indústria Brasileira**, Consórcio IE/ÚNICAMP, IEA/UFRJ/FDE/FUNCEX Campinas, 1993.
- FIGUEIREDO, Nelly M. S. de. **O Complexo Cítrico: Desenvolvimento, Estrutura de Representação e Formação de Preço**, Trabalho de Aproveitamento para a Disciplina Desenvolvimento e Política Agrícola, Instituto de Economia/ÚNICAMP, mimeo, 1992.
- GARCIA, Ademerval. **O Ano em que a Citricultura Mudou**, Agroanalysis, Vol. 16, nº 6, 15 de junho de 1996, ps.16-19
- GNACCARINI, J.C.A e QUEDA, O. **A Falência do Estado Fator e o Setor Agropecuário** in São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, V. 7, nº 3, jul/set, 1993.
- GOMEZ, SÉRGIO. **Novidades na Agricultura Chilena: Novos Atores Sociais e Cenários, Negociações e Confrontações**, Trabalho Apresentado na III Jornadas Regionais Agrícolas Latino-Americanas e as Transformações Sociais, CLACSO, La Plata, Argentina, novembro de 1996, mimeo.
- MAIA, Maria Lúcia. **Citricultura Paulista: Evolução, Estrutura e Acordos de Preços**, Tese de Mestrado, ESALQ/USP, Piracicaba, 1992
- MENDES, Sérgio T. **A Nova Representação das Indústrias Cítricas**, Laranja, V. 115, nº 1, 1994.
- NEVES, Marcos Fava. **Sistema Agroindustrial Citrícola: Um Exemplo de Quase-Integração no Agribusiness Brasileiro**, Dissertação de Mestrado, FEA/USP, 1995.

RODRIGUES, VERA L. G. S. **Organizações Empresariais por Produto : os Casos da Cana-de-Açúcar e da Laranja em São Paulo**, Tese de mestrado, IFCH/USP, 1995.

SCHMITTER, P. C. "**Sectors in modern capitalism: modes of governance and variations in performance**" in BRANETTE, Renato and ARROUGA, Carlo Shell (ed.) *Labour Relations and Economic Performance*. Macmillan Press, London, 1990.

SIFFERT FILHO, Nelson. **Citricultura e Indústria: Organizações e Mercados**, Rascunho nº 22, UNESP, Rio Claro, 1992.

SOTO, Fernando. **Da Indústria de Papel ao Complexo Florestal no Brasil: O Caminho do Corporativismo Tradicional ao Neocorporativismo**, Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP, 1992.

Agenor José T. Pinto Farias

UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA SOBRE DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL: OS AKWEN XERENTE

Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa

QUALIDADE DE VIDA E NECESSIDADES SENTIDAS:
UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

Rui Ribeiro de Campos

ÁGUA: O NOVO COMBUSTÍVEL DOS CONFLITOS

Damaris Puga de Moraes

A PERCEPÇÃO DO MEIO AMBIENTE: CONTRIBUIÇÕES
AO ESTUDO DOS RISCOS AMBIENTAIS

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

O ASSOCIATIVISMO EM QUESTÃO: OS EMPRESÁRIOS
DOS COMPLEXOS SUCRO-ALCOOLEIRO E CITRÍCOLA

Doraci Alves Lopes

CASA, DESPEJO E CULTURA. POR UMA DISCUSSÃO
DA ÉTICA DO HABITAR DE TRABALHADORES SEM
TETO

Dulce Maria Pômpeo de Camargo e Judite

Gonçalves de Albuquerque

LÍNGUA CULTURA E TERRITORIALIDADE: FORMAÇÃO
DE PROFESSORES ÍNDIOS NO BRASIL CENTRAL

Maria Salete Z. Trujillo

UMA ABORDAGEM PRELIMINAR DOS CURRÍCULOS
DE CIÊNCIAS SOCIAIS

RESENHAS